



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Indústria



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Indústria

índice

29.02.2000	003
21.03.2000	057
04.04.2000	100
19.06.2000	125
20.06.2000	239

Indústria

29.02.2000

- Jorge Caruso – Deputado. Coordenador do grupo temático Indústria
- Sílvia Celingarde Sampaio – Professora. Geógrafa
- Sales José da Silva – Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força Sindical
- Sebastião – Assessor da Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos
- João Carlos Basile da Silva – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
- Fausto Sestari – Representante da CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- Arnaldo Gonçalves – Representante da Força Sindical
- Marlene Francisca Nascimento –
- Neusa Serra – IPT
- Remo Alberto Fevorini – Professor, vice-superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, responsável pelo ensino técnico e tecnológico do Estado
- Marcelo Mesquita – SIMPI
- Miguel Matheo – Fundação SEADE

SR. JORGE CARUSO – Bom-dia a todos. Declaro aberta mais uma reunião do Grupo Temático da Indústria, do Fórum São Paulo Século 21. Convocamos esta reunião após encaminharmos aos senhores conselheiros o material pertinente à Indústria que nos foi enviado pelo Seade.

Havíamos informado que os cadernos relativos a cada um dos grupos temáticos estariam disponíveis no *site* do Seade, mas o conselheiro Marcos, aqui presente, nos informou que isso não ocorreu. Temos três cadernos – Terceiro Setor, Trabalho e Emprego e Recursos Naturais e Meio Ambiente – dos quais providenciaremos cópias para os senhores.

Tomamos esses cadernos como base para relacionar o nosso grupo temático. Se algum conselheiro julgar interessante para apreciação dos nossos trabalhos, poderá requisitar cópias dos cadernos de outro grupo.

Tínhamos hoje, como primeiro objetivo nesta reunião, a participação de representantes do Seade para esclarecimento das dúvidas e do material encaminhado. Infelizmente, até agora, eles não chegaram. Assim, daremos prosseguimento aos demais itens da reunião. Quando eles chegarem, interromperemos para apreciação dos pontos a ele pertinentes.

Também encaminhamos aos senhores a proposta de um planejamento dos nossos trabalhos e de alguns temas sugeridos. A idéia que nos surgiu, e que também está sendo adotada pelos demais grupos, é dividir nossos trabalhos em quatro ou cinco temas. Pergunto aos senhores o que pensam sobre o assunto e se têm alguma outra restrição quanto a essa possibilidade.

Está aberta a palavra aos senhores conselheiros.

SRA. – Interessante a proposta, porque é uma maneira de começarmos a nos organizar para o trabalho efetivo. Eu gostaria de saber se esses cinco temas que constam aqui são passíveis de discussão.

SR. JORGE CARUSO – É apenas uma sugestão. Discutiremos no próximo item.

SRA. – Então poderemos, eventualmente, nos concentrar em menos temas ou ampliá-los, dependendo da necessidade.

SRA. – Conforme solicitado pelo Sr. Deputado, eu trouxe uma sugestão, um rol de propostas de temas. Pode ser um roteiro.

SR. JORGE CARUSO – Alguém trouxe outra sugestão por escrito de um eventual roteiro e de temas a serem discutidos?

SRA. – Eu trouxe, mas não por escrito.

SR. JORGE CARUSO – Vou tirar cópias da proposta da conselheira e passá-las a todos. Poderemos fazer a discussão em cima das propostas encaminhadas por este Deputado e das propostas por escrito. Alguma objeção quanto à subdivisão dos nossos trabalhos em temas?

SR. – É uma boa sugestão, até porque, dessa maneira, daremos um andamento mais rápido ao trabalho.

SRA. – Vejo um problema operacional se essa divisão for feita hoje, porque devemos estar com menos da metade do grupo. Como ficaria?

SR. JORGE CARUSO – Também tivemos essa preocupação, mas creio que dá para dividir entre os presentes. Quanto aos demais conselheiros, informaremos a

eles o que ficou decidido nesta reunião e os encaixaremos nos grupos. Não temos muito tempo e precisamos sair hoje com os grupos e os temas definidos.

Foi por nós encaminhado um roteiro de propostas e temas sugeridos, para serem discutidos. A nobre conselheira falará das suas propostas e sugestões.

SRA. – O que me pareceu nessas cinco propostas é que os temas são, de fato, interessantes e pertinentes. Mas senti falta de temas relativos à questão da competitividade da indústria paulista, que abarquem interesses de alguns conselheiros que estão aqui. Por exemplo, a normalização, o aumento de produtividade, a necessidade de aumento do potencial exportador – principalmente das pequenas e médias empresas, que têm uma participação muito pequena no esforço exportador, de acordo com os dados do Paep.

Esse conjunto de preocupações não está contemplado aqui. Se estiver, aparece no meio das questões de maneira pouco explícita. No caso da indústria, essas questões são pertinentes, até porque fazem uma ponte estreita, exatamente, com as comissões. Estamos, inclusive, solicitando os materiais, para tomarmos conhecimento da questão da tecnologia e do meio ambiente.

Minha sugestão é que se abra um novo grupo de trabalho ou um novo conjunto de tópicos, cujo nome poderia ser “Competitividade”, mas no qual entrasse a tecnologia: qual a relação da indústria com a tecnologia, até que ponto os investimentos em tecnologia são importantes e pesam na competitividade da indústria, qual é o nosso potencial exportador.

Dentro desse guarda-chuva da relação indústria/tecnologia, poderiam entrar questões de produtividade, de qualidade e normalização. Estas são preocupações do Professor Fleury (que esteve presente na última reunião), do Dr. Cortopassi (que, por alguma razão, não compareceu), do Sebrae seguramente e, talvez, de outros membros do grupo.

Não desenhei essa proposta de forma detalhada, mas os eixos principais seriam esses. Eu adiantaria que, do ponto de vista do IPT, poderíamos dar uma

contribuição por termos feito alguns trabalhos nessa linha recentemente. Por exemplo, pegamos os novos investimentos paulistas, que estão relacionados aqui no final do Paep, e fizemos uma análise sob vários aspectos, inclusive sob o ponto de vista tecnológico, para ver que tipo de padrão tecnológico esses investimentos estão mostrando; se é diferente do anterior, o que muda. Isso tanto do ponto de vista de produtos, de processos, quanto do ponto de vista de gestão, pegando os aspectos todos que citei – novas técnicas de gestão, qualidade, produtividade etc.

Temos estudos recentes sobre esses novos investimentos, sobre localização industrial em alguns setores. Embora esses estudos possam contribuir para outros temas, abrangem também o componente tecnológico (até que ponto esse componente influi no deslocamento das indústrias).

Há outros estudos dessa ordem – por exemplo, sobre a oportunidade para a pequena e a microempresa, as questões tecnológicas que dificultam as oportunidades, a possibilidade de essas empresas equiparem-se melhor ou mudar de patamar para poder ampliar sua fatia de mercado. Enfim, acredito que uma abertura nesse sentido daria condição tanto para colocarmos isso à disposição de todos, quanto para atendermos aos interesses de outros membros do grupos.

SR. JORGE CARUSO – Algum conselheiro deseja manifestar-se com relação a essa proposta?

SR. – Dentro dessa série de itens que a senhora colocou, estaria faltando especificamente um ponto relacionado à qualificação de mão-de-obra. Também há o fato novo da terceirização, que surgiu na economia nos últimos cinco anos. Ou seja, dentro de uma cadeia produtiva, hoje, boa parte do processo de um produto final é representado por um terceiro, e a empresa que vende o produto funciona como uma montadora. Acredito que isso também poderia ser contemplado.

SRA. – Não entrei em todas as questões, mas, seguramente, essas deverão constar.

SR. JORGE CARUSO – Algum outro conselheiro deseja manifestar-se? Passo a palavra à Sra. Sílvia. Antes mesmo da chegada do seu material, gostaria que a senhora mencionasse suas propostas.

SRA. SÍLVIA – Foi uma tentativa de acrescentar alguns temas e enfoques aos que estavam na sua proposta. Obviamente, é a visão de uma geógrafa, de uma pessoa envolvida com a vida acadêmica.

Coloquei aqui os pontos que julguei fundamentais. Obviamente, não abrange todos os aspectos, mas seria um roteiro inicial.

No item 1 desses temas para reflexão e análise, teríamos aspectos conceituais, metodológicos e teóricos. No segundo item, aspectos estruturais da indústria no Estado de São Paulo – setores e ramos, diretrizes para reestruturação produtiva e tecnológica, considerações sobre a estrutura dimensional das empresas, reconhecimento de cadeias produtivas.

No item 3, aspectos espaciais da indústria paulista – a dinâmica espacial nas últimas décadas, as tendências atuais de concentração e desconcentração, as oportunidades de intervir no desequilíbrio entre esses processos de concentração e desconcentração. Este item trata também de tendências atuais; necessidade de correções; incentivo às formas territorializadas de produção industrial; distritos industriais que estão intimamente ligados, principalmente por relações de produção e de matérias-primas, às cadeias industriais e produtivas; tipos de centros industriais que se deseja incentivar; harmonização das implantações industriais com os quadros histórico-sociais e físico-ambientais existentes nas diferentes regiões.

No item 4, indústria, mercado e políticas de trabalho, visando ao aspecto social; definição da segmentação dos mercados de trabalho; o papel das instituições

na reciclagem e na requalificação profissional; a escolha entre indústrias intensivas em trabalho e em capital.

No item 5 entram os aspectos ambientais relativos à indústria: busca da integração harmônica da indústria com o ambiente; preservação de ecossistemas originais; minimização de impactos de resíduos industriais; alocação consciente de atividades industriais potencialmente poluidoras; fiscalização rígida da observância à legislação pertinente; utilização racional e não predatória de recursos naturais.

Item 6: aspectos de infra-estrutura – extensão e melhoramentos da malha viária; oferta de energia, água, saneamento básico etc.; implementação de políticas visando a oferta de múltiplas modalidades de transportes.

No último item, os atores envolvidos nesses processos, que seriam os governos – estadual e locais –, as empresas e os empresários, os trabalhadores, os sindicatos, a sociedade civil como um todo.

É mais ou menos algo que contemple uma visão desse conjunto que entendo como o trabalho a ser realizado. Obviamente, faltam coisas, e estamos aqui, justamente, para discuti-las.

SR. JORGE CARUSO – Está em discussão a proposta da Sra. Sílvia. Antes, porém, quero dizer que temos aqui hoje conselheiros que vieram pela primeira vez. Por isso, gostaria que se apresentassem aos demais.

SR. SALES JOSÉ DA SILVA – Sou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à Força Sindical. Fui indicado pelo Deputado metalúrgico Cícero de Freitas. É um prazer estar participando, com o Deputado Jorge Caruso e com todos, deste tema muito importante para a situação do país. Com todas as dificuldades, São Paulo continua ainda o carro-chefe, nesse momento de tanto desemprego, em que a indústria do Brasil e do nosso Estado, em particular, passa por tantas dificuldades.

SR. SEBASTIÃO – Sou assessor da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e estou aqui acompanhando o diretor Sales.

SR. SALES JOSÉ DA SILVA – Como recebi esse material ontem, estou dando uma verificada, mas já é possível sugerir alguma coisa. Nós que estamos no mercado de trabalho, lidando com as empresas, podemos ver como cresce o desemprego. Hoje, temos o peso da CLT nas folhas de salário, as dificuldades de contratação; por isso, fala-se muito sobre o tema “cooperativa”, ou seja, o trabalho cooperativado.

Há uma série de trabalhadores qualificados que, em virtude da dificuldade econômica, as empresas não conseguem trazer de volta. Eles podem montar cooperativas para prestar serviços. É uma atenuante e também uma forma de ajudar a indústria, a agricultura de São Paulo. Então, sugiro também o cooperativismo como tema de discussão dentro desse processo.

SR. JOÃO CARLOS BASILE DA SILVA – Sou presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Represento o setor neste Fórum e poderia adiantar aos senhores que a indústria da beleza, envolvendo toda a cadeia de serviços e a área de prestação de vendas, é a segunda maior do país; nós só perdemos para a construção civil. Temos perto de 1,6 milhão de pessoas envolvidas em nosso setor, seja em emprego direto nas indústrias, seja no canal de vendas porta-a-porta e, também, na área de serviço, que emprega cabeleireiros, manicures, esteticistas, massagistas. Portanto, acredito que, de certa maneira, nosso segmento poderá contribuir com trabalhos expressivos e significativos para este Fórum.

SR. FAUSTO SESTARI – Bom-dia a todos. Represento o Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). Já estive na primeira reunião e creio que a única questão a considerar, depois das propostas listadas pela Sra. Sílvia, seria a

da indústria e de sua relação com o Estado; isso envolveria aspectos da legislação trabalhista e sua adequação necessária, e também as questões relativas à própria reforma em curso; a questão da guerra fiscal, que não sabemos quando termina. Ou seja, a indústria e suas relações com o Estado seria uma faceta importante sobre a qual nos debruçarmos.

O restante parece-me que está perfeitamente satisfatório. Talvez pudéssemos fechar em grandes temas, sobre os quais houvesse consenso, e, depois disso, partiríamos para o detalhamento.

SR. ARNALDO – Estou representando a Força Sindical.

SR. JORGE CARUSO – Bem-vindo, mais uma vez. O companheiro Arnaldo já é conhecido nosso.

Em função do roteiro sugerido pela Sra. Sílvia e da abrangência dos demais itens citados pelos companheiros, poderíamos, talvez, tirar os temas principais.

SR. – Eu gostaria de fazer uma colocação a respeito. As propostas e os temas sugeridos pelo Deputado são bastante abrangentes e práticos. Eu agregaria a esses cinco, ainda, o tema da competitividade, da exportação e da tecnologia, que nossa conselheira mencionou.

Entendo que indústria e suas relações com o Estado poderia englobar as cooperativas de trabalho sugeridas pelo nosso colega. Então, seriam dois temas a mais, além dos cinco propostos.

Com relação aos tópicos expostos pela Sra. Sílvia, entendo serem de uma profundidade que talvez exceda a deste Fórum, até porque temos um prazo bastante curto. Assim, creio que devemos ser um pouco mais pragmáticos para desenvolver os temas sugeridos e fazer proposições que possam ser implementadas num certo tempo.

Entendo que essas propostas, embora importantes para reflexão, envolveriam outro tipo de trabalho, que talvez este Fórum não tenha condições de fazer no prazo proposto.

SRA. SÍLVIA – Aliás, desde a primeira reunião de que participei, minha dúvida é quanto ao produto que vai resultar de todo este Fórum. Inclusive, já mencionei isso. Não sei se é apenas um tipo de relatório superficial ou se é, realmente, uma proposta fundamentada cientificamente, abrangente, que valha, se não por todo o século 21, pelo menos para muitas décadas deste século.

SR. JORGE CARUSO – Acredito que procuraremos fazer uma proposta com base num bom fundamento. Pela exigüidade de tempo, realmente, não teremos condições de obter dados muito concretos, exatos e fundamentados. É uma realidade nossa, por força do tempo que temos.

O que mais se objetiva aqui, em função da diversidade das atividades dos senhores conselheiros, das visões dos ramos específicos, é extrair um consenso daquilo que seria, em tese, o melhor para São Paulo, ainda que não se calque num trabalho muito detalhado.

É o que procuraremos tirar dessa carta maior, a ser seguida não só por este governo, mas por todos que, quiçá, aceitem a sugestão do povo e não só dos seus técnicos.

Continua em discussão. Sra. Marlene.

SRA. MARLENE FRANCISCA NASCIMENTO – Bom-dia a todos os conselheiros e ao Deputado Jorge Caruso.

A respeito da colocação dos itens feita pela Sra. Sílvia, acredito que tenha sido bem pertinente às propostas e tenha até avançado um pouco.

Com relação à indústria, no que se refere à mão-de-obra e às cooperativas de trabalho, tenho conhecimento de uma que atua no segmento nacional. É a Copenp , que está avançando junto à Fiesp e tem possibilidade de compor, além da recolocação profissional, também uma requalificação de acordo com o mercado, o que, inclusive, é seu objetivo.

Isso pode pontuar uma nova possibilidade, também para a indústria, de ter mais recursos, uma mão-de-obra mais efetiva e eficaz, pensando no século 21.

Gostaria de saber como formataremos essa proposta; o que, basicamente, precisamos definir como prioridade nesse primeiro processo, para delinear outros rumos, caminhos e sugestões. A indústria precisa disso para incentivar mais trabalho e uma produção dotada de competitividade e de outras possibilidades para projetos de capacitação, não só para o mercado nacional mas também para o mercado internacional.

SR. – Estou de acordo com a colocação, mas gostaria de lembrar que existe o grupo temático voltado para trabalho e emprego, no qual, entendo, essa questão será pensada e discutida.

Poderíamos, dentro do trabalho, propor alguma sugestão, se houver – e é óbvio que a cooperativa de trabalho é uma delas –, mas penso que deveríamos focar mais nosso tópico, que é indústria. Temos muita coisa a fazer. Estou certo?

SR. JORGE CARUSO – Perfeito. É possível fazer isso.

SR. – Eu gostaria de fazer uma pergunta para o pessoal do Sebrae e para o da Fiesp. O trabalho apresentado pelo Seade traz uma série de informações estatísticas que, acredito, se aproximam muito da realidade. Haveria mais material disponível pelos senhores para que esse relatório pudesse ser complementado?

SR. – Temos feito pesquisas, inclusive utilizando profissionais do Seade e da USP, em relação à micro e à pequena empresas. Portanto, o foco é dirigido para esse setor; mas também reflete as questões do crédito, da informatização, da influência dos ciclos econômicos das empresas. Posso disponibilizá-las para os conselheiros, se acharem interessante, mas elas são, basicamente, mais focadas na micro e na pequena empresas.

SR. – A Fiesp teria o material complementar?

SR. – Para que permitisse uma análise com as mesmas características do que o Seade dispõe, não. Temos informações de análise no campo econômico, eventualmente até no do mercado, mas com caráter mais de curto prazo. O que, acredito, não dê um subsídio significativo para melhorarmos o diagnóstico de situação sobre a indústria hoje.

SR. – Eu gostaria de complementar dizendo que existe, hoje, a tal da “indústria informal”, e isso o material do Seade não contempla. Acredito que, hoje, mais de 50% da indústria da informática participe da economia informal. Como conseguiríamos compilar essas informações para inserir no contexto do trabalho?

SR. – A única coisa que existe é a questão do microcrédito. E temos algum tipo de informação a respeito disso, porque participamos, em São Paulo, de três entidades de microcrédito: Banco do Povo, do governo Mário Covas; Banco do Povo de Santo André, mantido pela Prefeitura local; e Seape, uma entidade privada, uma ONG que recebe dinheiro de entidades multilaterais e tem atuação, inclusive, em outros Estados.

Partindo daí, temos pesquisas que identificam algumas coisas. Por exemplo, para instalar nossa primeira filial da Seape, na Zona Norte, fizemos um estudo no Estado de São Paulo para saber qual região teria mais esse tipo de atividade, a

informal. Tenho um estudo feito pelo IBF que mostra os tipos de atividades informais presentes na região metropolitana de São Paulo – Zona Norte, Zona Leste, Zona Sul –, mas, infelizmente, ele é restrito a essa região.

SRA. NEUSA SERRA – Nós, do IPT, temos análises; não são materiais apresentados da mesma forma que esse trabalho do Paep, que traz informações estatísticas, demonstradas de maneira a formar um retrato geral da economia paulista.

Temos trabalhos, por exemplo, sobre o fluxo migratório das empresas paulistas em alguns setores e sobre o que influi nessa migração; muitos trabalhos são ligados à questão da tecnologia, como já falei.

Há um, bem recente, sobre o comportamento desses novos investimentos no setor industrial no Estado de São Paulo, sob o ponto de vista tecnológico. A questão vai até o problema da mão-de-obra, como é organizada nas empresas etc. Temos várias informações, mas são mais localizadas em assuntos. Assim, uma vez definidos os grupos temáticos, eu traria esse material e poderíamos passar, pelo menos, um resumo.

Outra questão que eu gostaria de comentar é a do andamento geral dos nossos trabalhos. Como sempre trabalho pressionada pelo tempo, fico preocupada. A proposta da Sra. Sílvia é muito interessante; se a seguíssemos, teríamos no final do ano, provavelmente, um trabalho bem consistente e de ótima qualidade, mas tenho muitas dúvidas quanto a conseguirmos realizá-lo.

Todos nós, aqui, somos extremamente ocupados, e o tempo que podemos dedicar a esse Fórum é limitado. Portanto, creio que devemos ser bastante realistas em relação a nossas ambições, ou seja, estabelecer os resultados que, de fato, podemos realizar.

Assim, prefiro levar em consideração a proposta inicial da Mesa e ver onde as duas confluem, porque algumas preocupações colocadas pela proposta da Sra. Sílvia também estão presentes na outra, só que com uma linguagem diferente.

Portanto, minha sugestão é que tenhamos a proposta da Mesa como base e a partir dela elaboremos uma definitiva, observando todos os pontos – inclusive os sugeridos pela Sra. Sílvia.

SR. – Eu gostaria de submeter o grupo a uma reflexão sobre os caminhos que a indústria deverá seguir nos próximos anos. Temos claro que a automatização é um processo irreversível, e a realidade é que a substituição do homem pela máquina está ocorrendo. O Estado de São Paulo sofre muito com isso e, como consequência, há o aumento da violência.

Na área de serviços, esse fato também deverá ocorrer. A evolução da Internet e a incorporação desse processo dentro das empresas poderá provocar uma nova onda de desemprego. São Paulo tem que pensar nisso e ver de que maneira poderá se preparar para uma situação que, a meu ver, é grave e deverá ser aprofundada nos próximos anos.

O processo me parece irreversível; não há possibilidade de mudança do modelo, uma vez que a globalização incorpora e envolve todos os segmentos nesse mesmo caminho. Acredito que esse é um tema que reflete um pensamento futuro, como é a proposta do Fórum.

É óbvio que diagnósticos são importantes para que tenhamos condição de projetar o futuro, mas esse é um tema que, no meu ponto de vista, seria importante o grupo discutir.

SR. FAUSTO SESTARI – Tenho a mesma preocupação. Vamos ver se conseguimos chegar a um consenso. Analisamos a questão do Seade, que mostra um resultado já superado. Ele não contempla algumas coisas que aconteceram nos últimos três anos na indústria, e que mostraram a velocidade de transformação desse setor.

Ninguém sabe o que vai acontecer na indústria nos próximos cinco anos e daí para frente. Estamos num processo de reforma tributária, reorganização do setor

trabalhista e, sobre vários aspectos, do setor industrial, guerra fiscal em andamento. Quer dizer, temos uma série de problemas de curtíssimo prazo e não sabemos como será essa evolução. Se nos detivermos também no curto prazo, não cumprimos o papel que o Fórum tem.

Eu estava questionando o que queremos da indústria, por que constituímos o subgrupo Indústria, qual é a expectativa. A expressão que talvez reúna o maior número de situações é “competitividade da indústria paulista”. Essa seria a forma de tentar consolidar, de maneira mais objetiva, o que queremos fazer com relação à indústria: torná-la competitiva.

Em que pese seu trabalho de listar, que creio estar correto, penso que, dessa forma, atingimos uma série de coisas que não são de nosso foco, que não estão relacionadas à competitividade da indústria paulista.

Meio ambiente, por exemplo – em que isso ajuda na competitividade? Já existe um grupo de meio ambiente que está discutindo e, eventualmente, interferirá em outro momento. A questão da tecnologia é um dado fundamental? É. E a questão da mão-de-obra? Também. Mas com que foco? Com o foco na competitividade da indústria.

Se chegarmos a um consenso quanto a isso, conseguiremos fechar o campo de visão e, aí sim, elaborar uma nova relação de coisas que caminhem nessa direção.

Quanto aos diagnósticos, acredito que será muito complicado, nesse prazo curto, tentar juntar informação, seja de onde for. Primeiro, porque ela não é pareável. Estamos tentando reorganizar nossa base de informação, porque trabalhamos com critério de zoneamento do Estado de maneira completamente diferente do Seade. Certamente, cada instituição tem uma forma de captar e, se você quiser juntar todas, ficará uma miscelânea. E, se dependermos disso para obter resultado, vai ser complicado.

Creio que teremos de fazer um trabalho que responda à necessidade do Fórum num primeiro momento, ou seja, listar questões importantes quanto à

competitividade, desenhar uma perspectiva de seqüência e nos dispormos depois de julho, se isso realmente der liga, a aprofundar tecnicamente cada subtema, a fim de construirmos propostas concretas.

Diante da escassez de tempo, talvez essa seja a condição mais adequada.

SR. REMO – Vou me apresentar para os conselheiros que estão chegando. Sou professor, vice-superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, responsável pelo ensino técnico e tecnológico do Estado. Minha participação nesse grupo visa à interface entre a indústria e os cursos técnicos, que é muito pobre em nosso país; não tem a tradição européia, por exemplo.

Voltando ao tema, tenho a mesma preocupação da Sílvia: precisamos definir o produto do nosso Fórum. Um relatório contemplando sugestões dessa avaliação. Se não definirmos consensual e claramente o resultado final de nossa reunião, acredito que a chance de divagação e de abertura do leque será muito grande.

Uma primeira preocupação seria, em uma rodada, verificar se há consenso sobre o produto do Fórum. Definido isso, poderíamos abalizar melhor nosso trabalho.

SR. JORGE CARUSO – Dentro da competitividade, temos vários aspectos que, na verdade, envolvem os temas que estamos discutindo. São os aspectos espaciais, como bem colocou a Sra. Sílvia; a questão da política industrial num todo, incluindo as relações de governo do Estado, as cooperativas, os trabalhadores; a própria guerra fiscal em si, como um item muito abrangente e preocupante; a questão dos passivos ambientais – que, embora tenhamos um grupo especificamente voltado ao meio ambiente, é uma tendência da virada do século, tanto que a legislação pertinente aos passivos ambientais está sendo modificada de forma muito rigorosa.

Temos também uma preocupação muito grande com as tendências futuras, como bem colocou o conselheiro, porque as modificações vêm ocorrendo com uma rapidez muito grande.

Tendo presentes esses aspectos, poderemos dividir o grupo e calcarmos o estudo em cima dos cinco itens que citei, seguindo o padrão possível quanto aos subitens. Muitos deles, inclusive, se encaixam em um ou outro grupo; são coisas que se fundem. Esta é a minha sugestão.

SRA. SÍLVIA – Eu acredito que, como produto final, as informações que tenho até agora não sejam suficientes. Imagino que devemos elaborar um relatório de fato, no qual se coloque a contribuição do grupo para o entendimento da situação da indústria em São Paulo e os rumos que ela poderia seguir, visando à melhoria da competitividade.

A questão da competitividade é um guarda-chuva interessante. De fato, você pode colocar tudo embaixo dele, mas realmente é necessário restringir nosso objetivo, porque, senão, corremos o risco de nos perder e termos dificuldade em chegar a um determinado ponto.

A competitividade realmente toca a questão fiscal, a da localização, a dos *clusters* (tão em moda), a questão ambiental. Antes de discutirmos uma por uma, gostaria que fosse incluída a questão da tecnologia, que julgo fundamental, por incluir a qualidade e a produtividade, questões básicas para credenciar nossos produtos para exportação. Um problema sério, não só de São Paulo mas do Brasil, é aumentar o potencial exportador. Temos uma balança comercial extremamente comprimida e sabemos que tratar com exportação é muito difícil.

Insisto que a tecnologia, como ferramenta para trabalhar nesse sentido, é fundamental, e São Paulo é o carro-chefe da Nação na questão industrial. Precisa, de fato, preocupar-se com isso.

Quando falo em tecnologia, não me refiro só ao fato de o produto estar dentro das especificações requeridas pelo comprador, mas também à preocupação

levantada pelo colega: que tipo de impacto essas novas tecnologias, falando estritamente de automação, estão provocando de fato? Qual a maneira de fazer os produtos, o tempo gasto pelas empresas e o perfil da mão-de-obra requerida? É um tipo de insumo que podemos oferecer para o grupo de Emprego e Trabalho, pegando deles, também, alguma informação.

Essas mudanças de caráter tecnológico não estão só aumentando o desemprego em termos estruturais, mas também modificando o perfil da força de trabalho requerida para a indústria.

Aí, entra também a questão do ensino técnico; que perfil deveria ter esse ensino, pensando-se na demanda de mão-de-obra do setor industrial hoje.

SR. – Acredito que estamos conseguindo formatar. Já temos o guarda-chuva da competitividade e os temas estão sendo reduzidos para que haja maior produtividade.

Entendo que as exportações deveriam ser um tema específico dentro da área. É importante despertar a atenção de toda a sociedade sobre a necessidade que o País tem de exportar. É um tema que deveria ser específico, e não estar envolvido na área de tecnologia.

São Paulo tem a liderança desse processo e necessita, de certa maneira, influenciar toda a Nação não só quanto à estabilização da economia, mas também quanto à possibilidade da expansão dos negócios, uma vez que a renda interna não deverá crescer. Por meio das exportações poderemos evoluir e gerar desenvolvimento interno.

SR. FAUSTO SESTARI – Permanecendo sob o guarda-chuva da competitividade, estou tentando identificar didaticamente cinco grupos.

Um seria sobre a competitividade da indústria paulista e as relações de trabalho e emprego; outro, sobre a competitividade e os aspectos ambientais; a competitividade e os aspectos tecnológicos; a questão da competitividade junto com

os aspectos fiscais; a competitividade e os aspectos geográficos. Talvez o termo “geográfico” não seja muito adequado. Inclui a questão do *cluster*, das locações, ou seja, dos aspectos regionais. Quanto ao que você havia listado e ao que colocamos, debaixo do guarda-chuva da competitividade, parece-me que esses cinco grupos envolvem tudo. Não sei se falta alguma coisa.

SRA. SÍLVIA – Eu só colocaria exportação como item separado, conforme sugestão dele.

SR. FAUSTO SESTARI – Concordo no curto prazo. Deveríamos verificar os mecanismos, o que está sendo feito para fomentar, como a pequena empresa está sendo qualificada, como reduzir custos nesse processo. Talvez tivesse que ser aberto um campo, que seria o mercado da atividade industrial.

SRA. SÍLVIA – Na realidade, a exportação vincula-se ao tema mercado. Existem os mercados internos, e é exatamente nesse item que a exportação se encaixa.

Fiz uma agenda bastante longa, não para que todos os itens sejam tratados obrigatoriamente, mas para servir como roteiro ou guia para iniciarmos a discussão. Acredito que, nesse sentido, ela é bastante profícua.

Realmente, há palavras-chaves, como “competitividade”, que podem alinhar todo o grupo e lançar as diretrizes para o trabalho final. Vejo a exportação muito ligada à competitividade, assim como aos mercados e à própria tecnologia, porque o avanço tecnológico é feito visando, em grande parte, a produtos mais competitivos, principalmente, no mercado internacional.

Vejo implícita em todas essas palavras-chaves – e isso pode ser contemplado de maneira específica ou generalizada – a relação local/global. Hoje, não se faz nenhum planejamento, seja em nível local ou regional, sem que essa relação do

local com o global seja considerada. Portanto, é uma preocupação que, implícita ou explicitamente, deve perpassar todo o relatório.

SR. – No quadro que você agregou, não vi nenhuma questão relativa a financiamento da indústria, mercado de capitais, de acesso, essas coisas. Hoje, temos um esquema de financiamento muito pobre no País, e há uma série de ferramentas que podem ser melhoradas; mercados de capitais é uma delas, mudando algumas questões.

Na proposta do Deputado, isso é mencionado no item cinco, e deveria merecer um ponto específico. Financiamento, capital de risco, fundo de capital de risco, todo esse conjunto mereceria também um tópico à parte, porque faz parte do item competitividade.

SRA. – Na questão da tecnologia, eu gostaria de acrescentar a inovação tecnológica; como ela pode ser feita na indústria paulista, não só em termos de mercado nacional mas também internacional. Hoje, na área da educação, as universidades estão pensando na questão de transferência de tecnologia, inclusive a partir de um *college*, de uma universidade no exterior.

Nós também deveríamos estudar tecnologias que podem ser transferidas, visando a competitividade e inovação na criação de novos produtos e serviços, e como é possível gerar mais mão-de-obra mesmo com essa tecnologia.

Seria também interessante pensarmos no tipo de tecnologia que está influenciando a indústria paulista hoje e influenciará nos próximos cinco anos. Temos hoje, no mercado emergente, a tecnologia digital, a tecnologia de informação e, sobretudo, a área de telecomunicações, que está decolando não só em São Paulo mas também em outras capitais que, antes, não se inseriam nesse mercado.

SR. – Outra questão é a do conhecimento. Hoje, não existem informações disponíveis em meio eletrônico para quem está montando uma indústria de produtos

de beleza – por exemplo, qual a localização mais adequada, onde existe uma concentração desse setor no Estado.

Há um projeto do Secretário José Aníbal de fazer algo nessa linha, mas o assunto também poderia ser sugerido aos órgãos envolvidos, para que estes fornecessem algum tipo de informação, ou fazer parte de um *site* do governo, ou alguma coisa assim. Nesse sentido, temos um projeto no Sebrae, o Proder, que visa descobrir vocações regionais. Esse tipo de informação não estaria relacionado só às questões que citei, mas também à tecnologia. Hoje, temos uma série de institutos que dispõem desse tipo de informação, mas não há divulgação. Seria uma espécie de banco de dados sobre informações de tecnologia, de localização industrial, tópicos dessa natureza.

SR. – Esse diagnóstico nós não conseguimos fazer. Se trago para a Mesa o tema Indústria, apesar de termos no Conselho pessoas ligadas a diversas instituições, não conseguimos fechar um diagnóstico adequado sobre o tema. Reclamo da política, entretanto não posso construir um planejamento estratégico, porque não tenho base de informação para falar sobre isso.

Sob o ponto de vista da competitividade a médio e longo prazos, talvez esse seja um dos pontos mais fundamentais: começarmos a construir informações minimamente conciliáveis, termos o mínimo de articulação.

Depois que li o relatório do Seade, constatei que juntamos informação despropositada, e isso é um desperdício de tempo, de energia, de dinheiro. Esta é a preocupação que estou levando para a Fiesp. Fazemos um levantamento brutalmente detalhado, colhem-se informações com outras características e, quando vou casar, não dá em nada. Precisamos ter o mínimo de direcionamento.

A questão financeira, na minha visão, estava embutida na tecnológica, mas na realidade não dá para fazer isso. É tentar fazer um guarda-chuva muito amplo.

Creio que, dentro da competitividade, devemos listar 10, 12, pontos relevantes, focar sobre aquilo que seja mais importante e conduzir tudo no prazo de que falamos.

SRA. – Na questão do financiamento, existem hoje leis que podem ser utilizada para financiamento de projetos na área da educação, por intermédio de fundações de pesquisa, como a Lei nº 9.249, de 26/12/95.

Um caminho pode ser, talvez, parcerias com empresas que tenham essa possibilidade. É claro que deveria haver alguma alteração na lei atual ou geração de uma outra nesse sentido. Hoje, existe essa guerra fiscal que está limitando a ação dos Estados e, muitas vezes, gerando um clima de não-parceria entre as diversas regiões do País.

Poderíamos sugerir outros caminhos. Quem sabe uma lei ou um decreto-lei do governador Mário Covas contemplando a questão da sobrecarga de impostos que a indústria, a empresa, tem de arcar. Dessa forma, sua verba poderia até ser destinada para o desenvolvimento de outros projetos, outros produtos, ou alavancar a empresa no mercado nacional e mesmo internacional.

SR. – O financiamento tem várias facetas. Há a questão da carga fiscal.

SR. JORGE CARUSO – O senhor me permite? O Dr. Fausto disse que vê a questão do financiamento muito ligada à questão da tecnologia. Atualmente, vejo o financiamento muito mais ligado aos aspectos fiscais, a essa guerra fiscal em si. Não sei se sou incorreto nesse ponto.

SR. – Permita-me um esclarecimento, Deputado. De fato, essa é uma parte do problema, mas estou sendo um pouco mais amplo. Por exemplo, não há no Brasil o mercado de acesso a empresas que estão sendo constituídas; não há fundos constituídos de empresas emergentes. O que quero é dar condições às

empresas que se constituem de terem acesso a um mercado eficiente de capitais, no qual, por exemplo, possam alocar recursos, ser parceiras e ter benefícios que hoje não têm.

Suponha que eu faça hoje uma operação no mercado de capitais. Vou ter uma tributação equivalente à renda fixa. A proposta seria a seguinte: se eu investir numa empresa de base emergente e ficar com as ações durante dois anos, não teria Imposto de Renda. Aí, poderia compensar isso, sob o ponto de vista da Receita Federal, com elevação de Imposto de Renda sobre operações e *trade*.

Dessa maneira, estamos criando um mercado que terá investidor interessado em colocar dinheiro por dois anos em empresas emergentes, favorecendo o financiamento de capital de risco, que é o que os empresários mais desejam, e não capital de crédito, que custa muito caro em razão do juro brasileiro.

Estou indo um pouco mais além na questão do crédito para incluir a parceria, ou seja, investidores interessados em ser parceiros das indústrias, e não credores, como acontece hoje.

SR. – E há o aspecto do estímulo ao empreendimento. É outro ponto fundamental. Todos os Projers da vida, hoje, não passam de discurso; 4 mil propostas, 350 aprovadas e 30 viabilizadas. Com 220% de garantia, vou estimular empreendimentos onde? É o risco que só eu, como empreendedor, assumo.

Tenho disponibilidade de recursos, mas preciso idealizar o projeto certo, porque, numa visão em que a sociedade se beneficia de uma ação empreendedora, só eu assumo o risco de ele dar certo ou errado. A questão de financiamento e investimento implica, fundamentalmente, o empreendimento.

SRA. – Eu gostaria de fazer um comentário geral sobre as propostas de temas sugeridos pela Mesa.

Eu ligaria o acesso das micro e pequenas empresas mais aos canais de financiamento. Quando falamos de exportação, uma grande dificuldade, além das de caráter tecnológico, é justamente a do financiamento.

Valeria a pena nos debruçarmos sobre essa questão, porque os canais já abertos – como Fides/Fidec, na Caixa Econômica do Estado de São Paulo – não funcionam. São iniciativas que nunca saíram do papel. São óbices reais que precisamos verificar. Qual é a estrutura de financiamento real com que as empresas contam para que haja qualquer alavancagem, tanto no sentido de melhorarem a competitividade interna como a externa, pensando numa capacidade de exportação?

Esse aspecto se refere ao financiamento das empresas pequenas, que representam, do conjunto exportador do Brasil, simples 2%. Elas não conseguem ter acesso ao mercado externo.

Uma questão bastante citada como tentativa de política industrial para São Paulo, na ausência de uma política real, é a dos *clusters*. Essa terceira questão, ligada à quarta ou à segunda, diz o seguinte: “Alteração da linha de desenvolvimento regional e as tendências recentes e futuras de localização industrial, o estudo das diferenças estruturais e eventuais projeções, considerando-se as alterações ocorridas nos últimos 20 anos. Conseqüências da concentração excessiva de atividades e da população numa área geográfica restrita ou no centro urbano, e/ou industrial (deve estar-se referindo à região metropolitana). Quais as sugestões de medidas para conter o processo concentrador, mantendo-se o desenvolvimento industrial dentro do Estado.”

A preocupação maior contida aqui é o excesso de problemas de áreas metropolitanas como São Paulo, mas deveríamos pensar o que esses *clusters* representam de fato, porque estamos-nos espelhando na experiência italiana e em outras que são muito bem-sucedidas.

Temos *clusters* de fato? O que representa Franca? O que representa Americana? E a região que produz mobiliário? Existem de fato *clusters* em São

Paulo? Eles têm futuro? O que falta para que tenham futuro? Vale a pena apostar nessa via?

Não digo que esse assunto tenha de ser específico, ele pode ser inserido em outro. Mas deve ser contemplado, até porque é o que está aparecendo como alternativa de política industrial para São Paulo.

SRA. – Quanto à questão da micro e da pequena empresas, no que se refere a financiamento, eu gostaria de citar a experiência do México. Eles tinham essa preocupação e os micro e pequenos empresários, perto de 100, mobilizaram-se e conseguiram que um banco particular participasse da iniciativa, levando a proposta ao governo federal daquele país.

O banco privado propôs a participação de um percentual e conseguiu a aprovação do governo federal, abrindo a possibilidade de essas micro e pequenas terem conta conjunta em banco e diversificar suas áreas.

Desde um empresário pequeno até um sapateiro, uma lavadeira, uma pessoa bem humilde, todos tiveram condição de ter conta participativa em banco, e o governo também se incorporou nesse desenvolvimento. Essas micro e pequenas empresas, no México, conseguiram participar efetivamente de projetos de financiamento, com suporte do governo. Essa poderia, também, ser uma idéia e sugestão para o caso específico do Brasil.

A maior dificuldade é essas empresas sobreviverem, no máximo, ao primeiro ano e chegarem a quatro, o que normalmente acontece com 90% delas. A questão não é só o financiamento do investimento inicial, mas também a gestão desse capital mínimo que elas têm para alavancar seu projeto e se instalar como empresas no mercado.

SR. – Dentro do que foi falado, criei uma lista de palavras-chaves, as mais ouvidas – a partir disso, teríamos uma formatação da espinha dorsal do trabalho.

Essas palavras-chaves são: competitividade, exportação, participação do Estado, legislação fiscal e política industrial, meio ambiente e infra-estrutura, linhas de crédito, tecnologia e automação, normalização e qualidade, qualificação de mão-de-obra, flexibilidade da produção industrial, terceirização e cooperativas, identificação de mercados futuros, regionalização e *clusters*.

SR. – Competitividade é o guarda-chuva. Aí, falamos de relações de trabalho e emprego; entra o que foi posto – CLT, cooperativas, qualificação de mão-de-obra – como pontos tratados nesse campo. Aspectos ambientais e de infra-estrutura não foram detalhados, mas fazem parte do geral.

Aspectos tecnológicos: entrou o aspecto tecnológico do produto, das ferramentas tecnológicas, a questão da qualidade, da produtividade e dos processos tecnológicos.

Aspectos fiscais: guerra fiscal e reforma de tributos, no sentido de assegurar competitividade.

Aspectos geográficos e regionais: *clusters*, cadeias produtivas e vocações, identificação de vocações regionais.

Aspectos do mercado global: exportação, principalmente com foco na exportação em micro e pequena empresa.

Aspectos de investimento e financiamento: aqui se trata do financiamento voltado fundamentalmente para a pequena e a microempresa.

E banco de dados, um ponto que foi levantado e que poderia fechar.

SR. JORGE CARUSO – Quero apresentar aos senhores o vice-prefeito da cidade de Rancharia, que veio fazer uma visita.

SR. VICE-PREFEITO DE RANCHARIA – É um prazer muito grande estar aqui acompanhando o trabalho dos senhores. Levarei à minha cidade a preocupação de todos quanto às pequenas empresas já no século 21.

SR. JORGE CARUSO – É importante salientar que Rancharia, próximo a Presidente Prudente, é uma região totalmente sem indústrias. Daí, a importância do nosso trabalho para esses pequenos municípios esquecidos no contexto do Estado de São Paulo.

SR. – Esse Fórum também é propício para que comentemos um pouco do que está sendo feito no Sebrae, e que tem a ver com tudo isso que foi discutido.

Vou começar falando de Rancharia. Temos um projeto, o SAI (Sistema Agroindustrial Integrado), que visa verificar, por exemplo, as condições de uma determinada cultura numa cidade do interior. A partir daí, criam-se condições para que o pessoal se organize em cooperativas, capacitando-se ainda para se transformarem de agricultores em empreendedores rurais.

Fizemos o lançamento do SAI no Palácio do Governo, semana passada, e o objetivo é que ele atinja, até o final do ano, 90% do território paulista. E Rancharia pertence a nossa Regional de Presidente Prudente, como você comentou. Então, deve estar envolvida nesse processo.

O agronegócio, hoje, representa, pelo menos, 40% da pauta de exportação do Brasil.

Outra questão que nossa colega levantou, não sei se todos sabem, é a do México. O governo federal lançou, no dia 5 de outubro passado, um programa chamado Brasil Empreendedor. Nesse dia foi editado o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, um projeto iniciado por José Sarney há vários anos, e também uma série de outras medidas com o objetivo de fazer com que essas empresas tivessem acesso ao crédito.

Todo o Sebrae esteve lá representado e tivemos, inclusive, uma reunião com os Ministros Alcides Tápias e Aloísio Ferreira; o Presidente e o governador Mário Covas também compareceram. Essa reunião visava lançar um programa, iniciado em 5 de novembro do ano passado e com término em novembro deste ano, para capacitar as empresas via Sebrae, que tem programas de capacitação e gestão das micro e pequenas empresas, com o objetivo de que tenham acesso a crédito.

Existem hoje no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, incluindo Basa e Banco do Nordeste, cerca de 8 bilhões de reais de recursos para as pequenas e microempresas. E o acesso a esses recursos não tem acontecido, mais por causa da estrutura bancária de atendimento às pequenas e microempresas, do que por falta de dinheiro.

Outro agravante é o fato de que o Brasil atravessou – e não podemos esconder isso – um cenário macroeconômico bastante adverso nos últimos anos. Entendo que a questão do crédito era até secundária, dado que o crédito não iria salvar uma empresa que não tinha clientes para atender.

Meu colega da Fiesp deve ter um conhecimento bem profundo dessa situação. Nos últimos anos, houve um ambiente bastante hostil para o desenvolvimento das indústrias, e isso, naturalmente, afetou a pequena empresa.

Acredito que, este ano, com um cenário econômico mais favorável e com esse programa, o financiamento para as pequenas e as microempresas deverá crescer sensivelmente.

Outra questão é que esse programa federal envolve todo o Brasil. Estamos conversando, por intermédio do Secretário de Ciência e Tecnologia, José Aníbal, com o governador Mário Covas para fazer um programa também em São Paulo, envolvendo, por exemplo, Refis estadual e uma série de mudanças – inclusive no Simpis paulista – para se adequar ao novo estatuto promulgado no dia 5 de outubro do ano passado.

Creio que, em breve, haverá um programa semelhante em São Paulo, especificamente para as empresas localizadas no Estado.

SR. – O projeto do Estatuto da Micro e Pequena Empresa está parado no Congresso e não decola. Há necessidade de uma ação forte da sociedade, para que esse projeto caminhe e seja aprovado.

SR. – Você se refere ao estatuto. Mas ele foi aprovado pelo Congresso.

SR. – A regulamentação foi aprovada. O estatuto não está regulamentado.

SR. – Não está, mas há um limite em que as micro e pequenas empresas têm condição de recorrer ao Juizado de Pequenas Causas. Então, a partir de agora, é possível uma microempresa recorrer ao Juizado de Pequenas Causas para fazer seu questionamento. O Sebrae foi procurado para ajudar o Juizado nessa questão.

SR. – Ajudar na lei, porque, na prática, os Juizados de Pequenas Causas estão apavorados com a possibilidade, eles não têm estrutura para atender.

SR. – Exatamente. Por isso eles estão procurando o Sebrae, para ajudá-los. Entendo que há necessidade da regulamentação de algumas questões, mas o estatuto tem muita coisa que não precisa ser regulamentada, por já estar pronta. Já classifica, por exemplo, o que é uma pequena e uma média empresa, e dá uma série de condições que antes não existiam.

SR. FAUSTO SESTARI – Eu participei de um Fórum semelhante a este aqui. Começou com o Fórum da Cidadania na região da ABC, depois veio a Câmara Regional do Grande ABC. Lá existe um aspecto da indústria muito importante, que é o ideológico, o que está embutido na questão indústria ou ação empresarial.

Durante os últimos 30 anos, acabamos criando um ambiente hostil à ação do empreendimento, porque o indivíduo que se identificava como industrial era visto como explorador de mão-de-obra, que auferia lucro, e lucro era considerado pecado. De outro lado, ele era considerado um predador de todas as questões ambientais. Ou seja, era uma pessoa malvista pela sociedade.

Fui diretor do Ciesp de Santo André durante muitos anos e havia um concurso de redação para as crianças da 1ª à 4ª série. O tema sempre era “O que você enxerga como indústria”. E era um horror. Nós íamos parar de propor industriais, indivíduos que se dispusessem a fazer indústria, porque a sociedade execrava isso. O industrial estava vinculado ao processo ditatorial e uma série de coisas.

É fundamental que se faça isso, senão fica-se numa discussão hipócrita. Todos julgam a indústria importante, mas o ambientalista cria situações absolutamente restritivas; a lei de zoneamento empurra a indústria, cada vez mais, para a periferia da cidade. Aí é preciso criar uma lei do outro lado, o que, praticamente, acabamos fazendo no ABC – a Lei de Preservação da Atividade Industrial. Senão não haveria espaço para deixar a indústria dentro da cidade.

Então, era mais fácil pegar uma área de 150.000 m² e transformar num Carrefour e num estacionamento do que eu criar, inteligentemente, um condomínio industrial dentro daquela área. Quanto gero de emprego hoje naquele Carrefour? O mínimo. Quanto gero de receita *per capita*? O mínimo. Gero arrecadação mas, quanto a emprego e receita *per capita*, destruo a proposta.

Pode-se dizer que a indústria também não está repondo emprego na mesma proporção, mas essa é outra vertente de conversa. É fundamental trabalharmos essa questão e separar a ideologia da indústria. Tem o indivíduo que é mau empresário e uma série de coisas com que não compactuamos, mas não podemos generalizar. Ninguém está falando em reforma de CLT para aumentar lucro.

O guarda-chuva da competitividade é fundamental. Exemplo disso se viu no Fórum do ABC, em que a palavra-chave que fez com que nos aglutinásemos foi

“qualidade de vida para todos”. Poderia vir quem viesse, representando qualquer setor, que se enquadraria só de olhar o foco “qualidade de vida para todos”. Qualquer setor, qualquer indivíduo, qualquer representação que estivesse fora daquele escopo não participava desse consenso.

E nós estamos falando de competitividade para quê? Para auferir lucro para o empresário? Não. Aí, há a responsabilidade social da empresa, a importância da empresa como geradora de riqueza para a sociedade.

Nós perdemos um pouco desses valores e precisamos recompô-los. Pode parecer uma bobagem, mas é, conceitualmente, decisivo para orientarmos nossas ações daqui para frente.

SR. JORGE CARUSO – Em razão de tudo que foi dito, verifico que chegamos a sete subgrupos, que vou enumerar aos senhores. Tem a questão da guerra fiscal, primeiro item; o meio ambiente, segundo item; o espaço físico, geografia, terceiro item; financiamento, quarto item; exportação, quinto item; relações de trabalho, sexto item; tecnologia, sétimo item.

Submeto à apreciação dos senhores para saber se concordam que adotemos essas palavras-chaves para os subgrupos ou é necessária alguma modificação.

SRA. – Acredito que um item que também deve ser colocado é a participação do Estado na questão da indústria, como ele pode participar nessa infra-estrutura que a indústria pode ter em nossa cidade.

Quanto a essa questão da microempresa, quero citar uma experiência do Canadá. O objetivo de toda micro e pequena empresa é chegar a ser média empresa um dia.

O exemplo do Canadá demonstra que 70% das micro e pequenas empresas daquele país, hoje, são frutos de incubadoras tecnológicas. Acredito que isso também pode ser uma referência. Como pode haver uma participação do Estado na

geração de incubadoras tecnológicas com o objetivo promover micro e pequena empresa a um patamar de média empresa?

Hoje, sabemos que quem oferece trabalho, nesta cidade e neste país, são basicamente as micro e as pequenas empresas. As médias não oferecem tanta oportunidade como as pequenas.

Seria importante salientar a participação do Estado como um todo. Como a esfera municipal, a estadual e a federal podem criar essa conexão de forma que haja uma participação efetiva junto às indústrias e às empresas.

SRA. – Quanto aos pontos que você leu, quero dizer que concordo com a competitividade e a qualidade de vida, porque creio que não é possível perder essa perspectiva.

Quando o conselheiro leu a relação dele, pareceu-me que estava contemplando menos itens – cinco –, mas ele já deu detalhes dentro de cada item que me pareceram bastante lógicos.

SR. JORGE CARUSO – A proposta do Sr. Fausto?

SRA. – Exatamente. Que fosse lida e que refletíssemos sobre ela. Parece-me que a dele é mais abrangente. E, reduzindo o número de grupos, facilitaria o nosso trabalho.

SRA. SÍLVIA – Eu queria apenas lembrar (não sei se sou a única representante do interior do Estado) que tem de haver uma preocupação quanto ao vínculo com a tecnologia da atividade industrial e áreas interioranas, que estão sofrendo processos de esvaziamento econômico, principalmente nas áreas da agroindústria açucareira.

Fizemos uma pesquisa em Piracicaba, onde há um complexo agroindustrial, um CAI tradicional e poderoso, que está estagnado e tende a decair.

Há, com certeza, uma interface do grupo da Indústria com a Agricultura. Mas, quando se fala em tecnologia, não se pode apenas pensar em tecnologias de ponta, em pólos tecnológicos como São Carlos, Campinas. É preciso também refletir que soluções tecnologicamente simples precisam ser pensadas para esse interior que está muitas vezes precisando de indústria ou de uma renovação, uma reconversão industrial.

Nós, que vivemos no interior, sentimos isso. As agroindústrias do açúcar, principalmente por causa da estagnação mundial, tendem a decair, e há toda uma população que vive da colheita ou do trabalho nas usinas. É preciso pensar isso em todos os tipos de agroindústria. A interação indústria/agricultura é muito importante para todo o interior do Estado.

Temos que pensar na alta tecnologia dos pólos tecnológicos, dos *clusters*, dos distritos industriais, em toda a terceirização, nessas cadeias produtivas que estão sendo encadeadas e entrelaçadas. Mas precisamos, também, pensar em tecnologias tradicionais – vamos dizer assim – necessárias para que essas disparidades regionais existentes tenham uma solução. Se não a melhor possível, pelo menos, que seja contemplada com a atenção deste Fórum.

SR. JORGE CARUSO – Sua sugestão é de que, apesar de termos as questões geográficas trabalhadas como ponto específico, também seja discutida a questão regional.

SRA. SÍLVIA – Que, nesses aspectos regionais, a questão da interação indústria/agricultura e da agroindústria sejam temas abordados.

SR. JORGE CARUSO – E que o aspecto tecnológico seja, necessariamente, um subitem dentro da discussão do aspecto tecnológico.

SRA. SÍLVIA – Exato. E a reconversão industrial dessas áreas. Com tal decadência, o que incentivar nessas áreas?

SR. FAUSTO SESTARI – Nós temos um grupo participando de um subgrupo do Fórum, Agricultura, e o pessoal do *agribusiness*, da agroindústria, também está lá. Acredito que sua colocação seja pertinente, mas deve entrar quando discutirmos a questão do *cluster*, da vocação regional, das cadeias produtivas.

A região geográfica de Ribeirão, por exemplo, vivia do açúcar, em função do projeto álcool ou da situação do açúcar no cenário mundial. Para onde vai? É preciso repensar isso dentro de uma nova visão, de uma recuperação econômica da atividade industrial nesse segmento. Portanto, creio que ela entra na discussão regional mesmo.

O Caderno 10 tem o grupo que se chama Agricultura e Agronegócios, além da Agroindústria Paulista como um subtema de discussão.

SR. JORGE CARUSO – Eu vou proceder, novamente, à leitura da proposta do Sr. Fausto e submetê-la à apreciação dos senhores.

Ele subdivide os trabalhos em sete grupos. Primeiro, Relações de Trabalho e Emprego, no qual entram CLT, cooperativas, qualificação profissional; outro grupo seria Aspectos Ambientais e Infra-estrutura; terceiro, Aspectos Tecnológicos, em que se discute o produto, a produtividade, os processos; quarto, Aspectos Fiscais, a guerra fiscal e a reforma tributária; quinto, Aspectos Geográficos e Regionais, os *clusters*, as cadeias produtivas, vocações regionais; sexto, Aspectos do Investimento e de Financiamentos; sétimo e último item, Banco de Dados. Aqui não está colocada a exportação.

SR. – Exportação está no mercado global. Relações com o mercado global, com ênfase na exportação.

SR. JORGE CARUSO – Então, seriam esses oito itens.

SR. – Tem também A Indústria e suas Relações com o Estado, que também foi comentado – ou seja, o tipo de legislação.

SR. – Isso estaria na guerra fiscal e aspectos tributários.

SR. JORGE CARUSO – Então, teríamos oito subgrupos. Estão todos de acordo com essa divisão? Podemos tirar como consenso?

SR. – Creio que poderíamos focar mais o trabalho da indústria. Estamos discutindo “trabalho”, que é tema de outro grupo; “ambiente” também é tema de outro grupo, assim como “tecnologia”. Os aspectos fiscais talvez entrem em reforma do Estado, também de outro grupo.

Não temos micro e pequena indústria em discussão – esse seria, a meu ver, um tema do nosso grupo. Quando falamos em exportação, por exemplo, podemos discutir produção, qualidade, competitividade de produção voltada para a exportação, mas não cabe a um Fórum estadual discutir unicamente exportação, porque isso é da área federal.

Quando discutimos financiamento, focamos as discussões em cima de acesso a linhas de financiamento, por meio de leis federais. Acredito que estamos sendo muito abrangentes e poderíamos enxugar e focar mais o nosso trabalho.

SRA. – O senhor me permite discordar? Na realidade, a indústria é uma atividade econômica que se localiza no espaço. Ela não está solta no espaço sideral. Está no espaço geográfico. Ao incidir sobre o espaço geográfico, ela tem inter-relações com todos os elementos que compõem esse mesmo espaço – ou

seja, com a sociedade, com o meio ambiente etc. Ela tanto recebe influências como influencia.

É uma inter-relação, e não se pode estudar indústria sem estudar todo esse contexto no qual ela se insere.

SR. – Eu não quis dizer que não cabe discutir isso. Minha preocupação é estarmos discutindo alguns aspectos que estão sendo tratados em outros grupos.

SRA. – Mas, em meu modo de entender, não há como separar essas inter-relações.

SR. JORGE CARUSO – Se pegarmos o Meio Ambiente, não está sendo discutida a indústria especificamente, mas o meio ambiente como um todo. Aqui, vamos direcionar o meio ambiente, especificamente, para a indústria. De certa forma, estamos restringindo. E, hoje, a questão do meio ambiente, para a indústria, é preocupante.

As indústrias estão começando a se preocupar com a legislação e a fiscalização que vêm aí, e creio que esse aspecto tem de ser discutido, porque o processo de industrialização passa por isso.

SRA. – É como a questão do trabalho; não há só o trabalho industrial. A comissão da Agricultura, certamente, também analisará o trabalho nas áreas agrícolas, só que não é o trabalho industrial.

SR. – Eu quis dizer que, talvez, fosse mais produtivo tentar fazer uma inter-relação com os grupos em que os temas se tocam.

SR. JORGE CARUSO – Entendo que os outros grupos não vão querer discutir indústria especificamente. De qualquer forma, quando discutimos o meio ambiente na indústria, a expressão “meio ambiente” é apenas um tópico. Na realidade, vamos discutir a indústria em si e sua adequação ao meio ambiente; não vamos discutir a legislação do meio ambiente, mas sim a caracterização da indústria nesse contexto.

SR. – Creio que o Deputado foi bem feliz nessa colocação. Temos, por exemplo, o setor de carvão (bastante importante na área das micro e das pequenas empresas no Estado de São Paulo), que hoje está muito preocupado com a legislação federal, porque boa parte dessas indústrias, se não se adaptarem, desaparecerão.

Estamos envolvidos num trabalho de certificação da indústria do carvão, justamente para evitar que essas empresas desapareçam de uma hora para outra. A questão ambiental é muito propícia, está muito bem colocada nesta discussão, e é um tópico que devemos desenvolver.

Além disso, entendo que a pequena e a micro indústrias permeiam todos os temas comentados. Ou seja, sabemos que mais de 90% das empresas no Brasil são micro e pequenas. Portanto, esse vai ser o foco da nossa discussão, quer seja em exportação quer seja em competitividade etc.

SRA. – Entendo a preocupação de direcionar, porque temos recursos limitados para a realização deste trabalho, mas, quando tratamos da indústria, temos de ver vários aspectos dela. Não dá para tratar de indústria sem falar de tecnologia, de financiamento, de infra-estrutura etc.

Haveria até outros aspectos nos quais eu nem quis tocar, porque a lista ficaria enorme. Por exemplo, uma questão muito importante é a de logística. Existem “passeios” desnecessários que os produtos fazem até chegar a seu destino final, o que encarece bastante seu preço. Eu não quis tocar nisso porque é uma questão de

distribuição, que não está tão inserida na indústria mas vai ter reflexo sobre a competitividade, pois influirá sobre o preço. Calculo que, se for relevante e der tempo, poderemos tocar nesse ponto dentro da infra-estrutura.

Também concordo que está amplo, mas na medida certa. Se tirarmos alguma coisa, podemos pecar por omissão. Creio que o passo seguinte, se não houver mais objeções quanto aos temas, será organizarmo-nos e estabelecer a forma de realizar essa tarefa no tempo disponível.

SR. JORGE CARUSO – Partindo desses oito grupos, qual a sugestão dos senhores para a divisão dos trabalhos por temas?

SRA. – Como a convocação chegou para nós em cima da hora, acredito que algumas pessoas não tenham tido condição, realmente, de estar presentes. Creio que elas também deveriam ser ouvidas, mas não sei como realizar isso.

SR. JORGE CARUSO – Nosso objetivo seria fazer a divisão, em grupos, dos conselheiros presentes, de acordo com suas preferências. Quanto aos ausentes, vamos informá-los da composição, da divisão, e eles escolherão o grupo do qual queiram participar. Não podemos mais atrasar esse processo.

SR. – Qual é o número total de conselheiros?

SR. JORGE CARUSO – São 21 conselheiros.

SR. – A proposta original vai sofrendo modificações progressivas. Vamos supor que apareçam outros interessados em participar; não teríamos como excluí-los do processo de inserção. Mas concordo com você, não é possível parar. A representatividade é esta e vamos caminhar com ela.

Se dividirmos o grupo agora e não tivermos muito claro a tarefa de cada um, corremos o risco de compor trabalhos impossíveis de compatibilizar num documento único final.

Talvez pudéssemos tirar uma comissão mais sucinta, que fizesse o papel de uma coordenação executiva – ou seja, quatro ou cinco pessoas que tivessem mais constância de relacionamento, que preparassem e arrumassem o trabalho para, na seqüência, realizarmos a divisão.

Quanto à questão do meio ambiente, a dúvida é: até que ponto essa questão será tratada no grupo Meio Ambiente? Vale a pena constituirmos um grupo ou será melhor nos relacionarmos com o do Meio Ambiente e criarmos uma pauta comum sobre indústria? O mesmo vale para Relações de Trabalho.

Talvez fosse melhor termos um grupo menor de coordenação executiva, que fizesse o papel de selecionar e organizar o trabalho da plenária. Numa reunião rápida, poderíamos tratar do aprofundamento, em que o perfil das pessoas é outro. Seriam mais técnicas e apresentariam um nível de detalhamento que possibilitasse uma discussão de conteúdo.

Minha impressão é de que fizemos um cenário macro, dentro de nossa visão. Mas, na fase seguinte, algumas pessoas darão uma contribuição relativamente pequena quando houver necessidade de riqueza de detalhes, de informação.

Talvez, a partir dessa forma de trabalho, tenhamos de voltar às nossas representações e dizer que é necessário alguém que entenda de indústria e meio ambiente, para que possamos dar peso ao material que vamos trabalhar.

SR. JORGE CARUSO – A idéia seria estabelecer a proximidade de cada conselheiro com determinado tema específico. Pelo número de subgrupos – oito –, vamos pedir que todos interajam da melhor forma possível em todos. Se não for possível, pelo menos em dois, para termos consistência.

Dentro do meio ambiente, das relações de trabalho, como foi citado, talvez fique-se numa discussão um pouco menor ou apenas num detalhe.

SR. – A interligação é possível?

SR. JORGE CARUSO – Acredito que sim. Dentro da programação do Século 21, temos, para junho, a entrega do primeiro relatório. A nossa idéia é que, no prazo de dois meses, tenhamos a conclusão dos trabalhos, com uma apresentação que provavelmente ocupe um dia todo, pelo processo de videoconferência – ou seja, uma apresentação ampla dos trabalhos de cada grupo formando um todo.

Até lá, a idéia que surgiu é de, a cada 15 dias ou uma vez por mês (isso também será posto em discussão), trazermos os subsídios dos grupos, por meio de palestras ou seminários voltados especificamente ao tema, para darmos uma consistência, até chegarmos a essa reunião maior, quando exporemos o que foi feito.

Submeto isso à apreciação dos senhores. Creio que será possível tirarmos um consenso de tudo isso e que um conselheiro tem condições de discutir em dois, três desses subgrupos.

SR. – Dependendo do produto que queremos tirar desses subgrupos, teremos um nível de qualificação maior ou menor. Qual é o nosso objetivo agora com relação a esse documento final para a data limite de junho? Listar pontos seria considerado relevante? Fundamentar os pontos listados? Apresentar propostas?

Dependendo do produto que iremos apresentar – por exemplo, tecnologia –, temos uma série de entidades que não estão integradas a esses 20 conselheiros, mas que poderão contribuir. Se atribuíssemos a coordenação do grupo de Tecnologia a parte dos conselheiros, estaríamos iniciando outro movimento que pode não parar em junho. Aliás, seria aconselhável que não parasse.

De qualquer forma, temos de ter um produto para apresentar em junho. Qual é o produto? É a definição dos pontos que concordamos serem os mais relevantes, para que, numa segunda etapa, entremos num nível de detalhamento? É a

identificação de pontos de embasamento ou proposição? Na minha opinião, proposição não dá, porque o tempo é curto e é necessário fazer um diagnóstico.

É isso que temos de decidir. O que vamos fazer até junho, o que vamos apontar? Dividirmo-nos com a visão de coordenadores de grupo é uma situação; porém, dividirmo-nos como integrantes de um grupo que vai ter de dar resposta sobre um tema, é outra. Que resposta vamos dar?

SR. JORGE CARUSO – A sua sugestão é de que cada grupo tenha um coordenador, uma mola-mestra.

SR. FAUSTO SESTARI – Ou um grupo de coordenação. Temos oito grupos aqui. Talvez pudéssemos nos dividir e compor dois, três coordenadores.

SR. JORGE CARUSO – De qualquer forma, vamos precisar de dois, três conselheiros para coordenar um grupo maior, o de Redação, que vai fazer, justamente, a interação disso tudo.

SR. FAUSTO SESTARI – Eu pensei nessa divisão, inicialmente, para que as pessoas ouvissem outras fontes e buscassem mais conhecimento técnico.

SR. – Fausto, se cada conselheiro participar de dois grupos, teremos cinco membros em cada grupo. São 21 conselheiros; se participarmos de dois grupos, nós nos transformamos em 42; por oito grupos, dá cinco. Poderia ser feita uma divisão de cinco conselheiros por grupo, com a coordenação de um deles.

Se não for inconstitucional, que esse coordenador tenha liberdade de consultar a sociedade civil, seus especialistas, como contribuintes para a elaboração do relatório final.

SR. – Esse caminho parece ser o mais interessante. Junho pode não ser suficiente, mas podemos cumprir uma primeira etapa e construir propostas na seqüência.

Essa cumplicidade que a Assembléia Legislativa começa a construir ao redor dos temas fundamentais da sociedade (foi a discussão que tivemos na Fiesp) revigora o seu papel. Sendo ela um foco de polarização de debates conseqüentes, organiza a visão das várias entidades que, hoje, estão trabalhando aleatoriamente, sem direção. Isso dá um direcionamento para a representatividade das instituições. É algo extremamente interessante e não pode parar.

SRA. – Eu gostaria de reforçar esse posicionamento, porque só consigo visualizar o trabalho dessa maneira. Além de construirmos grupos específicos, estamos contando com recursos das áreas de origem e das instituições com as quais temos contato. Sem fazer isso, não conseguiríamos chegar a resultado algum.

SR. JORGE CARUSO – E se o subgrupo Tecnologia, por exemplo, quiser fazer uma demonstração, trazer um especialista em determinado assunto para dar uma palestra, podemos definir isso. O objetivo é buscar fora daqui, das nossas experiências, o maior número de subsídios possíveis.

Fica aberta a questão da subdivisão dos grupos, com cinco pessoas em cada um e com um coordenador. Todos estão de acordo quanto a isso?

SR. – Eu gostaria de agregar mais um fator. Evidentemente, todos esses pontos abordados estão mais vinculados a aspectos práticos, mas a legislação fiscal e o meio ambiente estão vinculados à lei propriamente dita.

Não sei como isso poderia ser engajado, mas tanto a questão de meio ambiente como a parte fiscal, hoje, estão calcadas na legislação vigente. A competitividade cabe a cada setor, a cada empresário, a cada segmento. O mesmo vale para a questão tecnológica. Ou seja, cada segmento chama para si o que tem

de melhor, ou tenta regionalizar as questões de automação, de melhoria de tecnologia etc.

As questões ambiental e fiscal estão baseadas em lei. Então, temos de fazer com que esse trabalho se enquadre na lei vigente. Não há como criarmos um modelo ou um padrão que vá contra a lei, porque ela está aí para ser cumprida.

SR. – Mas dá para mudar. Estamos exatamente no ambiente próprio para isso.

SRA. – E dá para sugerir também.

SR. – Mas a mudança de lei, principalmente no que tange ao aspecto ambiental, não é tão simples. Acredito que não seja complicado mudar uma questão fiscal, mas mudar uma legislação ambiental é difícil, tanto que nossa lei é a mesma desde 1976. Já se passaram todos esses anos e não ocorreu nenhum tipo de alteração na Lei de Meio Ambiente, enquanto a lei fiscal já mudou várias vezes e já se tentaram vários projetos.

Considero a questão de meio ambiente e infra-estrutura bastante preocupante. E é lei. Hoje, você não pode construir uma usina hidroelétrica; não pode consumir energia elétrica acima do potencial.

SR. – Eu invadi toda a área de manancial da Billings e ninguém fez absolutamente nada.

SR. – É um problema de fiscalização. A lei existe.

SR. – Ou de adequação; ou a lei está errada.

SR. JORGE CARUSO – Ou a realidade social deve mudar a lei. De qualquer forma, a preocupação existe. Dentro da discussão do grupo, a própria OAB já se colocou à nossa disposição. Ela tem, inclusive, uma comissão específica de meio ambiente com todos os detalhes da legislação ambiental e pode fornecer subsídios à discussão. Dentro disso, pode surgir uma proposta de alteração. O objetivo do Fórum também é esse.

Se conseguirmos, nesse curto espaço de tempo, chegar a ponto de fazer alguma proposta, vamos fazer. Se não tivermos subsídios, vamos apenas elencar os problemas.

Quero dizer que o Miguel Matheo, do Seade, está aqui e, ao final da nossa tentativa de adequação da metodologia, darei a palavra a ele e a seus conselheiros, para que esclareçam qualquer dúvida pertinente a esse material do Seade entregue aos senhores.

SR. FAUSTO SESTARI – Deputado, hoje, chegamos a um consenso dos temas. Talvez pudéssemos fazer a divulgação da conclusão a que chegamos hoje para todos os conselheiros e convidá-los para que, na próxima reunião – daqui a 15 dias, talvez –, eles trouxessem a disposição de cada entidade em integrar os grupos nos quais pudessem contribuir.

SR. JORGE CARUSO – Não sei se cada conselheiro está disposto a escolher hoje determinado grupo. Se todos estiverem de acordo, poderíamos determinar os coordenadores, e as pessoas escolheriam o grupo de sua preferência.

SR. – Poderíamos, já, fazer as primeiras escolhas de acordo com nossa área, mas sem a coordenação, que deveria ser estabelecida na primeira reunião de submetas. Alguém que não esteja aqui hoje poderia, por exemplo, ser um coordenador melhor do que eu, que estou presente.

Seriam escolhidos os cinco, marcaríamos a primeira reunião do subitem e daí, naturalmente, sairia a coordenação.

SR. JORGE CARUSO – Submeto, paralelamente a sua colocação, os próprios itens que vão ser discutidos por esse grupo, porque são muito vastos e será muito difícil chegarmos a um consenso hoje. O grupo, ou seja, os cinco reunidos, com a participação dos demais, é que poderá chegar a esse consenso.

SRA. – Seria tarefa de cada grupo detalhar o conteúdo de sua contribuição.

SRA. – Eu também concordo que, para começar, seria interessante definirmos os itens que mais nos interessam hoje. A partir da formação desse grupo, entraríamos num consenso de como pontuar e segmentar cada item para ser apresentado. E, na próxima reunião, escolheríamos a pessoa mais apta para coordenar essa proposta.

SRA. – Em relação à coordenação, estou mais propensa a acatar a proposta dele, de modo que os próprios grupos, uma vez constituídos, discutam entre si e resolvam.

SR. – Apóio.

SR. – Também concordo. Como proposta de organização, a Fiesp já se propõe a inserir pelo menos um elemento em cada grupo. Não tenho os nomes, mas, de qualquer maneira, integraremos cada grupo como parte do debate.

SR. JORGE CARUSO – Vamos verificar a posição de cada um sobre o grupo do qual quer fazer parte. Há possibilidade de fazermos isso agora? É bom até para comunicarmos aos conselheiros ausentes.

SR. SALES JOSÉ DA SILVA – É natural que nós, como representante dos trabalhadores, componhamos o grupo de Trabalho e Emprego.

Dentro desse grupo, provavelmente, estará a questão da qualificação e requalificação profissional e de cooperativas de trabalho, que são assuntos que nos dizem respeito diretamente.

Estava conversando com o companheiro Arnaldo a respeito de, na Central do Sindicatos filiados, buscarmos mais companheiros para também participarem e nos ajudar.

SR. JORGE CARUSO – Vamos estabelecer como critério que cada conselheiro participe de dois grupos, não impedindo que esse conselheiro indique pessoas de fora para também participarem e darem sustentação aos demais grupos.

Vamos pedir que cada conselheiro escolha dois grupos. Começa com você, Sales.

SR. SALES JOSÉ DA SILVA – Emprego e Tecnologia.

SR. – Assuntos de Trabalho e Assuntos Fiscais.

SR. JOÃO CARLOS BASILE DA SILVA – Assuntos Fiscais e Meio Ambiente.

SR. JORGE CARUSO – Se sentirmos algum esvaziamento de determinado grupo, podemos incorporá-lo em outro.

SRA. – Eu tenho uma dúvida sobre assunto operacional. As pessoas vão participar de dois grupos. As reuniões serão no mesmo dia, no mesmo período?

SR. JORGE CARUSO – Isso será definido segundo critério dos senhores. É difícil estabelecermos uma metodologia para cada grupo.

Vamos continuar a divisão. Fausto?

SR. FAUSTO SESTARI – Aspectos Geográficos e Regionais e Relações de Trabalho.

SR. MARCOS ANTONIO MONTEIRO – Meio Ambiente e Políticas Regionais.

SRA. MARLENE FRANCISCA NASCIMENTO – Relações do Trabalho e Aspectos Fiscais.

SR. REMO – Relações de Trabalho e Aspectos Fiscais.

SRA. SÍLVIA – Aspectos Regionais e Meio Ambiente.

SRA. NEUSA SERRA – Por enquanto, fico só com Tecnologia, até porque prefiro ver um balanço geral antes de saber com o que ficar efetivamente. Por exemplo, Exportação dá para incorporar em Tecnologia, mas algumas coisas talvez fiquem a descoberto.

SR. JORGE CARUSO – Se ficar esvaziado por completo, vou incorporar aos outros. Também informarei a classificação dos grupos aos conselheiros que não estão presentes e pedirei que eles se dividam.

SR. – Essa talvez seja a melhor opção, e na próxima reunião organizaremos isso. Se você divulgar os grupos e pedir as adesões, na próxima reunião nós nos reequilibraremos.

SRA. – Pelo resultado dessa primeira enquete, talvez devêssemos refazer essa distribuição numa reunião com a presença de mais conselheiros, porque ficou extremamente desequilibrada. O que faremos com um resultado assim? Temos, por exemplo, um grupo imenso de questões regionais.

SRA. – Não sei se é por conta do perfil dos participantes que houve essa preferência, mas isso poderia mudar em outra reunião, com a participação de outras pessoas. Não sei o que o senhores acham.

SR. JORGE CARUSO – Temos de tirar, acima de tudo, um consenso para que todos trabalhem melhor. Fausto, você tem uma proposta de formarmos uma comissão?

SR. FAUSTO SESTARI – Minha preocupação era de que constituíssemos um núcleo de execução, que contasse com a estrutura de vocês, mas que pudéssemos também nos compor nesse núcleo. Que tivéssemos uma representação desta plenária mais enxuta, para tratar da organização. Isso daria agilidade ao trabalho.

SR. JORGE CARUSO – Ampliando sua proposta, essa coordenação poderia ficar responsável pelo relatório. Há um consenso de escolhermos quatro, cinco conselheiros, para formar essa comissão? (Pausa.) Então, fica aberto a quem se proponha participar dessa comissão da relatoria e de suporte aos grupos.

SR. – Eu me retiro do grupo de Relações Trabalhistas e me proponho a participar dessa comissão.

SRA. – O fato de participar da comissão de Relatoria implica o desligamento do grupo?

SR. JORGE CARUSO – Não.

SR. – Foi uma opção baseada no tempo de que disponho.

SRA. – Eu me proponho a participar dessa comissão, se houver necessidade, mas não gostaria de sair do grupo. O que me preocupa é o volume do trabalho. Quanto a escrever, dá para colaborar, porque fazemos isso no cotidiano.

SR. JORGE CARUSO – Já temos dois voluntários.

SR. – Pareceu-me que o representante do Sebrae estava com vontade de participar dessa comissão, mas, aparentemente, ele saiu. A Gil, com certeza, vai fazer parte dessa comissão.

SR. JORGE CARUSO – A Gil fica nomeada, desde já, auxiliar geral.

SRA. – A tarefa dessa comissão seria dar um aspecto homogêneo para o relatório, compatibilizar os vários grupos, mas a coordenação efetiva fica com vocês.

SR. JORGE CARUSO – Fica conosco. Mais um conselheiro. É muito importante a participação dos empregados neste momento. O Sales esboçou um sorriso de quem gostaria de ser convidado.

SR. SALES JOSÉ DA SILVA – Realmente eu gostaria muito, mas o problema é o acúmulo de tarefas.

SR. JORGE CARUSO – Então, ficam por hora o Sr. Fausto e a Sra. Neusa.

SRA. NEUSA SERRA – Eu julgo insuficiente. Precisamos ampliar isso para as próximas reuniões.

SR. JORGE CARUSO – Vamos incentivar os demais conselheiros.

SR. REMO – Eu não pensava em participar do grupo de coordenação, porque minha intenção é participar ativamente dos dois nos quais me inscrevi, mas agora estou disposto, sim. Se houver dificuldade na formação, posso entrar.

SR. JORGE CARUSO – Vamos submeter o que foi combinado aos conselheiros ausentes e contaremos com o auxílio dos senhores.

Alguma sugestão para discutirmos hoje?

SRA. – Como já é tarde, não tenho mais condições de ficar.

SR. JORGE CARUSO – O Miguel só vai esclarecer e não fará exposição. Ele trabalha no Seade e veio para sanar dúvidas dos conselheiros, se houver.

SRA. SÍLVIA – Eu gostaria de saber como serão marcadas as próximas reuniões e o que se traria para elas.

SR. JORGE CARUSO – Sem a necessidade de uma reunião, iremos integrar os demais conselheiros aos grupos e informar aos senhores quem está fazendo parte do quê.

Com relação à frequência às reuniões, estão abertas as discussões.

SRA. NEUSA SERRA – Creio ser necessária nova reunião como esta com mais conselheiros, senão, ficará difícil a viabilização desses grupos de trabalho. Com exceção de Relações de Trabalho e Políticas Regionais, os demais grupos ficaram esvaziados. Espera-se ter cinco pessoas em cada grupo, e, para que isso ocorra, é necessário nova consulta aos demais conselheiros.

Enquanto isso não for feito, não dá para marcar nenhuma reunião e começar o trabalho efetivamente, porque não é possível trabalharmos sozinhos.

Apesar de desgastante, creio ser necessária uma nova reunião, inclusive com a presença desses conselheiros, para que possamos constituir, de fato, os grupos.

SR. JORGE CARUSO – O prazo de dez dias seria muito curto para os senhores? É possível?

SR. – Acredito que sim. A Gil teve habilidade de costurar esta reunião. Ela poderia, ao longo desses dez dias, costurar o contato com os conselheiros, para que eles se manifestassem em relação aos grupos.

SR. JORGE CARUSO – Nós queremos já ter uma posição deles quanto a isso. Então, fica a sugestão da Dra. Neusa para uma nova reunião, quando cada grupo poderá conversar e estabelecer seus critérios de trabalho e tudo o mais.

SRA. – Creio que essa reunião seja necessária, até, para que possamos consolidar os grupos. Dependendo da manifestação dos outros conselheiros, esses

oito podem ser reduzidos para cinco. Temos que ver quais grupos vão ficar efetivamente e as suas composições.

SR. – E também organizar a forma de trabalho. Esse seria o principal objetivo.

SR. JORGE CARUSO – Então, fica determinado que, no prazo de 10 a 15 dias, teremos essa reunião já com a posição dos demais conselheiros.

SR. – Deputado, o Seade não toma parte entre os conselheiros? Não poderia haver ninguém mais qualificado para trabalhar na questão do banco de dados. Ele poderia integrar-se a esse grupo, apesar de não ser conselheiro.

SR. JORGE CARUSO – O Miguel não é conselheiro de nenhum grupo, mas está dando uma sustentação técnica geral ao trabalho de toda a Casa. Aqui fica o convite para você participar de todos esses subgrupos, Miguel.

Combinados dessa forma, algum outro ponto? (Pausa.) Agora, com a presença do Miguel, pergunto se alguém quer discutir algum ponto com relação ao relatório do Sebrae encaminhado aos senhores. Na próxima reunião, também entregaremos os demais relatórios pertinentes aos outros grupos aqui mencionados.

Alguma pergunta específica ao Seade? Alguma dúvida a ser esclarecida nesta reunião ou preferem deixar para depois da formação desses subgrupos? Qualquer coisa, alguma solicitação, será encaminhada posteriormente ao Seade para o Miguel esclarecer.

SRA. – Até teríamos algumas questões, mas, dado o avançado da hora, esse item ficou prejudicado. De qualquer maneira, estou esperando o material que ficou prometido de Meio Ambiente, Relações de Trabalho e Terceiro Setor.

SR. JORGE CARUSO – *A priori*, selecionamos esses três materiais para encaminhar a todos os senhores.

SR. – Marcos levantou a questão que tentou acessar e não conseguiu?

SR. JORGE CARUSO – Sim. Ele tentou acessar, via Internet, mas parece que o Seade não disponibilizou esse material específico, individualizado, feito para cada grupo. Você pode nos ajudar, Miguel?

SR. MIGUEL – Os trabalhos individuais estão na página da Assembléia.

SR. JORGE CARUSO – Tem o de Indústria. Os demais também?

SR. MIGUEL – Deveriam estar todos disponíveis. Estão todos lá.

SR. JORGE CARUSO – O conselheiro Marcos tentou entrar no *site* da Assembléia e teve uns problemas.

SR. MARCOS ANTONIO MONTEIRO – Tentei acessar pelo Seade, não consegui, liguei para lá e me informaram que estava disponível no *site* da Assembléia.

SR. JORGE CARUSO – De qualquer forma, desses três citados, vamos encaminhar um aos senhores.

SR. – Tecnologia também seria interessante, já que montamos um grupo com esse tema.

SR. MIGUEL – O texto da Indústria tem um problema de diagramação. Quem olhar vai achar muito esquisito, porque o gráfico de distribuição da atividade na região metropolitana está deslocado; é como se fosse referente aos demais municípios da região. Na região metropolitana não aparece o texto, e no texto dos demais municípios não aparece o gráfico. Mas na nova versão já está tudo certo. O texto está normal.

SR. JORGE CARUSO – Algum outro ponto a ser colocado? (Pausa.) Agradeço a atenção e a presença de todos os senhores, e declaro encerrada a presente reunião.

21.03.2000

- Jorge Caruso – Deputado. Coordenador do grupo temático Indústria
- André Bugaribi – Diretor jurídico da FIESP, representante do diretor titular, Dr. Luís Rodovil Rossi
- Dorival Biasser – Representante do DESEMPI, Departamento de Desenvolvimento de Micro e Pequena Indústria. Representando o Diretor, o Dr. Ermano Marchetti Moraes
- Cláudio Cavalheiro – Representante da ABIMAQ, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. Gerente de Tecnologia. Representando o Presidente Luís Carlos Delben Leite
- Marcelo Mesquita – SIMPI
- Sílvia Celingarde Sampaio – Professora. Geógrafa
- Fausto Sestari – Representante da CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- Remo Alberto Fevorini – Professor, vice-superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, responsável pelo ensino técnico e tecnológico do Estado
- André Batista –

SR. PRESIDENTE – Peço que os demais representantes se manifestem e se apresentem aos conselheiros do grupo.

SR. ANDRÉ BUGARIBI – Bom-dia. Meu nome é André Bugaribi. Sou diretor jurídico da Fiesp e venho representar o diretor titular que é o Dr. Luís Rodovil Rossi. Também sou do grupo IOB, por muitos conhecido aqui, e, há quinze anos, trabalho no grupo IOB, na coordenação da consultoria do grupo. Espero poder contribuir, representando a Fiesp, para esse seminário que, para nós, é muito importante.

SR. DORIVAL BIASSER – Senhores, muito Bom-dia. Sou Dorival Biasser. Estou representando o Desempi – Departamento de Desenvolvimento de Micro e Pequena Indústria. Representando o Diretor, Dr. Ermano Marchetti Moraes, que esteve na última reunião. Além de diretor da Desempi, no Ciesp, também sou pequeno empresário, estabelecido na zona Leste, há cerca de 45 anos. Cheguei a ter uma indústria muito maior do que a que tenho hoje. Na atualidade, minha indústria representa 20% do que já foi. Estou no ramo metalúrgico. Já estive, também, no ramo eletrônico. Mas, atualmente, apenas no ramo metalúrgico. E considero, também, este Fórum bastante importante. Obrigado pela atenção.

SR. CLÁUDIO CAVALHEIRO – Bom-dia a todos. Meu nome é Cláudio Cavalheiro. Estou representando a Abimaq, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, na qual ocupo o cargo de gerente de tecnologia. Estou aqui representando o presidente Luís Carlos Delben Leite.

SR. PRESIDENTE – Peço para que a secretária faça um apanhado rápido da reunião anterior, até porque subdividimos o grupo em alguns temas, com a escolha dos conselheiros aqui presentes nos subtemas que gostariam de participar de forma mais específica. Tivemos aqui alguns problemas com relação à divisão, na qual a escolha dos subgrupos, quando alguns subgrupos ficaram muito carregados de

peçoas. E outros, um pouco esvaziados. Vamos tentar contornar isso. Vamos fazer um rápido apanhado da reunião anterior para o conhecimento de todos.

SRA. SECRETÁRIA – Bom-dia. Na reunião anterior, havíamos encaminhado uma proposta de temas e os conselheiros dessa reunião fizeram uma votação no sentido de definir quais os temas que seriam abordados. Então, foram divididos os grupos e foram encontrados sete subtemas: relações do trabalho e emprego, aspectos ambientais e infra-estrutura, aspectos tecnológicos, aspectos fiscais, aspectos geográficos e regionais, “clusters”, cadeias produtivas e vocações e, no último grupo, aspectos do investimento e do financiamento do banco de dados, e, o nono grupo, a exportação. Na escolha dos conselheiros, o subtema das relações de trabalho e emprego teve como conselheiro habilitado o Sr. Sales José da Silva, da Força Sindical, e que não se encontra hoje. O Sr. Marcelo Mesquita, do Simpi. O Sr. Fausto Sestrabi, da Fiesp que, também, não pode comparecer hoje. O Sr. Arnaldo Gonçalves, da Força Sindical. O Sr. Remo Alberto Fevorini e a Sra. Marlene Nascimento, que também não compareceram hoje. Aspectos ambientais e infra-estrutura: o Sr. Marcos Peneda, engenheiro da área ambiental. O Sr. Sales José da Silva, o Sr. João Carlos Basílio e a Dra. Sílvia. Aspectos tecnológicos: o Sr. Arnaldo Gonçalves e a Sra. Neusa Serra. Aspectos fiscais e reforma tributária: o Sr. Marcelo Mesquita, o Sr. João Carlos Basílio, professora Sílvia, professor Remo e a Sra. Marlene Nascimento. Aspectos geográficos regionais: Sr. Marcos Peneda e o Sr. Fausto Sestari. Clusters, cadeias produtivas: não teve ninguém habilitado. Banco de dados: não teve ninguém habilitado. Exportação: não teve ninguém habilitado. E aspectos do investimento e financiamento, com ênfase às pequenas empresas: não teve nenhum conselheiro habilitado. Como nem todos compareçam na reunião anterior, houve uma sugestão da professora Neusa Serra para que fizéssemos uma nova reunião para redimensionarmos e para darmos oportunidade para quem não tinha comparecido. Em linhas gerais, foi isso que aconteceu na reunião anterior. Antes de avançar, temos uma proposta de realização de um seminário, talvez daqui

a um mês, dependendo dos resultados do grupo. E a possibilidade de realização de uma videoconferência. Neste primeiro seminário, pensamos uns seminários em que houvesse uma relação com os demais grupos que achamos que exista uma ligação com a indústria. No caso, trabalho e emprego, tecnologia e meio ambiente. Então, estaríamos reunindo algumas pessoas do grupo da indústria a algumas pessoas do grupo do meio ambiente, outras pessoas do grupo de ciência e tecnologia e trabalho e emprego, para que haja uma discussão mais abrangente com os conselheiros do grupo. E o segundo seria um evento, uma videoconferência. Pensamos em reunir todas as regionais de São Paulo. Isto é, os pólos industriais de São Paulo e os que não são, para que participem através de videoconferência, com sugestões ou com posicionamentos, ou levantando questões que, talvez, não tenhamos levantado.

SR. PRESIDENTE – Temos um problema, que é a questão do esvaziamento de determinados pontos de determinados grupos. Acho que temos que solucionar isso hoje. Em função desse problema, de esvaziamento de alguns grupos, consulto os senhores se há alguma idéia em relação a isso, ou se podemos incorporar esses grupos esvaziados em alguns grupos. E admitimos isso e diminuimos esses grupos.

SRA. – Acho que teríamos que repensar a enumeração de grupos. A própria reunião passada, constatamos que tínhamos temas demais para a quantidade de pessoas que tínhamos. Acho que podemos fazer um esforço para redimensionar os grupos. Não sete ou oito, mas quatro ou cinco. Acho que conseguimos reagrupar isso. Essa é uma questão. Acho que é possível. É um exercício que podemos fazer sem grandes dificuldades. A outra questão é redimensionarmos o próprio potencial que temos de trabalho. Temos que ser realistas e, talvez, fazermos algum esforço para vermos das várias instituições que estão participando do Fórum, caso o titular realmente esteja impossibilitado de participar permanentemente, se é possível nomear um substituto ou coisa do tipo, para que tenhamos a possibilidade de continuação do trabalho. Porque temos grupos, como o que ficou o grupo de

tecnologia, somente com duas pessoas, fica difícil de operarmos. Temos que ter um número mínimo para operarmos esses grupos. Temos que pensar, também, qual seria o número mínimo de pessoas que teríamos para podermos viabilizar grupos de trabalho. E a própria coordenação. Quando pensamos em coordenação dos trabalhos, na reunião passada, duas pessoas se habilitaram. Acho que é insuficiente.

SR. – Somente complementando essa colocação, entendo que o principal problema é reunir um número maior de conselheiros e participantes efetivamente. Se nós, por exemplo, alterássemos o horário da reunião para o horário vespertino, das seis, por exemplo, das seis horas da tarde, e, aí, entendo que teria que haver uma consulta muito intensa por parte da Casa e da secretaria em relação às pessoas que, efetivamente, podem participar ou não. Então, estaríamos com essa questão definida. E, aí, sim, numa segunda reunião, definiríamos o número de temas, porque todos os temas são relevantes para o segmento. Por exemplo, citei o banco de dados, que é uma coisa muito importante.

SR. PRESIDENTE – A minha preocupação é com o tema. Podemos fazer a divisão com as pessoas que aqui temos. Então, essa é a colocação que faço nesse momento. Não sei se os senhores concordarão. Sr. Marcelo, qual é a sua visão?

SR. MARCELO – Continuo mantendo minha opinião da reunião passada. Acho que só temos que focar um pouco mais. Aí teríamos mais gente para poucos temas. Concordo que todos os temas são interessantes. Mas, o problema que se apresenta é operacional.

SR. – Gostaria de saber se é possível a participação de mais representantes da Abimaq. Porque os grupos são temas bastante variados. E, podendo ter uma diversificação e representantes, poderíamos estar presentes em mais grupos.

SR. PRESIDENTE – É possível. A idéia, quando nos dividimos em subgrupos, era justamente para que cada conselheiro trouxesse até subsídios com outros técnicos para fortalecer os subgrupos. Com a palavra a Dra. Sílvia.

SRA. SÍLVIA – Há nomes que constam na primeira relação dos conselheiros. E alguns vieram na primeira e não vieram mais. E alguns nem vieram. Então, primeiro teria que haver uma definição daquelas pessoas que realmente estiveram presentes. Não sei como isso seria conformado, mas das pessoas que não irão participar.

SRA. SECRETÁRIA – Só complementando, o problema que os senhores estão sentindo, também sinto, na medida em que faço contato, em que tento trazer as pessoas para as reuniões. Então, algumas pessoas que efetivamente foram convidadas como conselheiros não vão participar. À exceção dos dois representantes da Fiesp, todos os demais participaram. O Sr. Fausto Sestari avisou que não viria, mas que continuaria a participar ativamente do grupo. A Sra. Marlene e o professor Afonso Fleury e o representante do Secretário, Dr. Chiaratto, irá participar. Essas presenças serão constantes no Fórum.

SRA. – Não sei se é possível, mas uma vez o titular desistindo de participar, gostaria de saber se houve delegação para um substituto em alguns casos ou não? Porque isso é possível, porque, assim manteríamos um número mínimo de participantes, que, para nós, seria importante. Por exemplo, o professor Luciano Coutinho era representante da Unicamp, que acredito, é uma instituição que não poderia ficar de fora. Gostaria de saber se não era possível um substituto.

SR. PRESIDENTE – Falamos para todos os conselheiros que, em sua ausência, mandassem um representante. Isso está sendo tentado. Em função das ausências, poderíamos redefinir os subgrupos.

SRA. – Desculpe-me por insistir no ponto, mas acho que a participação eventual pode ser boa, mas é relativamente. Precisamos de participação efetiva.

SR. PRESIDENTE – Continuaremos, sem dúvida, insistindo nisso, mas a dúvida é: partimos para uma definição hoje com relação aos temas. Vamos fechar em quatro grupos em função das pessoas que temos. Dividir as pessoas que temos com frequência em caráter definitivo.

SRA. – Sou partidária da definição de hoje.

SR. PRESIDENTE – Em função desse ponto podemos entrar especificamente nos temas. Os senhores têm nas mãos os nove temas. Temos quatro grupos esvaziados. Esses quatro grupos que constam da reunião anterior são os clusters, aspectos de financiamento e investimento, banco de dados e exportação. Esses quatro ficaram esvaziados. E temos cinco temas, nos quais houve escolha por parte dos senhores conselheiros. Primeiro tema, aspectos geográficos. Segundo tema, aspectos fiscais. Terceiro tema, aspectos tecnológicos. Quarto, aspectos ambientais e infra-estrutura. E quinto, relações de trabalho e emprego. Partindo dessa questão, podemos manter esses cinco temas? Diminuímos para quatro? Subdividimos os outros? Quais as sugestões que serão apresentadas?

SRA. – Uma primeira sugestão é que poderíamos pensar em fusão de temas. Esses nove poderiam ser fundidos em um número menor. O cluster, por exemplo, pode ser visto junto com aspectos geográficos regionais. Banco de dados pode ficar para o final. Pode ser um resultado final e não como um grupo. Exportação é um tema eu vai estar tangenciando a questão dos clusters e a questão tecnológica. Então, ele pode ser diluído. Só aqui eliminam-se três grupos com essas possibilidades. De nove ficam seis. Aspectos ambientais e infra-estrutura, embora

bastante pessoas tenham se manifestado em relação a estes temas, poderíamos estar juntando isso com outros grupos. Por exemplo, infra-estrutura junto com cluster e um pouco, a questão regional. É um grupo que, talvez, pudéssemos repensar um pouco. Aspectos tecnológicos, na minha opinião, é relevante, porque trata muito do ponto de vista institucional das universidades. Nossa preocupação principal é a indústria. Nosso foco de preocupação é diferente e não é tratado pelo grupo de ciência e tecnologia daqui. Poderíamos fazer um trabalho complementar. Em princípio, então, seriam essas sugestões. Juntar o cinco com o seis. Deixar o oito para depois, como resultado, e o nove deve ser diluído pelo resto.

SR. – Exportação concordo que deva ser tirado, até porque permeia uma série de outros grupos. Banco de dados, eventualmente, pode até ser uma recomendação de estudo dos grupos que foram constituídos. Entendo que cluster mereça, de fato, um grupo à parte, embora não tenha sido eleito nenhum conselheiro. Mas, cluster é uma coisa muito específica e pouco estudada. Não juntaria com o seis. O que faria seria o seguinte, tiraria exportação, tiraria banco de dados. Juntaria o cinco com o dois e juntaria, também, embora sejam itens distintos, o quatro e o sete. Ou seja, aspectos fiscais, investimento e financiamento. Fatores financeiros que afetam as empresas de um modo em geral. Manteria o seis e juntaria o cinco e o dois. Então, estaríamos tirando quatro grupos e ficaríamos com cinco grupos apenas. O cinco seria aspectos geográficos e regionais e o dois aspectos ambientais e infra-estrutura. Juntaria o sete e o quatro e manteria o seis à parte. E eliminaria o oito e o nove.

SR. – Pelo que estou informado, houve um interesse muito grande pelos membros da Fiesp com relação ao cluster. E está havendo, no âmbito da própria Fiesp, um trabalho intenso estudando cluster. Na última reunião, segunda-feira, tivemos uma explanação completa de dois clusters que têm sido muito bem-sucedidos. Principalmente o cluster que está em funcionamento em Franca, na

região calçadista. De modo que eu acredito que os membros da Fiesp vão abraçar esse tema com bastante profundidade. Tanto é que temos tido a presença de técnicos internacionais. Tivemos, tempos atrás, a palestra de um técnico italiano, o Professor Viestri, que atua na região Norte da Itália e é a pessoa que mais entende de cluster na Itália. E houve bastante interesse. Acredito que desses nove temas que temos aqui, podemos reduzi-los para quatro.

SR. – Particpei, também, da reunião sobre cluster, na semana passada, na Fiesp, e achei muito interessante. Acho muito importante e, pessoalmente, gostaria de participar do grupo cluster, apesar de conhecer muito sobre os aspectos jurídicos. Mas posso participar também. E concordo, também, em talvez unir o cluster com aspectos geográficos e regionais. Na minha opinião, não terá nenhum problema.

SR. PRESIDENTE – Apesar do cluster ser um grupo específico, há probabilidade de se esvaziar, tal e qual, a escolha anterior que já ficou esvaziada. Então, daí a consulta. Assim como a Dra. colocou, pode-se agrupar cluster com aspectos geográficos e regionais. É possível chegarmos a quatro grupos. O que está acontecendo aqui é que praticamente um grupo se mantém inalterado, que é relações de trabalho. Aspectos tecnológicos também se mantêm inalterado. E aí passa-se a ter uma fusão aqui. Aspectos fiscais, que passaria a englobar também investimento e financiamento. E um quarto grupo que traria os aspectos geográficos e dentro desse grupo, discutindo questão do meio ambiente e cluster também.

SRA. – Gostaria apenas de fazer uma colocação em cima disso que está sendo dito. Porque a questão do cluster, de se pensar em estimular o cluster, implica que a indústria da região tenha o mínimo de condições de virar, de fato, um aglomerado industrial, com algum tecido que lhe dê vitalidade. E isso implica que se olhe a infra-estrutura, o fornecimento, os serviços tecnológicos, etc. Então, esse

casamento entre questões regionais e cluster dá para se pensar. Quer dizer, não se pode pensar em cluster desvinculado de uma economia regional que responda às necessidades de um cluster. Senão, ele não virará cluster. Como a concepção de cluster, de fato, é integrada com o meio ambiente, com os fornecedores, então, na minha opinião, não vejo porque não juntar.

SR. – Na minha opinião, cluster poderia se juntar aos grupos dois e cinco. Aspectos ambientais e infra-estrutura e aspectos geográficos e regionais

SR. PRESIDENTE – Então, vamos submeter a redução, a priori, desses grupos para quatro grupos. O item um, relações de trabalho e emprego, ficaria inalterado. O item três permaneceria inalterado também, aspectos tecnológicos. No terceiro subgrupo faríamos a fusão. No item quatro, aspectos fiscais mais o item sete, investimento e financiamento. Esse seria, então, o terceiro grupo. Aspectos fiscais, investimento e financiamento. E o quarto subgrupo, que seria a junção dos anteriores números dois, cinco e seis. Então, teríamos aspectos geográficos, infra-estrutura, meio ambiente e clusters. Então, submeto à apreciação dos senhores.

SRA. – Só gostaria de fazer um adendo. Embora ache que a questão tecnológica, do ponto de vista da indústria, seja relevante, se continuar um grupo pequeno eu vou migrar para o cluster, que acho extremamente tentador.

SR. – Deputado Jorge Caruzo, gostaria de fazer algumas considerações em relação à Secretaria da Ciência e Tecnologia e o Fórum de Desenvolvimento do Século 21 aqui da Assembléia. Com relação a esses grupos, proporíamos o seguinte, a manutenção do trabalho e emprego. Toda essa área de desenvolvimento econômico está voltada para emprego e renda. E o Deputado José Aníbal tem enfatizado esse aspecto. Manteríamos o grupo meio ambiente e infra-estrutura, que existe e sempre estou defendendo a tese da formação desses grupos

voltados para a Secretaria. Temos, hoje, o problema, dos resíduos sólidos. É um trabalho de alta prioridade que estamos desenvolvendo com a participação da Fiesp e do Meio Ambiente. É uma determinação do Governador Mário Covas, de atender com prioridade e resolver essa questão do lixo, não só aqui na Capital. Todos os senhores têm visto eu essas enchentes têm decorrência do acúmulo do lixo. Então, esse é um assunto bastante sério e complexo e que está em alta prioridade. Então, manteria o meio ambiente e infra-estrutura. O terceiro, ciência e tecnologia ligado ao setor produtivo. O que estamos fazendo nessa área de clusters, para, no caso, citarmos Franca, que é o setor calçadista? O Governador deverá assinar o Fundo de Aval. É um trabalho que foi feito junto ao Sebrae, junto à Secretaria da Ciência e Tecnologia, à Fiesp, às instituições. E ontem discutíamos a questão do chamado consórcio de crédito. Então, no momento em que as empresas, de um modo geral, passam a atuar na parte de competitividade, e não guerrear entre si, no momento em que elas se unem em consórcio, elas terão recursos para investir, até mesmo para exportar. O grande problema, hoje, das pequenas indústrias, que hoje empregam 70% da mão-de-obra é o problema de dinheiro, de crédito. E outro grupo que colocaria, exportação, defenderei a tese de colocar a parte de investimento e financiamento e aspectos fiscais, porque estão não só correlacionados com a parte de produção, mas hoje uma grande dificuldade da indústria é exportar. Há uma burocracia infernal! E a secretaria está trabalhando no sentido, não só com o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas com o Ministério da Fazenda, com a Secretaria da Fazenda etc., no sentido de desburocratizar. Inclusive, pediria para a secretaria do grupo temático que me inserisse no grupo de ciência e tecnologia, setor produtivo, e estaríamos à disposição para expormos todos os trabalhos que estão sendo desenvolvidos na Secretaria.

SR. PRESIDENTE – Na verdade, o que se tentou aqui foi fundir aspectos geográficos e regionais, meio ambiente num único grupo. A única questão, e que aqui faço uma ressalva, é que a secretaria tem interesse fundamental em participar

de todos os grupos. O importante, independentemente do aspecto específico, clusters, por exemplo, a visão da Secretaria, se tem uma pessoa específica na Secretaria, que só cuida desse assunto, que essa pessoa seja nominada pela própria Secretaria para participar do grupo. Esse é o objetivo maior.

SR. – Concordamos com o Sr. Presidente, e vamos realizar dessa forma. Por exemplo, no grupo do meio ambiente, o lixo é um assunto que está se desenvolvendo muito rapidamente e é preciso se chegar à indústria, porque existe uma participação via Fiesp/Siesp da indústria.

SR. REMO – Feito o acordo quanto aos quatro grupos, para operacionalizarmos, seria importante que nomeássemos e refizéssemos os grupos, agora quatro. Redistribuíssemos e que houvesse um coordenador desse grupo, encarregado de alinhar todos os outros. E, claro, cada um de nós, ao participarmos de um grupo, temos que ter contato com especialistas. Sempre serão bem vistas as contribuições externas. Então, uma parte operacional seria redividir, nós que estamos aqui, e aqueles que tenham participado mais efetivamente nesses quatro grupos, termos um coordenador desses quatro grupos e, depois, nos agruparmos tendo por objetivo o relatório final.

SRA. – Uma vez constituídos os grupos, gostaria de saber se seria possível estarmos convidando outras pessoas.

SR. PRESIDENTE – É possível. Vamos resolver a divisão, mas temos que tirar os coordenadores gerais em definitivo hoje. Para coordenar esses subgrupos. Na verdade, esses quatro subcoordenadores desses subgrupos, também vão ficar responsáveis pela redação e pelas conclusões finais. E, mais à frente, discutiremos a questão dos bancos de dados.

SR. – Realmente, é muito importante essa questão do banco de dados. Acrescento uma informação que o Sr. Secretário José Aníbal já divulgou à imprensa e empresários e etc., que é a Central Digital de Desenvolvimento. Ela disponibiliza informações para os investidores não só aqui em São Paulo, mas como todo o Estado de São Paulo. E que deverá se associar a essa questão do banco de dados, porque estamos com um forte link, não só com a Fiesp/Siesp, mas com a fundação Seade e outras entidades que serão os provedores de acesso, para que não só a Assembléia Legislativa disponha dessas informações, como também todos os empresários em nível de Estado.

SR. – Esse programa estará disponível nos próximos trinta dias.

SR. PRESIDENTE – Vamos proceder, então, a essa divisão entre nós. Todos de acordo? Dr. Fausto?

SR. FAUSTO – Grupo um, relações de trabalho e emprego. Grupo dois aspectos tecnológicos. Grupo três funde os aspectos fiscais, investimento, financiamento e exportação. E o grupo quatro, aspectos geográficos, regionais, clusters, cadeia produtiva e etc. Não conseguiremos trabalhar num curto prazo. Quer dizer, talvez, alguns temas que sejam interessantes, mais de linha operacional, talvez nos confundimos um pouco no relatório final se não desenharmos exatamente o que pretendemos. Se vamos trabalhar em cima de questões mais imediatistas e vamos buscar soluções operacionais, emergenciais para resolvermos os problemas que aí estão, ou se vamos desenhar uma linha mais de médio a longo prazo. Então, dentro desta definição, na minha opinião, exportação é um subproduto. E temos que direcionar. Vamos colocar financiamento em cima do quê? Qual a visão de financiamento? De relação de emprego e trabalho? Vamos falar de perspectivas trabalhistas. Aí conseguiremos desenhar uma proposta que seja mais a fim com o propósito do Fórum. É importante

uniformizarmos agora. Essa definição também permite um redirecionamento em si, em função dos temas que estamos tratando.

SR. PRESIDENTE – Ou seja, apesar do enfoque de cada subgrupo ter uma liberalidade de tratar, ante o pouco espaço de tempo que temos, de tratar aquilo eu seja, talvez, mais urgente ou com mais perspectivas, de escolher aquilo dentro de cada subgrupo. Ou seja, um imediatismo futurista para que haja uma uniformidade dos subgrupos.

SR. FAUSTO – Penso que devemos ter como principal objetivo deste trabalho, a construção de cenários que sejam bem fundamentados e o alinhamento de algumas metas em relação a esses cenários. Para que não nos detivéssemos nas questões de curto prazo. Nas questões emergenciais, porque cada instituição, cada órgão da secretaria já estão atuando de alguma maneira. E poderemos rediscutir isso aqui. Talvez devêssemos esquecer um pouco as questões que nos afligem de imediato e pensarmos nos próximos dois anos para frente. A grande contribuição que, talvez, esse espaço pudesse dar, nesse espaço curto de tempo, fosse construir um cenário bem fundamentado nessas áreas.

SR. PRESIDENTE – Submeto à apreciação de todos as considerações do Sr. Fausto.

SRA. – Na minha opinião, cai novamente na questão das reuniões anteriores: qual será o nosso produto? Isso ainda não foi suficientemente discutido ou, pelo menos, não ficou absolutamente claro. Sabemos que há um relatório. Mas, esse relatório, qual será a sua formatação? A sua extensão? Quer dizer, é um relatório de 20 páginas ou de 200? Essas questões são importantes. É para um médio prazo ou para um longo prazo? Essas são questões fundamentais e, a partir delas, é que vamos poder dividir os grupos e cada um poder trabalhar isoladamente para, depois, fazer uma integração.

SR. FAUSTO – Temos que ter uma direção, porque iremos trazer pessoas que não obrigatoriamente participaram dessa divisão aqui. Então, tem que se ter um direcionamento para cada grupo e se alinhe isso.

SR. REMO – Concordo com o Sr. Fausto. Há que se dar uma direção ao relatório final e definir a linha de trabalho, por exemplo, como está a relação do ensino técnico com a indústria? Praticamente, hoje, não existe. Então, é preciso de um diagnóstico, para podermos dar um direcionamento de como ocorrerá essa aproximação e quais são as propostas que facilitem, pelo menos, essa aproximação.

SR. FAUSTO – Concordo com o Sr. e essa é a linha mais interessante. A transformação disso em detalhamentos maiores e na seqüência, sairá dessa condução inicial. Eventualmente, qualquer instituição, se a Assembléia não se mantiver como sendo a mobilizadora, qualquer instituição, eventualmente, poderá passar a ter esse papel.

SRA. – Particularmente, concordo com essa estrutura, que temos que ter um diagnóstico. E com esse diagnóstico, já teremos a documentação mínima e poderemos nos basear em documentações adicionais e fazermos um diagnóstico breve, suficiente para embasarmos o documento. As dúvidas que me ficam são: qual é esse prazo? Quando se fala em cenários, o que seriam esses cenários? Se seriam desejos? Expressões da vontade de quem está elaborando o documento? Ou se estamos tentando quantificar algumas metas que poderiam ser atingidas? Como é que estamos pensando nisso? Deveríamos, hoje, sair com um desenho mínimo do que seria esse produto. E fazermos uma outra reunião com os grupos de trabalho, depois que cada grupo de trabalho tivesse pensado no seu produto.

SR. PRESIDENTE – Alguma outra sugestão? Vamos partir da seguinte questão. Hoje temos três subcoordenadores, considerando que essa presidência, em sua modéstia, está coordenando apenas esse trabalho. Mas, os coordenadores mesmo desse trabalho seriam o Dr. Fausto, a Dra. Neusa e a Dra. Sílvia. Algum outro conselheiro interessado em participar da coordenação geral?

SRA. – Seria interessante ter nessa coordenação geral um representante de cada grupo. Temos quatro grupos de trabalho. Pode-se ter mais de quatro coordenadores.

SR. PRESIDENTE – Vamos, agora, refazer a divisão e vamos pedir para que os conselheiros se manifestem com relação a isso. Em função de serem quatro grupos, temos hoje aqui presentes, teremos, em média, de quinze a dezesseis participantes efetivos. Independentemente daqueles que vierem a somar. Pergunto aos senhores, na semana passada pedimos que cada conselheiro escolhesse dois temas. Hoje vamos manter essa mesma metodologia. Cada conselheiro pode escolher dois grupos ou um grupo apenas. O que os senhores acharem.

SRA. – Um grupo só. Eu estava em dois, mas que foram agrupados.

SRA. SÍLVIA – Fico com aspectos geográficos, regionais, clusters e ambientais.

SRA. NEUSA – Continuo com o grupo dois. O grupo dos aspectos tecnológicos.

SR. MARCOS – Agora é o quatro. O grupo dos aspectos geográficos, do meio ambiente, da infra-estrutura e dos clusters.

SR. – Dentro daquela idéia de participar com mais representantes, considero importante estar dentro dos quatro grupos. E os representantes seriam indicados nos próximos dias.

SR. PRESIDENTE – Esse é o problema. O que vamos tentar aqui, apenas, é que cada conselheiro fique num grupo específico sem prejuízo de indicar representantes para os demais.

SR. – Aspectos tecnológicos.

SR. – Aspectos fiscais.

SR. PRESIDENTE – A Secretaria de Ciência e Tecnologia?

SR. – Estaremos à disposição dos quatro grupos. Inclusive no sentido de trazeremos técnicos e resultados de trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

SR. FAUSTO – No quatro.

SR. ANDRÉ BATISTA – Fico com aspectos fiscais e investimentos e no grupo do cluster.

SR. EVAL – Terei que entrar no cluster, embora quisesse entrar no aspecto tecnológico.

SR. – Fico no grupo do cluster.

SRA. MARLENE – Fico no grupo de Relações de trabalho.

SR. – Até por sugestão dos assessores, inscrevemos o Sr. Mário Cortopassi nos aspectos tecnológicos.

SR. PRESIDENTE – Em função da colocação dos senhores conselheiros, na reunião anterior, tais como os ausentes, temos hoje algumas posições para os senhores tomarem conhecimento. Relações de trabalho, a representação do Sr. Arnaldo Gonçalves, da Força Sindical e que hoje não está presente. Do Sr. Salles, da CGT. Professora Marlene, professor Remo. Tivemos, então, essas quatro manifestações. Aspectos tecnológicos: Abimaq, Professora Neusa e Mário Cortopassi. Aspectos fiscais: Sr. João Carlos Basílio, Sr. Marcelo, Sr. André Batista e o Sebrae aqui colocado e a Dr. Clarice Seibil. Aspectos geográficos: Dra. Sílvia, Sr. Marcos Peneda, Sr. Fausto Sestari, Dr. Dorival, em nome da Fiesp. Cabe aqui salientar que a Abimaq, apesar de ter sido somente colocada no grupo dois, já manifestou interesse em nomear posteriormente para os outros três grupos, assim como a Secretaria de Ciência e Tecnologia deve indicar, deve participar de todos os quatro grupos.

SR. – Assim como vamos indicar para a Fiesp, alguém para o grupo de relações de trabalho e emprego.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. De qualquer forma, temos já uma composição de pessoas para todos os grupos, o que é muito importante aqui. Agora, voltando, a uma outra consideração, que era com relação a uma coordenação maior. E temos um representante de cada subgrupo, o que seria mais interessante. Temos três pessoas que manifestaram interesse: Dr. Fausto e Professora Sílvia, que estão no mesmo grupo de aspectos geográficos. E também a professora Neusa, que está no grupo de aspectos tecnológicos.

SRA. SÍLVIA – Na verdade, me dispus à uma redação final. Aquela comissão que seria de elaboração do produto final. Mas, acho que realmente, a coordenação fica melhor com alguém que resida aqui em São Paulo.

SR. PRESIDENTE – Então, no grupo quatro temos o Dr. Fausto. No grupo dois a professora Neusa. Agora, precisamos tirar, se possível, dois representantes dos dois outros grupos, relações de trabalho e o grupo fiscal. O Sr. Marcelo pode ficar no grupo fiscal?

SR. MARCELO – Sim.

SR. PRESIDENTE – Em relação ao grupo de relações do trabalho, temos aqui o professor Remo e a professora Marlene que estão efetivamente aqui hoje. Professor Remo, o senhor pode assumir essa coordenação?

SR. REMO – Sim.

SR. PRESIDENTE – Alguma observação com relação a essa representação dos grupos?

SRA. – Está aberta essa discussão da coordenação. Não é uma questão fechada.

SR. PRESIDENTE – De forma alguma. Mas, de qualquer forma, está aberta. Em função disso, temos essas quatro representações em cada subgrupo. Coordenação geral: professor Remo pelo grupo um. Professora Neusa, pelo grupo dois. Professor Marcelo, pelo grupo três. Dr. Fausto pelo grupo quatro. Em função disso, agora temos a necessidade de voltarmos àquela discussão proposta pela

Dra. Neusa, pertinente à metodologia. Uma forma de uniformizarmos a perspectiva do grupo. Voltamos, então, o debate disso, se possível.

SRA. NEUSA – Antes de voltarmos a essa questão, que é relevante, só gostaria de pedir que, se possível, que a secretaria da comissão nos mandasse por e-mail, ou via fax, a relação de todos os grupos. A composição. Cada grupo, o nome dos representantes, dos membros. E, de preferência, o telefone e o e-mail de todos os participantes.

SR. PRESIDENTE – Vamos encaminhar isso o mais depressa possível. Podemos voltar à questão dessa metodologia para definirmos alguns pontos?

SR. – Proporia como modelo simples para início de discussão que o esqueleto fosse: diagnóstico, apontar problemas, sugestões e os cenários esperados a partir disso.

SR. PRESIDENTE – Alguma outra sugestão?

SR. – Eu voltaria àquela do Sr. Fausto, que pela questão do diagnóstico, construir os cenários de médio prazo, onde queremos chegar e quais são as metas e os prazos para isso.

SR. – Além dessas sugestões citadas, para que tivéssemos um comprometimento seqüencial, que em cima das metas, construíssemos os acordos possíveis para que assinássemos em conjunto. Já tentando transformar essa discussão em algo mais concreto. Certamente, vamos desenhar algumas metas nas quais o Executivo Estadual, as instituições, a Assembléia, vão ter os seus papéis claramente definidos. E que nos comprometamos, não obrigatoriamente nesta fase,

de construirmos os acordos, mas que as metas apontem e que coloquemos como objetivo, a construção de acordos. Consolidemos tudo isso na prática. Por exemplo, a reforma fiscal tem que tomar tal direção e que para isso temos que fazer a revisão de algumas leis. Ou temos que nos dispor com a Secretaria da Fazenda a repensar um sistema de refinanciamento do passivo tributário. Ou seja, vamos construir as metas e vamos transformá-las num acordo para que sejamos co-responsáveis com a execução disso na seqüência. A idéia de introduzir isso seria para que não nos detivéssemos na questão da formulação ou da proposição pura e simplesmente, já eu também somos os tomadores de decisão.

SRA. – Esse é um ponto fundamental. Essa definição que, aliás, desde o primeiro dia, perguntei qual seria o nosso produto, que sempre foi a minha grande dúvida. Se vamos ficar na base das sugestões ou e realmente, temos condições de colocarmos isso como algo que já possa sair daqui institucionalizado e pronto para ser operacionalizado.

SR. PRESIDENTE – Dessa presidência não há óbice nenhum. Como estamos reunindo nesse grupo os mais variados representantes dentro do setor da indústria, sob todos os aspectos, quanto mais objetivos nós formos, melhor. Nos deixaram bem à vontade para tomarmos as decisões que entendermos necessárias. Nesse ponto não podemos deixar de ressaltar a postura da presidência da Assembléia Legislativa e até do Governo do Estado que realmente nos deram toda a liberdade de trabalho. Em função disso, os senhores acham necessário definirmos por tópicos a metodologia ou podemos partir do consenso? Partindo do princípio de que o diagnóstico é importante para qualquer subgrupo, partindo desse conceito, devemos aqui adiantarmos a questão com relação a essa metodologia? Ou devemos deixar a cargo de cada subgrupo? Temos a colocação do professor Remo de que, discutindo-se a longo prazo é algo problemático, dada a velocidade de informações. Então, o que vamos discutir é a indústria a médio prazo. Em função

dessa discussão, temos que prosseguir nela? Ou podemos deixar já um consenso nesse sentido em que pese as divergências do nome de um item ou de outro, mas haverá harmonia nesse sentido?

SRA. – Pessoalmente, definidas algumas diretrizes gerais, cada grupo deve se reunir e definir a sua. Ou sejam, os procedimentos a serem definidos.

SR. PRESIDENTE – Há um consenso, então, de que vamos trabalhar com o diagnóstico necessário em todos os subgrupos. Uma perspectiva daquilo que é melhor a médio prazo. Metas específicas e em função disso cada subgrupo direcionará da melhor forma possível seu trabalho.

SR. FAUSTO – E, aí, incluindo a questão do acordo.

SR. PRESIDENTE – Há concordância de todos nesse sentido?

SR. FAUSTO – Talvez se incluísse isso junto com a meta. Na verdade, vamos desenhar metas e as metas pressupõem a divisão do trabalho seqüencial.

SR. PRESIDENTE – Uma outra questão aqui levantada, é com relação às reuniões. Estão sendo realizadas na parte da manhã. E estamos tendo problemas com relação às Marginais, aos horários e ao horário de cada um. E temos, claro, a pretensão de fazermos um seminário daqui a trinta ou quarenta dias. Na verdade, essa é uma pretensão, só que agora, em função dos subgrupos, vamos definir isso mais à frente. Os senhores é que definirão. Em função da grandiosidade do trabalho, teremos que viabilizar isso no plenário grande. Então, precisamos de um pouco de antecedência. Num segundo momento, havendo interesse do subgrupo se reunir aqui na Assembléia, também terão que nos avisar com antecedência para

que possamos designar local, fazer reserva. Fica aqui, também, a possibilidade dos senhores mudarem o horário da reunião.

SR. – Os grupos vão se compor. Até para que pudéssemos alinhar essa preocupação, definirmos a data final, qual o prazo final para que possamos reconstruir um novo cronograma. Até para que pudéssemos pensar no tempo dos relatores, de preparo do documento final, e desenhando, também, para cada grupo, qual o tempo que o grupo vai ter para apresentar o relatório.

SR. PRESIDENTE – Os coordenadores dos grupos, chegando a um consenso, é só me passarem. Cabe a mim operacionalizar isso na Casa. Temos um prazo até o final de junho. Na verdade, os senhores é que poderão definir o que será melhor. E, com relação a relatório, essa presidência irá contornando. Não há problema com relação a isso. Temos liberdade com relação a esse trabalho. É claro que, no final de junho, temos o problema da definição final. Isso precisaremos ter. Os trabalhos do Fórum vão até o final do ano. Em trinta de junho, teremos que já ter algum produto, ainda que parcial, para fazermos alguma exposição grande. Isso não só nós, mas o Fórum Século 21 como um todo, já podendo, num primeiro momento, divulgar alguma coisa do que está sendo feito e propostas concretas que já tenham sido tomadas. Os pontos comuns, que forem consenso de todos, talvez já possamos passar para a presidência do Fórum. Isso a nosso critério. Mas, teremos o prazo até o dia trinta de junho para apresentarmos algumas propostas.

SRA. – Como sugestão, seria interessante termos uma data dos grupos, talvez para o início de junho para uma pré-apresentação desses trabalhos, antes da apresentação final.

SR. PRESIDENTE – Se o grupo específico entender isso, os pontos em comuns serão trazidos a nós e avisaremos todos os conselheiros e marcaremos

esse dia específico. Para tirarmos uma data específica para todos os subgrupos fazerem uma apresentação, isso é muito relativo, porque, de repente, não será o interesse desse subgrupo fazer uma apresentação naquele momento. Mas, não sei se os senhores querem deixar datas definidas para uma apresentação, uma exposição de subgrupo. Mas, na minha opinião, isso vem em decorrência da própria reunião de cada subgrupo.

SR. – Sr. Deputado, fiz aqui um cronograma, que não sei se atende às etapas até o final. Seria a composição final do grupo. Seria uma etapa a ser cumprida. A segunda, seria o trabalho propriamente do grupo, no sentido de atender a esse desenho que demos para esses objetivos. O terceiro, seria um relatório final por grupo, uma apresentação. Ou seja, um relatório que fosse, eventualmente, expandido à toda plenária. E o final seria o grupo de coordenação se propondo a fazer o relatório de fechamento do tema Indústria.

SR. – E dentro desse relatório final, talvez propor uma plenária grande, convocando conselheiros de outros grupos para colocarmos a manifestação final, não só no relatório, mas também a nível de exposição da indústria perante toda a comunidade. Vamos chamar a sociedade, a imprensa e vamos colocar a posição da indústria.

SR. – Talvez desse relatório não saia um só, mas dentro das metas é que podemos ter uma série de propostas. Estamos no dia 21. Se nos déssemos o prazo até o final de março para constituirmos os grupos e arregimentá-los, quer dizer, organizar o início dos trabalhos, a segunda etapa seria o trabalho propriamente dito. Se trabalhássemos, por exemplo, abriu em maio e se reservássemos junho para o começo de junho, fazermos a apresentação dos grupos e, ao final, de junho estar entregando à Casa efetivamente essa consolidação. Os 60 dias destinados para o escopo que demos a esse trabalho, parece-me tempo suficiente.

SR. PRESIDENTE – Vamos até discutir a viabilidade dessa reunião específica. Nesse intervalo, se o subgrupo, por exemplo, quiser discutir um tema específico, que seja de conhecimentos de todos e trazer um parecer interno, então, dá-se uma liberalidade grande para cada subgrupo. Mas, essa plataforma é uma sugestão da plataforma de prazos e que submeto à apreciação de todos.

SR. – A plenária não teria motivo para se reunir de novo até essa fase final. Talvez os coordenadores sim, para poderem alinhar e não deixarem escapar da linha de condução.

SRA. – Achei interessante a proposta. Para mim, em relação ao trabalho, ficaram dois pontos um pouco vagos. Por exemplo, quando se pensa em cenário, qual é o horizonte desse cenário? Então, se é um horizonte imediato. Se estamos pensando em cinco anos. Qual o horizonte?

SRA. – Não é preciso ser um prazo fixo, mas um horizonte mínimo.

SR. PRESIDENTE – Estamos pensando a médio prazo.

SRA. – Outra questão é quanto mais avançamos no tempo, maior será a chance de imprecisão. Então, temos implicações do ponto de vista de como vamos trabalhar essas informações. E a outra questão é a da extensão do relatório, do seu tamanho. Que tamanho vai ser esse? É um relatório de vinte páginas? De cem páginas? Parece irrelevante, mas não é. Podemos ter um compromisso de um produto razoavelmente parecido em relação aos vários grupos.

SR. PRESIDENTE – Com relação ao tamanho do relatório, não houve colocação nenhuma com relação ao Fórum. Na verdade, o tamanho dependerá do

que produzirmos efetivamente. Seja de dez páginas, seja de cem páginas, o que cobraram de nós, foi uma posição realmente que seja um consenso de cada grupo temático. Ou seja, é o melhor para São Paulo, seja de uma lauda, seja de cem laudas. A Assembléia vai admitir e vai aplicar isso. Com relação a prazo, faço uma pergunta que é a seguinte, quando falamos em prazo médio, e a partir do momento que vamos aumentando o prazo, perdemos esse horizonte, que prazo, então, que seria um médio e que não dá para se perder no horizonte? Dez anos? Este é um prazo para termos uma referência.

SR. – Se levamos em conta o que o Sr. Fausto nos falou, principalmente no que tange os acordos finais, não pode ser uma coisa imediatista. Um tempo interessante para se implantar qualquer coisa, seria a partir de três anos, principalmente devido a um aspecto fundamental que vamos esbarrar, que é o problema do legislativo. Muita coisa que vai se colocar hoje, vai depender de reformas profundas. E reformas, que sabemos que não acontecem tão rapidamente. Então, um prazo interessante, seria após o terceiro ano. Considerando que o trabalho estará finalizado em 2000, poderíamos ter algumas coisas em implantação a partir de 2003, 2004. Então, esse seria o prazo. Evidentemente, que nem tudo que se propuser no trabalho, poderá ser implantado ao mesmo tempo e em conjunto. Quer dizer, têm coisas que podem ser aplicadas de imediato, principalmente no que tange os aspectos tecnológicos. Agora, os aspectos fiscais dependem de N fatores da estância desde Municipal até a Federal. Então, vejo isso como entrave. Outras questões também estão relacionadas com aspectos legais. Por exemplo, meio ambiente. O meio ambiente hoje em São Paulo, é um dos pontos mais críticos para se resolver o problema de resíduos em São Paulo, está na questão da legislação. É uma legislação bastante rigorosa, entretanto não se encontra uma solução técnica em função a lei existente. Então, a maior parte de resíduos aqui em São Paulo é mandada para outros Estados para o seu processamento, porque em outros Estados é permitido.

SR. FAUSTO – O nosso principal foco seria a competitividade da indústria e do outro lado, a indústria como instrumento de crescimento social ou de desenvolvimento social. A idéia é que o cenário não fosse tão diante que não pudesse construir metas, senão vamos estar fazendo uma visão muito futurista e não conseguiremos fazer acordo nenhum em cima disso, porque não vamos conduzir a proposta. Então, talvez os coordenadores de grupos têm que estar muito afinados, no sentido de perceber como que as coisas irão caminhar e tentar segurar a linha de conduta, de maneira que se construa cenários, sim, mas que tenham uma visão suficientemente realista, para que possamos construir metas e firmarmos, no final disso, um desenho estratégico para chegarmos lá. Agora, o tempo de aplicação é que se entrarmos em consenso com relação aos cenários, poderemos tratar de imediato algumas metas. Outras não.

SR. PRESIDENTE – O Sr. propõe que cada coordenador sinta do seu grupo a perspectiva de cada um e que procure delimitar dentro do seu subgrupo um prazo razoável, sem cair no problema futurístico, respeitando-se também os próprios problemas de aplicabilidade das medida propostas.

SR. PRESIDENTE – Então, fica aqui a sugestão de não definirmos, por exemplo, que as metas a serem propostas que não corramos o risco de intitularmos como sejam as metas para os próximo vinte anos. Não temos condições hoje de definirmos isso.

SR. FAUSTO – Talvez fosse possível até em algumas áreas. Mas, em princípio, não fecharia, por exemplo, daqui a cinco anos. Talvez os coordenadores tenham que estar com uma reunião um pouco mais constante. Mas, quem tiver capacidade de construir cenário para vinte anos, ótimo.

SR. PRESIDENTE – Até porque, por exemplo, com relação à tecnologia, que dá para ser aplicada de imediato, daqui a cinco anos vamos ter outra tecnologia.

SRA. – Seria interessante pensarmos, em princípio, no presente. O que podemos estar compondo em termos de sugestões desse projeto. Imagino que, no nosso grupo, principalmente na questão de trabalho e de emprego, guerra fiscal, temos que pensar nesse futuro imediato, que são os próximos cinco anos. Sobretudo com o que está acontecendo hoje na tecnologia. E o que isso está contribuindo e influenciando nessa relação de trabalho/emprego. Porque acredito que a proposta do Fórum Século 21 é justamente de criar possibilidades de oferecer sugestões e uma proposta que possa estar criando um espaço no legislativo para que possamos dar uma contribuição efetiva nesses projetos da Cidade de São Paulo, no que se refere a como podemos estar inovando nessa questão legislativa de uma forma mais precisa.

SRA. NEUSA – Podemos fechar, na minha opinião, com as considerações que foram feitas e que foram sintetizadas. Realmente, se pensarmos muito a longo prazo, poderemos estar fazendo um exercício meio estéril, porque hoje a realidade muito com uma velocidade muito maior e todos os cenários que vemos construídos para um prazo muito longo, em geral, são furados. Então, temos que ter esse tipo de restrição em mente. Têm matérias que são sujeitas à legislação, então tem um prazo necessariamente diferente de outras que têm uma independência de voto maior, como é a questão da tecnologia. Concordo que os coordenadores têm que estar atentos para essa questão e irem, realmente, acertando esses pontos na medida em que o trabalho for sendo feito.

SR. – Gostaria de apresentar uma proposta. Estou me baseando na experiência que temos vivido no Fórum de Desenvolvimento. Foram realizados esses fóruns em Tupã, Fernandópolis, Votuporanga e todos eles com a presença do

Sr. Governador e dos Secretários. E, sábado passado, em Vale do Ribeiro, em Registro, uma das regiões mais pobres que temos no Estado de São Paulo. Está sendo desenvolvido com a coordenação da Fiesp e Siesp, o Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste. Como todos sabem, a Zona Leste tem uma população de cinco milhões de habitantes. Com problemas muito graves de segurança, estrutura, meio ambiente etc. O que estamos fazendo de objetivo e que gostaria de apresentar essa proposta, com base também no grupo temático de ciência e tecnologia, a cada quinze dias estamos realizando, temos cinco painéis definidos e aqui poderíamos definir quatro painéis ou quatro reuniões, ou quatro cenários etc., a cada quinze dias. Isso em função dos grupos que já estão definidos. Então, painel, ou reunião de relações do trabalho e emprego, aspectos tecnológicos, aspectos fiscais e investimentos, aspectos geográficos, regionais, meio ambiente, clusters etc. Em função desse horizonte de trinta de junho, para apresentar um relatório final à Assembléia, diria o seguinte, o primeiro painel poderíamos apresentar no dia cinco de abril. Segundo painel, dia dezanove de abril. Terceiro, dia dois de maio e o quarto no dia dezesseis de maio. Esses grupos gerariam o seu relatório parcial até o dia trinta de maio. E a apresentação ao Sr. Deputado e à secretaria, no dia vinte de junho, para que do dia vinte de junho até o dia trinta, que seriam dez dias, para podermos dar formatação final a esse relatório. A secretaria, por exemplo, na reunião desses Fóruns são formadas câmaras setoriais que discutem meio ambiente, tecnologia, competitividade, qualidade do produto no mercado, crédito, investimento etc., e cada prefeito gera as suas necessidades, que são colocadas sob a forma de proposta. Essas propostas têm uma comissão que consolida essas propostas e, depois, no final do Fórum, essas propostas são submetidas ao Governador. Alguns temas o Governador já decide na hora. Na medida em que as ações vão sendo implementadas, fazemos um link, vai e-mail, com os prefeitos. Então, geramos ao Governador e aos secretários, relatórios mensais de quais foram os resultados alcançados com relação àquele Fórum. Então, a minha proposta, objetivando esse tema da Indústria, que é realmente um

tema bastante complexo, a indústria tem pressa, tem as suas necessidades, o seus projetos etc., de realizar esses painéis, essas reuniões nessas datas que estou apresentando para que, até o dia vinte de junho, tenhamos o relatório final.

SR. PRESIDENTE – Está anotada a sugestão do Sr. Só tomo o cuidado de fazer uma ressalva, até em função dessas datas, sendo a primeira no dia cinco de abril. A priori, esse deputado também tinha a idéia de que cada subgrupo fizesse uma reunião temática e uma apresentação. A preocupação que surgiu foi a seguinte, temos pouco prazo. Ou seja, será que um subgrupo está preparado para fazer uma primeira apresentação nesta data? Qual subgrupo vai querer assumir uma primeira data? Então, temos essa sugestão feita pelo Sr., mas temos também uma segunda opção. Como fez o grupo de Ciência e Tecnologia que ficou, praticamente, o dia inteiro com seminários aqui. Então, chegando-se a um consenso, poderemos marcar um dia inteiro, e vamos dividir por horário e cada subgrupo faz uma apresentação dos temas relevantes.

SR. – Talvez, nessa fase, valesse a pena promovermos um workshop. Cada grupo apresentaria o seu relatório, mas se ampliaria sua participação, antes de se escrever o relatório final.

SR. PRESIDENTE – Perfeito. Nada impede que façamos isso, com a participação de todos os grupos.

SRA. – Não dá para pensarmos em indústria sem pensarmos nesses tópicos. É claro que o enfoque principal é a indústria. Vejo o aspecto de tecnologia muito ligado à produtividade, à melhoria do potencial exportador, etc.

SR. ANDRÉ – Pessoalmente, minha opinião, aqui talvez vamos perder uma grande oportunidade ou não em relação ao cluster. Porque acho muito importante.

Fiquei espantado com a apresentação. Já sabia do potencial que tem o cluster. Então é algo grande, novo. E para um grupo como esse, com tantas pessoas que estão aqui e que são pessoas que conhecem, que têm conhecimento, a opinião seria colocar essa coisa primeiro. Por exemplo, o cluster lá na frente. Colocarmos todos para fazer o cluster. Se gastasse força pensando realmente em alguma coisa grande, em alguma coisa nova, o Fórum teria mais sucesso ainda.

SRA. – Também concordo com essa abordagem feita. É uma inovação que tem que ser abordada com a indústria. É um ponto que tem que ser muito bem considerado, porque é o que vai trazer realmente outras possibilidades para São Paulo e até para o País, essa questão da tecnologia.

SRA. – Entendi a sua proposta como colocar o cluster como uma das metas ou como a meta principal. Na realidade, se essa proposta for aceita, vamos ter que voltar um pouco atrás e refazermos uma série de coisas.

SR. ANDRÉ – Pela vivência, pelo que tenho verificado no mundo, nos Estados Unidos, hoje vimos também uma reportagem que saiu na Índia, por exemplo, o grande pólo de produção de software na Índia. E São Paulo tem um grande potencial. E não tem ninguém trabalhando em cima disso. Se o grupo começasse a procurar os líderes de cada região a começar a fazer um estudo do que seria melhor para aquela região, nós é que teríamos que ter essa idéia e como fazermos com todo o apoio tecnológico que precisamos. Então, é apenas uma idéia para realmente o grupo se destacar. Esses outros assuntos com certeza vão fazer parte do cluster. Então, a partir desse tema, conseguir deslanchar o grupo e conseguir, realmente, ter alguma coisa nova. Essa é a idéia.

SRA. – Vejo o cluster como uma alavanca, uma ferramenta de desenvolvimento regional. Então, estão ligados todos os aspectos regionais. E sendo ligado até à própria infra-estrutura, então está bem cimentado, bem

alinhavado. Agora, se vai ser o tema principal, é claro, aí teríamos que decidir isso. Além do mais, temos vários clusters. Alguns já bem antigos no Interior. E talvez tenhamos que fazer propostas de um redirecionamento desses clusters e, talvez, na instalação de alguns novos.

SRA. NEUSA – Sou contra a idéia pelo seguinte, cluster é um aspecto como outros aspectos. Estamos preocupados, aqui, com a indústria. E tivemos o cuidado no início das discussões de qualificar bem qual era a nossa grande preocupação. Estávamos preocupados com a competitividade da indústria, que não se reduz a ela estar aglomerada regionalmente. Estamos preocupados com aspectos relativos a trabalho, a meio ambiente, a infra-estrutura, a tecnologia, que abarcam qualquer forma de organização da indústria. Então, não vejo porque, embora cluster seja uma bandeira bastante levantada hoje, não vejo porque de devêssemos direcionar para isso. Quando se fala em inovação, é claro que temos que nos preocupar com inovação, mas acho que esse é um tema essencialmente de tecnologia. Temos que tratar a indústria de uma maneira geral, em todos os seus aspectos.

SR. – Concordo com a preocupação do Sr. André, mas a conotação da Sra. Neusa contempla. E que foi exatamente a discussão que fizemos na reunião anterior. Não tenha dúvida nenhuma que o cluster é um dos instrumentos de definição de política industrial que vai reorganizar, basicamente, a nossa visão sobre o desenvolvimento industrial a nível de Estado. Mas, não restringiria. Não colocaria isso como principal objeto. E aqui cluster é tratado com uma visão inovadora, mas não vejo como excluir os outros aspectos. O cluster vai ganhar importância na evolução desse processo.

SR. – Também sigo por esta linha, ainda que discordando do meu companheiro. Mas, cluster é algo que deve ser bastante analisado e tem que ser proposto e estudado. Só que, também, não podemos deixar de considerar que a

indústria eu vamos analisar aqui, é toda a indústria paulista. E a indústria paulista é muito ampla. Vai desde indústrias regionais, indústrias de certos tipos de produto até as indústrias grandes, porque temos que discuti-las todas. Não podemos, inclusive, em pensar em criar cluster em empresas grandes. Isso chega até a ser difícil. Mas, o cluster tem que ser bastante enfatizado e estudado e até vemos quando podemos ajudar no desenvolvimento deles. Mas, também, concordo que não deva ser o ponto central da dessa discussão.

SR. – Gostaria somente de colocar uma situação bastante importante, porque aqui no Brasil já existe um perfil para se implantar os tais pólos industriais. Também acho que não deveria ser tratado como objeto final pelo seguinte, o primeiro grande cluster seria a região do ABC. Isso acabou pulverizando, por uma série de questões trabalhistas, sindicais. Temos indústrias que saíram do ABC e foram para o Interior e não arrastaram com ela a cadeia. E o desenvolvimento permanece. Então, nesse tipo específico não se pode dizer que o cluster seja a melhor alternativa ou que seja a solução. Tem que ser visto, mas como fazendo parte de um conjunto. Então, como está foi muito bem dividido.

SR. PRESIDENTE – Feitas essas considerações, com a palavra o Sr. André.

SR. ANDRÉ – Todas essas considerações foram muito produtivas e concordo com todas elas. Uma outra coisa que me preocupa é que deveríamos fazer um estudo de São Paulo, das suas regiões.

SRA. NEUSA – Esse estudo sobre São Paulo, tivemos aqui uma apresentação sobre os resultados do PAEP, depois recebemos a síntese desses trabalho. Isso dá uma base mínima, até porque sabemos que é o que temos. Não temos grandes estudos abrangentes. Temos ou estudos de levantamentos conjunturais ou estudos muito localizados, de aspectos da economia paulista. Só

gostaria de tentar chegar mais para o chão, lembrando a sugestão de cronograma que foi feito está bem realista. Final de março, constituição dos grupos. Acho que devemos levar isso em conta , porque isso leva tempo. Provavelmente outras pessoas passarão a fazer parte desse Fórum dentro dos grupos de trabalho. Abriu em maio o desenvolvimento do trabalho, propriamente dito. Início de junho, a apresentação dos grupos. E final de junho, a consolidação. Esse cronograma está bem realista. Temos que agendar, dentro desse cronograma, uma ou duas, ou mais, reuniões gerais par estarmos trocando informações para arrumarmos arestas já. E, eventualmente, estarmos marcando reuniões com outros grupos de trabalho aqui da Casa.

SRA. – Com relação à colocação da professora Neusa, no início tinha falado que estávamos tentando formatar na Casa a realização de um evento, que eu não denominei que tipo de evento. Pode ser um workshop. Não sei. Onde teríamos a participação dos outros grupos temáticos nos aspectos que interessam à indústria. Diante da proposta que foi colocada pelo Sr. Fausto, poderíamos fechar isso talvez em junho. Preciso de uma definição do interesse dos senhores para tentar fechar na Casa, porque tem a questão das agendas dos outros grupos.

SR. PRESIDENTE – Surgem aqui três hipóteses. Com o relatório final, ou com as conclusões, acho que deveríamos fazer um evento grande. Não só para colocar isso no papel como para expor tudo isso. Não sei se é da concordância de todos. Só que acho necessário, também, em função até da solicitação do Sr. Fausto, que num determinado momento, vinte, trinta dias antes da conclusão final, fizéssemos um evento grande com a exposição de todos os grupos. Porque aí, sim, com um evento aberto, com a participação, não só de outros grupos, mas de outros segmentos, para opiniões antes do relatório final. talvez pudéssemos definir isso, até para fazermos um agendamento na Casa. Dia 25 de maio, por exemplo, vamos fazer uma prévia do que vai ser a exposição final, mas aberto às sugestões. E surge

uma segunda necessidade, que é colocada pela professora Neusa, agora, que é a seguinte, vamos nos reunir nessa plenária enorme, para vermos como está o grupo? Ou vou me reunir apenas com os coordenadores? Ou, eventualmente, marcamos uma reunião dessa natureza e chamamos os representantes dos outros grupos para nos exporem, só entre nós, e não num evento maior, para vermos como está a posição dos outros grupos com relação à indústria. Talvez até ficasse algo mais formal e mais interessante do que abrir isso num painel maior, para nós. Porque isso interessa mais a nós. Não sei se os senhores concordam com essa sugestão.

SR. – Cada instituição que está participando do Fórum, de uma maneira geral, procurou as suas áreas de interesse. E, apesar de serem pessoas diferentes, certamente vão estar articuladas para participar e apresentar os seus posicionamentos nos diversos grupos. Do outro lado, se ficamos na dependência excessiva de estarmos sintonizados, podemos não conseguir a objetividade necessária para evoluirmos o nosso trabalho. Particularmente o nosso que é focado. No grupo que abre os aspectos tecnológicos, de uma forma ampla, será muito difícil. Vai ter que se tratar muito superficialmente cada uma das linhas. Certamente, terá pouco choque com relação a isso que estamos falando. Este evento grande, antes do relatório final, talvez fosse o momento de afirmarmos da divulgação. Nesse momento construímos o documento. Quando chegarmos nesse relatório final, ao final de maio, convidamos os integrantes dos demais grupos e damos a divulgação suficientemente grande para que as pessoas tenham a possibilidade de contribuírem no momento anterior à consolidação do relatório.

SR. PRESIDENTE – A Casa tem problema de datas. Até para ser muito honesto, não nos foi colocado que até em junho é para apresentarmos o relatório final, para se ter o término do Fórum. Não é esse o objetivo. O objetivo é que se continue as discussões. O problema é que a Casa quer um relatório parcial. É que

vejo com certa precaução essa questão do relatório parcial em junho que, para mim, o relatório parcial é como se fosse um relatório final. Como é que vamos tirar conclusões no final de junho e depois modificarmos essas conclusões. O que podemos fazer é estendermos os estudos e chegarmos a outras conclusões. Então, temos que respeitar esse prazo. Mas, os estudos continuarão e de forma, talvez, mais aprofundada. E temos outra preocupação também, que é a preocupação política da Casa, porque em outubro tem eleições. Então, depois de junho, começa o recesso nesta Casa, onde tem as convenções dos partidos, 30% dos deputados desta Casa estarão em campanha para prefeitos nas suas respectivas cidades do Interior. Então, vai se perder um pouco. Os senhores acham interessante que nos encontremos a cada quinze dias. Ou quando houver necessidade? Então, deixaríamos em aberto, nesse primeiro momento, e cada coordenador de cada subgrupo entendendo que há necessidade, proporia um reunião? Como os senhores entendem essa questão?

SR. – Feitos os subgrupos, não vejo tanta necessidade de uma reunião desse tamanho. A reunião deve ser feita com os coordenadores e aberta a todos os conselheiros que quiserem comparecer. Mas, cabe aos coordenadores de grupo terem uma relação mais próxima com o Sr. Deputado e com a Sra. Secretária, para irem relatando o que está acontecendo e até solucionando eventuais problemas de percurso que possam surgir. Mas, à medida que está dividido em subgrupo e que vai se trabalhar em subgrupo, não vejo mais necessidade da reunião ampla, mas, sim, pelo menos, uma reunião mensal até junho dos coordenadores com o Sr. Deputado, sim. Uma reunião aberta aos conselheiros, com uma ampla divulgação.

SRA. – Sou da mesma opinião. Poderíamos hoje, já fazermos uma reunião com cada subgrupo e, pelo menos, marcarmos a data da reunião de cada subgrupo.

SR. PRESIDENTE – E em relação à proposta do Dr. Fausto, de uma reunião final, tinha colocado um pouco antes talvez a necessidade de se trazer pessoas de outros grupos para expor. O Sr. deixou de forma tão clara que, talvez, não tenhamos tanto problema com relação aos outros grupos. Talvez a necessidade seja chamá-los eventualmente num evento grande e prévio que façamos.

SR. – Concordo com a visão acima. Trataríamos esse grupo agora, com uma coordenação executiva. Se houver a necessidade de se chamar uma plenária, aí chamaremos em função de se ter mudado o rumo. Segundo, talvez tenhamos que nos dar o direito de sentirmos um pouco a evolução das coisas. Até em relação aos outros grupos. E, terceiro, se também no desenvolvimento dos trabalhos, não se conclua, talvez consigamos construir essas coisas por etapas. Vamos admitir que o diagnóstico vá tomar parte, que os grupos deveriam obedecer a essa seqüência. Quer dizer, consolidar um diagnóstico. Consolidar um cenário. Consolidar metas. Porque pode ser que em junho tenhamos todos conseguido fazer um diagnóstico bem feito, um cenário bem feito, mas nem todo o grupo tenha conseguido construir metas adequadas. Aí, sim, daria para sair um relatório parcial e pediríamos tempo para expandir.

SR. PRESIDENTE – Particularmente, como Deputado, sei muito pouco sobre a Secretaria da Ciência e Tecnologia no que tange às atividades dela. por exemplo, quanto à indústria. E não sei se os demais conselheiros aqui têm recebido nos seus respectivos órgãos, todo o cronograma de atividades, tudo o que a Secretaria está fazendo pertinente à indústria. Então, fica aqui a sugestão para que se mande a esse Deputado todo o cronograma, que é muito importante até para divulgar o trabalho da Secretaria. Não só com relação ao Fórum, mas também com relação a todos esses segmentos.

SR. – Comprometo-me não só a entregar os relatórios, de resultados dos trabalhos que estão sendo realizados e também de fazer uma exposição das atividades, atribuições no que tange à ciência, à tecnologia e o desenvolvimento econômico.

SR. – Gostaria de perguntar ao plenário se em função de todo esse debate, em razão dessas discussões que os grupos vão desenvolver e já desenvolveram, considerando que já existem instituições, sejam as universidades, sejam os institutos de pesquisa que já convivo há uns vinte anos. Sou advogado da União e trabalhei muito na área da informática e de telecomunicações. Não só a universidades, como também os institutos de pesquisa, de fomento, como é o caso da Finep, o próprio BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Tivemos contato também com o pessoal do Banespa, com a Nossa Caixa Nosso Banco. Muito contato com a Federação das Indústrias. Se o grupo chegaria a algumas conclusões diferentes dos cenários que já estão delineados, no que tange, o que será a indústria a curto, médio e longo prazos. Será que chegaríamos a uns cenários diferentes? Razão pela qual, fiz essa sugestão de que os grupos se reúnam, ou que se façam workshops, qualquer que seja o título ou a forma, mas se discutir rapidamente e conseguir colher, por exemplo, o IPT tem um cenário da indústria. O IPT fez cem anos agora. E tem um cenário do que poderá ocorrer no próximos dez, vinte anos. A Finep fez um estudo, também, muito aprofundado da indústria, porque ela apóia, ela fomenta. A própria Federação das Indústrias. Será que o nosso grupo temático das indústria vai chegar aos cenários diferentes do que está ocorrendo? A globalização da economia, com a rapidez com que as coisas estão acontecendo na área de telecomunicações etc. Então, a proposta é tornar urgentes esses debates, colher essas informações, trazer esses representantes, pessoas que realmente têm muita experiência, para transmitirem para o grupo e o grupo se apoiar nos estudos que estão sendo desenvolvidos não só na Secretaria da Ciência e Tecnologia, mas o meio ambiente, da educação. Agora, a indústria tem pressa. O desemprego, em

São Paulo, está muito alto. Embora haja uma melhora muito modesta. Mas, a Assembléia Legislativa com esse trabalho Fórum São Paulo Século 21, tem realmente um papel fundamental de delinear esses cenários, mas também trabalhar com objetividade no sentido de atingir os objetivos das indústrias. Há muita burocracia. O Brasil é um país de impostos.

SR. PRESIDENTE – Também tenho essa preocupação. A partir do momento que o grupo se reúne, são muitos itens dentro de um grupo. Então, o grupo vai ter que ter tempo, num primeiro momento. Por exemplo, dentro da questão geográfica, se o grupo chegar num consenso de que o que mais está em evidência são os clusters, então, seria mais interessante expormos para os demais membros e sociedade uma palestra sobre clusters. Então, se os subgrupos entenderem que algum assunto seja importante em demasia, então poderão expor antes do relatório final. Então, poderemos fazer um painel, ou como o Sr. Fausto disse, fazermos um workshop, e sou mais partidário disso, de talvez centrarmos num dia inteiro as atividades dos grupos, focando algumas palestras, algumas exposições daquilo que é essencial. Porém, temos a questão da agenda pessoal de cada um. Então, temos dois meses e meio até um relatório final. Se fizermos eventos isolados, teremos o problema de agendamento de todas as pessoas. Se reunirmos isso num ia inteiro de painéis específicos, divididos por horário, não sei se isso será melhor para todos. Teremos que discutir sobre isso. Só acho que tirar um calendário, agora, será prematuro.

SR. – Na primeira reunião sobre o tema indústria, eu havia proposto que tratasse do assunto banco de dados e falei no Sebrae, na Fundação Seade, Funep, no banco de dados da secretaria, de outras secretarias e que a Assembléia priorizasse essa questão do banco de dados para cada grupo temático e cruzasse as informações. Porque, através de e-mails pode-se obter as informações não só da Fundação Seade, Sebrae, Fiesp, Finep e de todas as outras secretarias.

SR. PRESIDENTE – Tivemos até dificuldade de disponibilizarmos a informações pertinentes à indústria especificamente, junto à Seade com relação ao e-mail. Queremos, no final, formar um conagraçamento de idéias e que todos disponibilizem de forma transparente esses dados e que todos se conscientizem que, apesar de idéias divergentes muitas vezes, o objetivo é comum. Com a palavra o Dr. Fausto.

SR. FAUSTO – Não vamos reinventar absolutamente nada. A idéia é que o grupo reflita e tenha a representação de todas essas pessoas que detêm o conhecimento. A única coisa que vamos fazer aqui, exatamente porque é o grande salto de qualidade do Fórum, é que a Secretaria da Ciência e Tecnologia irá conduzir uma idéia para a indústria, que ela acredita que é adequada, desarticulada da indústria. Temos a possibilidade de conversarmos uma língua única. Então, a indústria tem pressa de se articular. Gasta-se uma fortuna em pesquisa, gasta-se uma fortuna em estrutura e não se chega à indústria. Acho que essa é a essência do Fórum. E estamos articulados com vários outros órgãos, mas o que estamos buscando aqui é o redirecionamento dessas ações em todas as instituições.

SRA. – Quando estava tentando rever esse cronograma que nos colocamos, que acho que o Sr. Fausto sintetizou bem, quando pensamos em deixar o mês de março para constituirmos os grupos de trabalho, estou pensando nisso. Quer dizer, é um tempo que se tem para se juntar as informações, para ver onde a informação está, quem representa bem essa informação. Como poderíamos compor melhor esse grupos. Não é só com as pessoas que estão se dispondo, mas com pessoas que podemos convidar eventualmente para os grupos, porque achamos que podem ter participações relevantes. Isso leva tempo, mas esse trabalho é necessário e inicial.

SR. – Como questão prática, se considerarmos terça-feira que vem, será dia 28. Então, poderíamos marcar uma outra plenária, comprometendo todos os integrantes dos grupos, pelo menos os iniciais, para iniciar o processo. E nessa própria plenária, podemos fazer a abertura e cada grupo iniciar o seu próprio trabalho. Quer dizer, faríamos dois tipos de atividades. Uma seria organizar o conceito novamente, já que temos outras pessoas que estão se integrando ao debate e, em seguida, liberaremos, em seguida, os grupos para os mesmos se organizarem, debaterem agenda, o melhor dia, o melhor momento. Como fazer. Fazemos essa própria plenária no start do trabalho.

SR. PRESIDENTE – Se o senhor me permite, sugiro uma coisa diferente. Marcarei, então, para o dia quatro uma reunião com os coordenadores de grupo, aberto a todos. Porque, nesse intermédio, poderemos ter a seguinte questão: talvez haja grupos que já tenham até se articulado, se reunido e outros não. Então, fica aberto a todos e cada coordenador avisará a todos. Também avisaremos a todos dessa reunião e pedindo a presença de todos, se possível. Aqueles que sentirem que estão com o trabalho adiantado e que não é necessária a participação, vem somente o coordenador. Não sei se os senhores concordam com essa sugestão.

SRA. – Só gostaria de entender qual é o caráter da reunião. Seria para que cada grupo expusesse o andamento dos trabalhos no interior de cada grupo. É isso?

SR. PRESIDENTE – Sim, da coordenação em si. E fica aberta à participação dos demais.

SR. FAUSTO – Nós, como coordenadores, receberemos o grupo formatado?

SR. PRESIDENTE – Até segunda-feira no máximo.

SR. FAUSTO – Então, estaríamos organizando os grupos e, a partir daí, cada coordenador teria a iniciativa de contatar e organizar.

SR. PRESIDENTE – Exatamente. E fica essa reunião da coordenação marcada para o dia quatro a todos, e se algum coordenador entender que a primeira reunião do subgrupo deve ser no dia quatro, que convoque os seus membros nesse sentido. De acordo?

TODOS – Sim.

SRA. – E, após essa reunião do dia quatro, seriam marcadas outras reuniões mas só com os coordenadores?

SR. PRESIDENTE – A priori, sim. Alguma outra questão a ser discutida?

SR. – Só gostaria de comunicar os Srs. coordenadores de cada grupo, que a Sra. Secretária tem o meu e-mail. Tem tanto o site como o e-mail. E me coloco à disposição para canalizar as informações.

SRA. – Também só gostaria de enfatizar aqui, antes mesmo da composição dos grupos, como temos esse prazo até segunda-feira das semana que vem, já tenhamos acesso aos e-mails e outras formas de endereçamento das pessoas que estão aqui.

SRA. SECRETÁRIA – Na verdade, na segunda reunião, encaminhamos uma listagem com o nome e telefone de todos os conselheiros. Mas, eram informações conflitantes. Então, vamos estar refazendo essa listagem, pegando todos os dados que forem disponibilizados para nós.

SR. PRESIDENTE – E já, até de uma certa forma, e no bom sentido, com esta lista estaremos excluindo os nomes de alguns conselheiros que nem tomaram posse. Então, vamos fazer a listagem. Agradeço a presença de todos. Dou por encerrada a reunião. Um Bom-dia a todos.

04.04.2000

- Jorge Caruso – Deputado. Coordenador do grupo temático Indústria
- Solange Machado – IPT
- Maria Carolina de Souza – Professora do Instituto de Economia da UNICAMP, representante da UNICAMP
- João Lima – Confederação Geral dos Trabalhadores, C.G.T.
- Marco Antônio dos Reis – Industrial na área de Eletrônica, componentes eletrônicos. Diretor na FIESP do DESEMPI - Departamento de Desenvolvimento da Micro e Pequena Indústria
- Fausto Sestari – Representante da CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- Neusa Serra – IPT
- Francisco Assis Chiaratto – Secretaria de Ciência e Tecnologia. Assessor e representante do Deputado José Aníbal

SR. JORGE CARUSO – Desculpas pelo atraso. Tentamos segurar ao máximo a reunião, por conta da chegada de alguns companheiros que garantiram a presença e até agora não compareceram. São Paulo está com alguns problemas no trânsito, mas não sabemos se é essa a decorrência do atraso. De qualquer forma, vamos dar início à reunião, neste momento, do Grupo Temático Indústria, Fórum São Paulo Século 21.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar a todos e agradecer a presença, em especial a de novos companheiros, que se fazem presentes pela primeira vez aqui.

Inicialmente, gostaria que os Conselheiros se apresentassem aos demais, quem está aqui pela primeira vez. Então, a minha direita, as senhoras primeiro.

SRA. SOLANGE MACHADO – Bom-dia. Trabalho no IPT com a Neusa Ferra. Ela me pediu para representá-la hoje, especialmente para trabalhar no Grupo 4, Aspectos Geográficos e Regionais. Somos de um grupo do IPT que estuda desenvolvimento econômico regional, e meu interesse é acadêmico. Estou fazendo Doutorado na Poli, é em *clusters*, e estou estudando especificamente *cluster* cerâmico. Então, estou aqui para ajudar vocês no trabalho do Grupo 4, representando a Neusa.

SRA. MARIA CAROLINA – Meu nome é Carolina. Sou Professora do Instituto de Economia da UNICAMP e estou aqui representando esta universidade neste grupo temático. Fui indicada também, principalmente, porque, neste grupo temático, um dos pontos a ser discutido é exatamente a questão dos *clusters*. Então, como a companheira do IPT, acho que tenho um interesse comum neste tema. Não estamos estudando nenhum *cluster* individualmente, mas como estamos participando do desenvolvimento de alguns projetos em comuns com o SEBRAE, então no fundo estamos praticamente fazendo um mapeamento das possibilidades, das potencialidades, inclusive, nesse sentido, de *clusters*.

SR. JOÃO LIMA – Meu nome é João Lima. Sou da Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT. Minha militância sindical é na área de calçados e confecções. Sou o atual “Jorge Caruso” da Federação dos Trabalhadores no Vestuário do Estado de São Paulo. Pedimos desculpas por não ter possibilidade de estar presentes nas outras reuniões, mas queremos nos integrar, sim, participar de todas as discussões. Se houver possibilidade, gostaríamos de participar tanto do Subgrupo 1, que é a Relação de Trabalho-Emprego, como do Grupo 4, porque sou um homem do interior. A maioria de nossos Sindicatos está no interior. Interessa muito para nós essa discussão sobre as vocações regionais e *clusters*, da forma como os acadêmicos estão encaminhando. Se houver possibilidade, gostaríamos de nos integrar a esses grupos.

Muito obrigado.

SR. MARCO ANTÔNIO DOS REIS – Meu nome é Marco Antônio dos Reis. Fui convidado pelo DESEMPI, pela FIESP. DESEMPI é o Departamento de Desenvolvimento da Micro e da Pequena Indústria. Sou industrial, trabalho na área de eletrônica, componentes eletrônicos, e fizemos alguns trabalhos no DESEMPI, em termos de qualidade e tecnologia. E o DESEMPI tem a função de atender à pequena indústria, que é o grande número de associados da FIESP. Sempre trabalhos em conjunto com os outros departamentos da Casa, Departamento Jurídico, Departamento de Tecnologia, Departamento de Competitividade Industrial. E o Dorival, que já esteve presente a outras reuniões, convidou mais três companheiros, cada um para trabalhar num grupo temático. participarei do Grupo 2, Tecnologia.

Obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Vou apenas fazer um breve relato, principalmente aos companheiros que chegaram agora, apesar, talvez, de estarem em mãos com o relatório das reuniões anteriores, mas apenas para especificar alguns pontos.

O tema Indústria é muito vasto, todos sabem. Discutimos aqui, ao longo dessas reuniões, a subdivisão de alguns temas principais em subgrupos, para que facilitasse os trabalhos. Chegamos a um consenso, na reunião anterior, de que deveríamos dividir a Indústria em quatro subgrupos, e Vossas Excelências talvez já possuam aí a cópia dessa divisão.

Tentamos também, e ficou em aberto, a questão de que, como tínhamos alguns membros que faltaram na última reunião, ou alguns ainda que estavam em vias de vir pela primeira vez para este Conselho, essas pessoas escolheriam de quais grupos iriam participar, também para podermos dar início efetivamente aos trabalhos.

Então, tentou-se, ao longo desses 12 dias, 14 dias posteriores à última reunião, o contato com todos aqueles que, até então, não tinham se manifestado. E, hoje, temos um quadro já quase basicamente fechado, onde temos um determinado número de Conselheiros. Queremos poder contar com mais gente, mas, na verdade, temos agora de, efetivamente, partir para o trabalho, com o material que temos.

O que ficou basicamente definido nas reuniões anteriores é que esses subgrupos teriam por base, como parâmetro de seus trabalhos, apresentar um diagnóstico completo da situação da Indústria, principalmente com os dados também fornecidos pelo SEADE, dentro do cenário atual, os informes dos próprios Conselheiros, considerando, talvez, a indústria nestes últimos 20 anos, para se ter um cenário atual. Mas para quê? Um cenário atual para podermos, também, viabilizar o que é melhor para a indústria daqui para frente. E chegamos num consenso de que ficaria difícil discutirmos a indústria, seu futuro, o que é melhor para a indústria, sem termos como base um parâmetro atual.

Estabelecido, também, que os grupos devem definir os problemas a serem resolvidos, sejam eles de qualquer natureza, de investimento, de desenvolvimento tecnológico, de natureza legislativa, problemas relacionados às exportações, à estrutura regional etc.

Temos como base, também, apresentar quais atividades devem ser desenvolvidas para atingir esses objetivos da melhora da indústria, sugestões, propostas concretas. E efetuaremos isso, ao término dos trabalhos deste Conselho, num relatório final.

Temos, hoje, talvez, como objetivo maior desta reunião, elaborarmos ou tirarmos aqui como plataforma o que vai ser melhor para nós em termos de trabalho, de painéis. Desde já, quero colocar em discussão a seguinte questão: a idéia desta Presidência, em termos de sugestão, e também se baseando naquilo que os outros grupos temáticos estão fazendo. A idéia é a seguinte: temos um problema aqui, que é a questão de tempo dos Srs. Conselheiros, de agendamento e tudo o mais, que dificulta, muitas vezes, fazermos diversas reuniões, por mais necessárias que sejam. Alguns grupos na Casa estão procedendo da seguinte forma: há mais ou menos um consenso da divisão dos trabalhos em subgrupos, como fizemos. Então, eles optaram por fazer, a cada 15 dias, um painel de exposições. Então, se pegarmos aqui o Grupo 1 nosso, por exemplo, e marcarmos daqui a 15 dias, o Grupo 1, dentro dos aspectos que discute, entende por bem que devemos trazer cinco palestrantes aqui, especialistas em determinados temas e expor para todos. Aí depois de 15 dias, o Grupo 2 vai fazer a mesma coisa, e assim por diante. Alguns grupos temáticos da Casa estão procedendo dessa forma. Outros estão procedendo de forma um pouco diversa, que particularmente acho mais interessante. O que eles fazem? Pegam um dia específico, reúnem-se e fazem um dia inteiro de painéis de discussões. Reúnem todos os grupos temáticos nesses dias, os palestrantes dos mais variados temas, porque eles entendem, eles têm a preocupação da questão do tempo dos Srs. Conselheiros. Porque é mais fácil, muitas vezes, eles delimitarem um dia, para fazer uma discussão, num primeiro momento, dos vários aspectos, perante um plenário, trazendo entidades e tudo o mais, do que fracionarmos isso em várias sessões, a cada 15 dias. Eles temem, dessa forma, que haja um esvaziamento. O Subgrupo 1, por exemplo, organiza um painel aqui de debates. De repente, o pessoal do Grupo 2, do Grupo 3 não vêm, têm um problema de

agendamento, e dá uma esvaziada no grupo. Então, a preocupação é essa. A primeira preocupação nossa é justamente nesse sentido.

Nossa idéia é fazer o seguinte: temos, daqui a 30, 40 dias, um grande painel. Aí vai da vontade dos senhores se devemos fracionar isso, ou condensarmos tudo num mesmo dia, em que traríamos palestrantes ou mesmo Conselheiros do Grupo que queiram dar uma noção geral de determinado ponto. O Subgrupo vai ter de destacar o que é mais importante, aquilo que entende necessário ser colocado aos demais membros do Conselho e às entidades que se fizerem presentes. Fazer um painel dessa natureza, com a participação, um painel com discussão, trazendo gente de fora e tudo o mais. E, posteriormente, após 30 ou 40 dias, fazemos um grande evento, e aqui ficou a sugestão inclusive da Secretaria de Ciência e Tecnologia, no sentido de que na reunião final, no fechamento dos trabalhos do Grupo, onde vamos tirar disso um relatório final, aí vamos ter, nessa grande reunião, a exposição final de cada Subgrupo, as conclusões, e, com a ajuda da Secretaria, tentar trazer o Ministro da Indústria aqui, para participar desse fechamento. Então, nossa idéia seriam criar dois grandes painéis. Num primeiro momento, dentro do curso de estudos, a discussão e o debate. E num segundo momento, o painel final, já com a posição final, digamos assim, dos Subgrupos.

O que precisamos definir, de qualquer forma, é se vamos fazer, dentro desses estudos, dentro desses painéis de debates, um dia só ou se vamos fracionar. Aí vai de tentarmos tirar hoje aqui um consenso dos Srs. Conselheiros, aquilo que é mais vantajoso, até para todos os senhores, não só com relação a tempo, mas com relação à produtividade e tudo o mais.

Estão abertos os debates neste momento, para a opinião dos Srs. Conselheiros.

SR. – Deputado, a primeira reunião que compareci foi a anterior. Não estava a par de como iria funcionar o sistema. Então, senti, naquela reunião, que a posição da FIESP estava se conduzindo a *clusters*. E, como representante da

FIESP, me candidatei ao Grupo de *Clusters*. Acontece que, pelo que pude observar hoje, existem várias outras entidades também querendo trabalhar nessa área. Levando em conta que não entendo nada de *clusters*, gostaria de ser substituído, passar do Grupo 4 para o Grupo 2. Então, gostaria de ser remanejado. acredito que no Grupo 2 vou poder ser muito mais produtivo, porque entre outras coisas também sou industrial em São Paulo e não tenho conhecimento de *clusters*, ou muito pouco tenho de conhecimento. Então, gostaria de ser transferido para o Grupo 2, por favor.

SR. JORGE CARUSO – Sem problema, está substituído. Contanto que continue a trabalhar com os Conselheiros , não tem problema.

Só a título de curiosidade, na reunião passada, quando definimos os Subgrupos, tinha um defensor da FIESP muito grande aqui de *clusters*, um rapaz, não me recordo bem o nome dele, acho que é André. E acabamos inclusive votando aqui na reunião passada, ele insistia até que deveria haver um Subgrupo específico sobre *clusters*, e ele acabou sendo voto vencido, por unanimidade. E, hoje, de repente, temos aqui duas especialistas em *clusters*, o que, certamente, dentro do Grupo, vai ser objeto de uma discussão ampla.

Queria aproveitar, também, para a ver a posição dos novos membros, em que grupos eles querem ser efetivamente colocados, inclusive o representante da FIESP, o Marco Antônio.

SR. MARCO ANTÔNIO DOS REIS – É, já me inclui no Grupo 2 também.

SRA. MARIA CAROLINA – Não. Acho que *clusters*, até pela intersecção que tem com a pequena empresa, que é meu tema maior, na verdade.

SR. MARCO ANTÔNIO DOS REIS – Parece que o Grupo 4 não é apenas sobre *clusters*, não é? Ele tem Cadeias Produtivas e Vocações Regionais.

SR. MARCO ANTÔNIO DOS REIS – Parece-me que, em razão da diversidade de nosso Estado, esse assunto das Vocações Regionais é até mais importante do que os *clusters* especificamente.

SR. JORGE CARUSO – Sim. É que na verdade os *clusters* acabaram incluídos nesse Subgrupo, com todos esses temas. Talvez, havendo maioria de membros, tenha um enfoque maior ou menor. Cabe aos membros de cada Grupo chegar a um consenso naquilo que é prioridade ser colocado. Perfeito.

SR. FAUSTO – Vou aceitar sua provocação. Realmente, acho que está correta sua preocupação. Porque tínhamos duas alternativas aí. Ou constituirmos os Grupos com competência técnica suficiente para poder fazer a discussão fechada e apresentar o relatório final, ou criarmos condições para que as competências se aproximem e exteriorizem suas idéias, e aí consolidarmos. Acho que são as duas formas que teríamos para trabalhar.

Percebemos que não está havendo uma constância de boa parte das pessoas, e talvez não reunamos tantos técnicos quanto gostaríamos para poder dar conteúdo.

Então, acho que sua alternativa me parece mais interessante, tentar arregimentar o maior número possível de instituições, de técnicos para participar. Quer dizer, organizarmos um temário adequado que trate o Grupo de forma ampla. E nós, quer dizer, os Coordenadores, as pessoas que estão envolvidas com o Grupo, deixam de ter a responsabilidade, vamos dizer, de trazer um conteúdo técnico fundamentalmente, para coordenarmos o Seminário, o debate ou as discussões de maneira que atinjamos os objetivos consensado, não é?

Então, se elegêssemos, se déssemos tempo suficiente para esse grupo detalhar o tema, ou subdividir o tema, e convidar pessoas que pudessem contribuir para cada uma dessas áreas, levaríamos aí, pelo menos uns 30 dias para poder organizar e fazer isso acontecer. Quer dizer, vamos pensar que estaríamos fazendo

um seminário daqui a 30 dias, usando um dia todo, e que nesse dia todo, poderíamos tratar dois Grupos. Tomei a liberdade de pegar o calendário, se continuarmos com o objetivo de ter um relatório final no começo de junho.

SR. JORGE CARUSO – Final de junho.

SR. FAUSTO – Se for final de junho, temos 90 dias de trabalho. Daria para organizar, com certa folga, esses encontros, vamos dizer, em 45 dias, aproximadamente. E aí, sim, os Relatores ficariam por conta de descrever ou de fazer os relatos do que foi esse trabalho.

Poderíamos trabalhar com datas objetivas, para acontecer o Seminário ao final de maio, não é? Então, os Grupos se reuniriam agora, com o objetivo de construir um grande Seminário no final de maio.

SR. JORGE CARUSO – A idéia é um grande seminário, ainda que se partilhe esse seminário em dois dias, por exemplo, olha, o Grupo 1 e o grupo 2 vão apresentar num determinado dia, é uma sugestão interessante fazer numa sexta-feira um, na outra sexta-feira outro, os outros dois grupos. Mas não podemos esquecer que temos de apresentar também um grande seminário final, numa exposição de encerramento. Estamos pretendendo agilizar isso com um processo de videoconferência, para participarem várias prefeituras, fazendo uma coisa vultosa no final.

SR. FAUSTO – Mas esses seminários seriam consolidados, não é? Na verdade, seria o relatório dos quatro grupos.

SR. JORGE CARUSO – Consolidados, para podermos preparar, por volta de 20 de junho, alguma coisa assim, não é, Gil? No final, na segunda quinzena de

junho. Esse é o final. Mas até lá, queremos fazer esses, até por sugestão sua, agora, fazendo dois grupos por dia, para que tenhamos a participação do maior número de entidades possíveis, para sugestões e tudo o mais.

SR. FAUSTO – Então, se esse seminário for em final de junho, e dermos aí para o pessoal que vai organizar ou escrever, preparar o relatório final, vamos dizer, duas a três semanas, teríamos de fazer essas pré-discussões, para poder trazer todo o conteúdo técnico, no final de maio. Estou pensando que não daria tempo suficiente. Teríamos 60 dias para poder dividir os temas, convidar as pessoas, fazer o debate, depois ter três semanas para construir o próximo, ou seja, quatro semanas para construir o próximo seminário final.

SR. FRANCISCO DE ASSIS CHIARATTO – Deputado Jorge Caruso, uma idéia é a seguinte. Poderia reunir, fazer o painel dos Grupos 1 e 2 no dia 25 de maio. E 3 e 4, no dia 26 de maio. E o grande painel, com a presença do Ministro, para conclusões etc., dia 30 de maio. Esta é a sugestão.

Agora, gostaria de aproveitar a oportunidade para o seguinte: represento o Secretário José Aníbal, Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e não estamos inseridos em nenhum grupo, porque a Secretaria estará à disposição de todos os grupos, para trazeremos aqui os técnicos, os especialistas. Por exemplo, se formos falar em incubadoras tecnológicas, vamos trazer um especialista em incubadoras. Os *clusters*, experiências que estamos vivenciando no setor calçadista, no movelheiro etc., vamos trazer o representante de *clusters*. Além dos trabalhos das pesquisadoras aqui da UNICAMP, do IPT etc.

Existem outros assuntos – se formos discutir fundo de aval, ou galpão de acolhimento empresarial etc. – que os pequenos industriais do interior estão realmente muito interessados.

Então, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico coloca-se à disposição de todos os Grupos, para auxiliar nesses painéis que deverão ser realizados nessas datas que estamos propondo.

SR. JORGE CARUSO – Faço uma pergunta a Vossa Excelência no seguinte sentido: é claro que até chegarmos ao painel, especificamente, vai ter um número elevado de trabalhos do subgrupo, não só pela questão organizacional, mas também pela questão de estudo daquilo que interessa efetivamente ser levado ao painel. A Secretaria de Ciência e Tecnologia tem algum técnico específico para cada Subgrupo que pode colocar à disposição? Até porque, salvo engano, na reunião passada ficou de fazer a indicação de algum nome. Embora, é até uma opinião pessoal que vou dar agora, acho que a cada abertura dos trabalhos de cada Subgrupo, seria interessante a Secretaria fazer, por intermédio de sua pessoa específica, uma exposição daquilo que está sendo feito pela Secretaria atualmente, para todo mundo ter um panorama geral de muita coisa que é desconhecida. Então, acho que pode ficar como uma indicativa de proposta, que a Secretaria abra os painéis que passamos, colocando o que o Governo do Estado tem hoje como prioridade e o que está fazendo. Acho isso fundamental. Só que minha preocupação é, no curso desse estudo, a Secretaria também fornecer subsídios para cada um dos grupos, com antecipação, independente da exposição num painel, o que acredito ser fundamental para todos os Conselheiros. Esta é minha opinião, que fica aqui.

SR. FRANCISCO DE ASSIS CHIARATTO – OK, Deputado. É viável, sim. Considerando que a Secretaria possui os órgãos vinculados em sua estrutura, que é o caso do IPT, que está subordinado à Secretaria, é o caso da FAPESP, é o caso das universidades – a UNICAMP, a USP, a UNESP. Temos a FAENQUIL, que é uma Faculdade de Engenharia Química, e outras instituições.

Além disso, nos relacionamos muito bem com o PRITS, estamos desenvolvendo trabalhos com outras Secretarias, que é o caso do Meio Ambiente,

na questão do lixo, por exemplo, dos resíduos sólidos dos municípios. De maneira que nos colocamos à disposição e vamos trabalhar nesse sentido de auxiliar esses Subgrupos, inclusive na definição dos temas. À medida que cada Grupo defina os temas, os assuntos que serão tratados objetivamente, ai colocaremos à disposição os técnicos, os pesquisadores. Entendeu?

SR. JORGE CARUSO – Então, os Conselheiros podem entrar em contato direto com Vossa Excelência? A preocupação também é com o conteúdo técnico que esses Conselheiros vão ter para trabalhar. E a Secretaria, claro que é hoje nossa maior fonte de riqueza técnica, digamos assim, para definir esse perfil.

SR. FRANCISCO DE ASSIS CHIARATTO – É. Nosso Secretário José Aníbal é Conselheiro do Grupo Temático Ciência e Tecnologia e Comunicações e Indústria. Obviamente, já conversei com ele, e a orientação dele é ajudar, é auxiliar e colocar a Secretaria à disposição. Então, os Coordenadores dos Grupos Temáticos podem contar conosco, no sentido de discutirmos os temas, as prioridades, e colocaremos toda a estrutura, a organização, inclusive nosso Banco de Dados, para que esses trabalhos sejam realizados e que tenhamos o relatório final em junho.

SR. JORGE CARUSO – Perfeito. Ficam os Srs. Coordenadores avisados.

SR. FRANCISCO DE ASSIS CHIARATTO – Meu nome é Chiaratto. O Chiaratto é descendente de italiano, é *Chi* e dois *t*. E meu telefone na Secretaria é 220-0033, mas vou deixar um cartão meu com cada um dos senhores e senhoras.

SR. JORGE CARUSO – Ficam os Srs. Coordenadores de Grupos incumbidos, então, de intimar o Dr. Chiaratto a fornecer todos os dados, e quaisquer reclamações, não tem problema, levamos para Plenário e “descascamos” em cima do Secretário José Aníbal, não é?

SR. FAUSTO – Dia 19 de maio e dia 26 de maio, sextas-feiras, mas não estou pegando o dia, estou pegando a semana, que acho que talvez seja mais interessante. Dia 19, G 1 mais G 2, quer dizer, Grupo 1 e Grupo 2; e dia 26, Grupo 3 e Grupo 4. No dia 23 de junho, faríamos na verdade o Seminário final, abrindo eventualmente com videoconferência, onde também temos uma experiência recente, com a questão do REFIS em videoconferência, permitindo que se envolva a discussão num nível regional. Somos, hoje, no CIESP, 41 Diretorias Regionais, o que dá para, pelo menos, pegar as grandes regiões, as regiões de maior interesse no debate. Fizemos um trabalho muito proveitoso. Além de reunir os industriais, temos a possibilidade de aglutinar no nível local as representações de Sindicatos, os Executivos Municipais que participam, ou seja, daria para dar uma repercussão razoavelmente importante e uma contribuições também para amarrarmos o Relatório Final em cima do último seminário. Seria o consolidado do Grupo, mas abriríamos aí, como última instância de contribuição, sugestões que pudessem vir de uma apresentação tão ampla quanto pode ser feita pela videoconferência.

Minha impressão é que essa seqüência permitiria que tivéssemos tempo para organizar de maneira competente, permitindo que os técnicos que pudessem contribuir nessas fases iniciais se agendassem. E depois teríamos 30 dias, praticamente, para poder construir essa última fase.

É isso que estou pensando. O colega colocou os três Seminários em seguida. mas se colocarmos o final logo, não vamos ter tempo de trabalhá-lo com a devida calma. Na verdade, precisamos sintetizar cada uma dessas apresentações dos grupos, para depois costurar e construir o último.

SRA. NEUZA- Bom-dia. Desculpe o atraso. Tive alguns problemas agora de manhã, não consegui realmente chegar no horário. E estou tentando me situar no nível das discussões.

Gostaria só de tentar entender como é que se imaginam esses seminários. Quando se faz a proposta de seminários, inclusive com data já pensada, como é

que se imagina a configuração desse seminário? Quer dizer, viriam pessoas de fora? Os grupos já pré-montados realizaram algum trabalho de coleta de informações, de sistematização em cima daquele espaço que tentamos costurar na reunião anterior, ou seja, ter um diagnóstico, levantar problemas, pensar em cenários... Quer dizer, como é que é? Que tipo de costura faríamos nesses seminários? Que tipo de resultado esperamos deles? E como é que eles poderiam se colar com o Seminário final? Estou preocupada com isso, porque acho que não estamos contando com tantos recursos assim, como estávamos imaginando, no interior dos grupos. Então, quer dizer, como é que é? O que esperamos?

Realmente, assim, pode ser até uma falta de conhecimento, porque estou chegando agora. Não consegui pegar o início da reunião. mas até agora não consegui entender de fato como é que seria esse recheio, digamos.

SR. JORGE CARUSO – Bom, algumas pessoas não compareceram hoje, apesar de manifestarem que estariam aqui. Não sei porque razão não vieram. Contudo, temos não só os Conselheiros aqui presentes, mas outros que, costumeiramente, vieram. Caberá a cada coordenador de grupo contatar essas pessoas efetivamente.

Essa sua preocupação, Dra. Neuza, também é a minha preocupação, e, particularmente, entendo que, nesse seminário, nesse painel, digamos assim, deverá haver necessariamente uma pré-apresentação. É aquilo que sugeri de início. Uma posição da Secretaria, para conhecimento de todos, mas antes de entrarmos com algum palestrista especificamente – nesse período de tempo, agora, até os painéis –, uma pré-posição, um posicionamento do grupo atual da situação, um levantamento atual. Acredito que cada grupo vai ter de, anteriormente, antecedendo o próprio palestrista, colocar a posição do grupo, daquilo que o grupo discutiu nesse período até então, das conclusões que já foram tomadas até aquele momento, o posicionamento do grupo, para depois, eventualmente, entrarmos com a palestra específica de algum convidado, que necessariamente não precisa ser de fora. Há

Conselheiros hábeis, aptos eles mesmos a serem aqueles que vão colocar, nessas palestras, o que há de conhecimento técnico, posicionamento e tudo o mais. Quer dizer, fica a sugestão de se trazer especialistas. Mas todos aqui, na verdade, são especialistas. Nada impede que os próprios Conselheiros tomem a palavra, tomem a vez de palestrantes e façam esse trabalho especificamente. Deixamos, de qualquer forma, a cargo de cada Grupo, cada Subgrupo especificamente, definir o que é melhor para expor nesse período que o Grupo vai ter para fazer uma exposição aos demais Conselheiros e às demais entidades que estiverem presentes.

SR.– Acho que me adiantei. Você está certo. Deixe-me ver se ajudo com alguma outra coisa. Estava pensando que o Grupo, agora, ou arregimenta os técnicos, ou ele convida, ou complementa com convites externos. Então, o Grupo deveria deter-se na divisão dos subtemas agora. Por exemplo, vamos tratar de *clusters*, de como tratamos a questão da regionalização e dessas formas diversas de organização da indústria. Vamos ter de ver o que é importante dentro de cada tema. Deveríamos construir painéis com Conselheiros ou convidados, que permitissem que refletíssemos a diversidade de pensamentos ao redor de cada um desses temas, não é? E com o objetivo de construir diagnósticos, cenários e metas que pudessem traduzir em acordos, com esse objetivo, quer dizer, teríamos aqui, obviamente, posições que seriam um consenso e posições que seriam dissenso, mas teríamos de ser fiéis a esse relato.

Concordo – embora não na forma – que o Seminário é o final, é uma coisa já consolidada com uma outra organização. Essa fase seria exatamente a de fomentar a discussão, que tivéssemos a possibilidade de que aparecessem aí todas as divergências, todas as variáveis sobre o tema, para que pudéssemos ter uma visão suficientemente ampla.

SRA. – Bom, minha sugestão é que, no final desta reunião, em algum momento, pudéssemos nos reunir em grupos, para organizarmos minimamente o trabalho em cada grupo que conseguirmos reunir hoje.

SR.– Fausto, deixe-me só fazer um adendo. Não sei se caberia tentarmos definir como é que vamos encarar o Estado de São Paulo na forma geográfica. Não sei se caberia definir para todos os grupos ou cada grupo definiria o seu. Porque, por exemplo, na visão deste material que recebemos, referente à indústria, ele divide o Estado de São Paulo em 12 ou 13 regiões. Com relação ao Relatório de Meio Ambiente, ele segue aquilo que a Secretaria de Meio Ambiente adota, que é dividido em função das bacias. Então são 20 ou 25 regiões.

Não caberia tentar escolher como é que vamos fazer, para partir para o trabalho, e definir essa divisão do Estado de São Paulo? Porque, de repente, o Grupo 1 adota que São Paulo tem de ser dividido em 4, o Grupo 3 adota que vai, sei lá, dividir em 12. Quer dizer, não vamos ter muito conflitos, até mesmo para passar para esses especialistas, para essas pessoas que vão aqui apresentar ou tentar clarear um pouco mais os temas? Não seria também importante tentarmos definir como é que se dividiria São Paulo, adotar um padrão e tentar segui-lo?

SR. JORGE CARUSO – Está em discussão.

SR.– Olha, não sei se a divisão vai ser importante. Mas, de qualquer forma, tenho procurado, desde que estou aqui, que o SEADE apresentou, concentrar na divisão administrativa do Estado. Quer dizer, acho que é a maior base de dados. Criticável ou não, pior do que isso é termos 30 divisões, cada uma com um número. Acho que a divisão administrativa do Estado é a base de informação mais consistente. Se tivesse de usar divisão em alguma coisa, é minha impressão – estamos fazendo um trabalho agora, dentro do CIESP, exatamente nessa direção –, tentaria ver se conseguimos agrupar nossas ações de representatividade dentro do

universo das regiões administrativas. Até porque, ficamos fazendo um trabalho absolutamente duplicado. Toda vez que queremos consolidar datas, temos de fazer uma ginástica tremenda, porque tem de juntar cidade por cidade. Então, penso dessa maneira.

SR.– Poderíamos utilizar esse material do SEADE de 1997 como orientativo.

SR.– Então! Mas a divisão do SEADE, para cada documento que recebemos, adota uma regionalização diferente. Essa que é a dúvida. Como é que poderíamos partir tentando homogeneizar a divisão?

SR.– Não. Espera aí. São 14 regiões administrativas do Estado que ele usa como critério de divisão.

SR.– Sim, mas só que se você pegar, por exemplo, um relatório de determinado grupo, existe determinada região que faz parte de outra região dentro desse contexto. Entendeu? Então, você tem um município que, dentro de uma divisão do SEADE faz parte de um grupo. Numa outra, num outro livro, num outro tema, faz parte de um outro grupo.

SR. JORGE CARUSO – O que o SEADE fez foi subdividir por tema também e ele fez uma divisão diferenciada do Estado de São Paulo. Vamos adotar como padrão a divisão feita pelo SEADE em relação à indústria, que são as 14 regiões administrativas.

SRA. – Acho que, caso seja necessário, sim. Acho que a base de dados do SEADE é o ponto de partida para nossos trabalhos mesmo, não é? Agora, dependendo dos grupos, isso vai ser mais ou menos importante, ou mais ou menos

adequado como base de dados. Não sei como é que o Grupo de *Clusters* vai-se comportar em relação a isso.

SRA. – É estranho. Em nosso caso, de Tecnologia, também. Quer dizer, teria de dar uma olhada nos dados. Talvez, para alguns temas, alguns grupos, isso vai ser mais relevante do que para outros, com certeza. Então, certamente, que em relação à base de dados, é aquela.

SRA. – Apenas lembrando que a região administrativa, mesmo a do SEADE, é dividida depois em regiões de governo, e acho que tem de descer para termos de região de governo, senão fica muito amplo. Por exemplo, a região administrativa de Campinas tem 90 municípios com realidades totalmente diferentes. Na região de governo já são 22 municípios. Então, por exemplo, as questões de vocações, de cadeias produtivas, de *clusters* têm de chegar à região de governo. E aí concordo com a Professora que também não pode ser uma divisão absolutamente rígida, a não ser como ponto de partida. Quer dizer, a partir da região administrativa, chegando na região de governo. E mesmo dentro da região de governo, pegando algumas especificidades, porque a Região do Vale do Paraíba, por exemplo, tem especificidades diferentes. Um município encostadinho no outro, às vezes um é de uma região de governo e o outro é de outra. Então, não pode ser tão rígido.

SRA. – É rígido. Rio Claro, mesmo, tem a cerâmica, e entram vários municípios que acabam, às vezes, se misturando com outras regiões, mas o ponto de partida tem de ser o SEADE, que é o que já está mais arrumado e também é o que o IBGE está seguindo. Senão ficamos num caos na hora de falar de qualquer coisa. Há, também, a questão das bacias, mas é para o Meio Ambiente. Porque aí é uma outra, a referência é outra. Aí é o caso das bacias mesmo, é outra referência.

SR.– É isso que gostaria de complementar. Vamos trabalhar todo o estado. Obviamente, algumas regiões estão mais avançadas do que outras, mas nosso trabalho deve sair como um todo. E para o Grupo 4 é que vejo a maior importância dessa subdivisão, porque realmente vai trabalhar com a cadeia produtiva, com aspectos regionais, como o *cluster* deve ser implantado. Porque se falou aqui nos três assuntos, mas na verdade é uma continuidade. Faz-se o estudo do aspecto regional, implanta-se o *cluster* e trabalha-se a cadeia produtiva daquele *cluster*. Então, acho que este grupo poderia definir como seria essa subdivisão.

Praticamente, já definimos e sugerimos que seriam duas pré-apresentações para debate, para uma apresentação final conclusiva dos trabalhos. Mas hoje é minha primeira região, e não sei como seriam os trabalhos. Já estão nomeados os Coordenadores, os Relatores? Poderíamos trabalhar em grupos menores? Essas reuniões onde seriam? Porque teríamos de sentar com o grupo e definir o plano de trabalho de cada um dos grupos, seria mais proveitoso. Não sei se poderia ser na própria FIESP. Já temos lá técnicos, trabalhos em andamento. Cada grupo poderia reunir-se num local para poder trabalhar no primeiro mês, e teríamos uma apresentação, já para a próxima reunião, com mais consistência. Obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Por partes. Com relação à divisão, ou adotar um padrão, acho que há um consenso de tomar como padrão de início os dados pertinentes ao SEADE, mas deixar a cargo de cada grupo sua diretriz e suas referências específicas com relação a essa divisão, quando da exposição e do trabalho, especificamente.

Voltando à questão das datas. Conselheiro, já há um coordenador para cada grupo, e em breve esta Presidência vai dar por encerrada a reunião, justamente para que haja a possibilidade de se conversar entre os membros de cada Subgrupo, apesar de muitos estarem faltando, mas deixando claro, novamente, aos senhores, que há mais gente em cada Subgrupo. Deixamos a critério de cada grupo e cada subgrupo, para que se entendam sobre qual a melhor forma para reunirem-se. Seja

pessoalmente, numa mesa, no local, ou na FIESP, como sugerido, seja em outro local, seja por *e-mail*, seja por telefone. Então, na verdade são 5, 6 membros em cada subgrupo. É mais fácil essas 5, 6 pessoas se aglutinarem aí num determinado, ou aqui mesmo na Assembléia, se for solicitado com antecedência para nós, que agendamos aqui um local específico e tudo o mais. Então, está ficando a cargo de cada Subgrupo, e não colocado de uma forma específica aos Srs. Conselheiros. E partindo também da sua colocação com relação às datas, há duas colocações aqui. Uma feita pela Secretaria de Meio Ambiente, que sugeriu as datas de 25-5, 26-5 e 30-5, tudo seguido os painéis.

Temos um problema aqui na Assembléia: terça, quarta e quinta, além da Sessão Ordinária, Pequeno Expediente e Grande Expediente, o que vai das 2:30 às 4:30, temos os processos de votação, o que vai das 4:30 às 7 horas da noite. Segundas e sextas-feiras, apesar de ter também a mesma pauta, é praxe na Assembléia que não se vote nada a partir das 4:30 da tarde. Então, daí o interesse nosso em realizar esses debates e esse seminário final ou numa segunda-feira ou numa sexta-feira. Então, daí as datas sugeridas, 25 e 26, que seriam uma quinta e uma sexta-feira. Quinta-feira procuro excluir, até porque há muitas Comissões da Casa, de Deputados que se reúnem, e dificilmente teríamos espaço físico na Casa para realizar um painel grande aqui, com disponibilidade. Então, a colocação da FIESP é que ficou sugerida as datas de 19 de maio e 26 de maio. No dia 19 de maio, haveria o painel dos Grupos 1 e 2. No dia 26 de maio, os Grupos 3 e 4. E depois, no dia 23 de junho, um mês depois, o Seminário final nosso.

Pergunto aos Srs. Conselheiros se há alguma objeção, se há uma aceitação e se podemos fazer uma programação de calendário em cima dessas datas propostas.

De qualquer forma, cabe lembrar aqui que vamos ter numa sexta-feira um painel e na sexta seguinte o outro painel. E contamos, é claro, com a participação de todos os grupos nesses dois dias. Vamos ter duas sextas-feiras tomadas e bem

preenchidas, com certeza, na agenda dos senhores. Se não há problemas nessas datas...

SR. JORGE CARUSO – O dia 19 de maio é uma sexta-feira, com os Grupos 1 e 2. A questão do horário, depois vamos definir na Casa o melhor e colocaremos para os senhores. E também em cada Subgrupo, em função do volume de serviço, de produção, de palestras, daquilo que será efetuado, em função disso muito provavelmente vamos poder fazer uma programação. É difícil definir agora que será no dia 19 de maio, das nove horas da manhã à uma hora da tarde, vamos dar ao Grupo 1. Prefiro deixar essa definição depois, a cargo do Coordenador do Grupo 1 e do Coordenador do Grupo 2, e também na sexta-feira seguinte, também da mesma forma. E o segundo dia seria 26 de maio, com os Grupos 3 e 4.

A preocupação maior, neste momento, é com essas duas datas. Ficou sugerida uma terceira data para o Seminário final, no dia 23 de junho, com videoconferência, enfim, com tudo aquilo que formos preparar para a apresentação final do grupo.

Algum problema nas datas? (Pausa.) Informo que realmente a preocupação maior é com relação a essas duas primeiras datas. Eventualmente, essa data do dia 23 de junho possa ser rediscutida, em função até do andamento dos trabalhos. mas desde já podemos deixar dentro desse cronograma.

Mais alguma coisa? (Pausa.)

SR. JORGE CARUSO – Dia 22 de junho será um feriado. Dia 30 de junho, sem problema? O recesso é em 1º de julho.

Então, vou deixar da seguinte forma: consulto os senhores se não haveria problema de só deixarmos fixadas essas datas dos dias 19 e 26 de maio, e depois discutimos a data do Seminário final, que com certeza vai ser no mínimo com 30 dias de espaço, porque aí já verificaremos todas as datas disponíveis na

Assembléia e os locais para a utilização desse seminário maior. Sem problema com relação a isso, de deixarmos em aberto essa data final?

SR. JORGE CARUSO – Dia 22 é Corpus Christi.

SR. – Queria fazer mais duas sugestões. Uma para que tenhamos uma relação com todos os participantes, o Coordenador, o Relator, que não tenho isso, não sei se os grupos já estão fechados ou vai entrar mais alguém.

SR. JORGE CARUSO – Já temos.

SR. – E uma segunda sugestão: não sei se teremos algum espaço na Internet, uma página, com os fóruns por tema, em que cada um possa ir colocando as sugestões, e o que já foi trabalhado ficasse ao acesso dos outros, uma página com o Fórum e com essas subdivisões.

SR. JORGE CARUSO – Já temos uma relação dos membros de cada grupo, com exceção dos membros que hoje comparecem aqui e com a relação também da troca requerida. Mas já vamos lhe passar o que temos. E até sexta ou segunda-feira, vamos passar também uma nova relação para todos os senhores, pertinente aos novos nomes.

Salientamos, também, que a própria ABIMAQ, na reunião passada, ficou de mandar um representante para cada grupo, e não só não mandou, como hoje a ABIMAQ não está presente aqui. Eles ligaram confirmando a presença hoje, então, essa relação pode ser que traga novos nomes. Mas estamos partindo de que os nomes mais antigos são, digamos assim, os mais atuantes, os que compareceram até agora. Então, partimos dessa relação como base dos trabalhos.

Com relação à página da Internet, como está?

SRA. – Tem uma página que está como Fórum Século 21 na Internet. Agora, não sei falar o endereço.

SR. JORGE CARUSO – Vamos fornecer.

SRA. – Mas encaminhando na relação.

SR. JORGE CARUSO – Vamos encaminhando na relação tudo o que está disponível na Internet com relação ao Fórum Século 21. mas acredito que ela não esteja aberta, não há um espaço aberto nessa HP pertinente a sugestões. O que vai ser colocado é que a partir das conclusões parciais ou não desse primeiro temário, se forneça esse material para o pessoal de Informática da Casa e eles coloquem. Mas não há, pela informação que temos, não há abertura de que eventualmente todo material que se encaminhe vá imediatamente para a *home page*. Quer dizer, só passando pela Comissão, e sendo uma conclusão, pré-conclusão ou não da Comissão, é que isso entra no ar no *site* da Assembléia.

SRA. – Pode encaminhando por *e-mail*.

SR. JORGE CARUSO – É. Mas o que estamos fazendo é que se encaminhe. Não há uma troca. Enviamos até muita correspondência por *e-mail*, mas só informações, sugestões por *e-mail*, não só ao *site* da Assembléia, também aos demais Conselheiros e tudo o mais. Quer dizer, isso realmente está aberto, e na própria *home page* da Assembléia e do Fórum Século 21 há essa sugestão. Mas apenas sugestões encaminhadas para o endereço eletrônico, não para a *home page* especificamente.

SR. – Minha sugestão é que tivesse espaço aberto para que o Grupo receba sugestões. E aí os trabalhos da Comissão seriam divulgados na Internet. Quer dizer, só entraria na página o que o Grupo trabalhou e decidiu colocar.

SR. JORGE CARUSO – Sim. Isso é pacífico.

SR. – Mas teria um campo aberto para receber sugestões de outro participante.

SR. – Qualquer pessoa poderia ler aquilo e mandar uma sugestão. E o Grupo receberia essa sugestão.

SR. – Sugerir uma sala de bate-papo. Quer dizer, deixar o tema aberto e as pessoas de diversas fontes. Passar a divulgar isso como um ponto de referência para contribuições. É interessante ter.

SR. JORGE CARUSO – Vou levar ao conhecimento do pessoal da informática e tentar viabilizar o mais rápido possível.

SR. – É bom fazermos por alguma instituição nossa que pudesse, eventualmente, emprestar com essa disponibilidade para esse fim. E deixar o *site* do Fórum tal como está. Pegar alguma coisa que fosse mais flexível, para poder fazer mais rapidamente. Talvez o pessoal pudesse lá criar esse ambiente.

SR. JORGE CARUSO – Acredito que haja, dentro da *home page*, a questão das sugestões e de encaminhamento de *e-mails*. E tudo aquilo que for pertinente à indústria e tudo aquilo que recebermos no *site* da Assembléia, pertinente à indústria, vamos tomar a liberdade de repassar por *e-mail* aos Srs. Conselheiros.

A sala de bate-papo é interessante. Agora, não sei se há. Para sugerirmos isso, na verdade, precisaríamos também ter uma definição de horário e essa questão toda. Mas não deixa de ser interessante e de qualquer forma vamos levar ao conhecimento da informática e da *home page* da Assembléia.

Pergunto se há alguma outra sugestão e alguma dúvida.

SR. – Se não temos dúvida com relação aos objetivos dessas datas, quer dizer, o que é que cada grupo vai trabalhar, acho que poderíamos nos dividir e começar já a pensar como grupo, porque este era o objetivo do dia nesta reunião.

SR. JORGE CARUSO – Então, em função da definição dos dias 19 e 26 de maio como datas dos painéis dos Grupos 1 e 2 e 3 e 4, e deixando em aberto ainda a data final, em razão do calendário da própria Assembléia, dou neste momento por encerrada a reunião global desta Presidência, e convoco amigavelmente os senhores a se reunirem para a discussão específica.

19.06.2000

- Jorge Caruso – Deputado. Coordenador do grupo temático Indústria
- Ricardo Tadeu Marques da Fonseca – Procurador Chefe da 15ª Região
- João A. de Lima – Confederação Geral dos Trabalhadores
- Remo Alberto Fevorini – Professor, vice-superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, responsável pelo ensino técnico e tecnológico do Estado
- Marlene Francisca Nascimento –
- Heloísa H. Calil – SEBRAE
- Manuel Nogueira Lóis – Diretor do SEBRAE
- Cambraia – Professor da Escola Técnica Getúlio Vargas e da Escola Técnica Federal de São Paulo
- Helga Letícia –
- Arnaldo – Sociedade Amigos Unidos de Vila Remo
- Edson Bacaicoa –
- Mário William Esper – FIESP, do Departamento de Tecnologia
- Neusa Serra – IPT
- Francisco Assis Chiaratto – Secretaria de Ciência e Tecnologia. Assessor e representante do Deputado José Aníbal
- Dorival Biásia – Empresário da indústria metalúrgica, diretor do Departamento de Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas-FIESP
- João Carlos Andrade da Silva – Inmetro
- Antonio Joaquim Andreta – Professor, pesquisador e consultor na área de estratégia de negócios e competitividade
- Dalete – Associação de bairro
- Marcelo Mesquita – Sindicato da Micro e Pequena Indústria

- Henrique Brito Cruz – Presidente da FAPESP
- Roberto Bernardes – Fundação SEADE
- Marco Antônio dos Reis – Industrial na área de Eletrônica, componentes eletrônicos. Diretor na FIESP do DESEMPI - Departamento de Desenvolvimento da Micro e Pequena Indústria

SR. JORGE CARUSO – Senhoras e senhores, não poderíamos nos furtar da oportunidade fornecida pela Assembléia Legislativa de trazer, para conhecimento dos formadores de opinião que aqui estão, essa realidade. Obviamente, temos feito trabalho na área político- institucional, para ver se conseguimos revogar o Parágrafo I do Artigo 441 da CLT ou, pelo menos, redigi-lo com uma redação onde se coíbam ou se tragam para um mínimo de tolerância possível e aceitável pela sociedade essas cooperativas que temos no Estado de São Paulo e no Brasil de forma geral. O que acontece no Ceará é até com apoio estatal, com apoio das pessoas que hoje ocupam o Executivo Estadual. Por conta disso, nós, da CGT, que mais uma vez agradecemos o convite feito a nossa central, viemos para este Fórum dizer que, no aspecto das relações de trabalho, tendo em vista que a legislação recebe um comando Federal, muito pouco é possível fazer no âmbito estadual, mas o Estado pode, sim, e o Legislativo principalmente, contribuir bastante para que as relações sejam mantidas dentro desse nível de tolerância esperado e desejado pela sociedade, e a Assembléia Legislativa tem um trabalho importantíssimo nesse sentido, e que trouxemos essa denúncia a respeito das falsas cooperativas existentes no Estado de São Paulo e para dizer também que a Procuradoria Regional do Trabalho, sobretudo da 15ª Região, tem um trabalho extraordinário; não obstante a campanha que os órgãos de imprensa do interior, da imprensa escrita, falada e até da mídia eletrônica muitas vezes fazem para distorcer esse trabalho feito pela Procuradoria, temos um trabalho extraordinário para reduzir ou pelo menos tentar coibir essa ação quase escravocrata em algumas atividades aqui no Estado de São Paulo. Não estou falando do Amazonas, mas daqui do Estado de São Paulo; por conta disso, pedimos ao nosso amigo, companheiro, juntamente com todos os outros membros da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas, que nos cedam um pouco do seu tempo e venham aqui para nos explanar sua realidade e as ações que a Procuradoria Regional do Trabalho tem feito na 15ª Região, especificamente para auxiliar não só o Movimento Sindical dos Trabalhadores, mas também todas as entidades da Sociedade Civil; até alguns

deputados e vereadores nos têm ajudado firmemente nessa campanha para tentarmos coibir ou evitar que abusos como esses continuem acontecendo no Estado de São Paulo, em regiões riquíssimas, onde pessoas trabalham às vezes o mês inteiro e não recebem R\$ 50,00 (cinquenta reais). Temos aqui o Dr. Ricardo da Fonseca, que é o Procurador-chefe da 15ª Região, que gentilmente atendeu a nosso convite, a quem agora passo a palavra para sua apresentação dentro do tempo da Confederação Geral dos Trabalhadores para esse tema. Muito obrigado. (Palmas.)

SR. RICARDO TADEU MARQUES DA FONSECA – Bom-dia a todos. Gostaria inicialmente de saudar o Deputado Jorge Caruso pela oportunidade do evento, que discute um ponto fundamental de nossa história, quer dizer, as relações de trabalho entre a indústria e o trabalho. O Ministério Público do Trabalho tem muita honra em ter espaço nessa Mesa, inclusive de estar ladeado de figuras tão importantes, e pediria gentilmente aos senhores um tempo a mais, além do que me foi concedido para falar, para que possamos ver algumas imagens colhidas pelo Ministério Público do Trabalho no interior do Estado de São Paulo, especificamente junto à citricultura, na região citrícola do Estado, onde a implantação das chamadas cooperativas de mão-de-obra, ou falsas cooperativas, deu-se de forma imediata e avassaladora, porque cerca de 200 mil trabalhadores perderam, de uma hora para outra, todos os direitos sociais, em nome do que se chamou cooperativa de mão-de-obra. Gostaria que essas imagens introduzissem minha fala; pediria aos senhores 10 minutos além dos 20 que teria para falar, para que possamos ver essas imagens.

(Exibição de vídeo.)

Como eu disse, essas imagens podem falar muito mais do que qualquer palavra que eu venha acrescentar. Gostaria apenas de elucidar as circunstâncias que as geraram. O Ministério Público recebeu da Fetaesp, em 1995, uma denúncia

de que 200 mil trabalhadores do setor citrícola estavam perdendo seus direitos devido à implantação maciça de cooperativas como alternativas que as indústrias descobriram para baixar o custo. Houve uma disputa no Cade entre as indústrias de suco e os produtores de laranja; por causa dessa, disputa em que as indústrias teriam sido acusadas de fazer *dumping* etc., pelos produtores de laranja, eles decidiram que a indústria, que sempre arcava com os custos do registro da colheita, deixava de fazê-lo, e que os trabalhadores seriam agora contratados por cooperativas. Apuramos a questão; de fato, isso ocorreu, houve vários inquéritos civis; essas imagens foram colhidas por diligências de um colega, Dr. Ricardo Garcia, que esteve na lavoura; outro colega, Dr. Dimas, que os senhores viram, também esteve na lavoura. Essas imagens foram colhidas nos anos de 96, 97, 98 e 99. Eu asseguro-lhes que houve a instauração de várias ações civis públicas, as indústrias foram condenadas a não mais se utilizar desse mecanismo, mas as ações estão *sub judice*, por enquanto não transitaram em julgado, todavia houve condenações pesadas de multas para que elas deixem de fazer isso. A questão está sendo discutida; é muito pouco provável que essas sentenças sejam revertidas, porque os fatos são gritantes. Vimos trabalhadores reduzidos à condição muito próxima de escravos, ganhando muito pouco, numa cooperativa sem opção, crianças trabalhando, em condições de trabalho absolutamente terríveis. Tivemos oportunidade de verificar uma indústria que, justamente por estar contratando cooperados, não se via mais obrigada aos exames de admissão, exames médicos periódicos, e pulverizava trabalhadores com defensivo agrícola que ela dizia ser inofensivo. Nós apuramos, o produto era nocivo, a Justiça do Trabalho deu uma liminar e proibiu. O que está acontecendo é o seguinte: esse fenômeno da utilização das falsas cooperativas não se restringe ao interior de São Paulo, como disse aqui o João, mas também ocorre no Ceará, com o apoio do Estado, numa guerra fiscal completamente desleal, porque as indústrias têm saído de São Paulo e ido para o Ceará sem pagar qualquer tipo de imposto, sem pagar aluguel, sem pagar coisa alguma; o Estado do Ceará ainda cria cooperativa para pôr os trabalhadores na

linha de produção das indústrias, o que é uma competição injusta, no mínimo desleal. O Ministério do Trabalho não é contra o cooperativismo; defendemos o verdadeiro cooperativismo, que é uma experiência muito bem-sucedida na Europa. O que difere a verdadeira da falsa cooperativa é justamente o domínio do próprio trabalho. Na verdadeira cooperativa, os trabalhadores são detentores dos bens de produção, possuem os bens de produção e desenvolvem um processo de autogestão do trabalho; portanto, não há uma relação hierarquizada entre os trabalhadores, e os lucros são divididos; ou então existe a cooperativa de serviço, como ocorre com a Unimed, por exemplo, em que há profissionais liberais, donos do próprio trabalho, que simplesmente se associam para angariar mais clientes, instrumentos para seu trabalho etc.; então, temos a chamada cooperativa de produção e a chamada cooperativa de serviço. O que estamos combatendo é a cooperativa de mão-de-obra, que foi criada em razão de uma lei equivocada, que aliás já é objeto de um projeto de lei para que seja revogada, projeto de autoria do Deputado Aloísio Nunes, já aprovado na Câmara; está agora no Senado, em vias de ser aprovado também. Se Deus quiser, logo essa lei será revogada. Quisemos trazer a questão da falsa cooperativa para tratar de uma perspectiva um pouco maior. O problema da falsa cooperativa está aí, o Ministério Público do Trabalho está combatendo, não está só no campo. Existem falsas cooperativas aqui na cidade também. As indústrias estão sendo levadas a erro, pessoas inescrupulosas estão vendendo cooperativismo como se fosse uma alternativa para substituir a mão-de-obra empregada e baixar custo. Jamais isso pode acontecer; para o Juiz do Trabalho, sempre que estiverem presentes os requisitos da relação de emprego, ainda que se faça um contrato formal com uma cooperativa, se o trabalhador cumprir horário, seguir ordens, etc., ele vai ser empregado sempre. As indústrias, então, estão sendo levadas a erro por causa de pessoas inescrupulosas que estão se utilizando do cooperativismo, que é uma bandeira correta, para vender mão-de-obra barata, o que, evidentemente, não pode prosperar. A Justiça do Trabalho tem sido unânime em reconhecer a fraude e condenar a indústria. É um engodo que

está sendo levado aos industriais. Sugiro aos senhores, que são formadores de opinião, que tomem muito cuidado. Cooperativa não é alternativa para substituir mão-de-obra; se precisarem de mão-de-obra permanente na empresa, não terceirizem por cooperativa porque isso é fraude. A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp) propôs uma figura interessante como alternativa às falsas cooperativas, que é a figura do consórcio de empregadores; é uma idéia que se iniciou no interior de São Paulo, está agora muito bem no Paraná e em Minas Gerais. Esse consórcio de empregadores é uma alternativa interessante porque propicia que vários empregadores se agrupem e formem um grupo empregador; esse grupo empregador divide os custos da produção e da remuneração da mão-de-obra, dividindo, portanto, os encargos também. O trabalhador tem todos os seus direitos assegurados e o empregador divide os custos da produção entre outros empregadores. É muito interessante. O Ministro do Trabalho baixou uma portaria em dezembro, o Ministro da Previdência baixou uma portaria em setembro, essa figura então já está em vigor. Queria dizer o seguinte: se as relações de trabalho necessitam ser revistas em razão da modernização do processo produtivo, isso é inegável, a CLT precisa ser revista como precisa ser revisto também o Código Civil, o Código Tributário etc. Devemos estar atentos ao seguinte detalhe: não é possível imaginar uma mudança nas relações entre capital e trabalho que gere redução de renda. A mão-de-obra brasileira é uma das menos remuneradas do mundo; não se pode argumentar que a mão-de-obra brasileira é custo, porque seu custo, no Brasil, é um dos mais baixos. Por outro lado, esses índices, apontados como de 130% de encargo, na verdade são índices equivocados. Por quê? Porque incluem, por exemplo, os 40% do Fundo de Garantia, como se todo trabalhador fosse ser despedido. Sabem os senhores, todavia, que o trabalhador que falece não recebe os 40% do Fundo, assim como o que pede demissão, o que é despedido e assim por diante. Outra coisa, esse índice de cento e poucos por cento que foi colocado como custo, no Brasil inclui 13º Salário, descanso semanal remunerado, férias; vejam, descanso semanal remunerado já está embutido no salário; férias é salário e

assim por diante. Perguntem ao comércio, por exemplo, se o 13º Salário é custo ou é benefício? O período em que o comércio mais vende é justamente o do 13º Salário. Com tudo isso, quero dizer que é necessário, de fato, rever a Legislação Trabalhista, para termos modelos mais ágeis de contratação; todavia, esses modelos não podem precarizar a mão-de-obra, sob pena de se fazer naufragar o próprio mercado interno de consumo. Se se interpretar o direito do trabalho como custo, estará sendo visto apenas o mercado de exportação. Se você está vendo o mercado interno, não vê o salário como custo, mas como investimento. Primeiro que você está pagando para ter uma produção melhor em sua empresa e, segundo, para manter o próprio mercado interno de consumo. Tivemos uma experiência interessante no final do ano passado; houve em Brasília um seminário discutindo cooperativismo internacional. Nesse seminário, compareceu o Ministro Codo Santiago, que é membro da Corte Constitucional Espanhola, equivalente ao Supremo Tribunal Federal da Espanha, e esse Ministro disse, primeiro: não imagine que cooperativa serve para substituir mão-de-obra empregada, que não é para isso. Se você quer incentivar o verdadeiro cooperativismo, vai ter que fazer um trabalho de investimento em empresa. Vai ter que dar para as pessoas bens de produção para que elas possam autogerir esses bens de produção, porque senão não se tem cooperativa, mas *merchandising* de mão-de-obra, que só precariza a mão-de-obra e o mercado de consumo. O Ministro Santiago disse também que a Espanha tentou nos anos de 95, 96 e 97 implantar formas de contratação precárias de trabalho, justamente para garantir emprego. Não sei se os senhores sabem, mas a Espanha é um dos países em que o índice de desemprego é mais alto; mais ou menos 22% em 91. Nos anos de 93 e 94, ela tentou implantar esses modelos de contratação precária que o Governo brasileiro implantou, contrato temporário, contrato por tempo limitado, contrato por tempo parcial. Todos os modelos que foram implantados no Brasil a Espanha tentou implantar como forma de garantia de emprego; testemunha do membro da Suprema Corte espanhola: não adianta precarizar a mão-de-obra. Todas essas figuras de contratação precária geraram

mais desemprego, porque os trabalhadores deixaram de ter poupança, deixaram de ter possibilidade de consumo, o próprio comércio deixou de vender para esses trabalhadores contratados precariamente e isso gerou cada vez mais desemprego. O que o Ministério do Trabalho espanhol está fazendo hoje? Abandonou todas as formas de contrato precário de trabalho, está investindo em incentivo fiscal, reduzindo os encargos tributários sobre a folha, para garantir a contratação por prazo indeterminado. O que a Espanha, que foi um país que sofreu o desemprego antes de nós, aprendeu? Não adianta reduzir a renda da população; pode-se aumentar a facilidade de exportação, mas o mercado interno cai. Qual é o resultado da queda do mercado interno? Aumento da violência e, conseqüentemente, aumento do desemprego, num círculo vicioso que não tem fim. Se queremos, então, uma São Paulo melhor, nossa Assembléia deve estar atenta e combater ferrenhamente qualquer forma que precarize a contratação de mão-de-obra no Brasil. O trabalhador que é subordinado, que segue ordens, que se submete a um processo produtivo organizado por quem se beneficia dele jamais poderá perder as proteções mínimas que foram conquistadas pela humanidade ao longo de dois séculos de muito suor, sangue e lágrima. A Europa sequer cogita hoje flexibilizar direitos trabalhistas. Vendeu-se no Brasil, em determinado momento, nos anos 80 principalmente, que a Europa estava abandonando os direitos trabalhistas porque eles geravam desemprego. O que a Margareth Thatcher fez na Inglaterra, e só ela, segundo me consta, foi flexibilizar o excesso do chamado estado de bem-estar social, em que se tinha, por exemplo, licença à gestante de um ano, salário-desemprego igual ao salário da ativa; mas ela não acabou com a licença à gestante nem com o salário-desemprego; pelo contrário, ela pôde reduzir um pouco, mas jamais terminou com programas mínimos de proteção. A própria OIT já se posicionou claramente nesse sentido. O Sr. A. Pereira, que é o representante da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, já deixou bem claro, por exemplo, manifestando-se sobre essa questão do falso cooperativismo, que não é possível se ter no Brasil a precarização da mão-de-obra, porque isso vai gerar a quebra da

economia interna. A OIT mesmo está muito preocupada com experiências malfadadas como foram essas das falsas cooperativas e contratos precários de mão-de-obra. É importante, assim, que se tenha claro, primeiro, que os direitos sociais não são custo; pelo contrário, direitos sociais são processos de distribuição de renda, pelos quais, aliás, padece o Brasil; somos a oitava economia do mundo e somos um país de segundo, terceiro mundo ou quinto, sabe lá Deus. Por quê? Porque não distribuimos a renda, porque somos péssimos distribuidores de renda, somos concentradores de renda, porque, na verdade, infelizmente, o direito do trabalho, que é um direito distributivo, não chega a 57% dos trabalhadores. Por que não chega? Porque foi precarizado o sistema de fiscalização, porque foi precarizado o sistema trabalhista propriamente dito e porque houve um excesso de encargos e tributos sobre a folha de pagamento. Todos sabemos que o assalariado é o que sofre mais incidência de tributo no Brasil; todos sabemos que vários tributos que incidem sobre a empresa são calculados sobre a folha de pagamento porque essa é a fonte mais segura, sequer reverte em prol do trabalhador. Isso precisa ser revisto. Era esse o depoimento que gostaria de dar e dizer também que o Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, com sede em Campinas, que atua em todo o interior do Estado de São Paulo, está muito preocupado não só com a questão da falsa cooperativa, mas também com a questão do ambiente de trabalho, porque os empresários não estão tendo fôlego para investir na questão da segurança do trabalho, o que lhes dá mais encargos, pois um acidente de trabalho na empresa é um transtorno muito grande, então somos parceiros dos empresários, somos parceiros dos trabalhadores em prol do equilíbrio da relação entre capital e trabalho. Na verdade, trouxemos aqui essa denúncia das cooperativas e temos claro que os industriais de formação da mão-de-obra... porque o Brasil precisa de mão-de-obra qualificada, porque a indústria do próximo século é uma indústria que demanda mão-de-obra qualificada. Este é um tema que deveria estar sendo discutido aqui, e se ainda não foi, sugiro que venha a ser discutida a questão da formação da mão-de-obra, problema estratégico para o Brasil. Temos os caminhos abertos, mas se

não investirmos prioritariamente na formação da mão-de-obra, na formação do cidadão, não sei se teremos sucesso em qualquer empreitada.

SR. JOÃO A. LIMA – Na questão da informação, devo dizer aos senhores que nós, internamente, na Confederação Geral dos Trabalhadores, não temos problema de informação. Recebemos nossas informações. Para isso, é preciso que os trabalhadores estejam organizados. Se o senhor é um trabalhador de alguma atividade que permita filiação a uma central sindical, recomendo-lhe senhor que escolha uma das que tem no mercado, filie-se a ela, que com certeza o senhor deverá receber as informações de que precisa. Nós, na CGT, não temos essa dificuldade.

Uma outra questão que o Ricardo levantou, a questão da democracia, é a democracia que permite que essas feridas venham a aparecer e que se criem anticorpos contra elas. O problema de fazer isso chegar à grande massa é muito sério. Temos um caso, por exemplo: nosso Sindicato dos Eletricitários de São Paulo tinha uma campanha contrária ao processo de privatização da forma como estava sendo conduzida a ação das empresas de energia elétrica aqui no Estado. Foi à Rede Globo para comprar espaço no horário nobre – comprar, não pedir inserção nos jornais, mas comprar – por meio de uma dessas agências de publicidade que existem no mercado, e 24 horas depois que o pré-contrato estava assinado, a Rede Globo informou que esse tipo de publicidade ela não veiculava, e não publicou. Isso é um jogo de poder, em que espaços como esse são extremamente importantes para os que não têm acesso à grande mídia. Não tem nada de democrático neste país. Foi o que eu disse no início: valorizamos muito esses espaços para podermos chegar ao grande grupo, sobretudo aos formadores de opinião, que são os senhores.

SR. JORGE CARUSO – Agradeço ao Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca pela presença mais uma vez, liberando-o neste momento para seus compromissos. Suspendo os trabalhos por cinco minutos, para um café.

Reabertos os trabalhos, passamos a palavra ao próximo expositor, Prof. Remo Alberto Fevorini, conselheiro também deste Grupo Temático Indústria, professor de matemática, vice-diretor, superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, sócio-diretor da empresa Remo Recursos Ltda., especializada em planejamento, execução e concursos públicos, que vai aqui abordar o tema “Qualificação e requalificação profissional: papel das escolas técnicas, papel do estado na produção de tecnologia”.

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Bom-dia a todos. Agradeço inicialmente ao Deputado Jorge Caruso pela iniciativa da Assembléia, que permite abrir este debate tão importante para o futuro de São Paulo e do Brasil. O objetivo do debate é falar sobre o futuro da indústria no Estado de São Paulo. Atualmente, ocupo o cargo de vice-diretor superintendente e do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que é uma autarquia do Estado, que cuida do ensino técnico e tecnológico no âmbito do Estado de São Paulo. Atualmente, são 99 escolas técnicas na área de serviços, na área industrial e na área agrícola, e nove faculdades de tecnologia.

Para falar da atuação da Paula Souza visando ao futuro, é preciso ter o passado como referência. Farei um breve levantamento de como ocorreu o ensino técnico no país em suas várias épocas desde seu início até hoje e, no final, exponho as direções que pretendemos dar à Paula Souza nesse contexto de desenvolvimento, nesse contexto da empregabilidade. Não há dúvida, acho que para ninguém, muito menos para nós, de que o ensino técnico, de que o ensino profissional é uma das formas de combater a exclusão social. Quando se profissionaliza, quando se educa para o trabalho, estamos contribuindo com essa forma de combate à exclusão. O ensino profissional, textualmente, no início do

século – isso está no texto de lei que cria algumas escolas profissionais – era dirigido aos marginalizados e excluídos; se voltarmos à época, acho que não houve nenhuma intenção maldosa do legislador, mas fica claro a quem se dirigia o ensino profissionalizante. Se pensarmos em termos de hoje profissionalizar alguém da escola primária, é um crime; ele tem mesmo é que aprender o “beabá”, ler, somar, subtrair, conversar, inserir-se num contexto social, brincar mesmo, e é crime considerar qualquer tipo de profissionalização no nível do que hoje se chama ensino fundamental. No entanto, essa era a intenção do legislador no início do século. Na década de 30, Vargas transforma isso em políticas públicas; não é mais a ação filantrópica, mas agora uma ação de política pública; contudo, ainda entra como complementaridade ao então ensino primário; então, no ensino primário, já tenta dar uma profissionalização a essa classe social mais excluída. Na década de 40 vêm as escolas industriais, já há uma aliança com o ensino acadêmico, já se faz uma escola com período integral: num período se estuda a parte acadêmica e, no outro, se prepara para uma profissão. Temos na década de 70 uma mudança muito grande na educação em geral, atingindo o ensino profissionalizante. Os da área da educação conhecem a Lei 5.692/71, cujo ano é o ano da promulgação dessa Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Essa lei tenta transformar em profissionalizante todo ensino. Os antigos cursos clássico, científico e normal tomam outra característica e tentam na obrigatoriedade transformar isso em ensino profissionalizante. Essa lei vigorou até meados da década de 80, bem-sucedida em algumas escolas, onde o ensino profissionalizante transformou-se realmente em ensino de qualidade, malsucedida talvez na maioria delas, onde não se preparou a escola para o ensino profissionalizante. Uma coisa é a escola preparada para o ensino acadêmico, outra coisa é a escola preparada para o ensino profissionalizante. Em meados da década de 80, essa obrigatoriedade do ensino profissionalizante no nível do então segundo grau desaparece e as escolas continuam sendo algumas profissionalizantes e outras voltam a seu currículo tradicional, chamado de acadêmico. Surge aí um fenômeno perverso nos meados

da década de 80, que é o seguinte: a escola profissionalizante, em suas origens, feita para a classe econômica desprivilegiada, feita aos excluídos e marginalizados, é tomada por outra categoria, pela classe média. Então, as escolas técnicas, federais, as escolas da rede Paula Souza, criam um vestibulinho e transformam-se em sua denominação, que eu acho discutível. Conforme o que se entende por escola pública de boa qualidade. O vestibulinho então se torna uma barreira à entrada dos mais pobres nessa escola pública, transforma-se numa escola pública talvez melhor que a outra, e os excluídos, os previstos no início do século como usuários dessa escola profissionalizante são barrados na entrada desse ensino chamado técnico. Qual é a consequência disso? O Estado faz o ensino técnico para quem não vai ser técnico. Interessava muito mais a essa clientela o aspecto acadêmico dessa escola técnica do que o aspecto técnico. Costuma-se dizer que se o turno quebrasse ninguém reclamava, mas se faltasse o professor de geografia, de história ou de português a reclamação vinha em cima, porque era isso que interessava ao então usuário desse ensino técnico. Isso começa nos meados da década de 80, quando acaba a obrigatoriedade do ensino profissional em toda rede do então segundo grau. Isso vinha se repetindo. A escola técnica passa a ser, assim, uma busca da classe média, de outros setores, e com o objetivo do acesso à universidade, não com aquele objetivo de se tornar o técnico. Há levantamentos feitos na nossa rede de certas habilitações técnicas, que dependiam do estágio para receber o diploma de técnico e o de segundo grau; 90% não voltavam para fazer o estágio. Desprezavam, então, o diploma de técnico, que era integrado ao de segundo grau, interessando mesmo o de segundo grau, porque esse dava direito à continuidade de estudo. O ensino técnico que o habilitaria a disputar um emprego no mercado era simplesmente desprezado, quer dizer, o aluno não voltava ao estágio para se formar de fato técnico. Ante esse diagnóstico e com a nova Lei de Diretrizes e Bases, em 97 foi implementado o Decreto 2208, do Ministro Paulo Renato, que é a separação do agora chamado ensino médio, denominação atual do antigo segundo grau, do ensino técnico. E a Lei de Diretrizes e Bases dedica todo

um capítulo agora ao ensino profissionalizante, definindo os seus níveis, a chamada qualificação básica, onde a escola pode atender até mesmo ao analfabeto, esse é o desafio, esse atendimento tem que ser feito, a preparação de cursos especiais para esse nível de escolaridade, o ensino técnico e o ensino tecnológico, esse considerado de terceiro grau. Então hoje a “LDB” e o Decreto prevêem esses três tipos de ensino profissionalizante: a qualificação básica, o ensino técnico e o ensino tecnológico. O ensino técnico passa a ter como pré-requisito o ensino de segundo grau ou, atualmente, o médio. Essa concepção é extremamente importante; se no início do século podia-se falar em ensino profissional, onde se colocava o pré-adolescente diante de uma máquina, ele aprendia as habilidades com aquela máquina e talvez tivesse profissão por 20 anos, hoje não é mais possível. Nem deve ser colocado esse adolescente diante de qualquer máquina, e se ele adquirir habilidade com essa máquina, não adquire emprego por mais de seis meses. Hoje o emprego é o emprego do leitor; tem que ler, tem que saber fazer conta, tem que operar, tem que entender o texto, tem que saber fazer tudo isso. Então, a colocação do ensino técnico como pós-médio é uma necessidade dos empregos atuais. Não adianta antecipar a escolaridade e dizer que na sétima série já vou ensinar uma profissão para o adolescente; que profissão é essa que eu posso ensinar para quem tem uma escolaridade hoje de sexta, sétima série? Posso ensinar uma profissão de subemprego, sem dúvida nenhuma. A grande maioria das famílias precisa que esses jovens trabalhem, mas elas precisam ser conscientizadas de que esse trabalho não é o definitivo e que ele não pode abandonar a escolaridade formal para, inclusive, ser um técnico hoje. Só entendemos a Paula Souza e a política do Governo só entende o técnico como aquele que completou o segundo grau. Então, a universalização do antigo segundo grau, do atual ensino médio, é necessária; universalizar, dar qualidade, para que se tenha, aí sim, o técnico. O técnico tem que entender um mínimo de expressões em inglês que estão em todos os manuais. Tem-se que, hoje, preparar o computador para fazer isso. Nesse contexto, a partir de 98, o Decreto 2.208 é de 97, a Paula Souza implementou em sua rede de 99

escolas o Decreto 2.208. De que forma foi implementado? Temos aproximadamente 28 mil vagas iniciais na Paula Souza, para ingressantes na Paula Souza, sendo que dessas 28 mil vagas foram reservadas sete mil para o ensino médio. Esse ensino médio, que as redes pública e particular fazem, a Paula Souza também faz. Embora a vocação da Paula Souza, desde sua fundação em 69, seja fazer o ensino profissionalizante, a demanda no Estado cresceu muito pelo ensino médio, então a Paula Souza não quis fechar todas as suas vagas de ensino médio, reservando sete mil, porque traria, com certeza, problemas de algumas regiões do Estado, onde a demanda é muito grande e ela precisa atuar nessa área também. Então, das 28 mil vagas, aproximadamente sete mil foram mantidas para o atual ensino médio e 21 mil vagas foram dedicadas ao ensino técnico, ao ensino profissionalizante. Agora, o pós-médio é feito em média em três semestres. No tempo do ensino profissional integrado com o ensino médio, era feito em três anos. Agora, é feito em um ano e meio, após o médio, ou simultaneamente com o médio, porque os tempos atuais praticamente impossibilitam a entrada no mercado de trabalho, pelo menos no mercado de trabalho de uma forma digna, aos não portadores pelo menos do ensino médio. O técnico está colocado aí. Esse jovem pode cursar o ensino técnico simultaneamente com o ensino médio ou após o ensino médio. Quais foram as conseqüências da aplicação pela Paula Souza, em sua rede, do Decreto 2.208? Ao tempo do ensino integrado, recebíamos como clientela o jovem de 14 a 16 anos, vindo da oitava série, que fazia nosso vestibulinho e ingressava no ensino técnico. Hoje, essa faixa etária mudou para os 23 anos em sua grande maioria, o que mostra que estamos atendendo realmente ao jovem adulto que, tendo terminado o então segundo grau, não acessou a universidade e, muito provavelmente, não está contente com o que faz; então, está procurando aumentar sua chance de empregabilidade em nossas escolas, em nossos cursos técnicos. Houve um aumento nessa idade média de nossos alunos e houve uma diminuição na renda; a renda que estava em determinada categoria de classe média de nossos ingressantes caiu um pouco para uma classe média mais baixa dessa população que

ingressa em nossas escolas. Ele é esse jovem hoje, o perfil mudou muito, isso causou até alguns problemas de natureza pedagógica. Nosso professorado, acostumado com adolescente de 14 a 16 anos e tendo certo tratamento com ele, teve alguma dificuldade, em algumas escolas, de tratar com adulto, que é mais crítico, não quer ir embora mais cedo; então, houve um bom problema em nossa avaliação, que é o problema da adaptação de nosso professorado com essa clientela mais adulta, mais experiente, mais vivida nesse contexto. Esse é um panorama do ensino técnico até agora. O que se pretende? Vamos agora falar do futuro dessa integração com o ensino técnico, a indústria e o setor de serviço também, e, enfim, do setor produtivo. As escolas técnicas foram abertas pelos mais diversos critérios, integradas a um desenvolvimento regional, até atendendo a pedidos de forma não muito clara; na verdade, hoje elas estão instaladas, temos que trabalhar para melhorá-las e fazer delas centros pelo menos de excelência. No entanto, futuramente pretendemos que a autarquia, que o Centro Paula Souza crie centros regionais de educação profissionalizante. O que seriam esses centros? Estariam integrados ao desenvolvimento regional, a uma tendência dessa região? Para que lado está indo a região, integrada a esse meio produtivo e trabalhando em seus três níveis? Nesse centro regional se trabalharia no nível superior, no ensino tecnológico. Teríamos o ensino técnico e também a qualificação básica, numa integração vertical. Dando um exemplo de como isso pode acontecer, pode-se montar num centro regional um curso na área de edificações, então podemos ter no mesmo ambiente, da mesma escola, sob a mesma administração, o ensino superior; podemos ter o ensino técnico, que será técnico em edificações, aproveitando essa infra-estrutura, aproveitando o equipamento, o espaço físico e aproveitando principalmente o período ocioso dessas escolas, porque o ensino profissionalizante, atendendo à camada mais pobre, torna ociosos os períodos da manhã e da tarde. Quem nos procura trabalha; se trabalha, procura-nos à noite, então podemos usar os períodos da manhã e da tarde para o cidadão que está temporariamente desempregado e que queira fazer um curso de 40 a 60, 80 horas.

Não posso preencher esse período, não terei clientela para o curso regular, para alguém que compareça diariamente a minha escola e permaneça nela cinco horas, porque, mesmo desempregado, esse jovem está procurando emprego. Então, o que fazer com esse equipamento, com esse espaço físico nos períodos da manhã e da tarde? Podemos ocupá-los dando a chamada qualificação básica, em que se atende independentemente da escolaridade. É muito comum aos não-educadores quando se abre a porta da escola não exigindo escolaridade vir a afirmação clássica: “baixou o nível, agora está difícil, eles não sabem somar”. É isso mesmo. Eles já foram excluídos uma vez, temos que colocá-los na escola, temos que ter estratégia para subir esse nível. Vemos comparações, respeito muito o Dr. Ricardo, temos feito trabalho em conjunto no combate ao trabalho infantil, a Paula Souza tem contribuído com a assessoria técnica ao Ministério Público, eu admiro muito esse trabalho, mas não posso comparar ensino em épocas diferentes; todos nós aqui com o cabelo branco ou com falta de cabelo, ao entrar no ginásio, passamos por um terrível exame de admissão. Ora, é desumano, aos 10 anos, ser excluído. E quantos não eram excluídos! Quando não se exclui... em 67 houve a eliminação do exame de admissão, educadores conservadores vieram com a balela “baixou o nível, agora pode entrar qualquer um no ginásio”. Que entre qualquer um no ginásio! Tem que entrar mesmo. Temos que ter estratégia, acompanhamento e fazer esse que entrou sair, e sair com bom nível. É claro que todos nós aos 11, 12 anos, escrevíamos melhor do que essa inocente criança que foi testada na escola; é claro, nós passamos por um exame de admissão. Quando eu atendo essa criança e ponho-a na escola, tenho o desafio de fazer dela um cidadão, e é um desafio muito grande. Se compararmos épocas, essa criança que hoje escreve mal, na década de 50 estaria no campo e não escreveria nada; hoje, ela escreve mal e há esperança de melhor qualificarem-se os professores, de melhor remunerá-los e melhor preparar as escolas para que ela escreva. No entanto, ela estava excluída da escola, hoje ela escreve mal; então, por mais que se critique o sistema educacional, por mais que se critique o chamado nível de ensino, ele atende melhor do que há 20 ou 30 anos. É

preciso crescer, é processual, não tem mágica, não é da noite para o dia; é preciso ter uma sociedade aberta e democrática para que se critique, sim, governos estes, governos outros e governos que venham, é preciso cobrar essa melhoria, mas é preciso não ser tão pessimista, porque a criança nem sequer estava na escola. Voltando ao ensino técnico, é preciso que ele ocorra, esse ensino profissionalizante, para quem tem o chamado ensino médio hoje. Não adianta querer profissionalizar com a indústria toda automatizada, com o maquinário mudando a cada verão sem capacidade de adaptação mais rapidamente. A Paula Souza, responsável pelo ensino técnico no Estado de São Paulo, hoje atendendo em seu ensino regular a 80 mil alunos, e que a partir de 96 entrou na qualificação básica, tendo passado por nossos bancos mais de 70 mil brasileiros na busca da requalificação, está atenta a isso, está atenta às alterações que tem que sofrer em seu currículo, tem que ser dinâmica, essa escola tem que estar integrada com o setor produtivo, tem que nelas se criar conselho em que a sociedade passe a opinar e dizer como está esse curso, como se faz esse currículo e como estamos preparando esse jovem para o mercado de trabalho. Muito obrigado. (Palmas)

SR. JORGE CARUSO – Passo agora a palavra para a próxima expositora, Prof^a Marlene Nascimento, parceira em projetos de incubadoras tecnológicas com a Faculdade Ibirapuera, que falará sobre o tema “Incubadoras tecnológicas”.

SRA. MARLENE F. NASCIMENTO – Agradeço a oportunidade que o Fórum São Paulo Século 21 está oferecendo e também toda atenção do Deputado Jorge Caruso e de sua equipe para que pudesse estar apresentando hoje o tema “Incubadoras tecnológicas”. Vou estar apresentando a origem das incubadoras no mundo, no Brasil, especialmente nossa experiência de sucesso no Canadá. Pensei em princípio estar expondo para quem não conhece as incubadoras, abrindo esse espaço para expressar a experiência positiva das incubadoras. Falei aqui na apresentação, basicamente uma definição do que é uma incubadora tecnológica

empresarial, pensando no enfoque de educação que estamos abordando intensamente nesta manhã. É uma incubadora que estamos desenvolvendo aqui em São Paulo, um modelo diferenciado das incubadoras; a Sebrae e outras entidades têm um modelo que é uma mescla do modelo na Bélgica e também em Israel. Estou então descrevendo inicialmente essa questão da educação, mas em seguida vamos estar passando a origem, aqui, para vocês terem idéia de como funciona uma incubadora tecnológica. O empresário investidor desenvolve uma idéia de projeto-serviço; citamos três exemplos: desenhos de W. Sites, confecção de roupa, *softer*. A incubadora tecnológica industrial tem por base capacitar e assessorar o profissional, pesquisar os mercados, obter financiamentos, desenvolver planos de vendas, avaliar aspectos legais e contábeis, também pensando que esse empresário está capacitado para avaliar os fatores de sucesso de seu negócio. Quem participa desse processo? Um diretor de projeto, professores, alunos e, sobretudo, consultores especializados. Áreas focadas: estamos pensando num projeto desse porte; telecomunicações, Internet, tecnologia digital, agronegócio, marketing e tecnologia de informação. Aqui temos quem financia a incubadora e quais os benefícios: órgãos públicos, que tenham por meta incentivar a criação de novas empresas. Quando falamos novas empresas, sobretudo pensando a questão Brasil, acho que temos que pensar a questão da microempresa, como fortalecer a micro e pequena empresa em direção ao porte de média empresa. Hoje, temos o exemplo canadense. Setenta por cento das médias empresas canadenses são frutos de incubadoras, que eram anteriormente micro e pequenas; criação de novos postos de trabalho, diversificação e incentivo à economia, ampliação da base tributária e sobretudo promoção do avanço tecnológico, principalmente pensando a questão São Paulo, em cima de uma perspectiva de tecnologia de ponta; universidades, formação profissional prática, aproveitamento dos alunos em novos negócios, sobretudo na descoberta de novos nichos de mercado, criando uma visibilidade para a excelência educacional; instituições financeiras, promoção institucional pela atuação com pequenas empresas e área educacional, formatação de uma parceria

efetiva das pequenas e médias empresas e área educacional; empresários contratantes desse projeto, aqueles que pensem na possibilidade de terem acesso à tecnologia de ponta a custos competitivos, minimizando seus riscos e buscando essa projeção no mercado. Dinâmica do projeto: basicamente pensando nesse modelo educacional, temos o time, a fonte, universidades, os institutos de pesquisa; o ambiente pode ser uma universidade com apoio à ciência e tecnologia, e também é necessário que haja uma conjuntura política. É necessária a participação do Estado nessa estrutura, para fomentar recursos que possam viabilizar esse projeto, quando não há apoio da estrutura de uma empresa privada. Basicamente, a empresa parceira vai estar participando do projeto intensamente, desde a implementação, o crescimento, a consolidação dessa incubadora tecnológica. Quem está nesse mercado são os clientes, os parceiros, os concorrentes, e o objetivo principal dessa incubadora, pensando na questão empresarial, é justamente criar uma consultoria que tenha qualidade, mas que possa permitir a viabilidade do projeto com qualidade e com a perspectiva de avançar em novos nichos de mercado. A idéia também desse projeto inicial, pensando num projeto inicial, era estarmos criando um projeto-piloto, que estará formatando outras incubadoras. Estamos colocando aqui a multiplicação desse efeito do negócio com uma rede de incubadoras. E pensando a questão educacional, nossa idéia também é de que esses alunos que participam do projeto possam estar atuando numa carreira multidisciplinar, integrando as diversas áreas da universidade como uma equipe, um time em direção a essa proposta. Aqui, eu expus basicamente o porquê da estruturação dessas incubadoras. Objetivos principais: incentivar a criação de empresas de base tecnológica, atuar como ponte entre a universidade e o mercado, estimular a capacitação empreendedora, desenvolver e incrementar a economia de uma cidade-região, gerar novos produtos ou serviços, gerar centros de inovação, abrir caminhos para o comércio exterior por meio de eventos; seu diferencial e charme são as parcerias. Acho que a incubadora realmente trouxe um diferencial: há muito não havia uma consciência empresarial na questão da parceria, e hoje,

mediante as incubadoras, descobrimos como essa parceria pode acontecer de fato, à medida que realmente se investe num projeto e as pessoas podem estar participando ativamente desde a concepção inicial até o projeto final, uma troca de idéias entre os participantes do projeto e sobretudo a superação das barreiras técnicas mercadológicas e administrativas. Em síntese, um projeto de incubadora tecnológica viabiliza a travessia entre o mundo acadêmico e a realidade do mercado, como uma conquista para o mundo globalizado. As incubadoras também têm a capacidade de aflorar o talento empreendedor das pessoas. As incubadoras no mundo: país pioneiro das incubadoras: Estados Unidos; desde a década de 60, as incubadoras tiveram seu início nos Estados Unidos, na cidade de São Francisco, e o primeiro projeto viabilizado com sucesso foi o empreendimento, de base tecnológica, da estrada 128, de Boston. Como dados, temos que mais de 550 incubadoras nos Estados Unidos têm mais de nove mil pequenas empresas, que somam o faturamento anual de 1,6 bilhões de dólares, atualmente nos setores tradicionais da economia. Os projetos na área de exportação estão focados em eletrônica, informática, biotecnologia e mecânica de precisão. Para conhecimento de todos, os principais países que já realizaram com sucesso projetos de incubadora: Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, México, Nigéria, China, Turquia, Polônia, Peru e Brasil. Como eu havia comentado, no Canadá, 70% das médias empresas atuais são frutos de incubadoras; antes de participarem de um projeto desse nível, eram micro e pequenas empresas, o que tem fortalecido muito a economia do Canadá. Falando agora um pouco de Brasil, em nosso país temos um tempo de atuação de incubadoras há 18 anos. Entre as características principais, um diferencial nosso é a diversificação de negócios. Procurei citar as cidades que já desenvolveram incubadoras com sucesso: em São Paulo, temos Itu e São Carlos; Itu, área de vestuário; Ceará, área de calçados; São Carlos, incubadora de base tecnológica; e a mais recente Limeira, área de negócios, que há dois anos opera seus serviços com qualidade e sucesso. Aqui, são dados da Fiesp, conforme o Dr. Fonseca nos passou. Também nos informou que há mais de 100 incubadoras no

país; somente a Fiesp desenvolve atualmente 16 trabalhos. Essa incubadora inicial que tenho mencionado inicialmente é uma incubadora que está em desenvolvimento em parceria com a Universidade Ibirapuera; estamos em contato também com outras universidades. É um modelo diferente desse modelo tradicional de incubadoras, porque estamos abordando justamente a questão de como formatar carreiras na universidade a partir do primeiro ano, criando a possibilidade da geração de um espaço e de um ambiente favorável à formatação de novos negócios. Aqui, estou documentando nosso contato também com Senica College International, que é o maior *college* do Canadá, sediado em Toronto, que desenvolve incubadoras de negócios, incubadoras de empresas. Ele tem possibilitado a criação de centenas de pequenas empresas por meio de treinamento e incentivo na formatação de empreendedores, sejam empresários ou alunos que estão estudando nessa escola. O Senica, inclusive, tem o slogan “*quick fast*”, ser ligeiro nos resultados. Ele tem hoje 100 mil estudantes em seu *campus* constantemente, e atualmente o Senica College desenvolve 265 carreiras globais em seu campus em Toronto, Canadá. Principais programas que o Senica tem: tecnologia, informática, *design* de moda, negócio internacional, marketing, aviação, turismo, viagem e outros; procurei citar os principais. Desde 1992, o Senica College tem realizado com sucesso projetos de incubadoras empresas e incubadoras tecnológicas. Procurei citar alguns países mais próximos, México, Chile, Peru e Argentina, que têm experimentado essa experiência de incubadoras. O Senica inicialmente tinha o desafio de gerar 10 novos negócios por mês; no ano passado, no segundo semestre, alcançou o grande desafio, três novos negócios por semana com empresas do porte da IBM e outras empresas grandes. Acho que essa iniciativa merece realmente um destaque, porque, quando eles não tinham apoio governamental, para que os senhores tenham uma idéia... o Canadá hoje trabalha em parceria com a educação, o Senica tem verba da área municipal, estadual e federal para o desenvolvimento de projetos de incubadoras tecnológicas e incubadoras de empresas. Quando começou em 92 a primeira incubadora, tinha

apenas uma pequena verba, fez um convite aos professores que estavam com alguma disponibilidade de horário, para terem a ousadia de realizar o primeiro projeto de incubadora, que foi um sucesso. A partir daí, o governo estadual ofereceu uma verba e a escola começou a decolar realmente, com planejamento de novos projetos de incubadoras, que hoje acontece em diversas áreas com muito sucesso.

Acho que o Fórum São Paulo Século 21 convida todos a pensar, realmente em como podemos efetivamente realizar algo maior ou até mais importante para São Paulo do século 21. Encerro dizendo: se navegar é preciso, que tal navegar nesse mar de oportunidades que o século 21 começa a nos oferecer agora? Sucesso sempre a todos. Obrigada. (Palmas)

SR. JORGE CARUSO – Próximo expositor, Manuel Nogueira Lóes, formado em ciências contábeis pela USP, pós-graduado em ciências contábeis pela PUC-São Paulo, um filho da PUC, como eu, detentor de diversos cursos de especialização nos Estados Unidos, especialista na estruturação e no desenvolvimento de áreas de investimentos em empresas como o Banco Crefisul de Investimento, Lloyds Bank, Banco Fonte, Spinel e Corretora de Valores, é diretor administrativo/financeiro do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

SR. MANUEL NOGUEIRA LÓES – Bom-dia a todos. Queria cumprimentar o Deputado Jorge Caruso e em seu nome também cumprimentar os demais participantes da Mesa. Queria começar falando alguma coisa sobre o Sebrae. Eventualmente, ele não é conhecido de todos; alguém afirmou que o conhecimento é o principal ponto de partida para estabelecer um diálogo. Então, no caso do Sebrae, gostaria de fazer alguns comentários. O Sebrae tem presença nacional, está representado nos 28 Estados, incluindo Distrito Federal; é uma entidade privada, mas recebe recursos públicos para cuidar de uma questão muito importante que é o apoio à pequena e microempresa, basicamente na questão de geração de

emprego e renda, de que o Brasil tanto precisa. Temos desenvolvido, desde o ano passado, uma mudança bastante importante no Sebrae, e este ano estamos focando sete segmentos específicos de atuação: a questão do agronegócio, que é um destaque inclusive do próprio Governo estadual; a questão do crédito; a questão da educação e da capacitação, que, aliás, é hoje motivo de nossa presença aqui, sendo que a Heloísa, gerente dessa área, irá comentar os programas que temos nessa área; a questão da exportação e a questão da tecnologia. Aí entra toda a discussão sobre incubadoras que a Marlene expôs; temos já quase 40 incubadoras em operação no Estado de São Paulo, algumas já há mais de um ano trabalhando; a questão do turismo e do artesanato, que também é muito importante para o Sebrae, e temos um desempenho muito fraco em termos de Brasil nessa área, e o programa Brasil empreendedor, em nível Federal, lançado no final do ano passado, que deve terminar este ano, e procura capacitar empreendedores com o objetivo de fornecer crédito para seus negócios. O que nos traz aqui hoje é a capacitação e a educação, bastante importante, e o Sebrae, em vários Estados, tem uma participação distinta; temos um exemplo no Sul, que é a universidade Sebrae de negócios; temos a escola de Minas, que é uma outra coisa completamente diferente, e também tem um sucesso muito bom na região; estamos aqui agora procurando desenvolver um modelo que unifique tudo isso. O objetivo do Sebrae é passar dos milhares para os milhões; temos então esses programas, que são muito bons, mas elitistas, programas que procuram atingir determinada faixa da população, que eu diria ser a mais privilegiada, que tem acesso inclusive a esse tipo de apoio. Já a grande maioria, eventualmente, nem sabe que o Sebrae existe ou até nem sabe que tipo de apoio o Sebrae pode dar para seu negócio. Se houver perguntas depois estamos à disposição, mas gostaria de passar a palavra rapidamente para a Heloisa Calil, até para que ela faça essa apresentação.

SRA. HELOÍSA H. CALIL – Gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui também falando um pouco do Sebrae, de sua missão, bem como do

empreendedorismo. Falamos em capacitação técnica agora, precisamos estar alinhando isso à capacitação empreendedora também. Gostaria de começar a apresentação falando um pouco da missão do Sebrae, que é desenvolver e consolidar a força empreendedora paulista voltada para o segmento dos pequenos negócios, contribuindo para o desenvolvimento de São Paulo e do país. Temos o Sebrae em todo o país. A partir daí, desenvolvemos e aplicamos alguns produtos na área do empreendedorismo, voltado todo ele para a cultura empreendedora. Temos três produtos na área do empreendedorismo dentro do Sebrae, e vamos falar também do Programa Brasil Empreendedor, que não está aí. O primeiro produto que estamos desenvolvendo agora, e vai ser lançado a partir do mês que vem, é o “Empresários do futuro”, voltado para o ensino fundamental, abrangendo da primeira à oitava série. “Os jovens empreendedores” também, que é voltado ao ensino médio, técnico e superior. Já temos alguma experiência com a Paula Souza também, com “Jovens Empreendedores”, que já foi implantado, e temos também o programa “Empretec”, que é um programa que as Nações Unidas trouxeram para o Brasil, e está aqui há mais ou menos sete anos, voltado para empresários já constituídos ou para os que estão em vias de montar uma empresa. Em todos os nossos programas trabalhamos em cima das características do comportamento empreendedor. Nós identificamos essas características, na verdade a Organização das Nações Unidas identificou essas dez características do comportamento empreendedor por meio de uma pesquisa feita em vários países. Todos os nossos programas estão baseados e voltados para essas características, que são a busca de oportunidade e iniciativa, a persistência, o correr riscos calculados, a exigência de qualidade e eficiência, o comprometimento, a busca de informações, o estabelecimento de metas, o planejamento e o monitoramento sistemático, a persuasão e a rede de contatos e a independência e autoconfiança. Falamos e abordamos em todos os nossos projetos essas características; elas são importantes, são competências do comportamento empreendedor. Precisamos realmente trabalhar a fundo todas elas; quando falamos em colocar o

empreendedorismo ali no ensino fundamental, já começamos a preparar nossa criança de hoje, nosso adolescente de hoje num empreendedor de sucesso do futuro. Precisamos então abordar sempre essas características. Já percebemos no Brasil, principalmente aqui, onde aplicamos esses programas, que temos uma deficiência muito grande em um de nossos conjuntos, porque essas características se agrupam em conjuntos. Uma deficiência grande que temos é no conjunto de planejamento, onde temos três características dessas, que são o estabelecimento de metas, o planejamento e a busca de informação. É nessa busca de informação que falamos que o empresário não pode somente montar um negócio dele apenas pelo *feeling*, e sim verificar no mercado o que acontece para que ele possa ter maior sucesso em seu empreendimento. O estabelecimento de metas é fundamental. Enquanto empresários, temos que saber aonde queremos chegar, e como vamos chegar por meio de nosso planejamento. Precisamos diferenciar as metas de sonhos, porque alguns somente têm sonhos e acreditam que esses sonhos são metas. A meta é específica, tem prazo, precisa ser formatada de forma diferente de um sonho apenas. Tenho um sonho de, quem sabe, no futuro, terminar meus dias numa praia, mas preciso saber em quanto tempo quero isso e preciso planejar para que eu consiga chegar com maior sucesso dentro de minha empresa. Esse planejamento costumamos também dizer: ouvi no Sebrae, dos empresários, que é muito difícil planejar uma empresa, porque temos mudanças de governo, enfim, algumas coisas que interferem no desenvolvimento de uma empresa, mas se não tivermos claro que precisamos traçar nosso planejamento, e esse planejamento pode ser monitorado, às vezes podemos interferir em nosso planejamento, mas é importante que o tenhamos. Costumo dizer a nossos empresários lá no Sebrae que vamos ser sempre os bombeiros, vamos estar apagando sempre nossos incêndios. Acho que precisamos tornar a empresa um pouquinho diferente, porque só assim ela com certeza vai poder ter maior sucesso. Trabalhamos essas características de comportamento e fazemos com que em todos os nossos projetos se trabalhe o plano de negócios, o que é essencial para que o empresário consiga saber

realmente para onde está indo. Apesar de estarmos trabalhando e estarmos focando agora alguns projetos no ensino fundamental, no ensino médio, nós também já trabalhamos o plano de negócios para essas crianças que na verdade, numa linguagem que seja mais fácil, para que elas entendam, já damos uma visão também do plano de negócios. Toda nossa metodologia é baseada em Confúcio. Confúcio dizia há 400 anos a.C.: “o que ouço eu esqueço, o que vejo eu lembro, o que faço eu aprendo”. Portanto, todas as pessoas que passam, tanto as dos projetos iniciais que temos, quanto o empresário, todas elas aprendem fazendo; toda a nossa metodologia, que aplicamos em todos os nossos programas, é vivencial. Aplicamos dinâmicas de grupos, jogos, simulações, enfim, partimos desse princípio de que todas as pessoas aprendem fazendo. Na verdade, vocês podem estar aqui me escutando, mas possivelmente algumas pessoas saiam daqui e digam: “Eu me lembro de alguma coisa que ela disse.” Mas se estivéssemos fazendo hoje aqui uma dinâmica, que essa coisa fosse vivencial realmente, vocês sairiam daqui, com certeza, aprendendo muitas coisas. Nossa premissa é de difundir a cultura empreendedora nas novas gerações, para viabilizar melhor o mundo dos negócios. Como é que poderíamos estar fazendo isso? Como poderíamos estar passando de milhares de atendimentos para milhões, como disse o Lóes? Nossa proposta é realmente implementar, implantar essa disciplina do empreendedorismo na grade curricular dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior. Acreditamos que se aliarmos a técnica à capacidade empreendedora, ao desenvolvimento dessa capacidade, poderíamos ter um país melhor. Estamos cada vez mais dentro do Sebrae procurando fazer com que isso aconteça. Hoje, inclusive, temos um programa que é o Programa Brasil Empreendedor, e estamos preparando não só a pequena e micro- empresa para obtenção de crédito, mas para que também ela comece a pensar e refletir a possibilidade de pedir crédito ou não. Será que realmente ela precisa? Será que é o recurso financeiro dessa empresa que está com problema? Será que não é uma questão de comportamento? Vamos trabalhar um pouco nesse Programa Brasil Empreendedor com a questão do

empreendedorismo, do mercado de finanças e do próprio crédito. Já fizemos uma capacitação de mais de 130 mil pessoas capacitadas nesse programa. Como disse o Lóes, esse Programa vai até outubro deste ano, sendo e começamos em outubro do ano passado. Acredito que nossa responsabilidade é muito grande enquanto Sebrae; estamos mesmo querendo contribuir para uma sociedade melhor, seja por meio desses programas que já temos ou de outros que possamos vir a desenvolver, em parcerias com certeza, porque não somos o todo sabedor, vamos dizer assim, não temos todos os conhecimentos, mas acreditamos muito que podemos fazer melhor, com parcerias com outras entidades, e que podemos realmente não ter mais excluídos em nossa sociedade, para que todos possam ter uma condição melhor no futuro. Obrigada. (Palmas.)

SR. JORGE CARUSO – Inicialmente, abro a palavra aos membros da Mesa para os debates; se ninguém quiser se manifestar, passo em seguida a palavra aos presentes para as perguntas que tiverem aos membros da Mesa. (Pausa.) Quem gostaria de fazer uso da palavra?

SR. – Perguntaria: vocês expuseram tanto a situação do Sebrae! Qual é o retorno que tem havido em relação à micro e pequena empresa no presente momento? Vocês têm um percentual de retorno, resultados favoráveis? A micro e pequena empresa tem crescido. Tem havido uma situação em que esse setor possa continuar voltado somente para a pequena empresa e por que não também para as médias e grandes empresas?

SR. MANUEL NOGUEIRA LÓES – Gostaria de começar dizendo o seguinte: que a grande empresa tem uma condição muito mais favorável de lutar por mecanismos de apoio e de defesa do que a micro e a pequena empresa. A micro e a pequena empresa são responsáveis, nos países, por exemplo, desenvolvidos, pela maior geração de empregos e têm participação bastante relevante na pauta de

exportação desses países. Esses países, por exemplo, cresceram gerando empregos e itens exportáveis por meio da micro e da pequena empresa. No caso brasileiro, nós sempre estamos um pouco aquém da história. Devo só lembrar que o Estatuto da Micro e Pequena Empresa foi aprovado no final do ano passado, depois de alguns anos de circulação desse processo no Congresso. O Sebrae, naturalmente, procura fazer com que as empresas, ao longo do tempo, tenham uma condição de sucesso e melhor desempenho em seus negócios, coisa que ela não teria se o Sebrae não existisse. Temos um cenário que é macroeconômico, que ainda não é um cenário adequado para os negócios no Brasil. Lembro a questão, por exemplo, como o Dr. Ricardo de manhã comentou, das várias reformas que o país ainda precisa fazer; temos a questão tributária também, que é importante nesse aspecto. Agora, eu diria que o Sebrae tem uma série de programas nas áreas que citei na introdução da apresentação, e sem esses programas eu diria que as pequenas empresas teriam uma chance muito menor de sucesso se ele não existisse. O nível de mortalidade das empresas hoje ainda é muito alto no Brasil. Hoje, temos cerca de 54% de micro e pequenas empresas que morrem até os três anos de vida. A diferença é que, aqui no Brasil, quando a mortalidade ocorre, leva junto o patrimônio do indivíduo que o empreendeu, e, lá fora, isso nem sempre é verdade, até porque as condições de financiamento são muito mais adequadas. De qualquer forma, como eu estava dizendo, temos muito por fazer ainda, não há dúvida. As reformas que o Brasil precisa fazer também devem ajudar o cenário macroeconômico a se desenvolver, porque se você não tem conhecimento econômico não tem nem a grande crescendo, muito menos a micro e a pequena empresa. Não tenho dúvida de que a saída do país está no apoio à micro e à pequena empresa. Isso já aconteceu também em países como Itália, Espanha, Estados Unidos e Alemanha, que são exemplos que usamos bastante; lá fora tem também uma série de apoios, inclusive legislação nesse sentido, coisa que o Brasil precisa aprimorar. A questão, por exemplo, da instalação de um supermercado: lá fora, eles têm uma série de regalias em relação aos pequenos negócios; então, se

esse supermercado se instala, precisa verificar em seu contorno que tipo de micro e pequenas empresas existem, e elas serão as primeiras convidadas a participar desse grande empreendimento subsidiariamente, enquanto aqui no Brasil se permite a instalação de um grande supermercado, por exemplo, numa zona qualquer, que vai acabar liquidando todos os pequenos negócios que estão em seu contorno. A mesma coisa pode-se dizer dos *shopping centers*. A Capital de São Paulo tem 25 *shopping centers*, que naturalmente acabam com o comércio de rua porque oferecem segurança, estacionamento, aquela coisa toda. Lá fora, um *shopping center* só pode ser instalado na periferia da cidade, ainda assim avaliando todas as condições de proteção aos micro e pequenos empresários existentes na região. Essa é uma coisa, por exemplo, a que o Brasil ainda não dá a devida atenção, então o papel do Sebrae é também lutar para isso, ou seja, trazer uma legislação adequada ao Brasil para proteção dos micro e pequenos, porque não há dúvida de que eles são de fato empregadores e geradores de riqueza para o país. Espero ter respondido.

SR. JORGE CARUSO – Vamos pela ordem. Peço só a gentileza de levantar a mão quem tem perguntas. Peço que se identifiquem.

SR. CAMBRAIA – Sou o Prof. Cambraia, dou aula na Escola Técnica Getúlio Vargas; sou também professor da Escola Técnica Federal de São Paulo, leciono na Paula Souza há mais de 20 anos, conheço bem os problemas que temos na parte de ensino. Gostaria de perguntar ao Prof. Remo sobre um dos grandes problemas que temos nas escolas técnicas, que é o seguinte: os cursos são tradicionais e sofremos com o modernismo nas escolas; várias disciplinas novas surgem, novos cursos, e esses cursos são modernos e visam o modernismo. Temos cursos tradicionais, por exemplo, na área de mecânica, na área de eletrotécnico, que sofrem a falta de divulgação. Acho que um dos grandes problemas na área de educação é a falta de informação. O Centro peca um pouco no sentido de não

informar a população sobre esses cursos. No vestibular que tivemos, vi o Prof. Cacuí divulgando os cursos modernos e não os tradicionais na área. Esses cursos, hoje, estão minguando e sendo extintos. Esse é o grande problema que vejo na área de mecânica, na área de eletrotécnico e em outras áreas também. Extinguindo por quê? Na Paula Souza, se não existirem três candidatos para uma vaga, o curso é extinto. E a responsabilidade é jogada para os professores, para a direção e para os alunos, mas quem conhece o mercado de trabalho é o governo; então, a responsabilidade não poderia ser dirigida a essas escolas. Elas são penalizadas porque não divulgam, e a responsabilidade deveria ser do governo. Isso é bem claro para nós. Essa então é a grande pergunta que faço: o que o Centro Paula Souza está fazendo para divulgar esses cursos, porque senão vamos chegar a um ponto em que eles serão todos extintos. Temos uma informação, por exemplo, das usinas térmicas: são 49 no Brasil, 17 só em São Paulo. No próprio *site* do governo, vemos 25 mil empregos diretos, 50 mil indiretos, dois mil empregos para trabalhar na área de operação. Vemos também nesse *site* que 25% do mercado dos equipamentos utilizados serão de produção nacional; e essas áreas que acabei de mencionar estão sendo extintas, e com todo esse mercado enorme em expansão, e a população não sabe disso.

SR. – Professor, aproveitando, e apenas completando também: como a Fundação Paula Souza gerencia a questão da necessidade de mercado de trabalho, ou seja, são mantidos os cursos regularmente por critérios convencionais, tradicionais, ou há um acompanhamento direto da tendência de mercado?

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Vou responder primeiramente ao Prof. Cambraia: na sociedade globalizada, você tem dificuldade de divulgação; a divulgação por meios não pagos fazemos. Não há um privilégio desta ou daquela área quando enviamos *release* aos jornais, quando fazemos o caderno do vestibulinho, quando fazemos o caderno do vestibular. A divulgação maciça, hoje,

que se faz pela TV, tem um preço proibitivo para órgãos públicos; uma divulgação com grandes inserções, em horários nobres e divulgando a Paula Souza... eu teria problemas legais, não teria como fazer esse tipo de divulgação. A Paula Souza não perde um espaço para divulgar o que faz, o que vem fazendo e o que pode fazer. É claro que temos parâmetros, não quero defender aqui que somos perfeitos ou seguros na manutenção ou não de uma dada habilidade. Vamos supor um curso, em dada cidade, de contabilidade, que lá existe há 50 anos. Em dado momento, nem a cidade, nem a região em sua volta precisa mais de contador e, no entanto, a escola está ainda mantendo seu curso de técnico em contabilidade; na área de mecânica, aconteceu um fenômeno, que é a mudança rápida dos equipamentos. Eles saem de manuais, vão para informatizados, e a corrida atrás dessa atualização é uma corrida custosa e nem sempre se tem a disponibilidade à mão para fazê-la. Qual é o parâmetro que estabelecemos? Eu diria que ele é minimamente racional, quer dizer, as escolas já estão implantadas, algumas em São Paulo, há 30, 40, 60 anos, seu meio, sua região, seu bairro a conhece, e quando a clientela começa a não procurar no ensino gratuito determinada habilitação, alguns sinais são dados. Ou o mercado não está mais absorvendo esse tipo de profissional, ou a escola, por alguma razão, desatualizou-se; enfim, não temos como manter algo com uma demanda grande por outras habilitações, aquela em que não está havendo a procura. O critério que a Paula Souza adota, um deles é esse, o da demanda; no entanto, o Prof. Cambraia conhece, a Paula Souza está instituindo novos critérios de avaliação: tem o SAE, quer dizer, um critério interno, um grupo de supervisores. Trocou-se aquela função antiga de ir para a escola, ver se o Diário de Classe foi preenchido, ver se o formulário do aluno está bem feito. Abandonamos essa prática por uma avaliação institucional: como é que a comunidade, como é que o aluno está vendo a escola, como os pais de alunos estão vendo a escola, como os professores estão vendo a escola. Tanto é isento que os resultados revelam partes das deficiências desse ensino. Agora, não posso entrar num mercado competitivo, de divulgar meu curso de mecânica, meu curso de marcenaria, de contabilidade numa

cidade desse tamanho, quer dizer, cabe sim delegarmos certas tarefas às regionais, e às escolas fazer seu próprio panfleto, sua divulgação, fazer seu esforço para divulgarmos o que é a escola. Quando a demanda diminui, nunca diminuimos o número de habilitações numa escola. São trocadas por outras cuja demanda está aumentando. Esse processo, não o classifico de perfeito, mas pelo menos ele quebra essa situação das escolas eternamente terem alguns cursos e não abrirem espaços para novos. Um exemplo recente: a Paula Souza poucos cursos tinha, ou quase nenhum. Tinha uma escola que trabalhava com enfermagem aqui em São Paulo, porém com a nova legislação, com o “Coren” obrigando os trabalhadores em hospitais a serem habilitados, hoje enfermagem é o curso majoritário dentro da Paula Souza. Tivemos que abrir curso de enfermagem em 37 cidades, de qualidade razoável, e essa tendência deve diminuir. Tem cidade que já nos pede: já tem enfermeira aqui trabalhando no comércio, já tem enfermeira desempregada. Então, veja, na região de Dracena, já temos que mudar porque atendeu àquela demanda e não temos mais por que ficar formando auxiliar e técnico de enfermagem naquela região. Não te dou uma garantida de 100% de que nosso critério seja seguro, mas diria que estamos iniciando uma forma mais ou menos pesquisada de decidir pelas habilitações. O Prof. Cambraia deve conhecer o caso de Araraquara, onde o curso de mecânica, por várias razões, uma delas por não ter mais demanda, era um curso que estava na nossa lista do cartão amarelo; uma demanda muito pequena, equipamentos superados, alto custo de renovação dos equipamentos; quando foi para Araraquara, a Inepar propôs uma parceria com a escola. O curso de mecânica de Araraquara hoje é o mais procurado, está com laboratório de soldagem, com as mandriladoras; os convênios que firmamos com a Inepar na área de mecânica implicaram um investimento de 700 mil reais por parte da Inepar em nossa escola, desde trocar o piso, toda parte elétrica e a colocação de equipamentos. Nós não temos preferência pelo curso “x”, “y” ou “z”, estamos preconizando que a Paula Souza, que em cada uma de suas unidades seja constituído um conselho o mais amplo possível, com a participação da Sociedade Civil, que dê com mais segurança

essas diretrizes. E a cultura brasileira... quer dizer, quando se abre espaço num órgão público para que a sociedade participe, há certa desconfiança de que vão me pedir dinheiro ou desconfiança de que vão querer que eu colabore desta ou daquela maneira; desde o pai, quando o diretor chama para ir à escola: “ou meu filho aprontou ou vão pedir dinheiro para a APM”. Quando você chama o pai e diz que não é nada disso, que queremos ouvir sua opinião sobre a escola, sobre como está o andamento e tudo o mais, já muda a configuração. É preciso aperfeiçoar esse sistema. Estou aberto a ouvir as sugestões, não coloco como perfeito o que essa administração adotou, mas, realmente, há uma determinação, sim, de trocar as habilitações que o mercado não esteja mais absorvendo ou que o jovem não esteja procurando. Estamos abertos a ouvir da sociedade e de vocês. Agora, a propaganda intensa do curso eu acho um pouco difícil que se faça. Não perdemos chance de falar nem em Missa do Galo; se o padre da paróquia abre espaço, estamos lá, não rejeitamos nenhum convite de divulgar a Paula Souza. Quando, num relato ao Diretor da Poli, Prof. Massola, que nos visitou, nós dissemos que já tínhamos entrado na qualificação básica, entrado para valer, atendendo a mais de 50 mil, ele falou: “Como é que eu não sei disso? Aqui é a antiga Poli. Como é que vocês não me avisam?” Pareceu até indelicadeza não ter avisado a Poli de que a Paula Souza, a partir de 97, entrou na qualificação básica. Não coloco como perfeito e bom nosso critério, mas é um critério em que a Paula Souza não pode crescer desmesuradamente sem estar conectada. Em nosso projeto, na formação dos centros regionais, queremos dar cadeira a um conselho para o setor produtivo, para os agentes vivos da comunidade participarem, dando essa opinião. Estamos abertos para ouvir sobre a melhoria desse sistema.

SRA. HELGA LETÍCIA – Professor Remo, o senhor estava falando que, antigamente, as crianças com menos acesso a esse estudo, que estavam na lavoura, hoje se encontram em escola; porém, eu acredito que continua havendo certo preconceito, porque quando procuramos um curso técnico, não digo eu, mas

as pessoas que tenho contato também, passamos por um vestibular; analisando, hoje, o que meu filho vê na segunda série eu fui ver na quinta série há muito tempo. Suponhamos que a pessoa adulta, hoje, é que vem a despertar para se qualificar, porque só agora despertou para isso, porque muita gente está gritando no ouvido. Então, resolver fazer um curso para estar-se atualizando, melhorando até sua profissão... no caso, meu esposo é pedreiro, não teve uma família que o incentivasse no estudo. Depois que me conheceu, incentivado até por minhas atitudes, ele procurou estar-se atualizando. Não posso dizer que meu esposo é burro, mas assim, medindo o que se passava para a gente antes e o que se passa para nossos filhos hoje, a qualidade aumentou. Nós, mais velhos, ficamos defasados no estudo e não podemos aproveitar essas oportunidades, pois a maioria é reprovada no vestibular. Quem continua são só os mais jovens. E não existe nenhum curso paralelo que possamos estar fazendo para nos tornar aptos a passar na prova que vocês elaboram. Acredito também que esse método vocês adotam até para diminuir progressivamente os candidatos, mas pergunto: não teria como fazer um vestibular próprio para essas pessoas que fizeram esses cursos numa época “x” e que, deduzimos, não têm o mesmo nível de uma criança que sai do ensino médio hoje, para abrir esse mercado também para essas pessoas que não tiveram a mesma sorte?

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Helga, veja, não me orgulho nem um pouco de dirigir uma autarquia que tem o segundo vestibular de São Paulo. Os vestibulares são bem feitos, são elogiados pelos cursinhos, há um departamento que cuida disso, temos que ter uma estrutura de vestibulinho; são mais de 100 mil candidatos anualmente que nos procuram. Isso é índice de Fuvest. Talvez o grande público não saiba disso, que a Paula Souza faz o segundo vestibular de São Paulo em número de inscritos. Isso realmente não me traz nenhum orgulho. Estamos fazendo alguns projetos, alguns programas que não têm o vestibulinho, que são ainda minoritários, inclusive projetos em que o jovem/adulto, simultaneamente, faz o

supletivo profissionalizante e se qualifica melhor numa profissão. Já há uma experiência nesse caso. Em nossa escola, na Carlos de Campos, temos potencial para fazer isso. Helga, caímos no velho problema do financiamento, quer dizer, eu não posso, tendo mais candidatos do que vagas, não ter o critério universal. Para você ter uma idéia, dentro dos limites da lei, a Paula Souza tem um critério de vestibulinho que privilegia esse perfil que você citou. Se dois alunos fizerem o mesmo número de pontos, entrará na Paula Souza o mais velho. Não resolve o problema que você me expõe. Agora, só quero mostrar que estamos atentos a isso. Não tenho nem um pouco de orgulho em contar para vocês que nossa escola é procurada por mais de 100 mil jovens, e jovens/adultos, anualmente. Não preciso contar a pressão que a Paula Souza recebe de prefeitos, de lideranças, de associações de bairro para ampliação de seu número de vagas. Por que isso não é feito? Temos um contexto geral econômico. Quando assumimos a Paula Souza em 1995, praticamente em 96, havia uma dívida, Helga, de 60 milhões. Sessenta milhões são 30 escolas técnicas construídas e equipadas, e não funcionaria se não pagasse aqueles 60 milhões, inclusive das dívidas mais cruéis, as dívidas com o INSS e com o Fundo de Garantia. Demitia-se o professor e dizia-se: “Agora espera que vou arrumar dinheiro para te pagar o Fundo de Garantia”, porque o governo anterior, até crescendo, até fazendo escolas, deixou sete meses de Fundo de Garantia e de INSS para essa gestão. Fizemos um acordo, demorou um ano e meio para fazer com os órgãos, estamos rigorosamente em dia com esse pagamento; só agora, no ano de 99, a Paula Souza pôde pensar em seu crescimento físico, mais escolas. Está na rua uma licitação para a construção da centésima escola da Paula Souza e, por nosso critério, temos que procurar realmente os bairros mais distantes e mais carentes. Essa escola vai ser construída em Guaianazes, no extremo leste da cidade, conforme vocês conhecem no mapa. A licitação já está na rua, esperamos ver essa escola funcionando em 2001. Sua colocação é pertinente, faz parte do rol de nossas preocupações, eu não tenho legislação que me permita fazer esse corte, só vou atender com tal perfil. Não há uma legislação que permita isso.

Quanto ao financiamento, se temos em média 28 mil vagas semestrais para uma demanda de 100 mil (acredito que essa demanda de 100 mil não seja real, alguns fazem até para ver..., temos pelo menos o dobro disso), é preciso arrumar dinheiro, reorganizar o Estado, ou dobrar com pelo menos um aumento de 60, 70%, para que não tenha o vestibulinho, que dá uma boa receita para a instituição, que dá nome à instituição, que divulga a instituição, mas não é objetivo e nem nos orgulha.

SR. – Dirijo-me à Mesa, especialmente ao Dr. Manuel Nogueira: o Sebrae, hoje, por incrível que pareça, a partir de outubro do ano passado, teve uma divulgação bem maior. Por quê? Porque eles procuraram a ponta do *iceberg*. Vieram para a comunidade, coisa que não faziam anteriormente; pelo contrário, sempre que uma comunidade procurava o Sebrae, as dificuldades eram tantas que não havia como fazer qualquer curso e participar dos cursos que os senhores já tinham na época. Hoje não, hoje vocês visitaram sociedades amigos de bairros, associações de moradores, e com isso a divulgação do Sebrae está muito maior e nós, da comunidade, temos condições de comunicar os nossos parceiros e os nossos amigos das associações de moradores, clubes de mães e coisa parecida sobre o que o Sebrae está fazendo. Por que só agora, depois de tantos anos, vieram à ponta do *iceberg*, e ficaram fechados numa concha até difícil de abrir?

SR. MANUEL NOGUEIRA LÓES – Essa pergunta é fácil responder por uma simples questão: assim como aconteceu com a mudança do Governo do Estado, e naturalmente as mudanças às vezes acontecem para o bem, no caso do Governo do Estado isso também aconteceu, no caso do Sebrae também houve uma mudança, ou seja, a direção nacional mudou no começo de 99 e uma série de coisas aconteceu a partir de então; inclusive a própria promulgação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa decorreu de um trabalho feito pela direção nacional do Sebrae, e os diretores responsáveis por isso são o Sérgio Moreira, que é o presidente do Sebrae nacional, o Vinícius Lamertz e a Maria de L., diretores

operacionais; a partir dessa orientação nacional, todos os Sebraes estaduais passaram a ter uma nova visão, uma nova postura, um novo desafio, e nós passamos por um processo que eu chamaria de reconstrução do Sebrae. Esse processo procura justamente passar por uma série de etapas que culminou numa maior presença junto às parcerias. Então, estamos construindo hoje uma série de parcerias que antes o Sebrae não possuía. Apesar de termos aqui no Estado de São Paulo cerca de 38 agências em cada uma das principais cidades do Estado e termos também 70 postos avançados, tínhamos uma participação junto às comunidades muito mais baixa do que hoje temos. O Programa Brasil Empreendedor permitiu-nos acessar essas comunidades, essas parcerias. Nós inclusive estamos desenvolvendo o projeto junto com o Padre Marcelo, que é uma liderança na área religiosa muito importante, identificado com o pessoal que está desempregado, que está precisando ser capacitado ou reciclado para um novo mercado de trabalho. Então, o Sebrae, hoje, por conta desse programa, fez uma parceria com a Igreja. Já temos outras parcerias, não só com a Igreja Católica, ou seja, o Sebrae é ecumênico nesse sentido; estamos agora desenvolvendo um projeto inovador para o Sebrae, na Zona Leste. A Zona Leste tem cerca de quatro a cinco milhões de pessoas que vivem em vários bairros lá, pessoas que basicamente se deslocam para outros bairros à procura de emprego; trabalhar numa região como essa sempre foi um desafio para o Sebrae, porque o Sebrae tem uma experiência em nível de interior muito grande, mas trabalhar com números dessa magnitude, quatro a cinco milhões de pessoas, de fato é uma coisa muito importante. E o Sebrae está entrando agora no Fórum da Zona Leste, com o objetivo de integrá-lo para desenvolver coisas que são muito importantes na região. Por exemplo, a questão da incubadora que comentamos há pouco, a Marlene comentou. Temos projetos de incubadora lá, de profissões, inclusive. Temos, também, uma série de outros projetos para a Zona Leste que devem começar a ser desenvolvidos ao longo desse semestre. Isso mostra, na verdade, uma mudança do Sebrae, em relação àquele Sebrae anterior a que o senhor se referiu. Então, o que se colocou para o

Sebrae, na verdade, foi uma questão de sobrevivência. Ou o Sebrae se reinventa e de fato serve à sociedade, ou então vai acabar como instituição. Então, entendo que esse desafio passado pela sociedade e com a mudança da direção do Sebrae Nacional, também aconteceram mudanças no Sebrae em São Paulo, e essa diretoria que aqui está, que é representada pelo Fernando Lessa, por mim e pelo Edson Ferman, também está imbuída desse mesmo propósito de procurar as parcerias com toda a comunidade, oferecendo serviços e capacitação, visando emprego e a geração de renda.

Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Há mais três pessoas para efetuarem perguntas. Peço a quem for fazê-las a maior brevidade possível, bem como peço a mesma coisa aos senhores expositores também, devido ao adiantado da hora, para que possamos cumprir mais ou menos os horários.

SR. ARNALDO – Sou da Sociedade Amigos Unidos de Vila Remo, represento a Sabesp e também o meio ambiente, com relação à Represa do Guarapiranga. Estou ao lado da Estrada M Boi Mirim, Jardim Ângela. Farei uma pergunta a nosso Professor: o senhor não acha que há uma desigualdade com referência aos alunos que pretendem ir para uma faculdade como a USP, que estudam em escolas públicas do Estado, quando se verifica que têm mais condições de ir para a USP as pessoas que possuem recursos, e que podem pagar qualquer faculdade? E as que não têm condições sequer de pagar uma condução, não conseguem entrar nas faculdades públicas. Vejo também um grande problema com as pessoas da terceira idade, porque tudo é investido no jovem, esquecendo-se dos mais idosos. Acho que deveria haver um trabalho igual para todos, porque um tem o ensino e outro está aprendendo. Essa preocupação existe e gostaria de perguntar ao professor Remo porque o professor pertence à sociedade também.

Dirijo a pergunta ao senhor, porque vejo que existe um problema muito sério em termos de faculdade.

Muito obrigado.

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Veja, não tenho dúvida de que há uma inversão do ensino, o aluno da escola pública, quando ascende à faculdade, seu acesso se dá pela faculdade particular e o aluno da escola particular, quando tem esse acesso, consegue as três universidades estaduais. Existem algumas propostas para minimizar ou até resolver esse problema. Uma delas é a reserva de vagas: que certo número de vagas nas universidades públicas fosse reservado ao aluno da rede pública. Seus opositores alegam algo que eu não assino embaixo, que é a famosa queda de nível. Como se não fosse possível a recuperação num tempo curto dessa defasagem, que realmente existe. Acredito que a garra, a vontade e certos fatores motivacionais, na linguagem pedagógica, fazem superar realmente esse problema. A universidade não aceita. É muito proibitivo para a universidade, ela é autônoma em termos dessa reserva de vagas. A Comunidade Negra também tem feito reivindicações parecidas da reserva de vagas. Ante essa proibição de reserva de vagas pela universidade ou até mesmo certos aspectos jurídicos, há um procedimento que não é a curto prazo, mas que tem de ser começado, que é a melhoria do ensino fundamental e médio. Hoje, ele está praticamente universalizado, o que é uma vitória, mas um menino de 11 anos ainda escreve do jeito que o *Jornal da Tarde* retratou. Há certa maldade nisso. Vamos ver se todos os meninos de 11 anos estão escrevendo desse jeito. É preciso pegar a questão pontual e mostrar: o gênio ou o desfavorecido..., acredito que não haja nenhuma limitação de inteligência; talvez pedagogias equivocadas; talvez o ambiente familiar. Não vamos concluir por um exemplo. Não estou dizendo que o ensino público está bom. Medidas científicas mostram que não está. Quero alertar para o cuidado da conclusão a partir do ponto. Quero alertar para isso. Medidas feitas por órgãos independentes têm mostrado uma pequena melhoria no ensino público. E têm

mostrado mais: a aproximação das médias com as escolas particulares. Não posso pegar o gênio da escola, pois existe, e falar: olha a minha escola como é. Isso me parece clube que expõe troféus. A escolaridade tem que ser medida por sua média, por sua *performance* média. Então, tanto o garoto que foi escolhido para fazer isso, como os garotos que se destacam pelo bem, têm que ser melhorados. Há, porém, uma preocupação: a sociedade tem que estar atenta, as famílias têm que ir para a escola, sim. Não para mandar na escola, mas para cobrar, cobrar dos professores, sobrar do governo, cobrar de nós que somos governo, não estamos isentos de cobrança, nem estamos vendendo. Porque, com essa melhoria do ensino fundamental e médio, não haverá essa carência da universidade. Porque, se saio bem do ensino médio, se saio sabendo escrever, ler, muitas vezes encontro um primeiro emprego que me satisfaz. É aquilo que quero, e vou crescer. País de primeiro mundo não tem o número de universidades que temos. Então, a universidade fica colocada como saída, quando na verdade o problema recolocado é o ensino fundamental e o ensino médio, que não estão atendendo. Com o atendimento do ensino fundamental e médio, primeiro o acesso ao aluno da escola pública à universidade, como acontecia até à década de 60, era normal. Era exceção o da escola particular. Eu, particularmente, sou favorável a algumas mexidas na universidade. Se houver colegas da academia aqui, talvez fiquem bravos comigo. Fiz a USP. Fui uma exceção, sou de família humilde, do interior, sou aquela exceção que fez a USP. Vim para São Paulo, trabalhar e estudar, e virei classe média. Aí, minha mulher fez a USP, sem pagar. Já podia pagar. Então, minhas filhas fizeram colégios particulares e entraram na USP. Eu tenho uma família de cinco membros: marido, mulher e três filhas, todos passaram pela USP. Um não podia pagar, que era eu. Os outros podiam pagar. Não pagaram porque fizeram o caminho da classe média. Fizeram o caminho da escola privada de 2º grau e USP de 3º grau. Os contrários a essa idéia dizem: o financiamento tem de ser público. Isso não representa sequer 10% do orçamento da USP. É tudo o que a USP faz em extensão à comunidade. Então, se eu usasse o pagamento do colégio

na USP, eu dobraria o atendimento à comunidade que a USP faz. A USP só tem 10%, talvez agora menos que seu orçamento para aplicar em programas comunitários. Se ela cobrasse o que cobrou no 3º ano, ela dobraria isso. Não quero tirar os 9,57 do ICMS que vão para as três universidades. Quanto à ampliação de universidades pelo Estado, posso agradar a alguns e desagradar a outros: sou contra, porque o essencial é o ensino fundamental. Se alguma sobra orçamentária tiver que ser colocada é lá. Não é nas três universidades. Se se tem que gastar 30% do ICMS em educação, 9,57 ficam nas mãos das universidades. Muito menos que a rede de ensino fundamental e médio. Sei que isso causa algum transtorno na academia, não estou lá, só fiz o curso e saí, tenho muitos amigos que ficaram e brigamos muito, no bom sentido. A cobrança por quem pode pagar dobra a extensão de trabalho para a comunidade pela USP. A universidade em sua autonomia, os cursos que levam a profissões liberais, engenharia, medicina, psicologia, são ocupados pela classe média. Raramente alguém “fura”. Os cursos que levam ao magistério, o meu curso, matemática, que fiz na USP, geografia, história, realmente são ocupados por uma comunidade que vem metade do ensino público. Porque a USP não monta cursos fora de sede, na Zona Leste, na Zona Oeste, na Zona Sul. Então, a autonomia universitária é que tem de responder por isso. Há determinados cursos que não interessam à alta classe média, mas que interessa, sim, e muito, a muita gente, à maioria da população se oferecido pela USP, e de graça. Talvez se uma diversificação saísse da cidade universitária, montando pontos-pilotos, a USP, Unicamp, Unesp atendessem melhor, sem aumento de investimentos. Agora, temos que brigar. Eu não colocaria a universidade como o caminho de salvação, não, nem de inclusão social. Antes da universidade, eu mencionaria o ensino fundamental e médio.

SR. ARNALDO – É esse o futuro que queremos para nosso país?

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Sem dúvida, temos que melhorar por aí.

SR. EDSON BACAICOA – Já participei de vários debates aqui, nesta Casa. Em 97, participei da Frente Parlamentar Supra Partidária, da qual o objetivo principal era a defesa em função do ensino técnico, referente ao Decreto 2.208, em que o Professor Remo se baseou. Quando de nossa luta em 97, a posição principal era de que na realidade a sociedade perderia muito com essa mudança que foi feita com o Decreto 2.208, do qual o Ceteps, em sua linguagem mais eufórica, disse que na realidade a sociedade não saiu perdendo. No entanto, gostaria de fazer uma pergunta ao Professor Remo. Antes de fazê-la, porém, gostaria de mencionar o dado que o senhor mencionou, de 60 milhões de dívida que o Ceteps tinha em 95, e que me foi também mostrado em 97 pelo Sr. Jorge Funaro, na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Perguntaria, e essa seria uma das perguntas, como é que conseguiram reduzir 60 milhões de débito, sem dismantelar e sem sucatear os cursos técnicos, porque a escola não é uma empresa, ela não tem lucros. Esses 60 milhões, com certeza, devem ter saído da verba da escola e, com isso, saindo da verba, a escola teve seu prejuízo, durante esses anos, de 60 milhões, que foi retirado de seu investimento para que a educação seguisse seu curso durante todos esses anos. Bem, assim que falei da exclusão, eu disse: quando os técnicos de 2º Grau saíam da escola técnica com o curso integralizado, esses alunos saíam da escola, iam para a empresa já com uma função. Ou seja, eles iam desenvolver funções única e exclusivamente técnicas, quer dizer, esse funcionário, esse aluno que saíria da escola técnica, iria desenvolver trabalhos dentro do departamento técnico, dentro de uma engenharia industrial, dentro de uma área de engenharia de projetos, dentro de uma área de engenharia de produtos. O que estamos verificando é que, com essa mudança do 2.208, isso já não vai acontecer. Porque esse elemento que sair da escola técnica hoje, com curso médio, mais um ano e meio de curso profissionalizante, não é suficiente para que esse aluno desenvolva sua função técnica dentro das empresas como era desenvolvido antigamente. Além disso, esses alunos perderam ainda sua condição social e financeira. Por quê? Porque esse aluno, quando saía de uma escola técnica de 2º grau, já recebia

salários, com o qual ele já podia pagar sua faculdade, que hoje o governo ainda não dá. Então, o que acontece? Como o nosso colega ali falou da exclusão, existe realmente a exclusão. Por quê? Porque hoje o aluno, saindo para ganhar 250, 300 reais, mal consegue se alimentar e pagar sua condução, muito menos pagar uma faculdade, que hoje, o senhor sabe mais do que nós, é muito difícil de conseguir. Então, perguntaria o seguinte, professor: com as atuais mudanças e com o novo pensamento do Ceteps (e essa pergunta eu fiz em 97 e não me foi respondida), qual é a intenção direcionada para quem sai da escola técnica, hoje? Porque o Centro Paula Souza fala muito em ensino profissionalizante. Antigamente, quando se falava em ensino técnico e ensino profissionalizante, eram duas moedas diferentes. Ou seja, o profissionalizante é o que dá um cursinho de pintura, dá um cursinho de mecânico, um cursinho de eletricista, para que esse profissional saia para desenvolver seu trabalho. Então, eu pergunto para o professor: qual é o objetivo hoje do Ceteps, ao formar esses alunos? Esses alunos vão trabalhar tecnicamente desenvolvendo seu trabalho dentro de uma empresa, dentro de uma engenharia industrial, dentro de uma engenharia de produtos, ou o objetivo do Ceteps é pôr esse aluno no chão de fábrica, trabalhando como um montador, como um apertador de parafusos, conforme os alunos diziam na campanha de 97. Então, hoje, eu sinto na pele, por quê? Porque tenho um filho que está praticamente formado na Getúlio Vargas, está procurando seu estágio. E as empresas, hoje, querem colocá-lo sabe onde? Na linha de produção. O objetivo inicial do Ceteps não era formar esse aluno para trabalhar em chão de fábrica. Ele saía para desenvolver, como já disse, sua função técnica recebendo um salário. E ele, professor, logo passaria à condição de excluído e de pobre, para uma classe média, conforme o senhor acabou de falar: o senhor passou de pobre para uma classe média. Então, gostaria de saber do professor exatamente isso: qual é o objetivo do Ceteps hoje, em formar esses técnicos. É para trabalhar na linha de montagem ou é para que eles desenvolvam realmente seu trabalho técnico? Porque, se o senhor responder que eles serão profissionais da linha de produção, vamos chegar simplesmente à

conclusão de que, na realidade, com a mudança do Decreto 2.208, nivelaram-se por baixo as escolas técnicas.

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Edson, você expôs várias perguntas. A primeira é de onde saiu o dinheiro para pagar essa dívida que você ouviu em 97. Claro, chegamos à Paula Souza em 96, a dívida estava lá, uma dívida desse tamanho não se paga, claro que não há no caixa 60 milhões. Passou por renegociações com fornecedores, com Caixa Econômica, com o Fundo de Garantia e com o INSS. O orçamento da Paula Souza não foi desviado para esse pagamento. Foram verbas suplementares do Estado. A LDO vota o orçamento de 140 milhões. Como é que se pagou o INSS? Um acordo da Fazenda com o INSS. Não pegou o orçamento da Paula Souza. E também não pagamos 60 milhões. Quando digo que está em dia, pagou-se e se renegociou e se estão pagando em dia as parcelas da renegociação. Então, diria que não houve prejuízo quanto ao orçamento destinado à Paula Souza. Os pagamentos e as dívidas foram equacionados com o caixa do Estado. Tanto o acordo com o FGTS como o INSS, que eram as maiores dívidas, estão feitos. E os pagamentos de fornecedores foram feitos com suplementação. Negociamos com a Fazenda a suplementação. Há quatro anos não se pagava água, luz e telefone. A Fazenda suplementou o orçamento para esse pagamento. Claro que, numa situação de equilíbrio, poderia essa suplementação ser investimento. No entanto, não houve a utilização do orçamento Paula Souza para o pagamento dessa dívida, dos orçamentos anuais da Paula Souza. Foi sempre com suplementação. A Segunda pergunta: qual é o objetivo da Paula Souza? Trabalhar nos três níveis. No chão de fábrica, sim. Atender nosso analfabeto, nosso excluído com cursos rápidos para que ele trabalhe lá. Atender o nível médio da produção com nosso técnicos. Quando você coloca dificuldade de estágio, eu não colocaria o problema do 2.208. Estamos com a economia encolhida. Se forem superadas as dificuldades que o governo supera e voltar a ter, não pleno emprego, mas produção, não tenho dúvidas de que seu filho

e muitos outros vão se colocar numa situação melhor. Não é o técnico que se está oferecendo para engenheiro de Poli, chão de fábrica. É uma situação mais séria do que o 2.208 poderia ter causado. Temos um mercado restritivo. Quem tem o pouco emprego, está colocando onde precisa. O currículo da Paula Souza revela isso. Qual é o tipo de técnico que se quer?. E quando se quer que o técnico tenha ensino médio para depois ser técnico, está-se formando uma base acadêmica para esse técnico que vai colocá-lo em seu devido lugar. Se estivéssemos cortando currículo, diminuindo o tipo de ensinamento, tua dúvida teria sentido. No entanto, se está ampliando escolaridade. Faziam-se três anos integrados. Agora, se formos somar, dá quatro anos e meio. Então, temos, no ensino médio um tempo de formação acadêmica e depois um tempo de formação técnica. Nossos currículos de ensino técnico estão embutindo disciplinas como empreendedorismo, habilitação e gestão, produzindo um técnico com nível não de chão de fábrica. Acho que são contingências da escassez do mercado essa situação. Então, vamos cuidar, sim, do ensino básico no mesmo espaço físico, como falei, nos centros, o azulejista, o pintor de parede, vamos dar um curso para eles. Nesse mesmo espaço físico vai haver o técnico e nesse mesmo espaço físico vai haver o tecnológico, numa integração vertical.

SR. EDSON BACAICOA – Mas, professor, isso não é uma redundância? Temos hoje o Senai para formar isso. O senhor não acha que é muita estrutura ?

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Queremos juntar-nos ao Senai, às ONGs, a fala da Helga revela isso. Se a Paula Souza não está atendendo toda demanda nem junto com o Senai, por que vou destinar ao Senai e não trabalhar também nessa área? Por que não fazer qualificação básica? Há uma experiência que me emocionou na Fatec-São Paulo, tida como de alto nível, quando a Fatec entrou na qualificação básica e levou para lá analfabetos para fazer encanamento; levou para

lá pedreiros mal formados, meia-colher para aprender a assentar tijolo, no pátio da Fatec. Nem por isso a Fatec vai ser maculada na excelência de nível que dá.

SR. JORGE CARUSO – Por gentileza, esta Presidência informa aos senhores que infelizmente temos que cumprir um cronograma e temos até um último inscrito para perguntas. É que se nós polemizarmos o debate apenas nesse tema, infelizmente teremos que suspender para o almoço e depois levantar às 14 horas com mais uma série de convidados. Eu que peço desculpas, mas, infelizmente, temos de fazer o papel de advogado do diabo. Peço, nesse momento, para que o Professor Remo conclua para passarmos para a última pergunta.

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – Edson, a convivência, no mesmo espaço físico do ensino da qualificação básica, do ensino técnico, do ensino tecnológico, em vez de macular os de níveis mais altos, muito pelo contrário, enobrece-os e põe no mesmo ambiente os excluídos que realmente queremos incluir. Afirmo que a Paula Souza, sim, mudou a partir de 96, trazendo para seu bancos a frente de trabalho. Treze mil frentistas fazem a requalificação na Paula Souza e mais de 50 mil trabalhadores que o Senai não pode atender. Não é má vontade do Senai ou qualquer outra coisa. É que a Paula Souza atendeu sem mexer no nível de suas Fatecs e de seus ensinos técnicos. Por que não ter dentro da Paula Souza o azulejista? Não vou transformar todos em azulejistas. As vagas reservadas ao ensino técnico estão lá, aos tecnológicos, o currículo está lá. Nesse ambiente, otimizando espaço físico, vamos trazer lá para dentro, sim, a qualificação básica.

SR. – Professor, estamos aqui ouvindo, não é uma, nem duas histórias de coisas que deram certo, como do próprio Sebrae, nas quais se tem a união do ensino fundamental com ensino médio, ensino médio com ensino superior e parece que é uma fórmula que dá certo. E parece que ouvimos do Centro Paula Souza o contrário. Temos na Lei 2.208 a separação entre o ensino médio e o ensino técnico.

Temos no projeto de lei 96, de 1998, que é o projeto do desvínculo do Centro Paula Souza da Unesp, a separação entre o ensino técnico, tecnológico da Universidade. Ouvimos em todo momento que os vínculos, os acordos ajudam a crescer, só no Centro Paula Souza, que se precisa separar para poder garantir o que temos. E uma outra questão que queria abordar: a lei 2.208 fez uma coisa que eu acho que está certa: pôs o curso de um ano e meio para quem já acabou o segundo grau e quiser fazer. Se a pessoa tem o direito, como o senhor mesmo disse, quem trabalha vai procurar à noite. Então, não seriam quatro anos, pode fazer em um ano e meio e se qualificar. No entanto, não seria mais fácil ter feito isso: abrir essa chance do modular para quem tem só a noite e manter o curso integralizado para esses alunos, esses adolescentes de 16 anos que vão ser obrigados, como é meu caso, a passar a manhã e a tarde na escola? Eu ainda tenho um pai que pode me manter na escola durante esse período todo. Quem não tem essa possibilidade é obrigado a trabalhar. E ele vai ter de escolher entre fazer o médio, e formar-se técnico, porque tem que de trabalhar para ajudar a família.

SR. REMO ALBERTO FEVORINI – São duas perguntas. Quanto à desvinculação do ensino médio e ensino técnico, as justificativas da lei 2.208 estavam até no número de alunos que faziam o integrado e que realmente não tinham qualquer interesse em fazer o ensino técnico. Pagava-se a hora-trator e o sujeito depois não queria ser técnico, realmente ele fazia o acesso à universidade. Com essa mudança, o ensino técnico, simultaneamente ou após o médio..., você aumenta a escolaridade, que era de 11 anos para mais um ano e meio, o que o qualifica mais para o mercado de trabalho. Então, não há um prejuízo. Ele tem que ficar mais tempo na escola. E cada vez mais se tem de ficar mais tempo na escola, ou por processos de educação à distância. Então, a mudança traz mais tempo de escolaridade a esse jovem. Ele vai ficar mais tempo na escola e, com isso, a chance de estar mais bem qualificado é muito grande. Quanto à desvinculação, o projeto 9.690 tem três decretos, tem uma justificativa muito longa e apenas três artigos que

falam da desvinculação. A vinculação foi feita em 73 e nunca se efetivou de fato. Nunca houve uma determinação de ambas as partes de como deveria ser essa vinculação. Passaram superintendentes, reitores, governo e isso não foi feito. A Paula Souza assumiu uma dimensão cinco, seis vezes maior que a Unesp. Não há interesse da Unesp em manter essa vinculação e projetos comuns que dão certo podem ser feitos, independentemente da vinculação. Os projetos comuns da Paula Souza hoje são majoritariamente feitos com a USP, com a politécnica, mais precisamente do que com a Unesp. E o fato de não ser vinculado com a USP, não impede que se façam projetos comuns, convênios etc. Podemos discutir longamente o caso da desvinculação, que para mim, antes de mais nada, é uma questão ética. A Unesp jamais tomou qualquer iniciativa quanto à Paula Souza, jamais verificou se um curso era bem dado, mal dado etc. No entanto, a vinculação chega a sugerir ao mercado ou qualquer outro que a Unesp tem algum papel na Paula Souza. Nunca exerceu nenhum.

SR. JORGE CARUSO – Senhor, vou suspender os trabalhos até às 14 horas, conforme programado, para o almoço. Peço desculpas pela intervenção deste coordenador no que tange ao horário, mas tem hora que infelizmente somos compelidos a isso. Só no segundo bloco, após as 14 horas. Não tem como deixarmos de levantar os trabalhos neste momento até às 14 horas. E agora, peço, realmente: às 14 horas, horário britânico. Até logo mais.

(Está suspensa a sessão.)

* * *

SR. JORGE CARUSO – Reabertos os trabalhos. Convido para compor novamente a Mesa a Prof^a Dra. Neusa Serra, o assessor especial da Secretaria de

Ciência e Tecnologia, Sr. Francisco de Assis Chiarato, o Dr. Dorival Biasia e o Sr. Mário William Esper, da Fiesp, do Departamento de Tecnologia.

Dando continuidade, portanto, ao ciclo de palestras promovido pelo Fórum São Paulo Século 21, Grupo Temático Indústria, passo a palavra para à Profª Dra. Neusa Serra, que é doutora em engenharia de produção, gestão, tecnologia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, mestre em ciências econômicas e política tecnológica pela PUC, especialista em impactos ambientais de projetos de investimentos, pesquisadora da Divisão de Economia e Engenharia de Sistemas do IPT, com o desenvolvimento de pesquisas como impactos da globalização sobre a indústria paulista, acompanhamento e avaliação da nova política industrial de comércio exterior, estudos de mercado de planejamento estratégico, entre outras. O tema de nossa expositora é o “Cenário atual e gargalos para o desenvolvimento da indústria paulista”. Tem a palavra a Dra. Neusa.

SRA. NEUSA SERRA – Gostaria inicialmente de agradecer a oportunidade de estar aqui e esclarecer que nossa conversa agora é resultado do trabalho de uma equipe que se reuniu durante praticamente um semestre na Assembléia Legislativa, integrando quatro grupos de trabalho, sob a coordenação do Deputado Jorge Caruso, com a preocupação de estar repensando os rumos da indústria paulista para o próximo século. Vou introduzir a questão da indústria em São Paulo, tentando ao máximo ser fiel ao trabalho que esse grupo desenvolveu ao longo desse tempo. O que vamos tratar é parte de uma base comum de entendimento do que seja o processo industrial paulista. Essa base comum é necessário que retomemos, e sobre ela eu e os expositores que virão depois de mim vamos nos pautar para podermos fazer nossas colocações. Sempre é bom lembrar que a industrialização brasileira foi realizada com base em adaptação de tecnologias que já eram conhecidas, já testadas no exterior, quer dizer, a trajetória tecnológica de nossa indústria não primou por um esforço próprio de desenvolvimento tecnológico; pegamos uma trajetória já em andamento e optamos pela via mais rápida, mais fácil

no momento de importar tecnologias já pré-existentes fora do Brasil. Com isso, é óbvio que a indústria exerceu uma pressão muito pequena sobre a infra-estrutura de ciência e tecnologia ao longo do tempo. Essa infra-estrutura, é claro, é recente também, é deste século a instalação dos primeiros institutos de pesquisa. O IPT, de que faço parte, é um instituto cujo embrião é do finalzinho do século passado, início deste século, e os outros institutos de pesquisa também aparecem num período mais recente, quer dizer, no final do século e nas décadas posteriores. É óbvio que tanto o surgimento já tardio dessas instituições quanto o pequeno aproveitamento delas têm a ver com uma opção já anterior da indústria de buscar tecnologia já conhecida, já testada fora do país. Com isso, é claro que a inserção do setor privado industrial no esforço tecnológico interno, junto com os institutos de pesquisa, junto com as demais instituições preocupadas com isso, foi pequena. Além disso, houve um distanciamento grande que se verificou ao longo do tempo da produção tecnológica interna com as próprias empresas industriais. Por que estamos falando isso? Embora essa seja uma trajetória do Brasil em sua totalidade, é claro que São Paulo tem uma representatividade muito grande no Brasil em termos de indústria; sem dúvida, exerceu a liderança ao longo do tempo, até hoje, mas ao longo do tempo também. Então, quando falamos de Brasil, estamos falando de São Paulo principalmente. Só alguns números para situarmos essa representatividade de São Paulo: São Paulo detém 32% do produto interno brasileiro; segundo dados do Seade, de 96, 36%. Esse dado, no entanto, é um pouco mais recente. Mais ou menos 50% do produto industrial, quer dizer, pelo Seade, está em torno de 45%; esse produto industrial varia de acordo com o setor, é claro. Há setores em que São Paulo tem uma presença bastante marcante, nos quais perde importância ao longo do tempo; por exemplo, material elétrico e comunicações, que é um setor tecnologicamente avançado, no qual São Paulo vem perdendo importância relativa, mas vem perdendo importância também em setores como têxtil, calçados, vestuário, que são, em geral, de menor conteúdo tecnológico. As razões por que isso vem ocorrendo são em parte por um crescimento maior do setor de serviços, que de fato

tende a localizar-se nos centros consumidores maiores (São Paulo é um exemplo disso), e parte por razões intrínsecas das próprias indústrias, levadas a mudar de domicílio. Finalmente, também um indicador importante é que mais da metade das empresas exportadoras do setor industrial localizam-se no Estado de São Paulo, para termos a dimensão da importância do Estado. Além disso, São Paulo congrega as principais universidades, institutos de pesquisa do Brasil; as universidades de São Paulo, ao contrário dos demais Estados da Federação, são estaduais (as mais importantes), e também congregam uma série de institutos de pesquisa estaduais. Isso é resultado da importância econômica, da pujança do Estado em relação às demais unidades da Federação. Por fim, também congregam um número expressivo de escolas técnicas de segundo grau. Tendo em vista essa trajetória, vamos parar um pouquinho para pensar no cenário atual. A primeira questão importante para pensar é que houve uma abrupta exposição da indústria brasileira concorrente internacional pós 90; isso mudou, é claro, as condições em que a indústria brasileira está operando. Como mudou? Essa exposição, essa maior concorrência obrigou que a indústria brasileira se reestruturasse a partir de uma série de medidas que ela teve que tomar. Aqui estão relacionadas algumas dessas medidas, vejam: uma tendência que observamos na década de 90 foi a terceirização das atividades das indústrias na busca do enxugamento, da redução de custos, a redução do tamanho das plantas foi uma consequência disso. Principalmente quando medimos o tamanho pelo número de empregados, vemos que a redução do pessoal ocupado na indústria em geral foi brutal na década de 90; aconteceram várias fusões e incorporações, e a isso assistimos de perto em vários setores, principalmente no setor de autopeças. Um outro fenômeno também a que assistimos com intensidade foi a transformação de empresas industriais e representantes comerciais, o que aconteceu de uma forma muito acentuada na indústria de bens de capital; boa parte dos produtores de máquinas e equipamentos do Brasil, passou a ser representante comercial das máquinas que antes produzia. Outros aspectos importantes para destacarmos: nesse período, na década de 90, nesse cenário que estamos

chamando de atual, os ganhos de produtividade que a indústria experimentou, que são inegáveis, não foram acompanhados do aumento da competitividade, quer dizer, se medirmos ganhos de produtividade pela relação ao produto, trabalhador, o que observamos é de fato uma produtividade altíssima, que é resultado desse processo que descrevemos antes: um processo de enxugamento de fato, de tentativa de racionalização, de redução de custos, que levou a uma redução bastante grande do contingente de pessoal ocupado, que teve como consequência um aumento da produtividade bastante grande. Se compararmos isso com competitividade por meio de um indicador que eu acho muito relevante, que é a aceitação de nossos produtos no mercado internacional, vamos ver que esse aumento não foi respaldado por essa competitividade, à medida que nossas exportações não cresceram substancialmente. Apesar desse aumento de produtividade, vamos ver, acho que na próxima exposição, do Dr. Dorival, que as exportações brasileiras, e São Paulo é um representante importante disso, mantiveram-se mais ou menos constantes, o acréscimo foi bem pequeno. Finalmente, um aspecto importante a se destacar é que a inserção do Brasil no mercado internacional se faz principalmente em *commodities*. Esse é o resultado de um estudo da Unicamp, que fez um diagnóstico de todos os setores industriais brasileiros no início da década de 90 e constatou que um único agrupamento de indústrias nas quais o Brasil tem alguma competitividade ocorre na produção de *commodities*, quer dizer, na produção de produtos bastante homogêneos, cujos preços são fixados no nível do mercado internacional, sobre os quais as empresas têm muito pouca condição de atuar. E o enobrecimento dos produtos exige o alcance de patamares tecnológicos difíceis de serem atingidos. Em relação ao setor produtivo industrial propriamente dito, que observamos na década de 90, ou nesses tempos recentes, há um baixo investimento em PIT, o que é uma tendência histórica. A aprendizagem tecnológica é condicionada pelo fornecedor de equipamentos enquanto fornecedor de tecnologia, de equipamentos ou fornecedor da tecnologia em si. Quando se estabelece esse contrato de transferência, o grau

de absorção de fato das empresas dessa tecnologia vai depender muito da relação da empresa contratante com o fornecedor, de como se dá essa relação e de qual, inclusive, a capacitação que a empresa que está comprando tem para poder absorver essa tecnologia. Então, não é uma relação tão fácil e o maior ou menor grau de absorção vai depender de como essa relação se estabelece.

Finalmente, no nível do grupo, chegamos à conclusão: é evidente que existem outros gargalos, mas achamos importante levantar alguns gargalos que relevantes para a continuidade do desenvolvimento tecnológico da indústria paulista. Um deles é uma interação inexpressiva entre o setor industrial e as universidades e centros de pesquisa. É uma tendência histórica e que se mantém atualmente. Um segundo gargalo é a precária interação entre as próprias empresas, visando ao desenvolvimento tecnológico, ou seja, não só é precária a relação entre as empresas e a oferta interna de tecnologia por meio das instituições que compõem a infraestrutura tecnológica, mas também as próprias empresas não têm prática usual de estabelecimento de parcerias para desenvolvimento tecnológico, o que é dificultado pela excessiva heterogeneidade tecnológica da própria indústria. Contamos com plantas dos mais variados graus de avanço tecnológico, então é evidente que essa parceria é dificultada inclusive por essa característica de nosso parque industrial. Outro aspecto que achamos relevante foi a grande informalidade que existe em alguns setores, por conta da necessidade de trabalhar a custos bastante comprimidos. Há uma série de setores, principalmente os mais tradicionais, que operam num nível grande de informalidade. O exposto de inovação, que consideramos precário na indústria paulista, leva a que as empresas tenham conhecimento também limitado dos próprios processos produtivos, e esse conhecimento limitado, é evidente, dificulta a adoção de medidas de aumento de produtividade, de melhoria da competitividade. Poucas empresas contam com atividades formais de PID; em geral, o esforço que se constata é diluído pela empresa e ela não tem em seu organograma uma estrutura, enfim, a formalização da atividade PID. Constata-se também um outro aspecto interessante para

retomarmos: é crescente o distanciamento do Governo do Estado de São Paulo em relação à produção tecnológica no nível de recursos para pesquisa. É uma constatação séria, quer dizer, à medida que o Estado se retira gradualmente de seu papel enquanto agente de fomento, de regulação da atividade tecnológica, o que acontece é que mais e mais essa atividade se restringe a serviços e pouco avança no sentido de estar na frente e de fato estar-se preocupando com pesquisa e desenvolvimento. Com isso, há uma crescente perda de capacitação dos centros de pesquisa paulista, onde várias áreas de pesquisa acabam sendo abandonadas. Outro aspecto relevante, os mecanismos governamentais de apoio a perder as atividades tecnológicas; por exemplo, a Lei Federal nº 8.661, de 93, é pouco acessível a empresas de menor porte. Essa é a lei que confere incentivos fiscais a empresas industriais e da agroindústria para aplicação em atividades tecnológicas, de preferência em parceria com instituições de pesquisa. Outro aspecto relevante também é a ausência do uso do poder de compra por parte do Estado, utilizando por exemplo a Lei de Licitações nº 8,666, de 93, como mecanismo indutor do desenvolvimento. O que notamos é uma total ausência de uso desse mecanismo como um instrumento de política tecnológica mesmo, priorizando empresas que invistam em PID ou priorizando pequena e microempresa, que têm uma dificuldade maior, pelo grau de exigências que a lei traz, de fornecer para o Estado em todos os seus níveis. Outro aspecto relevante: a inexistência de barreiras técnicas à importação e de mecanismos inibidores da prática do contrabando. Isso no nível Federal, mas à medida que estamos colocando os vários gargalos, há alguns que têm mais a ver com o nível federal, outros com o nível estadual; de qualquer maneira, o que entendemos é que o Estado de São Paulo pode fazer gestões no nível federal, para que essas condições possam mudar. Outro aspecto: a precariedade da ação governamental no estímulo à formação de profissionais qualificados e a ausência de incentivos a sua fixação na indústria. Há um entendimento de que poderia haver mecanismos tanto de estímulo à qualificação quanto de incentivo à fixação dessas pessoas na atividade industrial. Outro aspecto:

um escasso esforço de patenteamento: ligando, por exemplo, Brasil com Taiwan, um dado que acabei de ver, enquanto no Brasil o número de patentes depositadas e o número de habitantes é de quatro por 100 mil, ou seja, para cada 100 mil habitantes quatro patentes são depositadas, em Taiwan esse número é de 139, quer dizer, para cada 100 mil habitantes, 139 patentes são depositadas, o que é uma distância bastante grande. Outro aspecto: ausência de incentivos à instalação de indústria de componentes de alta tecnologia, fazendo com que dependamos desses componentes num grau extremamente exagerado, quer dizer, além de tudo há uma evasão de divisas via importação bastante grande pela ausência de produção interna desses componentes; as atuais linhas de crédito não atendem às necessidades de investimento em PID, dado seu risco, longo tempo de maturação; finalmente, a penalização do Estado de São Paulo com a expiração da Lei de Informática, ausência de capital de risco para apoio ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica. Esses são alguns gargalos que acho relevantes. Evidentemente, existem outros; o que se pretende com isso é elencar problemas que constatamos e, a partir disso, entrar em possíveis ações que poderiam ser empreendidas, no sentido de ir minimizando esses problemas. Passaria então a palavra ao Dr. Dorival, que deve entrar no plano para ciência e tecnologia, que seria um primeiro passo na tentativa de resolver esses problemas.

SR. JORGE CARUSO – Convido para fazer parte da Mesa o Dr. João Carlos Andrade da Silva, chefe da agência do Inmetro de São Paulo, engenheiro, e passo a palavra ao Sr. Dorival Biásia, que é empresário da indústria metalúrgica, diretor do Departamento de Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas, órgão interno da Fiesp e também conselheiro da Ciesp Distrital Leste, que vai fazer sua exposição.

SR. DORIVAL BIÁSIA – Senhor Deputado, integrantes da Mesa, senhores convidados que nos dão a honra de estar aqui presentes, estou aqui representando

a visão da indústria e, conforme já mencionado pela Prof^a Neusa, esse trabalho que está sendo exposto hoje à tarde foi feito a várias mãos. Na parte do Ciesp, ele foi desenvolvido pelo Departamento de Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas, e pelo Detec, que é o Departamento de Tecnologia. O IPT deu uma colaboração muito grande por intermédio da Prof^a Neusa; a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq) também colaborou e participou; a Associação Brasileira das Indústrias Eletroeletrônica (Abinee) e a Associação Brasileira de Cimento Portland, na presença do Sr. Mário Wiliam, que também em seguida vai fazer uma parte da apresentação do trabalho que desenvolvemos.

Vamos primeiro falar um pouco do que é a indústria, depois vamos apresentar alguns números e, em seguida, apresentar as sugestões da Mesa para equacionarmos e encaminharmos os problemas de pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia. O que é a indústria? Para muitos, a indústria é algum tipo de negócio que visa beneficiar seu proprietário. Na verdade, a indústria é muito mais ampla do que isso. Tudo o que a indústria produz, destina-se a trazer conforto e segurança ao homem e dá empregos; dando emprego, também permite que as pessoas tenham seu desenvolvimento e, com isso, consigam melhorar seu conforto. Essa é a parte principal da indústria. Quando falo em indústria estou falando em todos os meios de produção, porque agricultura é, da mesma forma, um grande indutor de emprego, de desenvolvimento, de conforto, e a própria alimentação que nos sustenta; falo também do comércio, que é um meio indutor para que tudo o que a indústria e a agricultura produzam possa fazer sua devida circulação. Há algo muito importante a se levar em conta: a indústria que não operar com rentabilidade, ou que menos estiver em nível de equilíbrio, vai desaparecer, não tem como se sustentar. Essa é a forma capitalista. E da mesma maneira, um país e um governo que não operarem em equilíbrio ou não apresentarem superávits em suas balanças, trarão com certeza, ao longo do tempo, muito sofrimento a suas populações.

Em seguida, vou apresentar um panorama do PIB do Brasil, como ele vem-se desenvolvendo nos últimos anos. Em 1994, tínhamos um PIB de 543 bilhões de

dólares. Cresceu em 95 para 705; em 96, cresceu um pouco; em 97, cresceu um pouco mais, para 804; em 98, ele praticamente se estabilizou; e em 99, fechou em 557 bilhões de dólares, e muitos podem achar que houve uma grande recessão. Não houve a recessão porque, como são valores em dólar, a desvalorização do real fez com que esse número reduzisse, mas, no ano de 99, não apresentamos praticamente nenhum crescimento, nosso crescimento foi praticamente zero. Nossa preocupação está nesse outro quadro, que é um quadro que considero dos mais importantes e o mais crucial da atualidade, que são nossos dados de exportação e de importação. Quando, em 1996, exportávamos 43,5 bilhões de dólares..., tivemos um crescimento até agora, em seis anos, muito pequeno em nossas exportações e muito pelos motivos que a Prof^a Neusa nos expôs. Fomos de 43 para 46, 47, 53, viemos para 51 e fechamos 99 com 48. Tivemos até uma pequena redução. Em compensação nossas importações cresceram, e cresceram muito. Saímos de uma base de 33 bilhões, fomos para 49, um crescimento brutal, fomos para 53, fomos para 61, viemos para 57 e viemos para 49 em 1999, o que acabou nos dando um resultado de 10 bilhões de superávit em 94, decrescendo até chegarmos a um déficit de 8,4. Baixou um pouco para 6,6 e depois veio para 1, 2, que foi o que ocorreu no ano passado. Isso redundou em outros números bastante cruéis para nossa economia: o déficit externo, que é o déficit em conta-corrente: em 94, tínhamos um déficit de apenas um bilhão e 800 milhões, fomos para 17 em 95, para 24 em 96, 33 em 97, 34 em 98, e em 99 viemos para 26 bilhões de dólares de déficit. Essa redução do déficit deveu-se muito mais pela desvalorização do real e pela compressão da atividade econômica, porque, dada essa compressão, tivemos uma redução de importações, uma redução em viagens; então, temos aí um quadro que, entre exportação e importação, demonstra em 99 um déficit de 1, 2 bilhões de dólares, que melhorou um tanto nossa situação. Com relação a viagens externas, dadas as dificuldades do ano passado, as pessoas viajaram bem menos, fizeram muito menos turismo fora; caíram, mas agora está tendendo a voltar novamente à situação anterior. Como tivemos uma redução de atividade, fretes e seguros

externos, que é o que se paga na exportação e na importação, também tiveram uma redução. Serviços, que também são uma cesta de gastos externos, tiveram uma redução; mas houve um aumento que já vem crescente de longa data, de juros que, de 12,10, já foram para 15,17 e já se fala em torno de 17, neste ano. A remessa de lucros e dividendos das empresas aqui instaladas foi de 6,88 para 4, fruto também da redução da atividade. E mais: tivemos 2,4 para 2,6. Houve crescimento e transferências unilaterais e cresceu um pouco nosso superávit devido aos valores que os brasileiros fora do país estão remetendo para cá. São os que vão trabalhar nos Estados Unidos, Europa, Japão, e com seu rendimento mandam para cá, fazendo aqui seu patrimônio. De modo que nós, em 98, tivemos um déficit de 34 bilhões de dólares; em 99, um déficit de 26,39 bilhões. Como puderam ver, o Brasil exporta 50 milhões de dólares. Para conseguirmos equilibrar essa balança, pelo menos equilibrar, vamos precisar dobrar nossas exportações. Porque no momento em que aumentamos nossas exportações vamos ser obrigados a aumentar nossas importações também, pelo menos em 40%, pois não vamos conseguir só produzir e vender. Teremos que comprar, transformar e vender. Então, vamos conseguir aumentar nossas importações. Como faremos para conseguir esse intento? Respostas nós temos. A Profa. Neusa já apresentou alguma coisa, em seguida vou apresentar o restante. As soluções ainda não temos. O déficit atual está sendo coberto pela venda das estatais. Quem acompanha os jornais sabe que estamos conseguindo cobrir com essas privatizações. Mas elas normalmente têm ido para empresas estrangeiras e investimentos estrangeiros no país, que são não *tradbols*, que irão gerar maiores remessas de lucros para o exterior. Esses investimentos, que não são *tradbol*, são investimentos na área de telecomunicação, na área de energia, na área de transporte. Isso tudo traz em primeira mão um rendimento, pode até melhorar os serviços oferecidos ao público, mas eles vão gerar lucros que serão posteriormente remetidos e vamos precisar ter aporte suficiente para conseguir cumprir com isso, porque senão vamos criar uma dificuldade grande. E leva-se em conta que estatais temos, mas não temos para sempre, não temos um estoque tão

grande assim, a ponto de vender estatais indefinidamente. E, por outro lado, os investimentos estrangeiros virão para o país até certo limite, e depois vão parar de vir. De modo que é muito importante pensarmos o quanto vamos conseguir melhorar as situações de nossa agricultura, de nossa indústria de exportação para conseguirmos reverter esse quadro. Para terem uma idéia, para importarmos uma memória de computador, é necessária a exportação de 1.500 toneladas de soja. Isso ao preço de 290 reais cada memória. Para terem uma idéia, nossas principais *commodities* são café, soja e minério de ferro e manganês. São os três produtos brasileiros. Eles geraram, em 99, uma exportação de 9,1 bilhões de dólares. O setor eletroeletrônico, despendeu, teve um prejuízo de 7 bilhões de dólares na balança. Exportamos três e importamos 10. Houve um prejuízo de 7 bilhões. É o que importamos de material para fabricar televisores, rádios, videocassetes, som, computadores, geladeiras, fogões, máquinas de lavar roupa, máquina de lavar louça e outros tantos eletrodomésticos e até alguns produtos industrializados. De modo que nossos principais *commodities* foram despendidos para que importássemos esses materiais todos, pois boa parte deles era feita no país e deixou de ser. Poderia ter continuado a ser e, nesse caso, ajudaria muito no equilíbrio de nossa balança de pagamento. Vou falar alguma coisa do meu setor, que é o maior setor do país, como o é em qualquer parte do mundo, o que representa a micro e pequena empresa. Noventa e oito por cento das empresas – esse dado é de 94, não temos dados mais atualizados, mas, com certeza não mudou muito – no país, que somam quatro milhões e meio, micro e pequenas empresas, empregam 60% da mão-de-obra ativa, 43% do valor bruto de produção industrial, comercial e serviço, 42% dos salários, e representam 20% do PIB, bem abaixo de seu potencial. Na soma delas elas estão bem abaixo. Representam 30,5% do total de empresas exportadoras. No entanto, exportam apenas 1,77% do total das exportações de São Paulo e, normalmente, exportam apenas para um mercado e quase sempre para nossos vizinhos: Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, para a Colômbia alguma coisa, Peru, coisas assim. Com relação à intensidade tecnológica, 31% das empresas têm

baixa capacidade tecnológica. Trinta e seis por cento têm média capacidade tecnológica; média alta, apenas 3%; e alta, 29,1%. Principais mercados em que nossas empresas atuam: Mercosul, 29%; Alad, 23%; e Nafta, 15%. Isso já alcança mais de 60% de nossas exportações, que são para nossa vizinhança. Unidade Comum Européia, 17%; África; e outros países em geral, 6%. Como é que nossas empresas conseguem sua tecnologia? Isso já vem de longa data. Elas copiam umas das outras, ou viajam para fora do país para conseguir cópia de produtos feitos lá e trazer para cá. No entanto, os donos da tecnologia hoje, lá fora, estão andando muito rápido e estão-se defendendo. Basta dizer que cada vez mais as leis de patente estão abrangendo o mundo inteiro. Já existem propostas para que uma patente que seja tirada em qualquer parte do mundo, já sendo tirada naquele país, passe a valer para o mundo inteiro. Já existem 100 países que estão subscrevendo essa proposta. De modo que não vamos conseguir fazer mais nada se não tivermos o nosso. Vamos ter que estar sempre dependendo dos outros. E outra forma de nossas empresas estarem conseguindo tecnologia, é por meio de contratos de participação, *joint ventures* etc. Só que, nessas participações, ficamos sempre pendurados no dono da tecnologia, vamos ter que pagar *royalties*, pois nosso produto acaba custando mais que o deles, além de todos os encargos que temos aqui no país, somados a uma alta taxa de juros, somados a tributos mais altos, somados a uma série de ineficiências dos portos, a uma série de ineficiências até de transporte, de modo que não vamos conseguir nunca competir com o restante do mundo no que tange a venda de produtos tecnológicos. Isso é um dado que precisa muito ser levado em conta. Mesmo porque quem vende a tecnologia vende apenas para determinada área. Quando uma empresa lá fora nos vende a tecnologia, ela nos limita, ela diz: vocês podem vender o produto, mas podem vender nesses mercados, fora vocês não vendem. Então, nunca nos dão os Estados Unidos, nunca nos dão Ásia, nunca nos dão Europa, mercados de primeira linha. Por outro lado, estamos entre os seis maiores países do mundo, e entre as maiores populações e não temos inventos e tecnologia de ponta própria para oferecer ao mundo. Se

fizemos uma análise do que temos, do que até hoje oferecemos, vamos chegar sempre à mesma e velha história de que quem inventou o avião fomos nós. No entanto, há que se levar em conta – e não quero denegrir em absoluto, apenas estou apresentando pontos que têm de ser analisados – que essa invenção já ocorreu há mais de 100 anos, e quem inventou o avião foi um brasileiro. Temos plena convicção disso; porém, esse brasileiro nem inventou o avião no Brasil, foi inventar o avião na França. E, por outro lado, a invenção de nosso grande Santos Dumont, não rendeu ao país sequer um tostão de *royalties* ou do que quer que fosse em favor de nosso país. Rendeu apenas o nome de que somos os inventores do avião e nada mais. Então, o que é preciso fazer? É urgente que unamos força, o Governo, os empresários, as indústrias, as universidades, os técnicos, os pesquisadores e o povo, para buscarmos nossos espaços no mundo da globalização, como fizeram nas últimas décadas os japoneses, que tiveram um crescimento brutal nos últimos 50 anos, os franceses, que também tiveram um crescimento, junto com os italianos, que também cresceram muito depois da guerra, a Coreia, que em 1950 estava numa guerra fratricida, e hoje é um dos grandes países exportadores do mundo, os espanhóis, que hoje estão num grande crescimento, e os portugueses, que, inclusive, hoje estão num crescimento muito grande, tanto quanto outros tantos países. E aqui vem a sugestão que oferecemos a este Fórum: uma forte pressão da sociedade pela reforma tributária. Está se falando muito na reforma tributária, já se lutou muito. A entidade de que faço parte, a Fiesp, os senhores podem ter certeza, venho acompanhando isso de longa data, trabalhou e tem trabalhado muito em cima da reforma tributária; já ofereceu uma série de propostas; tem mantido contato constante com os parlamentares; já colocou um de seus membros no Congresso para ajudar, que é nosso ex-presidente, Moreira Ferreira, que participa do projeto da reforma tributária; mas, infelizmente, até agora, não saímos da estaca zero, porque, na realidade, o Governo Federal mostra-se um tanto tranqüilo com a arrecadação e ele não está muito interessado nessa reforma. A reforma, pelo que entendemos – esse é o entendimento, inclusive, da Fiesp, pelo

que sentimos – não tem que vir para tirar do Governo, o Governo precisa da arrecadação. Isso entendemos perfeitamente. Porque, sem a arrecadação, o Governo não vai conseguir nos dar tudo aquilo de que precisamos, que são estradas, infra-estrutura, comunicação, enfim, tudo o que precisamos. O Governo precisa de arrecadação. Contudo, achamos que essa arrecadação tem de vir de uma parcela menor do muito; a economia tem de crescer para não extrair de uma parcela pequena um valor muito alto. Porque isso está sufocando toda a nossa atividade econômica. De modo que a reforma tributária é urgentíssima e sempre levando em conta que nós não queremos tirar nada do Governo, queremos até dar. Uma reforma que, inclusive, de forma muito firme, combata ou, se possível, elimine a sonegação – é muito difícil até eliminar a sonegação, um dos grandes fatores desse sistema brutal que temos de tributos e que causam um prejuízo muito grande ao Governo, mas muito maior às empresas, porque as empresas que pagam, pagam muito mais para sustentar os que não pagam. E, em compensação, os que não pagam também não conseguem crescer porque estão assustados e escondidos. Então, quem está escondido não cresce também. Ele tem sempre que manter seu negócio escondido e não se desenvolve. De modo que é muito importante que a reforma saia do papel. É muito importante, já foi mencionado pela Profa. Neusa, que se prorrogue a Lei 8.248/91, que é a lei de informática. Essa expirou em outubro do ano passado, não foi renovada, tem sido renovada por meio de medida provisória, o que cria instabilidade para a indústria, porque na realidade as indústrias instaladas em Manaus – na verdade, são, isto sim, importadoras –, não querem que essa lei seja aprovada, porque se a aprovarem como lei, se torna definitiva e as indústrias aqui do Sul vão começar a desenvolver suas tecnologias e vão fazer uma concorrência ao importado e não é o que se quer. Precisamos de uma implementação também de mecanismos de acesso a todas as empresas industriais, inclusive as de menor porte, na infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia, a que a pequena e média empresa praticamente não têm acesso, e não sabem nem procurar o acesso a esses

organismos. Um incentivo forte, inclusive fiscal, para o desenvolvimento tecnológico das empresas em colaboração com as universidades que têm grande capacidade, que acaba ficando fechado dentro de suas paredes. Há grandes pesquisadores, grandes cabeças que não têm quase tido condições de colocar isso para fora. Centros de pesquisa e tudo quanto for necessário para seguirmos esse caminho. Pôr à disposição das empresas os laboratórios de pesquisa, ensaio e metrologia, mecanismos efetivos de disseminação e dinamização dos processos de garantia de qualidade. Se nós não garantirmos nossa qualidade, não temos como exportar, e nosso produto aqui passa a não ser competitivo com os importados. Mecanismos de proteção efetiva à propriedade industrial, intelectual, apoiando ações diretas do INPI. Precisamos de bancos de dados para disseminação de informações tecnológicas. Se existirem, nós, da indústria, praticamente nem os conhecemos. E um mecanismo efetivo de desenvolvimento de nosso *design*. Nós, em matéria de *design*, estamos muito fora da realidade, estamos muito para trás. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento poderão surgir de iniciativa das empresas, das universidades e dos institutos de pesquisas, ser executados diretamente ou por meio de parcerias. Deverão ser privilegiados projetos que resultem em tecnologias mais avançadas e que agreguem valor, aumentando, assim, a competitividade dos produtos paulistas e brasileiros nos mercados interno e externo. Caberá às empresas, como atores do processo de desenvolvimento tecnológico, identificar suas prioridades e propor novos mecanismos que apoiem esses projetos. É necessário abandonar a crença já consagrada no país, de que ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento são assuntos da universidade e do governo. Não são. A indústria, toda atividade produtiva, a agricultura, até o comércio e até as empresas de serviços têm que estar integrados nesses mecanismos. Os mecanismos de incentivo atualmente existentes não atendem a esse cenário, no qual as empresas desempenham papel ativo. É preciso criar mecanismos que levem em conta os riscos inerentes aos projetos de pesquisa e lançamento de novos produtos, a exemplo do que ocorre em países de maior sucesso econômico e social, em que os

governos dispõem de forma de transferência dos riscos financeiros das pesquisas para a sociedade. Longe de constituir subsídios negados pela comunidade, isso tem significado capacidade de competir e resultados sólidos para as respectivas populações. A própria Organização Mundial do Comércio aceita tais práticas, pois entende que o processo de desenvolvimento tecnológico não é algo que se gere espontaneamente, tem que ser induzido e apoiado todo o tempo. Legislação e mecanismo de incentivo. Realização de análise da legislação e mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento e atividades de tecnologia industrial básica em países de referência para servirem de subsídios ao Estado de São Paulo e ao país. Incentivo à pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento da indústria nacional. Gestões junto às instâncias competentes de nível federal e promoção de esforços de nível estadual para a criação de novos e adequação dos sistemas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico já existente. A realidade fiscal das empresas, especialmente as pequenas e médias empresas, que, em última análise hoje, são as empresas de capital nacional que sobraram, porque as grandes, na maioria, já não mais o são. Gestões junto às instâncias competentes para a reformulação da lei de incentivos fiscais ao desenvolvimento tecnológico da indústria, 8.661/93, visando transformá-la num instrumento eficiente e eficaz ao estímulo à inovação no país. Gestões junto às instância competentes, para reformulação da Lei 8.666/93, de licitações, visando privilegiar as empresas que invistam em pesquisas e desenvolvimento e facilitar o acesso das pequenas e micro-empresas às compras do Estado em suas várias esferas. As pequenas e médias empresas, principalmente as pequenas, têm tido grandes dificuldades para suprir o Estado. Recomposição e fortalecimento da capacidade estadual de pesquisa e desenvolvimento, representada pelas universidades, institutos de pesquisa da esfera do Estado de São Paulo e criação de mecanismos para a utilização de capital de risco em pesquisa e desenvolvimento e outras atividades tecnológicas. O capital de risco para essas áreas está muito difícil e muito caro. Apoio à criação de condições para o ingresso e a fixação de profissionais de

pesquisa e desenvolvimento nas empresas. As empresas quase não os têm. Desenvolvimento de mecanismos de estímulo à infra-integração universidade/empresa. Isso é muito importante. E criação de linhas de financiamento de longo prazo a juros adequados, ao risco de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Isso, senhores, é a contribuição que nós queremos oferecer para este Fórum, que, desde que foi proposto e apresentado à Fiesp, teve seu apoio, e nossa entidade está participando em vários painéis, em vários grupos, e de todos quanto foi convidada está participando, para conseguirmos, com isso, alavancar nosso Estado e nosso país.

Agradeço, em nome de nossa entidade e em meu nome a oportunidade que tivemos de expor nossas solicitações.

Muito obrigado.

A seguir, passo a palavra ao Deputado, que irá transferir a nosso palestrante seguinte. (Palmas)

SR. JORGE CARUSO – A seguir, tem a palavra o Sr. Mário Willian Wesper, da Fiesp, do Departamento de Tecnologia.

SR. MÁRIO WILLIAN WESPER – Excelentíssimo Sr. Deputado Jorge Caruso, demais membros da Mesa, inicialmente quero agradecer ao convite de estar aqui participando e poder colaborar com esse debate. Fico muito feliz em ouvir as exposições anteriores, da Dra. Neusa, Dr. Dorival, principalmente quando a Dra. Neusa destacou que produtividade não deve ser mais medida pelo que produz, pelo número de funcionários e que competitividade é uma coisa um pouco diferente, a competitividade depende do desenvolvimento tecnológico, de tecnologia. Tanto isso é verdade que ela mesma disse que nossos produtos não estão sendo aceitos no exterior e o Dr. Dorival salientou que temos de melhorar nossas exportações, temos que aumentar nossas exportações. Portanto, a competitividade depende

fundamentalmente do desenvolvimento tecnológico. Recentemente, no dia 18-5, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Exterior lançou o fórum de competitividade e os dois primeiros setores foram Construção Civil e Têxtil, e deverão vir mais 10 setores que têm como objetivo a identificação de gargalos e a desobstrução desses gargalos para que esses setores brasileiros sejam competitivos, principalmente na exportação. A Construção Civil tem outra característica mais de geração de emprego e de permeabilidade regional. No entanto, os outros setores não; os outros setores, realmente, são com vistas à melhoria da exportação. Isso, então, é nosso Brasil, classe mundial de nossos produtos. Este Fórum começou bem, já com alguns trabalhos em andamento. Eu diria que as ferramentas básicas para o desenvolvimento tecnológico... entre as diversas, poderia destacar aqui três: a normalização, a certificação e a metrologia. Para lembrarmos um pouco a normalização. A normalização formula regras com a participação da sociedade, baseada no atual conhecimento técnico, nas condições financeiras, requisitos de segurança. Os benefícios que a normalização traz é uma uniformidade dos meios de expressão e comunicação, segurança de pessoas e bens, protege os interesses dos consumidores, padroniza e disciplina o processo produtivo e assegura uma economia geral na produção e troca de bens. Os níveis de estrutura de normalização consagrados mundialmente, essa pirâmide que os senhores vêem de normalização internacional, é clássica à normalização ISO e SE, a regional e sub-regional. Por exemplo, vou citar aqui o Copant, que é o Comitê Pan Americano de Normas Técnicas, hoje o organismo de normalização do Alca, e a Associação Mercosul de normalização, que é regional em nosso Mercosul. Entre as normas nacionais, destaca-se aqui no Brasil o único organismo, o foro de normalização no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, associações setoriais e finalmente as normas de empresa. As vantagens econômicas, técnicas da utilização da normalização na empresa, são: redução de variedades de técnicas e produção e de produtos, racionalização de processos, interação com fornecedores e subcontratados, melhoria do nível de mão-de-obra, otimização dos custos, prazo e

qualidade, e, conseqüentemente, maior produtividade. Isso sim é caracterização da produtividade e, conseqüentemente, a satisfação do cliente. É bom destacar – e aqui vejo a presença do representante do Inmetro – a diferença entre a normalização e a regulamentação técnica. Podemos frisar alguns gargalos aqui. A normalização de que falei até agora, a normalização no âmbito voluntário elaborado pela sociedade dentro de um fórum único de normalização no país, é um consenso da sociedade. A regulamentação técnica, uma norma, imposta pelo Estado, que estabelece diversas condições, requisitos e regras fundamentais na área de saúde, segurança e meio ambiente. Esses regulamentos técnicos visam, primordialmente à proteção à sociedade. Temos aí alguns exemplos que citamos como mais emblemáticos, como o Código de Trânsito, preservativos e brinquedos. É importante destacar também qual é essa interação, como ela se faz entre uma norma técnica e um regulamento técnico. Em nosso país, temos diversos regulamentos técnicos e muitos constituem-se num gargalo também para a exportação. Temos regulamentos técnicos editados por diversos ministérios. Posso citar um exemplo clássico de meu setor, e o Ministério da Agricultura, que tem um regulamento datado de 1973, sobre corretivo agrícola, que está totalmente defasado, impedindo uma melhor competitividade até do setor agrícola. E isso é difícil, é muito difícil se obter uma revisão junto ao Ministério da Agricultura. Portanto temos hoje no país muitos regulamentos técnicos e até regulamentos técnicos sobre o mesmo assunto em diversos ministérios. E o que é moderno hoje, praticado inclusive pela Comunidade Européia, é que o Estado deixa de regulamentar e identificar as necessidades de um regulamento técnico e, por meio de um mandato, encomenda, solicita ao organismo de normalização a elaboração de uma norma técnica sobre aquele determinado assunto. Podem até ficar determinadas exigências, como por exemplo, para logradouros públicos o Estado pode exigir que os pisos sejam antiderrapantes e citar até um valor de coincidente de atrito que esse piso deve ter. Mas a sociedade é o organismo de normalização voluntário que teria que elaborar essa normalização. Então, a maior participação do Brasil na normalização internacional vai melhorar a

competitividade dos nossos produtos, porque podemos acompanhar *pari passu* as normas que são feitas pelos países, principalmente os países do primeiro mundo, que utilizam, conforme disse a Dra. Neusa, essas normas como barreiras técnicas. Com a criação da OMC e a extinção do GAT, não é mais possível criar barreiras tarifárias, e os países do primeiro mundo estão utilizando as normas técnicas como barreiras para dificultar a entrada de nossos produtos naqueles países. Portanto, uma maior participação do Brasil na normalização internacional vem colaborar na melhoria da competitividade de nossos produtos. Para tanto, há a necessidade de um maior apoio a nosso organismo de normalização existente hoje no Brasil, que é o único, a Associação Brasileira de Normas Técnicas. E aqui faremos já uma proposta de introdução, como há em outros países do primeiro mundo, nas universidades a cadeira de normalização, para formação de normalizadores. Nós no Brasil não temos normalizadores, somos perto de países do primeiro mundo que criam normas para criar barreiras técnicas para produtos, nós somos amadores. Precisamos criar a figura do normalizador. Para os senhores terem uma idéia do desenvolvimento das normas no Brasil, temos alguns indicadores, aqui em tela: o Brasil hoje, dezembro de 99, tem cerca de nove mil normas, 8.850 normas; a Itália, mais de 12 mil; a Argentina, que é um país menor que o nosso, tem perto das normas que temos hoje; Uruguai com 1.200; a Suécia, com 18 mil normas; fora a Alemanha, com mais de 25 mil normas técnicas. O tempo médio, para os senhores terem uma idéia, de elaboração de uma norma, a partir de que ela tenha tido consenso numa sociedade, é perto de um ano. E para ter esse consenso junto à ABNT, onde há debates entre produtores, consumidores e neutros, esse prazo é de mais de dois anos. Portanto, temos desde o início da elaboração de uma norma técnica até a sua efetiva publicação, mais de três anos. Isso dificulta demais a competitividade de nossos produtos. Outro indicador importante é as condições que temos hoje no Brasil em termos de atualização de normas. Temos aí duas mil normas com menos de cinco anos. Poderíamos considerar como normas relativamente atualizadas, no consenso internacional, o tempo médio de uma

norma, que é de três a cinco anos. Temos mais de duas mil normas entre 5 e 10 anos e mais de 4.800 normas acima de 10 anos. Portanto, essas normas técnicas estão totalmente desatualizadas. Cinquenta por cento de nossas normas têm mais de 10 anos; vinte e cinco por cento têm entre 5 e 10 anos e apenas 25% dessas normas poderão ser consideradas normas relativamente atualizadas. Outro fator importante, como mencionei, é a certificação. E a certificação de conformidade é um instrumento de desenvolvimento industrial tanto para a proteção do consumidor, quanto para o desenvolvimento industrial. Ela consiste em atestar que um produto, serviço, sistema ou mão-de-obra cumpre os requisitos de uma norma, especificação ou regulamento técnico. Aí temos alguns exemplos de certificação. Temos as famosas certificações de sistemas ISO 9000, ISO 14.000, certificações de produtos e certificações de mão-de-obra. Para se ter uma idéia, uma de nossas grandes carências no país é a mão-de-obra qualificada, principalmente a mão-de-obra para operar equipamentos modernos, equipamentos com desenvolvimento tecnológico. Posso citar na construção civil, recentemente, um problema que está havendo: a Bosch desenvolveu um equipamento *laser* para melhorar a competitividade da construção civil, para medir, medida a *laser*, e infelizmente não temos mão-de-obra especializada na obra que possa operar. Então, cada um tem ainda que puxar o prumo, o fio de um lado a outro para fazer essa medida. Infelizmente, o Inmetro tem, a OCP, o Organismo de Certificação de Pessoal, e temos uma ou duas só entidades credenciadas e uma delas é a mão-de-obra especializada credenciada, a de soldador, até por exigência da Petrobrás, que é o maior cliente. Então, esse sistema de qualificação de mão-de-obra de produtos é fundamental. Temos aí também, para justificar o indicador de empresas certificadas ISO 9000 – esse dado é de 98 – perto de 3.800 empresas certificadas; o Canadá, mais de 7.000; os Estados Unidos, 25.000; o Reino Unido, 59.000 empresas certificadas; a República da Coréia, que foi citada aqui, 8.000; e a Alemanha, 24.000. Esse é o dado de 98 que podemos mostrar. O Brasil, atualmente, tem 5.800 empresas certificadas. Os requisitos, então, para a certificação, que é a confiabilidade na caracterização na

conformidade, consistem na avaliação de conformidade de sistemas, que é feita por meio, principalmente, de auditorias, do famoso sistema ISO 9.000, da avaliação de conformidade dos produtos com especificação, feita mediante a realização de laboratório de ensaios; e os resultados desses ensaios realizados devem ser confiáveis, pois decisões são tomadas com base neles. Portanto, são necessários laboratórios de ensaios que possuam confiabilidade, como foi dito anteriormente. Há cerca de quatro anos, durante o processo de harmonização de normas no âmbito do Mercosul, fizemos um teste muito simples: pegamos um peso-padrão, calibrado pelo Inmetro – enchemos – e enviamos esse peso para todos os países e laboratórios renomados dos países do Mercosul, apenas para colocar na balança e pesar uma resolução de quatro decimais. O resultado foi catastrófico, cada uma com um resultado diferente. Temos também essa carência, não só no Brasil, mas também no Mercosul, de confiabilidade laboratorial. Portanto, a metrologia para garantir a confiabilidade dos resultados dos ensaios, precisa ter equipamentos, instrumentos, padrões de referência calibrados e principalmente mão-de-obra qualificada, como mencionei. No Brasil, temos duas redes que são coordenadas pelo Inmetro, a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio, que consiste num conjunto de laboratórios credenciados pelo Inmetro, auditados sistematicamente pelo Inmetro para a execução de serviços de ensaios. E têm como objetivos: aperfeiçoar os padrões de ensaios e gerenciamento dos laboratórios que prestam serviços no Brasil; identificar e reconhecer oficialmente laboratórios no Brasil; promover a aceitação dos dados de ensaios de laboratórios credenciados, tanto nacional quanto internacionalmente; e facilitar o comércio interno e externo. Em segundo lugar, a Rede Brasileira de Calibração, que consiste num conjunto de laboratórios credenciados pelo Inmetro, para a execução dos serviços de calibração. Tem como objetivos: aperfeiçoar os padrões de medidas e gerenciamento dos laboratórios que prestam serviços no Brasil – acabei de dar o exemplo no âmbito do Mercosul – promover a confiabilidade dos resultados obtidos por meio dos instrumentos, equipamentos calibrados, tanto nacional quanto internacionalmente; facilitar o comércio interno e externo. Temos

aqui também mais um indicador com relação à metrologia, também dados de 1998, laboratórios credenciados pelo Inmetro no Brasil, em comparação com alguns países. Enquanto tínhamos 101 laboratórios credenciados pelo Inmetro, na França, havia 981; na Alemanha, 2.100; na Austrália, 2.200. E os de calibração. Enquanto, no Brasil, tínhamos 123, na França, 287; na Alemanha, 450; e na Austrália, 230. Então, há necessidade de maior dinamismo para o processo de credenciamento pelo Inmetro. Há necessidade de uma formação de cultura da sociedade para a metrologia, o que, infelizmente, não temos ainda hoje, um apoio à capacitação dos institutos de pesquisa e universidades para a participação da rede de laboratórios de ensaios e calibração. Precisamos, com urgência, aumentar essa rede, inclusive em regiões estratégicas, corredores de exportação. Inovação tecnológica. Esse é o grande vetor para a competitividade. Falou-se há pouco, no Japão. O modelo pós-guerra que o Japão utilizou hoje já não serve mais. Não adianta copiar e aperfeiçoar. Temos é que desenvolver inovações tecnológicas e temos condições, temos capacidade para isso. Temos alguns exemplos pontuais como a Universidade Federal de São Carlos, com uma inovação tecnológica fantástica, que foi feita para a Alcoa, que não existe em lugar nenhum do mundo, para concreto refratário, para revestimento de fornos. Então, a inovação tecnológica é o fator preponderante para aumento da produtividade e competitividade de produtos brasileiros no exterior. Incentivar parcerias entre empresas e universidade para o desenvolvimento dessa inovação tecnológica. O importante também, no caso da inovação tecnológica, é criar, isso podemos fazer, já no Estado de São Paulo, por meio do próprio IPT, um sistema de registro de aprovação técnica de inovação tecnológica. Não podemos esperar cinco, três anos para que uma norma sobre determinado assunto fique pronta para testarmos sua qualidade. O sistema de registro de aprovação técnica seria uma referência técnica baseada no desempenho dessa inovação tecnológica, contribuiria sobremaneira à competitividade. Outro fator importante para as empresas paulistas que começam a se conscientizar disso é a necessidade de

essas empresas colocarem a tecnologia como uma estratégia empresarial. Isso finalmente começa a acontecer.

E, para concluir, gostaria de deixar essa mensagem sobre inovação tecnológica: não é possível fazer as coisas sempre da mesma maneira e esperar que os resultados sejam diferentes.

Muito obrigado. (Palmas.)

SR. JORGE CARUSO – Passamos a palavra, agora, ao Dr. Francisco Chiarato, representando o Secretário de Ciência e Tecnologia, Deputado José Aníbal.

SR. FRANCISCO ASSIS CHIARATO – Deputado Jorge Caruso, coordenador do Grupo Temático Indústria, do Fórum São Paulo Século 21, demais membros da Mesa, tendo em vista que houve citação da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, hoje pela manhã, no que diz respeito ao CETPS. Gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer alguns esclarecimentos e expor uma informação. O CETPS está fazendo um trabalho prioritário da Secretaria do nosso Secretário José Aníbal de ampla reformulação, visando praticamente dobrar o número de alunos no curso profissionalizante, ensino fundamental etc. Hoje, ele está com 80 mil alunos e a meta do Governo do Estado de São Paulo, já definida pelo Governador Mário Covas, é de praticamente dobrar esse número, em função principalmente do que foi dito na parte da manhã. Temos uma área que pode receber, principalmente da senhora que tem o marido... parece que é pedreiro..., da eliminação do vestibular... vestibulinho... todas essas sugestões expostas na parte da manhã poderiam ser convertidas em propostas e encaminhadas à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, porque o Ceteps subordina a secretaria, assim como as universidades, a Fapesp, IPT etc. Queria aproveitar também para informar que, no que tange à parte de desenvolvimento econômico que foi citada hoje, quero parabenizar o trabalho da Profa. Neusa, do Dr. Dorival,

que no período da tarde disse quais são os caminhos em termos de processo, caminhos que nossa indústria poderá percorrer para eliminar ou minimizar esses gargalos hoje. Então, dentro desse panorama, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico está disponibilizando as informações de todos os municípios, no que diz respeito à parte econômica, tecnológica, com a criação, o desenvolvimento de um trabalho que já dissemos aqui, no decorrer das discussões dentro do Fórum, é a Central Digital de Desenvolvimento. Essa Central Digital de Desenvolvimento deverá disponibilizar informações aos investidores, aos empreendedores para viabilizar principalmente o desenvolvimento regional, o desenvolvimento dos municípios. E outra informação é a respeito de nossa Central Tecnológica: deveremos ter provedores de dados, como é o caso do Sebrae, da Fiesp, Ciesp, universidades, institutos de pesquisa, e essas informações também estarão oportunamente disponibilizadas.

Então, eram essas as informações que queria passar e colocar-me à disposição. Muito obrigado. (Palmas)

SR. JORGE CARUSO – Passamos a palavra agora ao Dr. João Carlos Andrade da Silva, do Inmetro, principalmente pelo fato de o Inmetro ter sido bastante citado.

JOÃO CARLOS ANDRADE DA SILVA – Antes de mais nada, agradecemos ao convite para hoje estarmos aqui presentes a esse evento. Estamos aqui representando nosso presidente, o Dr. Armando Mariante, que se encontra no Rio de Janeiro e não pode comparecer. Realmente, o Inmetro foi bastante citado. E gostaria, antes de mais nada, de parabenizar todos os membros da Mesa que fizeram suas exposições, o Dr. Mário Willian, o Dr. Chiarato, a Dra. Neusa e o Dr. Dorival. Realmente, eles abordaram pontos importantíssimos no que diz respeito ao aumento de nossa competitividade. Em outras palavras, facilitar o acesso de nossos produtos, serviços ao mercado externo, ou seja, a promoção de nossa produtividade

e competitividade. Mas o que o Inmetro faz? O que ele está fazendo? O Inmetro, por lei federal, tem a atribuição da política, exercer a política em todo território nacional da metrologia, normalização e qualidade industrial. E o que ele vem fazendo? O Inmetro, hoje, está organizado estruturalmente em vários macroprocessos. Vários deles estão relacionados à avaliação da conformidade que foi muito citada pelo Dr. Willian, o controle metrológico, a disseminação das unidades metrológicas, a informação tecnológica e a educação para o consumo. No que diz respeito à avaliação da conformidade, antes disso é preciso dotar o país de uma infra-estrutura laboratorial e de organismos de certificação oficialmente credenciados, com base nos parâmetros internacionalmente reconhecidos, visando atestar a qualidade de nossos produtos, emitir certificados e principalmente buscar o reconhecimento internacional. Nisso, nossa presença nos fóruns internacionais é bastante substancial. Temos hoje uma infra-estrutura laboratorial, ou seja, a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio, que foi construída com base no ISO GARD 25. Temos diversos organismos para certificar sistemas da qualidade com base na ISO 9000, gestão ambiental com base na 14.000, QS 9000. Fizemos uns mecanismos de certificação de pessoas, de uma nova classificação de hotéis e diversos outros que estão por vir. Temos hoje, quando comparados com países de primeiríssimo mundo – é claro que estamos um pouco aquém ou bastante aquém, basta dizer que o Dr. Mário Willian citou o fato de que hoje temos aqui no Brasil por volta de pouco mais de 5.000 empresas certificadas ISO 9000, quando que na Inglaterra tem mais de 60.000, mais ou menos; mas isso se deve ao fato de que eles começaram muito antes e existe uma conscientização e motivação lá muito maior e existem diversos fatores que são realmente estratégicos, são muito estratégicos, no que diz respeito à calibração – uma rede brasileira de calibração que hoje finalizou o ano de 99, se não me engano com 115 laboratórios de ensaios, oficialmente credenciados para a realização de serviços de calibração de instrumentos e de padrões metrológicos. Temos mais de 50 organismos credenciados para realizar a certificação ISO 9000, QS 9000, gestão ambiental etc. Somando todos, dá quase 50 organismos. Essa é a

infraestrutura oficialmente credenciada com base nos padrões internacionais que colocamos à sociedade brasileira para ser utilizada. Para quê? Para a melhoria da qualidade dos produtos, para o desenvolvimento industrial, para a certificação de produtos e serviços e conseqüentemente também proteção ao consumidor. Estamos muito atuantes na área de controle metrológico, que seriam as atividades de metrologia legal, estamos bastante harmonizados com as recomendações da Organização Internacional de Metrologia Legal. Diversos de nossos procedimentos estão realmente harmonizados com essa entidade, da qual fazemos parte e temos poder votante nessa entidade. São poucos países que têm essa possibilidade, são cerca de pouco mais de 30 países. Temos cadeira lá. Outro fato importante é a disseminação das unidades metrológicas, que é a metrologia científica e industrial; estamos bastante “lincados” com o Bureau Internacional de Pesos e Medidas, bastante “lincados” com o Miste Americano, com o NPL Inglês, com o PTB Alemão etc. Trocando informações, em outras palavras, participando ativamente desses foros internacionais de metrologia científica. Isso é básico para nosso país. Há quem diga que quem não mede o que faz, não sabe o que faz. Portanto, nessas atividades intensas, trocamos tecnologia, trocamos informações, recebemos visita de pessoal externo, inclusive cedemos tecnologia a diversos países da América do Sul, aqueles que são tecnologicamente inferiores a nós. Exemplo disso seriam os diversos acordos que temos hoje. Temos diversos acordos com vários países, entre eles, podemos dizer com Argentina, Chile, Uruguai; participamos ativamente da harmonização metrológica do Mercosul etc. No que diz respeito à informação tecnológica, temos um banco de dados que não está ainda totalmente disponibilizado à sociedade, mas estará via Internet e outros mecanismos. Temos ainda outro macro- processo que é a educação para o consumo, que todos nós assistimos às vezes pela televisão. Ainda ontem, no programa Fantástico, foi ao ar um programa sobre pastas de dente. É um mecanismo que temos para testar produtos, ou seja, para provocar a conscientização e a motivação do consumidor a fim de buscar o que melhor lhe interesse, com melhor qualidade e também para

promover a qualidade desses produtos. Basta dizer que esses produtos são escolhidos, estuda-se qual é a regulamentação, normas, portarias que existem a respeito disso; os produtos são comprados no mercado, testados em laboratórios de capacitação reconhecida e levados ao ar por uma emissora de televisão de peso. Quarenta e cinco milhões de pessoas assistem a esse programa. No dia seguinte, evidentemente, inúmeras ações são tomadas e aqueles que não se enquadram buscam se enquadrar rapidamente, sob pena de perder mercado. E diversas ações de melhoria foram tomadas a partir dessas ações. Inclusive o tempo em televisão é fantástico. Se tivermos que pagar aquele tempo em que participamos para esse assunto seria uma fortuna. Aquilo é totalmente bancado pela rede de televisão, não gastamos um tostão. Voltando ainda ao fato de que foi mencionado que exportamos realmente café, soja, minério de ferro etc., que é necessário para equilibrar nossa balança, dobrar as exportações. Agora, nossa contribuição para isso foi a de dotar o país de uma infraestrutura de laboratórios, de organismos de certificação, para servir de base a tudo isso. Concordamos plenamente que devemos aumentar a rede de credenciados, a confiabilidade laboratorial tem que ser mantida. Temos diversos mecanismos de controle da confiabilidade laboratorial. No Brasil, inclusive, temos cinco padrões primários. Temos a capacidade de realizar a grandeza; um padrão primário é aquele mais perfeito que existe, realizado por mecanismos com a maior precisão existente em termos mundiais. O padrão que temos, nessas condições, é o Volte; realizamos o Volte; realizar a grandeza é uma coisa, transferir essa grandeza é outra. Realizamos o Volte, o Metro e o Nilton. São as três grandezas primárias que temos no Brasil. Temos outras duas, que é a Hora, tempo que está no observatório nacional, e as radiações ionizantes em outra entidade. Isso é fundamental para podermos realizar grandezas, e bancamos isso. A manutenção desses padrões primários realmente é caríssima. E bancamos isso com nosso orçamento, que é sempre cortado, e cortado mais um pouco, e mais um pouco, e mais um pouco.

Em linhas gerais, seriam esses os aspectos principais que gostaria de mencionar hoje aqui. (Palmas.)

SR. JORGE CARUSO – Tenho certeza de que o representante Francisco Chiarato está anotando todas as sugestões para o Secretário, principalmente essa do Inmetro, de que falta verba. Tenho certeza de que essa é a maior preocupação do Governo e com certeza, talvez ainda no segundo semestre, o Governo atenda a todas as reivindicações de nossos órgãos competentes e tão necessários para a administração de São Paulo.

Quero, agora, abrir a palavra para os presentes. Antes, porém, se alguém da Mesa quiser se manifestar a respeito de alguma ponto, poderá fazê-lo. (Pausa) A palavra está aberta aos presentes para perguntas. (Pausa) Em primeiro lugar aqui na frente.

SR. ANTONIO JOAQUIM ANDRETA – Sou professor, pesquisador e consultor na área de estratégia de negócios e competitividade. Queria colocar apenas três aspectos para não ser muito longo, porque a coisa aqui foi bastante cabeluda. Ouvimos aqui inúmeros problemas. A primeira coisa é a respeito de gargalos. Não consigo imaginar que tantas coisas que foram mencionadas aqui ao mesmo tempo impeçam o desenvolvimento tecnológico e a competitividade na exportação. Acredito que, como os gargalos vêm, têm um processo logístico; um deles tem que limitar a capacidade de todo sistema. Se tivermos um sistema integrado de indústria, tecnologia e exportação, competitividade externa, devemos em algum lugar centrar onde está realmente nossa menor capacidade e explorar a partir daí. O segundo ponto que vejo é que a estratégia competitiva é classicamente definida como diferenciação e baixos custos. A pesquisa da Paep, a pesquisa da atividade econômica paulista, feita pelo Seade, nos anos 97 e 98, divulgada em 99, com base em 96, pesquisou qual era a inovação e a reestruturação na indústria de São Paulo. Os resultados mostraram claramente que havia uma preocupação desde

93 até 96, das empresas que tinham realizado inovação tecnológica e também a intenção de inovar a partir de 97 até 99, dessas mesmas empresas, era nitidamente voltada para processos e processos a baixo custo. Ou seja, ninguém estava significativamente preocupado com inovação de produto. A Profa. Neusa pegou esse ponto e disse: nós realmente temos uma preocupação de baixos custos que tornam nossos produtos *commodities*, não melhoram nossa competitividade externa, reduzimos custos. Essas inovações em processos, não foi mencionado aqui, são tremendamente redutoras de emprego, de quadro de pessoal, a nossa indústria aqui em São Paulo perdeu, entre 88 e 97, dados da Rais, 822 mil postos de trabalhos industriais. Isso é 2/3 de tudo o que perdeu o Brasil nesse mesmo período. Isso é exatamente nossa falta de competitividade interna e externa, mais até do que perdemos para outros Estados. A questão da diferenciação seria então, realmente, nossa prioridade de tecnologia. E o terceiro ponto é a questão, realmente, de que o representante da Fiesp, Sr. Dorival, mencionou muito a respeito de incentivos, financiamentos, fomentos etc. Acho que sempre barramos nesse ponto, não há dinheiro para tudo, realmente não há. Sempre vamos empacar nesse ponto de que o Estado não pode produzir dinheiro, então tem que sair de algum lugar. A Dra. Neusa voltou a insistir em que há um nó. Agora, eu chamaria de nó, não de gargalo, das indústrias haver grande defasagem tecnológica entre as empresas. No entanto, dentro de um mesmo setor de atividades tem que haver uma mesma tecnologia. Se houver um padrão diferente de tecnologia estraga o setor. Todos nós sabemos disso. A competitividade mundial em todos os países e regiões que são especializadas em determinados tipos de produtos e de negócios interligados é disputar uma mesma tecnologia. Então, deveríamos centrar. Às empresas, ao invés de incentivos, deveriam ser impostas quotas para que pudessem, de uma forma cooperativa, financiar um instituto de pesquisa competente para que desenvolvesse uma tecnologia comum. Essa é minha proposta.

SRA. NEUSA SERRA – Queria dizer que concordo com suas observações, achei bem pertinentes; em relação à questão dos “n” gargalos que colocamos, realmente é assim: a preocupação era levantar problemas, nesse estágio, pelo menos, do trabalho, que a expectativa nossa é que esse Fórum se estenda por um ano, que a gente vá com esse trabalho até o final do ano e em eventos que não vão, obviamente, se restringir a esse e que essas sugestões acabem sendo coletadas e que se consiga estreitar um pouco esse leque. O senhor tem toda razão, o leque está extremamente amplo, a intenção foi essa mesmo; agora, pensando no equacionamento disso, vamos ter que eleger o que seria fundamental. Não tenho essas respostas agora, só quero concordar com o senhor que existe a necessidade. Com relação à questão da necessidade de diferenciação, sim. Quando coloquei a questão das *commodities*, eu estava pensando no trabalho do ECB, que acaba elegendo quatro grandes blocos de indústria, analisa esses quatro grandes blocos e constata que apenas no de *commodities* se tem de fato competitividade. Não tem porquê, vários indicadores demonstram isso. Mas existem problemas também em relação a isso. As *commodities* têm baixo preço, têm um caráter homogêneo, a diferenciação nesse segmento é muito difícil e a via que teríamos para poder resistir a esse gargalo do baixo preço seria enobrecer nossas *commodities*. Agora, o enobrecimento de *commodities* implica em saltos tecnológicos que a indústria não está em condições plenas de fazer, senão já teria feito. Então é assim, temos aqui também um gargalo sério, nas próprias *commodities*, que é o esgotamento, pela crescente perda de preço no mercado internacional, o esgotamento da própria competitividade. O caminho é o enobrecimento disso. O enobrecimento disso passa por investimento em tecnologias que as empresas não necessariamente estão conseguindo fazer. Em relação à diferenciação, tocamos em alguns pontos, além desse aspecto das *commodities*, relevante também é a questão do *design*. Quando se pensa em diferenciação, podemos estender um pouco isso, pensarmos em marca Brasil, ou marca paulista, se quisermos. Quando pensamos em marca, pensamos em *design* e vemos que isso ainda é muito incipiente, esse esforço no

sentido de distinguir o produto nacional, o produto paulista com algum chamamento especial que o distinga dos demais. Então, são caminhos que temos de percorrer e, enfim, felizmente já existem iniciativas nesse sentido; pelo menos essas idéias já estão sendo colocadas, discutidas de maneira mais ampla do que eram há alguns anos.

SR. DORIVAL BIASIA – Gostaria de completar a resposta pela indústria, mesmo porque a Profa. Neusa completou pela pesquisa e eu quero responder pela indústria. Quando se fala em recursos, realmente são necessários, mas nem sempre esses recursos querem dizer muito recurso e nem sempre querem dizer dinheiro. Muitas vezes podem ser mecanismos. Quando se reduz o custo do produto, nem sempre se consegue atingir a redução de custo suficiente para a exportação. Minha preocupação maior hoje é a exportação. Porque se não gerarmos recursos, vamos voltar à situação em que já estivemos, com a grave crise cambial e não importamos mais nada. Alguns hão de se lembrar que houve época em que tínhamos petróleo para trabalhar 20 dias por mês e daí não havia mais petróleo. De modo que a preocupação é a exportação. Se vamos nos preocupar só em reduzir custos, tem havido essa preocupação muito forte ultimamente, vamos ter outros países muito mais eficientes do que nós, ou pelo menos com custo muito menor do que o nosso. Quando vamos competir com chineses, por exemplo, em que o trabalhador ganha 50 dólares por mês e o governo subsidia tudo, não se compete com mais coisa nenhuma. Pode-se fazer o produto com o menor custo possível que quiser aqui e não se vai competir igualmente. Então, o que temos de fazer para poder competir? É sair com alguma coisa diferente. É aí que entra a ciência e a tecnologia. Temos que fazer um produto que as pessoas não comprem só porque é barato, mas comprem porque é muito mais eficiente. Porque muitas vezes o mais barato não é o mais eficiente. E muitas vezes o caro é o eficiente. Então, o que acontece? Alguém vai comprar, por exemplo, um veículo: vai comprar de acordo com suas posses. Hoje, o carro mais em voga é o carro popular. O carro

modelo 1.000. Só que o carro modelo 1.000 tem uma gama de automóveis, desde um carro muito simples até um carro sofisticado modelo 1.000. A Volkswagen está lançando um automóvel turbo agora, que custa quase o dobro de um carro básico e vai vender muito. Como os carros modelo 1000, hoje, estão vendendo os mais sofisticados, porque traz uma direção hidráulica, um vidro elétrico etc. (todo mundo quer isto), então, não é só o baixo custo que vai resolver. Agora, o que precisa é que a indústria comece a se preocupar com a tecnologia. Sei que essa falta de preocupação vem desde o Governo até a indústria. Porque a indústria não se preocupou até hoje com tecnologia. Não há essa preocupação. Já falei em minha explanação que a indústria vai buscar lá fora. Ela não se preocupou, ela quer comprar a tecnologia, não quer ter essa preocupação. O que é um erro muito grande de nossos empresários, de nosso Governo e de todos nós em aceitarmos uma situação dessas, porque estamos atrelados aos outros. De maneira que temos de reverter isso. Tem que haver uma campanha grande em cima disso. Eu, inclusive, sempre digo, o Brasil foi um país fechado durante muito tempo e jogou-se a culpa desse fechamento do país, de nosso atraso, a nossa falta de desenvolvimento, por isso que não competimos. Eu digo: não é verdade. A verdade é que nunca nos preocupamos com tecnologia. Conseqüentemente, nunca pudemos abrir nossas portas. Porque se tivéssemos aberto antes, nossa indústria ainda não estaria feita. Porque não tínhamos como competir e nos mantivemos fechados porque não tínhamos o que vender. No momento em que abrimos, para conseguirmos sustentar o que está aí – e já demonstrei isso em números – fomos obrigados a começar a vender nossos patrimônios. O patrimônio brasileiro está sendo vendido. São estatais, são sistemas de comunicação. Nossas empresas privadas, todo mundo sabe, as maiores e melhores já foram vendidas, e nós estamos ficando com o que sobrou. Daqui a pouco não temos mais nada. Então, não são só necessário recursos do Governo. Porque sabemos perfeitamente que o Governo tem seus limites. Os recursos têm que vir de todos. A empresa também tem que colocar o recurso. Agora, a empresa, eu falei no meu primeiro painel,

precisa ter rentabilidade. E a empresa não tem rentabilidade, quando tivemos durante mais de 20 anos uma inflação atroz que se sabia para onde íamos. E hoje temos um fechamento, não temos inflação, mas também não temos rentabilidade. E as empresas não conseguem se desenvolver. Vou dar só um exemplo, que vi não faz muito tempo: Na Ericson, um dado presidente, num dado momento, há alguns anos, fez uma proposta numa assembléia de investir 20% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Foi uma loucura, acharam que ele estava ficando louco. Mas ele conseguiu aprovar seu intento. Vinte por cento do faturamento da Ericson passou a ser investido em pesquisa e desenvolvimento. Recentemente, eles estavam querendo aumentar esse coeficiente. Porque, na realidade, a Ericson teve um desenvolvimento fantástico. Estamos vendo aqui hoje, inclusive no Brasil, quanto a Ericson cresceu em tecnologia. Ela cresceu em tecnologia no mundo inteiro, porque investiu. E não precisou propriamente o Governo colocar dinheiro. Agora, uma coisa é certa: se o Governo não estiver coordenando, não conseguimos atingir. Por isso, este Fórum hoje tem grande importância, porque as pessoas que estão hoje interessadas em saber desses problemas são pessoas que também estão ligadas ao Governo.

Muito obrigado.

SRA. DALETE – Primeiramente, gostaria de falar boa tarde. Meu nome é Dalete, faço parte de uma associação de bairro e agradeço muito ao Deputado Caruso por nos dar a oportunidade de estarmos aqui. O que tenho percebido é um questionamento direto de certas queixas, realmente. Porque dependemos de uma reestruturação na política fiscal do país, como deixou bem claro o Dr. Dorival. Mas eu acho que está tendo uma visão muito individualista de cada órgão. Acho que deveria haver mais parcerias. Porque a classe esmagadora de trabalhadores grita socorro por uma qualificação profissional. O universitário se queixa de que o material que ele tem já está praticamente obsoleto em vista dos países de primeiro mundo. O que está acontecendo é um bombardeamento de informações muito

grande, que, futuramente, acredito que vai trazer sério problema para nós. Acho que deveriam existir mais parcerias nesses órgãos bem estruturados como são os dos senhores, para uma solução assim bem realista de nossa sociedade. Acho que está tendo um bombardeamento de informações muito grande, está havendo alguns paliativos que talvez não sejam solução para a sociedade e deveria haver mais parcerias. Acho que está havendo muitas queixas individuais e tudo recai no Governo. Acho que deveria haver mais empenho dentro do país, uma política interna mesmo, que fortalecesse mais isso, para resolver um pouco o problema. Não criar paliativos que dêem a impressão à sociedade que está sendo feita alguma coisa. Acho que já é um bom começo eu estar aqui participando, estou feliz em saber, gostei muito da explanação do Dr. Dorival. Acho que ele deu uma visão assim geral, global mesmo para nós, mas acredito que está muito individual, muito individualista. Acho que se se unissem mais forças, da FIESP, de empresas etc.... Falou-se muito em empresas e universidade. Mas acho que a universidade deveria se aproximar mais das entidades, da comunidade, para que houvesse uma solução mais plausível.

SR. – Completando, pegando o gancho, a Dra. Neusa falou aqui em interação inexpressiva entre empresas, escolas técnicas e universidades, que é a questão da falta de casamento muitas vezes das instituições, e, hoje de manhã, o Professor Remo, da Paula Souza, foi questionado justamente sobre a falta de divulgação do trabalho, dos números da escola técnica, cursos; enfim, da metodologia. Ele falou que havia uma divulgação dentro dos limites, por questão de orçamento etc. E a Sra. Dra. Neusa voltou a falar nessa interação inexpressiva. Pergunto: a Fundação Paula Souza tem cursos técnicos, há uma necessidade hoje de técnicos e tudo mais. Não vemos uma aproximação ou uma própria propaganda da Paula Souza, citando o exemplo dessa entidade, com a Fiesp, por exemplo, porque a Fiesp deve ter números, sabendo que tipo de mão-de-obra ela precisa. Não vemos uma

aproximação da universidade, por exemplo, com a CGT, com a CUT, que tem um perfil de pessoas desempregadas. Por que esse distanciamento tão grande?

SR. MÁRIO WILLIAN WESPER – A Fiesp tem agora um programa Empresa/Universidade que visa começar a fazer uma integração entre a universidade e a empresa. Vou fazer um pequeno relato de uma oportunidade, uma experiência muito interessante que tive, representando a Fiesp. Há dois anos, estive na França e fiquei uma semana numa universidade, a Universidade de Tecnologia de Compien. Essa universidade foi criada em 1972, pelo Governo francês visando à interação da França na Comunidade Comum Européia. Essa universidade visou, além de formação de engenheiros e técnicos, ao desenvolvimento da indústria francesa. Então, junto com a universidade foi criada uma empresa privada que vendia o trabalho da universidade. Ela buscava a empresa para fazer parceria e conseqüentemente vender seu trabalho. E essa universidade passou a criar uma quantidade muito grande de projetos, projetos da linha automobilística, linha técnica em geral. Isso é apenas um exemplo do que a França fez. E o Governo, na realidade, acabou nem bem colocando dinheiro. Colocou dinheiro numa universidade, mas, paralelamente, ele criou esse nicho todo de desenvolvimento, criou até incubadoras. Esse projeto deu tão certo que começou a vender as idéias iniciais, redundando numa outra empresa: a primeira era a Convergean, a segunda foi a Divergean, que era uma empresa já de negócios, em que os pesquisadores se reúnem sob o amparo da universidade, negociam diretamente com as empresas, desenvolvem os projetos com o uso dos laboratórios da universidade e saem os dois vendendo o produto desses projetos. Então, ganha o professor, ganha o pesquisador e ganha a empresa. Ele pode fazer venda mediante exploração de produtos e até venda de patente. E a coisa deu tão certo que, num terceiro estágio, eles criaram a Cegan, que é uma empresa de capital de risco. Começaram a investir nos negócios que estavam dando certo, tal o capital que atingiram. Então, é esse tipo de coisa que precisamos procurar. Não é buscar dinheiro no Governo. Eu

entendo isso. Agora, a Fiesp está preocupada com isso hoje, está fazendo esse plano; porém, entendo também, já fiz aqui nossa *mea culpa* da indústria, porque também temos nossa culpa. Não estou dizendo que os industriais aqui estão certos de tudo, que o Governo precisa fazer tudo. Os industriais precisam ser instados a participar também e têm que ser chamados. Agora, muitos virão e muitos não virão. Os que não vierem vão sucumbir, os que vierem vão crescer.

SRA. NEUSA SERRA – Achei muito interessante o que você falou, só que é o seguinte, estava pensando no que acontece: por que a interação não é na medida em que gostaríamos que fosse? Primeiro, há toda uma trajetória. Comecei a exposição falando isso. Começou assim. Tem toda uma história atrás que não se desvincula dessa forma. E depois, pensando na questão da tecnologia, que é nosso objeto... a tecnologia voltada para a indústria, em relação à indústria e tecnologia... na verdade, quando se pensa no Estado, ou quando se pensa nas instâncias que têm a ver com essa questão, podemos pensar o quê? Execução, as entidades que executam a tecnologia, que pesquisam tecnologia. Aí temos os institutos, temos as próprias empresas também, as universidades, temos outra instância de fomento. É preciso que existam instituições que financiem essa atividade. E, para que isso aconteça, é preciso que haja alguma articulação, e também num nível mais geral de coordenação mesmo. E aí um papel que ainda tem a ver com o Governo, à medida que engatinhamos no Brasil, no Estado de São Paulo, nessas questões. Então, acho que falta (por essa sua fala me ocorreu isso) um esforço de articulação maior entre essas várias instituições para que o resultado seja sinérgico de verdade, para que se possa aproveitar o potencial das instituições de pesquisa, das universidades, das necessidades da sociedade, do que as empresas podem oferecer para que as coisas possam convergir de maneira melhor. Sinto que existe de fato um potencial, mas faltam elementos que melhorem essa articulação.

SR. CAMBRAIA – Meu nome é Cambraia, sou professor do Centro Paula Souza, e gostaria, nobre Deputado, que o Governo respondesse a sua pergunta. Acho que foi muito interessante, muito importante, mas o Governo também tem que participar respondendo à pergunta. E mais, o exemplo que temos no Inmetro, que está participando da Rede Globo com mensagem, como foi divulgado, e não está gastando tostão nenhum. É só o Governo fazer alguma parceria, como nossa colega falou. É questão de parceria, entrar nas emissoras de televisão e tentar alguma parceria no sentido de divulgação. Não podemos deixar sem informação a população. Porque os dados estão nas mãos do Governo. Quem sabe do mercado de trabalho, o que vai ser investido, o que vai ser futuro para o Brasil é o Governo. Mas isso tem que ser passado para a população. Não dá hoje para ficar parado vendo uma população sem informações do que vai acontecer no mercado. E principalmente para os estudantes que vão ter que escolher seus cursos e não sabem qual é a tendência de mercado, ficam escolhendo cursos de moda sem sentido nenhum. Gostaria que o Governo, o Sr. Francisco de Assis, respondesse, por favor.

SR. FRANCISCO DE ASSIS CHIARATO – Deixe-me colocar uma comparação, o grande objetivo da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, seu grande papel é de articulação, tanto na área da Ciência, da Tecnologia e na área de Desenvolvimento Econômico. E o que o público sente ou ressenete são as informações para que as medidas sejam tomadas mais a curto prazo, mais rápidas. É por isso que de manhã o Professor Remo colocou sobre a questão do Ceteps. O Ceteps, como eu disse, está sendo totalmente reformulado com metas bastante arrojadas, mas essa reformulação não passa só no aumento de quantitativo de alunos, que hoje são de 80 mil, e a meta do Governo Mário Covas, transmitida para nosso Secretário, é de dobrar esse número. Obviamente, o orçamento hoje de 50 milhões também deve dobrar. Com a criação desses centros regionais, acredito que melhores informações vão fluir para o

público. E principalmente para os usuários, pais de alunos etc. A Secretaria também tem realizado os chamados fóruns de desenvolvimento regional, em que há grande oportunidade de todas as lideranças, prefeitos, vereadores, empresários, industriais. As ONGs têm debatido esse problema e nós temos identificado, como fizemos em Tupã, Fernandópolis e Registro etc., essa falta de informações, e dá idéia para o público de que não há uma articulação. Realmente, o Governo tem que divulgar mais. Na área da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico temos divulgado. Tanto é que, sentindo essa ausência, há um projeto bastante ambicioso, que é a implantação da central digital de desenvolvimento. Essa central vai disponibilizar informações, sejam econômico-financeiras, tecnológicas de todo o Estado de São Paulo, dos 645 municípios não só para implantação de pólo de alta tecnologia, pólo industrial, como também na tomada de decisões de outras secretarias que, como eu disse, são grandes articuladoras. Nesse sentido, todas as informações colhidas deste fórum, as propostas que são apresentadas etc., também são tratadas com outras secretarias, no sentido de atender não só ao município, mas àquela região. Na parte de educação, o Professor Remo já colocou e a Secretaria também está aberta. Vamos aproveitar esse período de reformulação do Centro Estadual de Ensino, vamos aproveitar a oportunidade de colocar essas propostas por intermédio do Fórum São Paulo Século 21. No que tange aos institutos de pesquisa, a Fapesp, por exemplo, hoje dispõe de recursos para pesquisa. Não está havendo demanda. Com um disponível de 400 milhões, não está havendo é demanda. Então, precisa realmente haver uma articulação entre indústria e os órgãos que representam a indústria e que tratam de inovações tecnológicas, no sentido de demandar esses institutos para que esses trabalhos possam ser realizados. Essas informações da indústria que vêm sendo divulgadas, como no caso do trabalho da Profa. Neusa com o Dr. Dorival da Fiesp, são informações importantes, no sentido de o Governo tomar conhecimento desses gargalos e obviamente em cima de medidas para que possamos eliminá-los.

Acredito que as informações estarão disponibilizadas no banco de dados, não só de informações tecnológicas, mas também de informações econômicas.

SR. MARCELO MESQUITA – Sou do Sindicato da Micro e Pequena Indústria, só queria fazer uma sugestão. O Dr. Dorival citou a reforma tributária, e nós das entidades que acompanhamos isso, sabemos da complexidade do tema. Tanto é verdade que o próprio Deputado Moreira Ferreira foi eleito representante da indústria do Estado de São Paulo, e chegando ao congresso viu-se convencido a apoiar a CPMF, por exemplo. Eu, particularmente, acredito que a reforma não saia. O Governo Federal já fez o simples e o Governo de São Paulo também fez. Só que eu não estou convencido ainda, ninguém me convenceu de que o simples paulista não é um retrocesso. Para a indústria, pelo menos, é. Então, o que eu queria sugerir ao Deputado Jorge Caruso, como coordenador desse grupo, é que eu gostaria de ver esse grupo temático apoiando uma reforma tributária estadual nos moldes do simples, mas para valer, que abrangesse todos os setores produtivos, sem exclusão, e que fosse uma simplificação, alguma coisa que resolvesse alguns problemas, como o simples federal resolveu uma parte dos problemas da micro e pequena empresa. Sei que esse assunto está agendado para amanhã, mas, como foi citado aqui, achei que valeria a sugestão.

SR. JORGE CARUSO – Fica o registro e este coordenador agradece a sugestão e, com certeza, acredito que será levado a efeito pelos demais conselheiros.

SR. HENRIQUE BRITO CRUZ – Sou Presidente da Fapesp, vim para a Mesa que tem em seguida a esta, mas como se estava discutindo a questão da interação entre a universidade e a empresa, pedi a palavra só para fazer uma breve colocação. Acho que realmente esse é um assunto importantíssimo quando se fala de desenvolvimento tecnológico, concordando totalmente com o Dr. Dorival, quando

ele destaca que deveríamos trabalhar para que a empresa fosse o ator principal, o puxador do desenvolvimento tecnológico no Estado de São Paulo. Queria mencionar que, na Fapesp, temos um programa especialmente voltado a financiar projetos de pesquisa em tecnologia, feitos em parceria entre a universidade e a empresa. Temos atualmente mais de 50 desses projetos, sendo financiados, e até trouxe um suplemento que vou colocar na saída. Há vários exemplares, que mostram muitos desses projetos que anualmente fazemos; uma mostra de todos esses projetos lá no último andar da Fiesp, no 15º andar. Esses projetos acontecem com inúmeras empresas no Estado de São Paulo, envolvendo as universidades, institutos de pesquisa, e aprendemos, com eles, uma coisa que acho que é um dado importante para essa discussão, que também a Anpei, Associação Nacional de Pesquisa em Empresas Inovadoras, aprendeu por meio de sua base de dados, que é o seguinte fato: a empresa, para conseguir interagir com a universidade, precisa ter certo número de pesquisadores trabalhando para a própria empresa. Ou seja, a intensidade da interação entre a empresa e a universidade cresce muito quando a empresa tem seus próprios pesquisadores, que conseguem, portanto, formular o problema e acompanhar o desenvolvimento desse problema e desse projeto juntamente com a equipe da universidade. Acho que é um dado importante de termos em mente, porque de novo bate bem com um dos gargalos que a Dra. Neusa destacou, o Dr. Dorival também, que é a questão de termos mecanismos para colocarmos mais pesquisadores trabalhando diretamente dentro e para as empresas. E aí quando eu falar na Mesa das 16h00, vou falar sobre um programa que acabamos de criar na Fapesp, exatamente com essa finalidade.

Muito obrigado.

SR. ARNALDO – Boa tarde. Aqui estou mais uma vez. Estive na parte da manhã e queria agradecer a esse Fórum Século 21, que está dando oportunidade para às comunidades e a todos de estarem aqui colocando suas idéias e propostas desse povo sofrido, por causa do desemprego. Represento a Sociedade Amigos de

Bairro do Jardim Ângela, que é uma área muito carente e problemática. Farei a pergunta ao Dr. Mário sobre os problemas que ocorrem com referência ao pouco preparo que as pessoas têm para trabalhar, como o uso do computador etc., nas indústrias e demais ramos de atividade, assim como na parte ecológica, em que as pessoas não possuem conhecimento, preparo nenhum a respeito disso. O que se vê é que existe um afastamento muito grande, no que diz respeito à preparação cultural e profissional diante dos que têm o privilégio de estar mais preparados. Gostaria de saber o que poderá ser feito para essas pessoas tão despreparadas, como o pedreiro, o servente etc. Por que hoje se procuram mais os que têm mais cultura? E esses que não a têm, como é que ficam? Essa é a pergunta que faço, porque acho que deveríamos olhar mais para esse povo.

SR. MÁRIO WILLIAN WESPER – Acho que quanto à utilização de computador, o Dr. Henrique Brito Cruz poderia nos ajudar. Mas poucos sabem que o Brasil é o terceiro país a utilizar Internet no mundo. Está bem próximo de atingir os níveis da França e passar para o segundo lugar. A Fapes, que faz o registro de domínio, registra em média 20 mil por mês. Isso é perto de mil domínios por dia. Acho que o computador está sendo largamente utilizado em nosso país. Com relação ao que expliquei, falei que um dos vetores, a ferramenta fundamental, é a qualificação da mão-de-obra. Isso é fundamental e não é possível fazer uma qualificação, fazer um programa de qualificação de mão-de-obra sem o envolvimento dos trabalhadores, principalmente do Sindicato dos Trabalhadores. No setor da construção civil, estamos tendo algum sucesso com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil aqui do Estado de São Paulo.

SR. JORGE CARUSO – Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas, porque tínhamos mais um convidado aqui para a Mesa, que acabou sendo um dos perguntadores, digamos assim, que peço que venha à Mesa, por gentileza, é o Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Presidente do Conselho Superior da Fapesp. Por

gentileza, tome assento à Mesa. Vou suspender por um minuto a sessão, porque está sendo preparado um material da Fapesp ali ao lado para ser apresentado aos senhores como último trabalho de hoje.(Pausa)

SR. ROBERTO BERNARDES – Trabalho na Fundação Seade, gostaria de fazer uma pergunta à Mesa do ponto de vista da construção, da gestão institucional da política, se esse foi um dos temas que os integrantes se preocuparam e se avançaram nessa discussão. Por quê? Sei que existe uma política hoje tecnológica, talvez não tenha sido aplicada, mas foi feita na época do então Secretário Emerson Kapaz. Gostaria de saber do ponto de vista do Sr. Francisco de Assis em que pé anda a aplicação dessa política e em que medida esse trabalho vai complementar ou vai substituir a política, qual seria essa relação. Um segundo aspecto na questão da gestão institucional que foi colocada, a questão da coordenação, em que medida isso seria um fator importante para a própria aplicação da política? Explico melhor, pensando numa questão de “Goharnas”, por exemplo, na formação de visões de longo prazo: um dos grandes problemas que vejo em minha pesquisa de campo (estou fazendo um trabalho sobre a sistema de inovação, em São José dos Campos) foi o caso da Embraer. A Embraer hoje não consegue desenvolver pesquisa com CTA; existe um descolamento, por sua vez o CTA; os trabalhos de certificação da aeronave já se encontram no limite da atualização tecnológica, precisam receber investimentos bastante vultosos, mas especialmente o caso do CRV, que é o Centro de Realidade Virtual que eles desenvolveram. Tentaram desenvolver, foram procurar pesquisadores na Poli, foram a São Carlos, foram ao CTA, encontraram pessoas capazes de desenvolver, mas não havia o equipamento necessário e nem o “time” necessário com a urgência de que a empresa necessitava e foram lá fora. Então, um dos problemas que temos entre a relação universidade e empresa também é a questão do “time”. Porque o “time” do pesquisador nunca é o “time” da urgência da empresa. Volto à questão inicial: se a questão da gestão institucional, na formação de visões, na demanda, não seria um

fator fundamental para se pensar novas formas de fazer política, que não sejam políticas como fazíamos antigamente, que um conjunto de tecnocratas escrevia e aplicava à indústria. E que haja espaço nessa estrutura de “Goharnas”, que chamo de gestão, para que seja destinado à sociedade, organizados os trabalhadores e universitários. Esse é um problema que presenciei muito no caso de São José dos Campos, em que o processo de reestruturação de mudança tecnológica empresarial não foi acompanhado por um modelo de revitalização, um modelo institucional do Estado, pensando no caso especificamente do CTA. Então, gostaria de ouvir um pouco o senhor sobre essa questão... E só para falar para nosso colega do Mec, que infelizmente não está na sala: a Fundação Seade junto com o Mec está fazendo uma pesquisa de identificação das demandas das empresas por novos cursos técnicos das escolas técnicas no âmbito nacional. Estamos identificando, os investimentos estão sendo realizados, onde serão feitos, quais serão as ocupações que surgirão desses investimentos e quais os cursos que serão demandados. Essas informações hoje constam do *site* do MEC. É somente uma questão de referência.

Muito obrigado.

SRA. NEUSA SERRA – A questão é bastante ampla, só vou começar a falar e depois, talvez, seja interessante que o próprio representante do Secretário nos situe sobre a aplicação da política. Com relação ao que você levantou, os documentos do Seade foram uma base importante para nós. Os documentos do Seade em cima dos resultados da Paerp foram bases importantes para nós, quando pensamos constituir essas bases. Com relação aos que você coloca, acho que fica uma sugestão: não houve no interior do grupo essa preocupação que você mencionou, mas fica a sugestão de realmente levar em conta a questão da gestão, a questão especificamente do “time” que é diferente das universidades, das instituições de pesquisa e das empresas. Então, quando se pensa em política, quando se pensa nos vários atores que necessariamente têm de estar combinados, se se pensa em sair dessa formulação puramente burocrática, para cumprir

formalidade e partir de fato para um modelo em que os atores de fato se entendam e isso se traduza de fato em avanços no concreto, tem-se que levar em conta esse aspecto que você está levantando. Você falou do exemplo do CTA, lembrei-me de um outro exemplo, de uma empresa que visitei há umas duas semanas, de equipamentos médicos, em que ocorre exatamente isso. Nas tentativas de parcerias, primeiro difíceis e depois um “time” muito demorado, a urgência da indústria e a necessidade da pesquisa, quando se pensa na pesquisa em si que tem necessariamente um cronograma um pouco mais dilatado, quando se pensa na pesquisa, em todas as suas implicações... Então, há necessidade de equacionamento que fica registrado com uma preocupação de fato para nós.

SR. FRANCISCO ASSIS CHIARATO – Para responder a sua pergunta no que tange à parte de desenvolvimento científico econômico, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, como eu já lhe disse, isso foi amplamente discutido em nível de plenário etc. O papel da Secretaria é de articulação, o grande papel da Secretaria é de articulação. Existe uma política científica e tecnológica aprovada pelo Governo do Estado de São Paulo, e a Secretaria desenvolve seu grande papel de articulação, sendo que o desenvolvimento da pesquisa em si, obviamente, é destinado às universidades de São Paulo, à de Campinas, a Unicamp, e à Unesp. Além do que, como o Professor Brito Cruz disse, a Fapesp tem esse papel também de apoio à pesquisa. O próprio IPT, desenvolvendo uma série de trabalhos, não só apóia as inovações tecnológicas, como também auxilia para que produtos e outros serviços sejam implementados. As empresas, de modo geral, principalmente a micro e a pequena empresa, hoje, são apoiadas por um modelo das incubadoras; é uma experiência que está sendo desenvolvida, por meio da Universidade de São Paulo, fato que como foi colocado hoje pela manhã, das incubadoras de base tecnológica. Também, esse é um modelo que está dando bons resultados, apoiado não só pela Secretaria, como também pela universidade e o Sebrae. O outro grande papel da Secretaria é

estimular essas parcerias; além de fazer essa grande articulação, ela estimula parcerias no sentido de buscar essas inovações tecnológicas. A grande preocupação hoje, obviamente, em nível da Secretaria, é a política de desenvolvimento científico e tecnológico; ela apóia fortemente o desenvolvimento econômico. Então, a grande ênfase de nossas atividades, além de apoiar as pequenas e médias empresas, por meio das universidades, institutos de pesquisa, é o desenvolvimento pela Secretaria de um papel articulador do crescimento econômico, exatamente na geração de emprego e aumento da renda. De maneira que, da época do Secretário Emerson Kapaz, todas as diretrizes políticas, procedimentos etc. estão sendo implementados pela Secretaria. Mas, como eu disse, a ênfase, a urgência, é no crescimento econômico, é no desenvolvimento econômico, na geração de emprego e aumento da renda.

SR. JORGE CARUSO – Passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Muito obrigado, Deputado Caruso. Aos colegas da Mesa, senhoras e senhores, peço desculpas por entrar assim no fim, quando todo mundo já pensava que estava nas últimas perguntas e poderia ir embora.

SR. JORGE CARUSO – Eu que peço desculpas, porque na realidade acabamos alterando um pouco a programação e a Mesa é que pede desculpas ao senhor.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Imagina. Então, vim preparado para fazer uma breve, muito curta (e agora vou encurtá-la mais) apresentação sobre a contribuição e algumas ações que a Fapesp, Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo, vem fazendo nesse aspecto do desenvolvimento tecnológico

para a competitividade da empresa no Estado de São Paulo. Gostaria, antes de começar, de saudar e cumprimentar a iniciativa da Assembléia Legislativa ao organizar esse Fórum, até porque tenho participado bastante do Fórum sobre Ciência e Tecnologia, e vejo que os assuntos que foram hoje discutidos aqui têm completa conexão e superposição com assuntos que discutimos no Fórum de Ciência e Tecnologia. É até uma pena que não tivéssemos tido a idéia de fazer uma reunião conjunta para esses aspectos, porque vários dos tópicos, dos gargalos e das dificuldades que foram aqui discutidos nós, a coisa de um mês, um mês e meio, acho que o Dr. Francisco estava presente, discutimos no Fórum de Ciências. Então, com a ajuda de transparências, o que eu iria apresentar é um brevíssimo panorama de um dos gargalos fundamentais da questão da pesquisa e desenvolvimento, ou seja, da geração de conhecimento no Estado de São Paulo, que eu resumo ali com essa pergunta: como trazer a empresa para o centro da atividade de inovação tecnológica? Isso é um fato que achei muito interessante o Dr. Dorival destacar em sua apresentação, e é justamente um dos grandes equívocos que vivemos no nosso Estado e no nosso país, essa coisa de pensarmos que desenvolvimento tecnológico ou atividade de inovação tecnológica é um assunto primordialmente da universidade e de institutos de pesquisa. Qualquer um que observa o que acontece no mundo nesse aspecto vai verificar que não é assim. É a empresa que é o principal puxador deste assunto, que coloca as demandas, que coloca os problemas e que de alguma maneira acaba orientando a atividade da universidade, dos institutos de pesquisa e assim por diante. E, em seguida, vou mencionar alguns dos programas que a Fapesp fez, relativos a esse assunto, e os senhores vão ver que esses programas, de alguma maneira, retratam o aprendizado que nós na fundação fomos tendo sobre essas questões. Nosso programa original era de natureza muito ofertista, ou seja, era voltado para a universidade oferecer tecnologia para a empresa, e nós logo aprendemos que isso não dava muito certo, até por várias das razões que o colega ali acabou de mencionar com respeito à Embraer. Essa interação de universidade com a empresa é uma coisa muito mais difícil de realizar, até por

obstáculos naturais e intrínsecos, do que fácil falar sobre isso. Na verdade, requer que exista atividade de pesquisa e desenvolvimento dentro da empresa. Então, nessa figura, só para termos uma idéia, mostro que no Estado de São Paulo, se investe em atividades de pesquisa e desenvolvimento; isso é do ano de 95, o último ano para o qual existe esse dado completo, especialmente os dados do Governo Federal, uma quantia perto de 2 bilhões de dólares, dólares daquele ano de 95, o que dá mais ou menos 1% do PIB paulista. Um por cento do PIB investido em atividade de pesquisa e desenvolvimento é praticamente a metade do que qualquer país desenvolvido ou em desenvolvimento rápido costuma fazer. Se olharmos, por exemplo, para a Coréia do Sul, vamos ver que eles investem quase 3% do PIB em pesquisa e desenvolvimento; os Estados Unidos, 2,5%; o Japão, 2,5% e assim por diante. Então, mesmo que seja um número notável, do ponto de vista do Brasil, não tem nenhum Estado que chegue nem perto de fazer isso. Ainda assim, para competir no mundo (porque vamos competir com o mundo, não é com os outros Estados brasileiros) falta uma boa parte da caminhada para ser realizada. Para terem uma idéia, comparo ali, se São Paulo fosse um país em termos de investimento feito em pesquisa e desenvolvimento, uma das atividades importantes para a inovação tecnológica, não é a única, é uma delas, São Paulo estaria em situação superior à da Espanha, superior à do Brasil, próximo à da Itália. Mas os senhores vejam que outros têm investimentos totais muito superiores aos nossos. Na próxima figura, tento quebrar essa análise, olhando a parte do Governo. Aí os senhores vêem que o Estado de São Paulo já subiu bastante na escala, estava em antepenúltimo daquela coleção, na mesma coleção o Estado de São Paulo já ficou bem no meio e a diferença não é tão grande quando se olha o volume de recursos investidos pelo Governo do Estado de São Paulo, que é, como porcentagem do PIB, superior ao que faz a Inglaterra, a Itália ou o Japão e depois, ali para baixo, o Brasil e a Espanha de novo. Mas, quando olhamos o investimento feito pela empresa, aí realmente estamos em situação bastante desfavorável, e creio que, exatamente nas intervenções anteriores, foram mencionadas praticamente todas as boas e

importantes razões por que a empresa se vê praticamente impedida de expandir esse investimento. Acho que isso é muito importante ter em mente. Não aqui nessa platéia, mas, às vezes, quando apresento isso para platéias de natureza mais acadêmica, logo vem algum argumento: não, mas a empresa não quer, só quer vantagem. Não é isso. As dificuldades macroeconômicas, a instabilidade, os juros, tudo isso é péssimo para a empresa querer pôr seu dinheiro e investir em pesquisa e desenvolvimento. Seria um suicídio até, fazer demais disso na situação que temos de tributação, de juros, de instabilidade e assim por diante. Então, nessa outra figura, é uma tabela que resume o número de pessoas, o número de cientistas e engenheiros que fazem pesquisa e desenvolvimento no Estado de São Paulo. E ali eu mostro que a maior parte deles trabalha em universidade, quase 65%, enquanto 14% apenas trabalham para empresas. Esse dado sobre as empresas é o dado que mencionei antes da Anpei – Associação Nacional de Pesquisa e Empresas Inovativas –, que faz um levantamento anual, tem uma base de dados bastante detalhada. E os senhores observem na coluna ao lado, a diferença quando comparamos com o caso dos Estados Unidos, obviamente não em termos de quantidade total, porque aí é uma coisa recalcante e apavorante (comparar nossos 17 mil cientistas com um milhão de cientistas que têm os Estados Unidos), mas, sim, em termos da distribuição. Nos Estados Unidos, 80% dos cientistas trabalham para empresas e apenas 11% trabalham para universidades. Isso acho que ajuda a entendermos como a empresa nos Estados Unidos consegue ser tão competitiva e criar tanta inovação e tanta novidade, a ponto de o descolamento entre os Estados Unidos e o restante do mundo, baseados em empresas de alta tecnologia, estar cada vez mais acentuado. Nessa figura, comparo, agora não é com os Estados Unidos, mas com a Coréia do Sul, vejam ali. Enquanto na Coréia do Sul existem hoje em dia quase 80 mil cientistas engenheiros trabalhando dentro da empresa com empregados da empresa, fazendo atividade de pesquisa que interesse para a empresa, são assalariados da empresa, no Brasil temos perto de 9 mil; em São Paulo, perto de 2.400. Se pensássemos que o Estado de São Paulo desejaria

competir com a Coréia do Sul em capacidade de inovação e de desenvolvimento de novas tecnologias e produtos inovadores, esse gráfico daria um pouco o tamanho do problema que precisamos resolver, em termos de quantidade de pessoas disponíveis e também de sua colocação no lugar certo. Porque também não adianta termos uma situação como temos hoje no Brasil, em que formamos quatro mil doutores por ano, mas talvez 10 ou 15 desses vão trabalhar para a empresa, o restante irá ser professor de universidades. Precisávamos ter uma distribuição diferente, em que a maioria fosse trabalhar dentro da empresa, fazendo inovação dentro da empresa. Essa figura serve para se ter uma idéia do que acontece em alguns outros países. Só para reforçar o argumento. A barra vermelha mostra a quantidade de pessoas que fazem pesquisa dentro da empresa, tem Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Canadá e, no fim, mostra o caso do Brasil, coitadinho, com um pequenino número, que de alguma maneira resulta num dos demonstrativos do resultado disso, que é o que está mostrado nessa figura, referido pela Dra. Neusa. Ilustro de maneira mais completa. Número de patentes que o país registra nos Estados Unidos. As patentes registradas pelo Brasil nos Estados Unidos são a coluna azul. As patentes registradas pela Coréia do Sul são a coluna vermelha. Olhem para essa figura e vejamos qual é a chance que temos de competir e de ganhar mercado, nessas condições. E a co-relação que faço nessa figura é com o gráfico em quadradinhos, que mostra o investimento feito pela empresa, não pelo Governo, pela empresa em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Mostrando como o gráfico do Brasil fica mais ou menos constante e reduzido, nosso número de patentes também fica, enquanto o número do investimento empresarial em pesquisa na Coréia do Sul cresce ano a ano, de alguma forma conseguiu-se na Coréia motivar a empresa a fazer isso, sem que ela fosse à falência; porque no Brasil, se se obriga hoje a empresa a fazer isso, suspeito que muitas entrariam em graves problemas, mas conseguiram construir isso para fazer tal diferença. E aí, destaco o que é uma distorção importante, talvez, em minha opinião: a maior distorção do sistema brasileiro, do sistema paulista de

ciência e tecnologia é o fato de termos muito poucos cientistas engenheiros trabalhando dentro das empresas, fazendo a inovação que a empresa precisa, na escala de tempo e no “time” em que a empresa está acostumada a funcionar, movidos pela lógica do Departamento de Marketing, do Departamento de Reclamações, do Departamento de Desenvolvimento e assim por diante. O que é muito diferente de fazer interação da universidade com a empresa, em que a empresa vai interagir com um indivíduo que se move por uma lógica naturalmente diferente, a lógica da instituição acadêmica. Não dá para querer transformar a empresa em universidade e a universidade em empresa. É a questão, justamente, de puxar a empresa para ser o ator principal num sistema de inovação. Do ponto de vista do que temos feito na Fapesp, reconhecendo esse quadro que apresentei de maneira muito resumida, mas tenho muitos outros dados para corroborar essa afirmação que fiz de que a empresa faz menos atividade de desenvolvimento e pesquisa do que seria desejável e saudável para o Estado e para o Brasil, a Fapesp, que é uma Fundação Estadual, criada em 1962, tem como missão apoio à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo. Então, essa missão é importante dentro desse aspecto que estamos discutindo aqui, mas ela não é capaz de cobrir todos os aspectos. Porque, por exemplo, a Fapesp não é um banco de desenvolvimento, que pode emprestar recurso para qualquer assunto, para a empresa investir e crescer e assim por diante. Mas ela pode, sim, apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento que a empresa precise. E é isso que começamos a fazer, cada vez mais, a partir de 1994, quando a Fapesp começou a criar uma série de novos programas voltados justamente para essa finalidade. Aí eu listo cinco deles que se relacionam exatamente com aspectos que foram mencionados aqui, de manhã. O primeiro, parceria da universidade com a empresa. Temos 51 projetos, gostaríamos de ter muito mais e poderíamos ter muito mais. Mas as dificuldades intrínsecas, em nossa opinião, da interação entre a universidade e a empresa, limitam a quantidade de projetos que podemos ter. Na verdade, acho que a principal dificuldade é a existência de poucos cientistas engenheiros dentro da empresa, o

que não permite que as empresas identifiquem corretamente os projetos de que precisam e os parceiros adequados. Por exemplo, quando a empresa tem os cientistas, aconteceu-me isso a semana passada com relação à Embraer, que foi mencionada aqui, uma das iniciativas do Estado de São Paulo, para tentar manter a Embraer no Estado, seria oferecer vantagens do ponto de vista de apoio à atividades de pesquisa e desenvolvimento. Na Sexta-feira da semana passada, pedimos à Embraer que nos apresentasse uma lista com tentativas de possíveis projetos que a Fapesp poderia financiar. Os engenheiros e pesquisadores da Embraer, durante o sábado e o domingo trabalharam; na segunda-feira, apresentaram uma lista de 25 projetos. Projetos com assunto, com parceiro na universidade, em qual universidade, o nome do pesquisador, o cronograma etc. A empresa, tendo os pesquisadores, sabe identificar onde vai achar a parceria. Com base nisso, a Fapesp em dois dias criou um programa reservando 20 milhões anuais para apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento na ciência e tecnologia aeroespacial. Então, esse é um exemplo de como é importante ter os pesquisadores dentro da empresa. O segundo programa que destacaria, a pesquisa inovativa na pequena empresa. A Fapesp faz, no Estado de São Paulo, uma coisa que nenhum Estado brasileiro faz e, na verdade, poucos países do mundo fazem. Ela dá dinheiro, dado, não é emprestado, é dado, para a pequena empresa, para que a pequena empresa desenvolva um projeto voltado à inovação tecnológica. Temos já mais de 100 pequenas empresas no Estado de São Paulo sendo apoiadas dentro desse programa. O projeto é contratado com um pesquisador que deve ser um empregado da empresa. Esse pesquisador pode receber até 400 mil reais para realizar esse desenvolvimento tecnológico. O que a Fapesp não pode fazer é **dar** dinheiro para financiar a produção dessa inovação. Estamos agora estudando o estabelecimento de um programa de capital de risco, com recursos da Fapesp para investirmos nas pequenas empresas que tiverem sucesso no desenvolvimento dessa inovação. Alguém que falou antes de mim destacou a importância de termos acesso a mecanismos de capital de risco, se não me engano foi a Dra. Neusa e

também o Dr. Dorival. O terceiro programa que estamos em implantação, é o programa pesquisador na empresa, em que a Fapesp vai pagar uma bolsa para custear, não é o salário, mas uma bolsa, a existência de um pesquisador dentro da empresa, trabalhando para a empresa na lógica da empresa. A única coisa que nos falta para podermos implantar esse programa é encontrarmos parceria com alguma associação empresarial. Procuramos já a Fiesp e a Confederação Nacional da Indústria, porque o Conselho da Fapesp especificou-me que esse programa para ser implantado deve ter uma parceria, mesmo que minoritária, por parte de associações empresariais. Só para não ficar uma situação em que simplesmente o Governo está dando a vantagem para a empresa motivar-ser. Porque, em geral, coisa dada pensam que não vale. Então, ter um pouco do investimento do esforço, mas não precisa ser a metade, é menos do que a metade o que estou pedindo para que a Fiesp, o Sebrae, a CNI entrem participando e poderemos pôr 100, 200, 300, 500 pesquisadores trabalhando dentro das empresas com essas bolsas. O quarto programa, consórcios para inovação, acabou de ser aprovado na quarta-feira passada, para estimular o estabelecimento de consórcios entre empresas de um mesmo setor para elaborarem um conjunto de projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que a Fapesp possa financiar, também em parceria com institutos de pesquisa ou instituições acadêmicas. E o último, que é o programa de acesso a uma base de dados chamada: "Therewent Patent Index". Essa é a base de dados mais completa que há sobre patentes do mundo inteiro. Ali encontram-se informações sobre patentes registradas no Brasil , no Japão, na Comunidade Européia, nos Estados Unidos e em vários outros países e a Fapesp fez a assinatura do acesso a essa base de dados para todo o Estado de São Paulo, e o que estamos aguardando que seja estabelecido, é de novo, parceria com Fiesp, Sebrae, CNI, Simp, associações empresariais, para que essas associações ganhem acesso a essa base de dados para oferecer esse serviço aos seus associados, porque oferecer o acesso a todas as milhares de empresas que há no Estado de São Paulo seria um custo absurdamente alto do ponto de vista do valor da

assinatura. Se nos concentrarmos nas associações, fazemos isso por um custo aceitável e tem-se o acesso às empresas. Porque acesso a informações de patentes é algo que não é costume na empresa brasileira; mas cada vez está se tornando mais necessário, especialmente quando a empresa começa a se preocupar, como justa e felizmente foi relatado aqui com questões relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias. Essa figura está mostrando o volume de recursos que a Fapesp destina anualmente para áreas relacionadas com tecnologia. Classificamos meio arbitrariamente as áreas de engenharia, agronomia e veterinária, parceria universidade/empresa e pesquisa dentro da pequena empresa. Estamos fechando o ano de 99, chegando num valor próximo de 80 milhões de investimento feito pelo Estado de São Paulo, por meio da Fapesp, em projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico em todas essas áreas, inúmeros projetos de parceria, projetos de engenharia bastante desenvolvidos, bastante sofisticados, que são feitos no Estado de São Paulo. Quis mencionar aqui alguns dos resultados, até porque já foi mencionado aqui que nós não somos um país de fazer invenções, de descobrir coisas, mas, na verdade, somos. Sabemos fazer isso. O que acontece é que não nos pomos a fazer isso demais. E poderíamos fazer. É importante observar que temos bons resultados no passado, porque senão entramos na história da fracassomania nacional e achamos: não conseguimos fazer, nossos engenheiros não sabem, nossos cientistas não conseguem. Eles conseguem. Aí eu listei, de cabeça, algumas realizações tecnológicas importantíssimas feitas ou no Estado de São Paulo, à exceção da última, em que o Estado de São Paulo teve uma participação, mas determinante, que é a central telefônica atrópica, desenvolvida no Centro de Pesquisa da Telebrás, hoje Fundação CPQD, que ainda hoje há um equipamento competitivo e que ganha várias concorrências para centrais telefônicas de porte de 10 mil, 20 mil terminais. O avião a jato da Embraer: não só inventamos o avião, ganhamos dinheiro com o avião hoje em dia. Na balança de exportações brasileiras significa hoje, quase quatro bilhões por ano, em termos de exportações, porque houve um investimento

continuado no Estado de São Paulo; no caso, não do Estado de São Paulo, mas no Estado de São Paulo, o Governo Federal investiu em criar uma escola em 1948, de formar engenheiros aeronáuticos, engenheiros eletrônicos, que foi o ITA; foi, foi, foi e essa escola resultou na Embraer, que hoje faz esse principal produto da pauta de exportações brasileiras – foi em 99 e será no ano 2000 também. O desenvolvimento da tecnologia de fibras óticas, feito pela Unicamp em parceria com a Telebrás; o projeto Genoma, feito pela Fapesp em São Paulo, em parceria com a Fundecitros, com o Instituto Ludbrig de pesquisa contra o câncer. Na questão do desenvolvimento da soja, o Brasil se tornou importante produtor porque houve investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico para fazer soja. Senão, não tinha jeito de conseguir plantar soja no Maranhão. A semente normal de soja nunca daria certo no Maranhão por causa do tipo de insolação, do tipo de solo que tem, e quem descobriu como fazer a semente de soja que dá certo para plantar com produtividade no Maranhão foi a Embrapa, investimento expressivo do Governo Federal brasileiro. E por último, o esforço da Petrobrás, que hoje tem a melhor tecnologia do mundo em perfurar petróleo em águas profundas. Então, eu terminaria por aqui, destacando que temos, sim, uma enorme capacidade; o que está faltando é explorarmos mais essa capacidade. E a Fapesp tem feito um grande esforço, e ao dizer que temos feito um grande esforço, não quero dizer que temos o suficiente e que sabemos exatamente tudo o que tem de ser feito, até porque, aproveito para deixar colocada aqui a questão, ou o desafio, de que aceitamos e gostamos de receber na Fapesp, propostas e sugestões de programas e ações que possamos fazer para estimular e para ajudar ainda mais o desenvolvimento tecnológico no Estado de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

SR. JORGE CARUSO – Este coordenador pergunta à Mesa se há alguma pergunta a ser dirigida ao Dr. Carlos Cruz, alguma pergunta dos senhores presentes ao Presidente da Fapesp. (Pausa)

SR. MARCO ANTÔNIO DOS REIS – Sou diretor na Fiesp do Desempi – Departamento de Desenvolvimento da Micro e Pequena Indústria, junto com o Dorival Biasia. Queria aproveitar a presença do Dr. Brito Cruz, a apresentação brilhante que fez, para mencionar alguns programas nossos, pelo que os senhores aqui disseram. Um deles: Universitário Empreendedor, em que pretendemos pegar o universitário de último ano, levá-lo à grande empresa, à pequena empresa e aproximá-las com isso da universidade. Ele, estagiando na cadeia, serviria como um elo de ligação entre a pequena e a grande e a universidade, uma vez que entendemos que a pequena empresa não tem a formação universitária. Normalmente são profissionais que partiram da indústria, que foram arrojados, lançaram seu negócio e tiveram sucesso. Uma segunda situação, porque a Fiesp também entende e sabe, é evidente, é que precisamos unir a iniciativa privada, o Governo e a comunidade, como vocês dois colocaram, e temos inúmeros projetos nesse sentido. O próprio Senai faz um brilhante trabalho de treinamento, temos nos aproximado; inclusive, no setor de Segurança Pública, há uma comissão específica. Você mencionou o Jardim Ângela, temos feito trabalhos e estudos nessa região, tentando levar o trabalho do Senai para a Febem, tentando também essa parceria para que se possa promover a reintegração de crianças infratoras na sociedade. Então, existe um esforço grande nesse sentido. Tem um outro projeto com o IPT, apenas para mencionar o interesse nas parcerias, que vai ao encontro da pequena empresa. Fazemos um diagnóstico na pequena empresa e a idéia é a melhoria do produto, do processo, para tentar inserir essa empresa no mercado mundial. Sabemos que existe uma demanda mundial e o Brasil está longe disso. Participamos com menos de 1% nesse mercado mundial. As empresas exportadoras, acho que são 1.500, a grande maioria, 80%, está concentrada em mil empresas de grande porte. E a empresa de grande porte resolve essa situação por si própria. Ela vai buscar o recurso no mercado internacional, onde encontra juro competitivo, uma situação, um prazo muito maior, toma dinheiro a 360 dias, 180 dias; então, é uma condição totalmente diferenciada de nossa pequena empresa.

Isso para não falar em carga tributária, as empresas brasileiras estão totalmente endividadas, a indústria foi muito sacrificada. Sabemos que um país se constrói em cima da agricultura e da indústria, que é onde se produz riqueza para o país, e isso não ocorreu na última década. O recurso todo está concentrado no sistema financeiro, ou foi retirado da empresa a custo de um tributo elevado, tanto que se falou na reforma tributária. Nós aqui falamos em 33% de carga tributária. Na verdade, isso para a pequena empresa passa de 40%, porque a pequena empresa depende do empresário, e uma vez que ele está envolvido com fiscalização, com burocracia, com consultoria, isso onera em muito esse custo tributário, o que o tira da situação de competitividade que gostaríamos de colocar. Era isso que queria colocar. Temos alguns projetos, gostaria, depois, de poder procurá-lo para tentarmos aproximar isso, porque a pequena empresa precisa muito da Fapesp. Sem dúvida, com esse trabalho, vamos colher frutos. Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Pergunto se há mais alguma manifestação.

SR. ARNALDO – Na intervenção que fiz, não coloquei bem as palavras. Conheço o Brito, já estivemos juntos aqui, não nesse seminário, mas já há alguns dias e gostaria de fazer novamente a pergunta, porque não a coloquei bem: como vamos fazer com respeito a essas pessoas que hoje são discriminadas, por não terem conhecimento de informática e demais trabalhos? Ao mesmo tempo, gostaria de agradecer ao nosso amigo Caruso, que vem fazendo o seu trabalho como deputado, a oportunidade de participar do Fórum Século 21, o que nos deixa muito feliz em poder estar aqui, para trocar idéias e propostas. Sempre digo que, quando as idéias são boas, nós as guardamos; quando não, nós as jogamos fora.

Muito obrigado.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO – Farei um brevíssimo comentário, a questão de como requalificar as pessoas, tendo em vista as mudanças do mercado

de trabalho, é um desafio enorme. Na verdade, na Fapesp não tenho uma resposta, mas tenho, talvez, um programa que pode ajudar a achar a resposta. Há um programa na Fapesp que se chama Pesquisa em Políticas Públicas. Isso, claramente, trata-se de desenvolver uma política pública para atuar na requalificação de pessoas que não tiveram a chance de ter uma formação mais adequada ao mercado de trabalho de hoje. Então, seria a questão de acharmos a instituição e os pesquisadores que poderiam atuar, talvez associados com a própria Secretaria da Ciência, ou com a Secretaria da Educação, ou com a Secretaria do Trabalho; aliás, há um projeto que estamos financiando com a Secretaria do Trabalho que passa bem perto disso, que é sobre a empregabilidade no Estado de São Paulo. Mas, certamente, poderemos apoiar outras iniciativas relacionadas a isso. Creio que há um programa bastante intenso com fundo bem razoável do FAT, junto ao Sindicato dos Trabalhadores em todas as áreas, em todas as profissões e que tem ido muito bem, nesse programa de requalificação de mão-de-obra.

SR. DORIVAL BIASIA – Gostaria de falar alguma coisa sobre isso também, rapidamente, e dizer o seguinte: a requalificação da mão-de-obra vai depender muito da base do trabalhador. O trabalhador tem que ser formado desde a mais tenra idade. Não adianta querer pegar um trabalhador acima de 30, 40 anos e fazer com que ele vá entender de computação, que vá entender de assuntos técnicos. Ele tem que sair da raiz. Tivemos, hoje pela manhã, uma explicação bastante clara nesse sentido, do Prof. Remo, quando ele disse que veio do interior, de uma família humilde, e com sacrifício muito grande conseguiu até atingir uma universidade. Ele que saiu de um meio bastante humilde, passou por uma situação de classe média e os filhos passaram logo em seguida a ter uma facilidade bem maior do que a dele. Lembro-me, passando por meus 45 anos, de que sou empresário há 45 anos. Durante todo esse período, quantos trabalhadores vieram para minha empresa e entraram ainda meninos, sem qualificação de espécie nenhuma, sem saber nada e acabaram se tornando profissionais, sem escola, sem requalificação, sem apoio do

governo... Tornaram-se profissionais no trabalho. O que precisa é dar trabalho às pessoas. As pessoas, tendo trabalho, conseguem se desenvolver. Hoje, a maioria de nossos profissionais nas empresas, infelizmente até (isto é mal, mas eles se formaram dentro da própria empresa), têm pouco nível de escolaridade. Eles teriam que juntar as duas coisas, escolaridade e técnica. Lembraria, inclusive, um programa que esteve muito em moda há 30 anos. Chamava-se Mobral – Movimento de Alfabetização de Adultos. Foi feito um grande trabalho em cima disso, um trabalho sério, cujos resultados foram realmente muito pequenos e, conseqüentemente, o Mobral hoje já nem existe mais. Porque a pessoa tem que ser preparada desde o início da vida, depois que ficou adulto não se tem muito para fazer. Esta é a realidade nua e crua, ainda que não seja agradável.

SR. – Queria comentar dois aspectos, cumprimentar o Presidente Cruz pela brilhante exposição enfocando o problema correto, porque a inovação está na empresa, a universidade faz a invenção... e a questão de lembrar o caso do 145, que é um caso contra a fracassomania brasileira. Estou lançando um livro, com o apoio da Fapesp, que se chama *Embraer o estado mercado*, em que recuperei toda a história da Indústria Aeronáutica. A história da Indústria Aeronáutica é importante pelo seguinte aspecto: quando comecei a escrever o livro ou a tese, muitas pessoas falavam: “você não tem que estudar, o Brasil não tem que construir aviões, o Brasil tem que ser competitivo em banana, em *commodities*, o Brasil não tem que construir avião”. E o que eu descobri é que temos uma engenharia muito boa. Vários lobistas canadenses – é importante falar isso, porque a competição de mercado nem sempre é leal, é profundamente desleal, e muitos agentes a bombardear me ligaram pedindo informações sobre o jato – me falaram o seguinte: “mas o jato brasileiro é mais competitivo, porque ele tem subsídios do governo”. Falei: “não, ele é realmente muito superior ao canadense. O fato de ele ter um subsídio é porque nossa taxa de juros, o ambiente macroeconômico impede esse tipo de inovação, mas o avião realmente é excepcional”. Se comparássemos o custo operacional, de

espaçabilidade, todos os requisitos técnicos, nosso avião é fruto de uma engenharia fabulosa. Acho que isso é importante registrar aqui. E o segundo aspecto: acho que todos temos que parabenizar o Governo de São Paulo, a Fapesp, porque há dois dias eu estava lendo a planta da Embraer, havia a possibilidade, a própria Bahia novamente entrou para negociar a questão da guerra fiscal, já não bastasse a Ford, que saiu do Rio Grande do Sul e foi premiada com 360 milhões, sendo que a Ford atualmente desativou os laboratórios de P e D. Então, com a guerra fiscal, é difícil pensar em política tecnológica, industrial, quando se tem um tipo de medida predatória, de disputa predatória entre as regiões. Então, o que estou entendendo aqui é que esse tipo de resposta da Fapesp é a resposta que deveríamos ter em relação à atração dos investimentos, não à questão do que existe hoje no Brasil. E aqui eu reforço uma coisa importante: participei de um seminário em homenagem ao Celso Furtado na USP, e estava o pesquisador Benhasco, que é um dos teóricos dos distritos industriais – e amanhã vamos ter, pelo que sei, uma exposição dos sistemas locais, industriais – em que ele falava o seguinte: “as regiões são importantes, mas não há distrito industrial, não há sistema regional de inovação que suporte uma guerra fiscal”. Ou seja, sem políticas sistêmicas. No limite, a guerra fiscal entre as regiões leva a uma ineficiência da competitividade sistêmica. Então, é importante o quê? Medidas, e por isso volto à questão que falei há pouco com a Dra. Neusa: é que temos que pensar em medidas *gohanas* locais, regionais, mas articuladas a uma coordenação nacional. Isso é fundamental para o desenvolvimento.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Comentaria, como foi destacado, que acho que esse caso da Embraer mostra para nós várias coisas interessantes. Acho que vale a pena fazermos um esforço de imaginação e pensarmos no Brasil de 1948. Se alguém chegasse e falasse: “vamos fazer esse país ser o principal exportador de aviões a jato de 50 lugares”, todo mundo ia rir. Então, isso destaca para nós como que esse assunto do conhecimento, ou seja, de

fazer o conhecimento virar riqueza, é algo complexo e, além do mais, fortemente cumulativo. É uma coisa que não se faz de um dia para o outro, não resolvemos fazer hoje e amanhã está feito. É uma coisa que requer um apoio e um esforço que precisa durar muitos anos, muitas décadas. Imaginem se em vez de termos começado só este assunto Embraer, tivéssemos começado quatro, cinco assuntos parecidos, hoje, em vez de estarmos falando de quatro bilhões que entraram em nossa balança de exportações, estaríamos falando cinco vezes isso. Então, acho que isso é o que precisamos ter em mente. Porque as vezes achamos que vamos fazer uma medida agora, e de repente no ano que vem vamos estar fazendo uma tecnologia poderosa e vai ter uma Microsoft brasileira faturando os milhões de dólares etc. Não é assim que funciona. Vamos precisar fazer esforço constante e contínuo, algumas coisas vão começando a acontecer, mas vão acontecer mais coisas à medida que o tempo for passando, se mantivermos o olho no objetivo e a caminhada em direção a ele. O que significa, principalmente, apoiarmos a formação de pessoas para fazer isso. Porque quando se olha para uma coisa como a Embraer, o que é que tem de especial em São José dos Campos, que faz ter uma empresa como essa? É que lá tem engenheiro bem educado. É isso. Não é nada mais. Por que esse avião não está sendo feito na Itália, na Espanha, na França, em qualquer outro lugar? Está sendo feito em São José dos Campos, porque ali tem uma massa crítica de engenheiros capazes de sentar na frente de um computador, trabalhar três anos e sair o projeto de um avião, que é o melhor avião do mundo de 50 lugares.

SRA. NEUSA SERRA – Gostaria só de fazer um comentário em relação à questão da Embraer, e é nessa linha, você lançando um livro sobre isso, você deve ter levantado, além desse, milhões de outros aspectos. Mas o que acho interessante na história da Embraer é o fato de ela ter uma continuidade no esforço preexistente na região, em que o ITA teve um papel importante. Então, o fato do ITA já existir, de existir toda uma capacitação de engenharia aeronáutica lá, acho que é um papel

importante. Você destaca o papel da universidade enquanto formadora de profissionais capazes de atuar nessa linha, também o papel dessa articulação que você está falando. Em que momento surge a Embraer? A Embraer surge num momento em que a questão da política tecnológica, de uma trajetória tecnológica mais firme, estava colocada no nível federal também, no estadual e no federal, e isso era implementado de fato. Acho que é interessante recuperarmos esses dois aspectos. Acho importante o papel da universidade, enquanto provedora desses recursos que foram fundamentais para a criação, para a sustentação, para a continuidade do esforço da Embraer; e também uma decisão política que passou de fato por uma articulação firme de decisão de implantar a Embraer como o coroamento de um esforço de fato de o país estar entrando na pesquisa tecnológica aeroespacial.

SRA. – Como estávamos falando também sobre investimento em pesquisa tecnológica etc., a minha pergunta é a seguinte: em cima da reciclagem todos nós sabemos que aproveitar um produto para dele fazer uma nova matéria, fica mais em conta do que tirar da matéria prima crua ainda. Sei também que aqui no Brasil há várias pessoas que saíram da faculdade sonhando com um país melhor; vindo por esse ângulo, inclusive chegaram até a inventar blocos feitos de estrume de animal com ótima qualidade de resistência. Acredito que o Sr. João Carlos sabe dessa invenção, que foi pesquisar a resistência desse bloco etc. Então, há vários brasileiros que investiram nisso por sonho, utopia, sei lá, mas que conseguiram resultado. A Fapesp talvez tenha conhecimento e, se não tem, por que não faz assim um movimento de apanhado com os que estão saindo da faculdade, o que eles têm, por que todo mundo quando está se formando não apresenta um projeto de fim de ano? Nesses projetos, eu tenho visto coisas incríveis. Você pensa: “nossa, é coisa de outro mundo. Não é brasileiro, de tão boa qualidade”. Aproveitemos esses trabalhos que fazem de fim de ano, que tem coisas fantásticas e vamos investir nisso. Vocês já estão com essa idéia, mas devem aproveitar e incentivar a

população. Há o Recicla Três Rios, que é da cidade de Três Rios, em que a população toda foi movimentada em cima da reciclagem. Fizeram incentivo com as crianças, porque a criança consegue convencer os pais da reciclagem, é uma coisa necessária. Outra coisa que está aí e todo mundo está vendo, a questão da água, quem tiver mais água será o país mais rico. E não há investimento, em minha opinião, mais sério em cima de nossos rios, porque somos ricos na parte hidro e poderíamos estar aproveitando mais. E essas campanhas, eu associaria também em benefício do próprio Brasil, que em termos de educação ambiental é bem defasado. Sei que amanhã vão estar falando um pouco da questão ambiental. Mas, como se está falando de projetos, essas coisas, aproveitar parcerias de empresas com universidade, estaria aí uma sugestão de aproveitar isso.

SR. JORGE CARUSO – Esse coordenador recebe a sugestão em nome do Fórum, em nome desse grupo especificamente fica o registro e será levado adiante aos Srs. Conselheiros. Ante o adiantado da hora, passou das 17h00, quero terminar; antes, porém, com a pergunta do companheiro da Vila Ema. Vou passar para o Dr. Carlos Cruz, para responder à pergunta que ele faz: o que fazer com esse pessoal que não vai ter uma requalificação profissional? É uma pergunta mais social, mas quem sabe a Fapesp tem alguma idéia.

SR. CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ – Como mencionei antes, nós da Fapesp não temos muitas idéias, nossa missão é pagar às pessoas para terem as idéias. Mas meu palpite sobre esse assunto seria de que o investimento precisa ser feito no lado da educação e do retreinamento. Acho que é possível encontrar inúmeras oportunidades para fazer um retreinamento de pessoas que tiveram um treinamento anterior em outra área e aperfeiçoá-lo para se adaptarem. Por exemplo, vamos ter aqui no Estado e no Brasil um problema enorme que acho que já está começando. Outro dia me dizia o diretor do Sebrae, o Dr. Lessa, que faz parte do Conselho da Fapesp, sobre o assunto das oficinas mecânicas. Porque as oficinas

mecânicas estão passando de ser um lugar onde há martelo e chave de fenda etc. para um lugar onde há computador e equipamentos eletrônicos que põem o carro para funcionar. O que vai acontecer com essas milhares de oficinas mecânicas que existem no Estado, quando começarem a entrar aqui essas redes de oficina eletrônicas dos Estados Unidos, os Maidas, Mainequim etc. Algum treinamento vamos precisar fazer; aí, acho que o programa por excelência para isso, que eu saiba, é esse programa do FAT, do Fundo de Apoio ao Trabalhador, foi feito para essa finalidade. Precisa ver se está cumprindo essa finalidade. Espero que sim.

SR. MÁRIO WILLINA WESPER – Acho que esse é um desafio, que com toda a tecnologia que temos e com inovações tecnológicas, também devemos ter inovações tecnológicas e tecnologia para treinamento, para que ninguém possa ficar marginalizado. Acho que no ramo que represento, estou tendo uma experiência muito positiva, que é o setor da construção civil, que sempre empregou mão-de-obra não qualificada; está tendo um sucesso muito grande, inclusive com empresas conseguindo a certificação ISSO 9000, e com desenvolvimento de treinamento excelente.

SR. JORGE CARUSO – Senhoras e senhores, eu quero, ante o horário, agradecer a toda a Mesa aqui presente, aos expositores e debatedores, aos convidados, a todos aqui. Acredito cumpridos os objetivos desse primeiro dia de painel, de exposição e debates do Grupo Indústria, e convido a todos para amanhã, às 9h00 da manhã, religiosamente, horário britânico, iniciarmos o 2º dia de painel do Grupo Indústria.

Muito obrigado a todos, uma boa tarde e até amanhã.

20.06.2000

- Jorge Caruso – Deputado. Coordenador do grupo temático Indústria
- Miguel Salomão - Professor. Secretário do Planejamento do Estado do Paraná
- Bety Chisnagaw Abramovitch – Secretária-adjunta da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo
- Roberto Quiroga Mosqueiro – Advogado
- Eduardo Martins Cardoso – Presidente do Conselho de Entidades Comunitárias do Estado de São Paulo
- José Rezende – Deputado. Relator do grupo temático Indústria
- Fausto Sestari – Representante da CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- Júlio César Durante – Consultor
- André Melo – SEBRAE
- Manuel Nogueira Lóis – Diretor do SEBRAE
- Arnaldo Jardim – Deputado. Relator geral do Fórum Século 21
- Horácio Lafer Piva – Presidente da FIESP
- Vanderlei Macris - Deputado. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo
- Silvia Celingarde Sampaio - Professora. Geógrafa
- Maria Carolina de Souza - Professora do Instituto de Economia da UNICAMP, representante da UNICAMP
- Armando de Castro - Professor. Secretaria de Ciência e Tecnologia
- Solange Machado - IPT
- Wilson Cano - Professor do Instituto de Economia da UNICAMP
- Luciano Coutinho - Professor do Instituto de Economia da UNICAMP
- Tadeu Amaral - Presidente de cooperativa habitacional.
- Representante da Central Autônoma dos Trabalhadores – CAT

SR. JORGE CARUSO – Dando prosseguimento ao ciclo de palestras do Grupo Indústria Fórum Século 21, chamamos para compor a Mesa professor Miguel Salomão, Secretário do Planejamento do Estado do Paraná; Dra. Bety Chisnagaw Abramovitch, Secretária-adjunta da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; Dr. Roberto Quiroga Mosqueiro, advogado.

Dando início aos trabalhos, fará uso da palavra, para a sua exposição, Dra. Bety.

SRA. BETY CHISNAGAW ABRAMOVITCH – Deputado Jorge Caruso, senhoras e senhores, bom dia. É um prazer estar aqui, atendendo a um convite da Assembléia e participar do Fórum do Século 21, falando sobre guerra fiscal.

Esse é um assunto que assumiu proporções de epidemia no país, trazendo grandes riscos de natureza política. Cabe ficarmos muito atentos e buscar soluções, porque ela é, no fundo, um sintoma mais do que a causa de um problema bastante grave.

Iniciando, queria traçar a origem desse problema, que, a meu ver, já vem da Constituição de 88; uma Constituição que busca descentralizar atribuições dos Estados, por enxergar nisso uma ferramenta de democracia e participação de todos os entes federativos.

O principal problema dessa Constituição, sob esse ponto de vista, é o fato de que a descentralização de atribuições de responsabilidades não correspondeu a uma descentralização das finanças públicas ou da capacidade de arrecadação.

Um conjunto grande de políticas econômicas permaneceu centralizada, ou seja, as ferramentas da política econômica permaneceram centralizadas; um conjunto grande de gastos permaneceu adjudicado aos Estados e municípios, e a maneira de arrecadar, atrair, desenvolver, regionalmente, foi assunto muito pouco abordado nessa Constituição. Diria que há um vazio constitucional nessa questão.

Alguns mecanismos foram tentados no sentido de dar uma certa disciplina na questão tributária, que é a nossa preocupação na discussão de hoje. O principal é o

Confaz que, em tese, deve unificar as políticas tributárias dos Estados e se revelou uma ferramenta de fragilidade política impressionante.

Do ponto de vista dos Estados, a discussão tem-se colocado em torno da arrecadação do ICMS, do direito de cada Estado legislar sobre o ICMS. Em tese, esse direito é limitado pelas regras do Confaz e, na prática, o que se viu foi um conjunto indisciplinado de medidas que buscou resolver problemas e que, a rigor, criou um conjunto de outros.

O risco político embutido, a prosseguir a guerra fiscal da maneira como vimos até o ano passado, é o da desagregação federativa. Podemos eventualmente caminhar para um aprofundamento das dissensões entre as unidades da federação.

Esse risco esteve bastante elevado até o final do ano passado, quando São Paulo, finalmente, tomou uma atitude mais firme em relação a isso. Explicarei o motivo da demora da intervenção do Estado de São Paulo e por que é um marco nessa história. A verdade é que esse risco vinha num crescendo e afetando seriamente a atividade econômica do Estado.

Do ponto de vista do Estado de São Paulo, o problema da guerra fiscal é menos um questão de arrecadação. Pode ter sido um problema arrecadatário no início do primeiro mandato do governo Covas, quando as contas precisavam ser acertadas e o governo do Estado saneado, mas, gradualmente, à medida que avançamos nesse saneamento, deixou de sê-lo. São Paulo tem recebido muito mais investimento do que perde, em relação a essa guerra fiscal.

A questão que começou a crescer significativamente foi a concorrência entre empresas instaladas no território brasileiro; uma concorrência desigual e desleal. As empresas aqui instaladas passaram a sofrer um tipo de concorrência, para a qual não tinham qualquer ferramenta para competir.

Essas iniciativas chamadas de guerra fiscal foram, basicamente, adotadas com o mesmo sentido. O que os outros Estados fizeram ou pensaram? Racionaram que, para atrair investimento, seria necessário oferecer uma redução de custos às

empresas que se instalassem em seus Estados e a maneira mais simples de fazer essa redução era através da arrecadação do ICMS.

O ICMS é a base tributária do Estado de São Paulo e de mais nenhum outro. Então, essa é uma questão que afeta, particularmente, o Estado de São Paulo. Dificilmente, uma redução de ICMS em Goiás, por exemplo, terá um impacto significativo nas contas do Estado.

Portanto, na reflexão das unidades da Federação menos industrializadas, colocando de maneira simplista, podemos imaginar o seguinte: o Estado já não arrecada o ICMS; então, não tem problema se ele der o incentivo nessa direção, porque não está perdendo aquilo que já não tem. A rigor, ele está atraindo, no mínimo, uma massa salarial que antes ia para um outro Estado.

É um raciocínio interessante, e, Durante algum tempo, esse argumento fez sentido para mim, que estava atuando na área empresarial; ainda não estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Inclusive, tinha conhecimento de coisas parecidas com essa acontecendo nos Estados Unidos, que é uma federação e onde existe uma disputa entre os Estados para atração de investimentos.

No entanto, esse caminho começou a mostrar efeitos colaterais para os quais, certamente, nem mesmo os Estados que adotaram essas medidas estavam atentos. Empresas grandes ficaram seriamente afetadas na sua capacidade de participar no mercado, e 40% desse mercado é São Paulo.

A queixa do empresariado foi crescendo, à medida que as ofertas de redução de ICMS foram crescendo fora do Estado de São Paulo. Os Estados faziam uma redução de alíquotas que podia chegar a 90%, e dilatavam o prazo de recolhimento desse ICMS, muitas vezes, para quatro anos.

Pelo menos, por quatro anos, a arrecadação era zero naquele novo empreendimento e, nos anos seguintes, era um percentual muito pequeno daquilo que se recebe no Estado de São Paulo, onde se cobram alíquotas cheias na maior parte dos produtos. Para as empresas é uma maravilha.

O que começou a acontecer, além de os empresários ficarem desconfortáveis na sua capacidade de competir, foi o surgimento de um tipo de empresa que não esperava ver, a “empresa tartaruga”, ou seja, a empresa que carrega a fábrica nas costas.

Existem empresas assim instaladas no Estado do Nordeste, não tão grandes como as montadoras, que aproveitam os quatro anos iniciais, em que não precisam pagar o ICMS, e, depois, mudam para outro Estado, buscando no Estado vizinho a mesma vantagem. E assim sucessivamente. Sou testemunha de empresários que planejaram a vida das suas empresas dessa maneira.

O que São Paulo poderia ter feito? Poderia ter acompanhado essa política de redução de alíquotas ou de dilação de prazo de arrecadação. Optou por não fazê-lo, pois se trata de uma administração responsável, que sabe que depende dessa arrecadação na manutenção da infra-estrutura que dispõe e que hoje precisa de muito menos investimento na sua expansão ou manutenção do que precisaria há dez ou 15 anos.

Temos uma malha rodoviária gigantesca, uma malha ferroviária nem tanto, mas em condições de ser recuperada, uma estrutura de comunicação de 1º Mundo, uma estrutura de formação de mão-de-obra com universidades públicas e privadas, com ensino técnico e tecnológico no 2º e 3º grau. Enfim, um conjunto de condições que tornam o Estado atraente por si só.

Se perdêssemos muita arrecadação, não seríamos capazes de manter essa massa de condições no nível em que a competitividade global exige. Hoje, não estamos mais discutindo competitividade das empresas no mercado interno; estamos falando já de mercado global. Manter essas condições de infra-estrutura é vital para o Brasil; não diria para São Paulo.

O Brasil inteiro deveria ter melhores condições de infra-estrutura, mas a verdade é que São Paulo tem e não pretendia perdê-la. O que São Paulo fez foi usar um mecanismo da sua Constituição – e, como ente federativo, usar na mesma liberdade que outros Estados usaram quando reduziram alíquotas – que lhe permitia

adotar medidas de defesa das empresas aqui instaladas. E o fez, cobrando aqui o imposto que não é cobrado em outros Estados. São Paulo considera que a dilação por quatro anos é não-cobrança.

Há evidentemente possibilidade de discussão jurídica a respeito dessa medida. É a medida mais forte que já adotamos, mas a verdade é que ela acabou com a guerra fiscal.

Todos os dias estamos recebendo, na nossa Secretaria, empresários estrangeiros buscando oportunidades de investimento no Brasil. Eles visitam diversos Estados, não só São Paulo, e ouvem de nós, quando perguntam a respeito de incentivos fiscais, que São Paulo não dá e que tira qualquer outro incentivo dado, por Estados, que consideremos ilegal; que são os incentivos fiscais.

Para dar substância a essa posição, temos um dossiê com notícias de jornal, apontando empresas que tiveram de fazer acordos com o governo do Estado para cobrança aqui do imposto que não é pago lá.

O primeiro caso mais famoso foi o de uma empresa de embalagem, Dixitoga, que estava no Paraná. Ela fez um acordo – creio que tenha sido bom para o Paraná – e vai pagar lá, em vez de pagar em São Paulo. Que é o correto. Na legislação atual se paga na origem; com a reforma tributária, talvez possamos pagar no destino. Foi emblemática a atuação do governo do Estado nesse caso, por ser a Dixitoga uma empresa muito grande e muito conhecida.

O empresário estrangeiro que vem buscar orientação sobre incentivos fiscais recebe esse discurso documentado na Secretaria e ouve que qualquer vantagem que encontrar em outro Estado – como abundância de matéria-prima, mão-de-obra mais barata – ou qualquer outro elemento que ela considere vantajoso na competitividade no mercado, é ótimo. Queremos que o desenvolvimento abranja outras regiões.

Mas, do ponto de vista dessa guerra fiscal, não toleraremos; e não é porque o Estado deixa de arrecadar. Acabei de dizer a vocês que os investimentos em São Paulo superam em muito das empresas que saem. A questão para nós, realmente,

é proteger o empresário que está já instalado, seja em neste Estado ou em outro qualquer.

Do nosso ponto de vista, esse problema de guerra fiscal está liquidado. Os efeitos disso estão superados na prática. Uma vez por semana, pelo menos, uma empresa vem com uma denúncia dizendo que seu concorrente está instalado na Bahia ou em Goiás e tem quatro anos para pagar imposto. Depois de quatro anos, vai pagar apenas 70% do valor. Assim, terá que mudar de Estado. Ele é encaminhado à Secretaria da Fazenda, que toma, imediatamente, as medidas para cobrar, do seu concorrente aqui, a alíquota cheia.

Como disse, para nós, é um assunto superado. Quando recebi o convite para falar neste debate, disse para o Manuel Lois, meu amigo, que me fez convite, que essa não era mais a discussão. Para nós, hoje a discussão é saber o que vamos fazer para permitir a descentralização industrial. Não é verdade que São Paulo pretenda concentrar todas as indústrias no seu território.

Do ponto da vista da razão econômica, da justiça social, é importante a descentralização industrial no país. É importante criar uma boa infra-estrutura, um bom ambiente produtivo em todos os Estados da federação.

Quais seriam as ferramentas usadas para fazer isso? Algumas são medidas legais. Hoje, há uma discussão que avança e recua, que é a reforma tributária. Se essa medida do Estado de São Paulo já liquidou a guerra fiscal, a reforma tributária, por transferir a cobrança do imposto da origem para o destino, joga a última pá de cal. Encerra de fato essa página lamentável da história das relações entre os entes federativos do país.

A reforma tributária é uma prioridade para o Estado de São Paulo no sentido de que resolve, em definitivo, um problema que estamos hoje segurando de uma maneira mais precária, porque não tem alcance nacional. Temos grandes esperanças.

São Paulo não é contra a arrecadação no destino. São Paulo perde a arrecadação, mas considera, em primeiro lugar, o justo, e, em segundo, dá

condições eqüitativas para as empresas poderem atuar e planejar o seu futuro com mais tranqüilidade.

Já escutei muito empresário dizendo que político, às vezes, gosta da crise, porque aparece no jornal, resolvendo, superando a crise. Empresário quer tranqüilidade. Tudo o que ele quer na vida é poder planejar em longo prazo.

Criar um ambiente macroeconômico estável, certamente, é um desafio do desenvolvimento econômico e uma das bases para alcançar maior justiça social no país. Estabilidade e reforma tributária, provavelmente, andam juntos na macroeconomia.

Quais são as outras ferramentas? Temos trabalhado com muita atenção a relação entre o Estado e os empresários aqui instalados. Existe uma desconfiança histórica de parte a parte, seja porque, em algumas circunstâncias, em algumas administrações, há menos transparência na maneira de se relacionar com empresas; seja porque o Estado tem o poder de, do dia para a noite, definir medidas que podem representar a vida ou a morte de uma empresa ou de um concorrente.

Há um conjunto de circunstâncias em que, historicamente, apesar da proximidade, há uma relação até um certo ponto de desconfiança. Temos hoje discutido com a Fiesp e com outras entidades empresariais a necessidade de um novo pacto entre o governo e o setor privado, que passa pela reforma tributária.

O objetivo é fazer com que as empresas compreendam que a economia insubmersa, a economia informal, precisa ser trazida à tona. Ela tem que ser incorporada à economia formal. Essa seria a base para a redução de impostos sem prejudicar a arrecadação, permitindo ao Estado continuar desempenhando o seu papel social.

A busca desse pacto é um trabalho de formiga, de bastidores, mas temos encontrado muita repercussão. Há um exemplo prático, muito feliz, em outro país, Itália, onde, em determinado momento, havia mais de 50%, talvez 70%, da economia submersa. Os italianos falavam, com toda tranqüilidade, que não tomavam conhecimento do governo.

Um dia descobriram que, num mercado globalizado, governo e empresas eram um ente só; eles têm que atuar juntos, para que o governo, no seu território, na sua atuação política, nas negociações internacionais, permita que as empresas aqui instaladas participem das vantagens do mercado global, tornem-se exportadoras, não tenham barreiras tarifárias.

Essa é uma aliança estratégica num curto e médio prazo, porque o Brasil tem potencial para participar desse mundo globalizado como uma economia de primeira linha. Ele tem toda a condição de ser um país de liderança.

Que outras medidas podemos tomar no caminho desse desenvolvimento novo? É um caminho que, acreditamos, outros Estados podem adotar e estabelecer parcerias, principalmente, usando as ferramentas do Estado para fazer com que as empresas brasileiras ganhem competitividade, ganhem em qualidade, incrementem o aporte tecnológico da sua produção.

Durante muito tempo houve, e ainda há, uma discussão de por que juntar, na mesma Secretaria, ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico, pois eram tratadas em Secretarias diferentes. Ciência e Tecnologia já ficou com a Secretaria de Cultura, por exemplo; até com Educação.

Desde a Constituição de 88, temos Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. Os constituintes tiveram a sabedoria de enxergar que o caminho para o desenvolvimento econômico hoje, no mundo moderno, passa pelo acesso massificado às novas tecnologias.

São Paulo, hoje, vê o desenvolvimento como desafio. Não mais guerra fiscal, não mais discussão, mas o estabelecimento de parcerias com o setor privado, com os demais Estados, no sentido de montar uma arquitetura institucional, que permita ao setor produtivo acesso aos recursos de pesquisa tecnológica.

Que sucessos já temos nessa direção? Sob o aspecto de reconhecimento da pesquisa científica brasileira, o ponto mais alto foi o Projeto Genoma, recentemente anunciado. O Brasil mostrou que está tão equipado para as fronteiras da ciência quanto os países do 1º Mundo.

Poderia fazer um longo discurso para os senhores sobre equipamentos de pesquisa tecnológica, que só São Paulo dispõe em todo Hemisfério Sul. Encontramos coisas como o Laboratório Lusingroton, voltado para pesquisas de materiais, que só tem no 1º Mundo e em São Paulo.

Esses equipamentos são aqueles que o Brasil tem que usar, e devem estar à disposição dos pesquisadores dos demais Estados, devendo ser a base de cooperação entre eles.

Às vezes, não enxergamos essas possibilidades que estão a nossa mão. Na Secretaria de Ciência e Tecnologia, recebemos embaixadores estrangeiros que buscam acordo de cooperação com o Estado. E eles começam com ciência e tecnologia; esse é sempre o primeiro passo para conhecimento mútuo e integração cultural. Em seguida, as relações econômicas se desenvolvem.

Se hoje temos o desafio de descentralizar o desenvolvimento, temos também o desafio de descentralizar e democratizar o acesso à tecnologia. São Paulo concentra cerca de 60% da pesquisa científica feita no Brasil; e são recursos do Estado.

Dedicamos 9,5% do orçamento nas nossas três universidades; colocamos mais 1% na Fundação de Amparo à Pesquisa, Fapesp. São 10,5%, no mínimo, fora faculdades isoladas, que São Paulo destaca do seu orçamento para pesquisa para o ensino superior.

Esse é um caminho que, se São Paulo trilhar sozinho, colocará maior distância ainda em relação aos Estados. Gostaríamos de discutir um plano para melhor integração regional.

São essas as idéias gerais que a Secretaria de Ciência e Tecnologia está trabalhando. Coloco-me à disposição de todos para responder perguntas que caso surjam.

SR. JORGE CARUSO – Passamos a palavra ao advogado Dr. Roberto Quiroga Mosqueiro.

SR. ROBERTO QUIROGA MOSQUEIRO – Bom dia a todos. Gostaria de, na pessoa do Deputado Caruso, agradecer o convite para expor o tema de Reforma Tributário.

Depois da exposição da Dra. Bety a respeito do governo estadual, especificamente do governo do Estado de São Paulo, a minha função é expor a reforma tributária em vista do que hoje há correndo no Congresso Nacional e no Senado Federal. De uma certa forma, também colocar uma visão não política, ou seja, retirando todos os ingredientes políticos desse tema, tentando expor uma questão estritamente técnica de particularmente, como advogado, como pessoa que milita na área tributária, vejo a reforma tributária como um todo.

Quando estamos falando de reforma tributária, não citamos um outro conceito importante de diferenciar, que é a reforma fiscal. Ao me referir à reforma fiscal, estou falando de duas balanças. A balança da receita e da despesa.

Existe todo um esforço do governo federal e de todas as outras unidades federadas para tentar amenizar a carga fiscal no lado da despesa, portanto, no lado do déficit público, aquele que, realmente, cria um dano às contas públicas.

Nesse particular, relacionado à reforma fiscal, já tivemos, este ano, um grande avanço com a aprovação da lei de reforma fiscal, Lei Complementar nº 101, que trouxe inúmeros requisitos aos governantes, em qualquer esfera – municipal, estadual e federal – para controle de seus gastos.

Independente da receita, quando falo reforma fiscal, tenho que pensar também o lado da despesa. De certa forma, o Brasil caminha num sentido bom com a aprovação da lei de reforma fiscal.

No Congresso, debate-se agora não apenas os requisitos para gasto público, mas também as penalidades que serão aplicadas aos governantes que não obedecerem à norma de reforma fiscal. Não adianta uma regra de Direito, se não tenho uma sanção, para aquele que transgride determinada atividade.

Na lei de reforma fiscal, ligado ao que a Dra. Bety expôs, existe uma proibição, por parte dos governantes, à renúncia fiscal, à renúncia de arrecadação.

Se pensarmos que toda essa parafernália de tributos existentes na legislação serve para arrecadar recursos para que o Estado possa satisfazer as necessidades da coletividade, é óbvio, para nós cidadãos, que o governante não pode renunciar a essa receita, ainda que ele queira, porque a receita não é dele; a receita é da unidade federada, ou da União, ou do município.

Um primeiro ponto que gostaria de esclarecer é que a reforma fiscal, assim considerada aquela que mexe na receita e na despesa, caminhou um pouco com a lei de responsabilidade fiscal que é a Lei Complementar nº 101.

Gostaria de me deter mais a respeito da reforma tributária, ou seja, aquela que mexe só no nosso bolso, ou que mexe só na receita das entidades políticas.

Quando se fala em reforma tributária, se cada um colocar uma carapuça e, de certa forma, pensar na sua perspectiva, a idéia de reforma fiscal é totalmente diferente. Exemplo, se perguntar para um cidadão o que ele espera de uma reforma fiscal, acredito que oito entre dez dirão “redução de carga, menos tributos, ter que disponibilizar menos recursos para as unidades federadas”.

Temos aquele carrinho e todo ano o Estado vem e diz: “Por favor, dê-me ‘x’ reais de IPVA.” Nós auferimos renda, trabalhamos como loucos, temos o salário, vem a União e fala: “Por favor, dê-me de zero a 27,5% do seu salário.” Consigo comprar aquele imóvel tão desejado, vem o município e “por favor, dê-me x reais de IPTU”. Com aquele carrinho que já paguei IPVA, vou trafegar em rodovias estaduais ou federais, vem o Estado e “por favor, dê-me um dinheirinho”, que é o pedágio. E, assim, sucessivamente.

Ou seja, a matéria tributária, fundamentalmente, regula a retirada de dinheiro das pessoas para o Estado, para que ele possa satisfazer as necessidades públicas. Não há nada de irregular nesse ato. É uma coisa necessária. A única que se pergunta é qual a dose que o Estado pode vir a nós, cidadãos, e dizer “por favor, dê-me recursos para que eu possa satisfazer o bem público, as necessidades de uma unidade federada”.

Quando falo de reforma fiscal para o cidadão, a primeira coisa que oito entre dez pessoas dirão, com certeza, é “redução de carga”. “Quero menos impostos. Quero dar menos dinheiro ao Estado.” O segundo desejo da população é “esse dinheiro que dou, por favor, gaste bem”. Essa é a perspectiva do cidadão.

Se você faz a mesma pergunta para um político, para um governador, para o Everardo Maciel, para o Fernando Henrique, para um prefeito, ele vai dizer “reforma tributária, por favor, não diminua receita tributária”. Ou seja, “no mínimo, quero receber o que já recebo hoje”. Isso porque “com aquilo que recebo, não consigo cumprir as minhas metas e, se diminuir, vou cumprir menos ainda”.

Sob a perspectiva do político, ele fala para não retirar receita; no mínimo, mantenha. Alguns mais afoitos pedirão mais receita tributária, mais dinheiro, mais arrecadação.

Portanto, falar de reforma tributária depende da perspectiva. O empresário quer uma coisa; o político quer outra. Precisamos identificar o ponto de equilíbrio, ou seja, aquele em que o cidadão se sinta satisfeito em dar dinheiro ao Estado; da mesma forma, o ponto em que o Estado possa dizer “esse recurso que eu recebi é justo e dá para cumprir as minhas metas, dá para fazer aquilo que o texto constitucional pede que eu faça, ou seja, realizar o bem comum para a população”.

Quando se fala de reforma tributária, é preciso saber qual é esse equilíbrio tão desejado por nós e tão difícil de se atingir. É matéria que vem sendo discutida anos há fio no Congresso Nacional, em Assembléias Legislativas estaduais, porque o tema não é só federal, uma vez que atinge diretamente o cidadão de uma unidade federada.

Com muito mais razão, é debatido em pequenos municípios, quando o prefeito se vê necessitado de recurso para pagar o funcionário público, e sua receita de INSS é incapaz de cobrir esses déficits; ele, obviamente, tem que solicitar ou “passar o pires” perante o Estado ou a União, para que suas contas fechem.

A matéria reforma tributária tem uma repercussão muito séria, uma vez que mexe com o dinheiro de todos; aqueles que tiram dinheiro e os que recebem.

Devem-se buscar os conceitos mínimos, ou as necessidades mínimas, em termo de reforma tributária.

Na área técnica, que é a minha, quando se fala em reforma tributária, de certa forma, buscamos os exemplos que tivemos no mundo como um todo. Somos ainda um país em desenvolvimento e, em tudo, procuramo-nos espelhar nos países que já desenvolveram. Ter, portanto, como espelho aquilo que eles atingiram, e atingiram bem.

Outro dia, num congresso de Direito Tributário, um colega da Suécia me disse: “Na Suécia é tudo monótono. Nada muda. É tudo certinho; arrecadamos 55% de Imposto de Renda. Meu médico é o perfeito. Todo mundo tem uma classe igual, desde o mais pobre ao mais rico. Não existe reforma tributária. Aqui é uma coisa muito estável.”

A pessoa que vive em um país como esse reclama que lá não tem criatividade, não tem alternativas, porque tudo está certo e bem planejado. Ele acaba discutindo questões menores, porque o país atingiu um grau de equilíbrio nas contas públicas que não tem muito o que discutir. Daí porque, até a perplexidade deles, quando falamos de temas como este.

Nas reuniões técnicas da área tributária, procuramos identificar os princípios mínimos para atingir esse equilíbrio, aquilo que todo mundo quer, aquilo de que ninguém discorda, aquilo que tanto político quanto contribuinte querem.

Tentei elencar quatro coisas que todos querem numa reforma tributária. Primeiro, simplificação. Se perguntarmos ao governador do Estado, ele dirá que não quer redigir tantas leis, tantos decretos, para ICMS, regime especial, substituição tributária, notas fiscais diferenciadas, etc.

O contribuinte, da mesma forma. Ele não quer ter quatro vias, contabilidade, um custo operacional de controle fiscal, etc. Ele quer um custo menor, uma simplificação do sistema.

O primeiro critério mundial – isso é indiscutível – que todos buscam numa reforma é a simplificação, ou seja, que se reduza o trabalho, o custo operacional.

Hoje, as empresas gastam muito dinheiro na condução dos seus negócios, para controlar obrigações acessórias, como mandar guia para a Receita, retirar uma certidão negativa de débito – hoje, uma tarefa insólita; quase precisa acender vela de 7 dias para conseguir uma certidão –, tentar um parcelamento. É um custo que, se colocado na ponta do lápis, às vezes, é muito maior do que muita área operacional e produtiva da empresa. Portanto, todos querem simplificação.

Se hoje o que prepondera é uma economia globalizada – e o Brasil, queira ou não, é jogado numa economia mundial, na qual existe comércio exterior, relação ou fluxo de capitais e de serviços –, a segunda coisa que se exige de qualquer reforma em qualquer país, é que sua tributação não se choque com a globalização.

Isso significa que não posso ter tributos esdrúxulos no país, totalmente diferentes do que existe no mundo; não posso criar um imposto que só exista aqui; não posso criar um tributo que só exista no Brasil, enquanto, em outros países, existem tributos uniformes.

Nesse ponto, já coloco uma dúvida sobre o ICMS, um tributo tradicional no Brasil, que, de certa forma, não encontramos no mundo. Não estou dizendo que devemos importar o que é bom; mas, para um país como o Brasil, envolvido no Mercosul, dá para ter um tributo muito diferente do que tem na Argentina, no Uruguai ou no Paraguai?

A segunda coisa que se vê, claramente, na área técnica, é que os tributos têm de ter uma certa uniformidade. Se existe uma globalização na economia, tem de haver uma globalização no sistema tributário. Pode haver algumas coisas com diferenças típicas país, mas não podem existir coisas muito diferentes. Esse é o segundo princípio básico de qualquer reforma tributária na área técnica.

Terceiro requisito, também fundamental, de reforma tributária, como a Dra. Bety expôs, é a transferência da tributação da produção para o consumo. A pessoa pode perguntar se queremos desonerar o processo produtivo e deixar que tudo caia no consumo ou no destino, mas devemos explicar que todo tributo, direto ou indireto, recai no seu bolso. Tanto faz onerar a produção ou o consumo, porque

isso, numa etapa ou na outra, reflete no bolso do cidadão, seja como custo ou como tributo cobrado.

Portanto, a idéia de desonerar a produção para o consumo alavanca, melhora, a atividade econômica. Isso significa que a economia se fortalece; a sonegação fiscal é amenizada, no curso da mercadoria, no curso do serviço ou do fluxo de capitais de bens e serviços, porque a carga fiscal, desde a produção até aquele que consome, é menor. No final, na verdade, ela recai no próprio consumidor que, em última análise, seja num sistema ou em outro, é quem paga essa conta.

O que se verifica no mundo como um todo é que, se a produção for muito onerada em detrimento do consumo, até como medida política, pedagógica ou demagógica, é uma política fiscal não adequada, que emperra a economia, a atividade econômica e que provoca a sonegação fiscal.

O que se diz – aqui não é nenhuma acusação aos empresários, mas a pura realidade – é que, em qualquer parte do mundo, a maior sonegação não está no contribuinte, pessoa física, mas nas unidades empresariais. Isso não é Brasil; é em qualquer país do mundo; pode ser mais ou pode ser menos.

Portanto, estimular a tributação no consumo em detrimento da produção viabiliza alguns saneamentos no Brasil, porque, hoje, temos aqui uma carga forte na produção.

O quarto conceito mínimo para a reforma tributária, sob o ponto de vista do cidadão, seria a redução de carga fiscal, que é também uma coisa mundial. Vê-se que, quanto mais tributação você coloca à pessoa, mais ela terá vontade de sonegar, ou mais ela terá vontade de deixar de pagar tributos, seja por planejamentos lícitos ou ilícitos.

Nós suportamos, por exemplo, Imposto de Renda de zero a 27,5%. Se viesse uma alíquota de 40%, será que pagaríamos com tanta boa vontade como hoje temos de pagar por que é um sistema de fonte? Quanto mais carga fiscal, mais o homem se coloca contra essa exigência, por uma questão humana, inerente ao

homem, pois ninguém quer tirar dinheiro do bolso e dar para outro, para que o outro faça o bem público.

O quarto conceito, bastante evidente hoje em matéria de reforma tributária no mundo, é, se possível, reduzir carga. Se pudéssemos extirpar tudo que houvesse de conotação política dentro de uma análise de reforma tributária, diria que as quatro coisas que uma reforma tributária tem que ter são: simplificação, globalização, transferência da tributação da produção para o consumo e redução de cargas ou distribuição de renda. Esses seriam os quatro requisitos quase que unânimes em matéria técnica.

Se parto dessa premissa – ela pode estar errada, mas creio que esteja certa, porque não trouxe nada de novo; só coleí aquilo que os outros sistemas tributários mundiais concluíram –, a reforma tributária brasileira, que corre no Congresso, atende, no mínimo, a esses quatro requisitos?

Temos hoje 12 projetos de reforma tributária em andamento no Congresso. O único sério, o único que tem condições mínimas de passar, é o Projeto Mussa Demes, do Deputado Mussa Demes, que já sofreu vários aditivos, emendas aditivas, emendas supressivas, emendas modificativas. Agora, culminou com o projeto que o Temer está tentando aprovar, inclusive, almoçando com o Fernando Henrique, com o Pedro Malan.

De 12 projetos o único factível de aprovação é o do Deputado Mussa Demes. Pergunta-se como está esse projeto. Esses quatro conceitos mínimos são respeitados? Será que ele atinge esses objetivos?

Vamos analisar o primeiro. Será que ele simplifica o sistema tributário? Com certeza, não. Isso é notório. Teremos, praticamente, todos os tributos iguais, com algumas mudanças de nome, com algumas transferências de impostos; o ITR, por exemplo, que hoje é da União, iria para o Estado; a criação de um novo tributo municipal, o IVV, aquele imposto pago no caixa, que vem na nota fiscal, quando vamos comprar uma mercadoria.

Pensar que o sistema simplificou é ilusão, porque, infelizmente, ele não cumpre esse primeiro requisito. Nesse momento da economia brasileira será que daria para simplificar? Talvez não. Só estou dizendo que aquele primeiro, que seria o desejável, não é possível neste momento. A simplificação seria uma redução no número de impostos.

Que me perdoe o diretor da Faculdade Getúlio Vargas onde dou aula, o Deputado Marcos Cintra, autor do imposto único que, sem dúvida, economicamente é maravilhoso. Ninguém contesta em termos de economia, mas não se deve pensar em Alice no País das Maravilhas. Infelizmente, não dá.

É impossível sairmos de um sistema tributário com cinquenta e poucos tributos para um, ainda que queiramos. Gostaria, mas é a mesma coisa que imaginarmos uma revolução. Não dá para mudar. Imagine o Estado de São Paulo tendo de pedir dinheiro para a União, que vai arrecadar todo o recurso e, depois, passar para o Estado.

Mesmo que conste na Constituição que 30% do imposto único seja para o Estado de São Paulo, há a perda do poder político. É como quando temos de pedir mesada para o pai; já perdemos a nossa força, pois o dinheiro faz o poder da pessoa.

Talvez a simplificação da maneira desejada, hoje, seja impossível. Atualmente, a União federal arrecada de 13 a 14 bilhões de reais por mês de impostos e qualquer mudança de sistema que, potencialmente, acarrete uma redução de carga, acende o sinal amarelo, ou até o sinal vermelho. Assim, não é permitido qualquer tipo de alteração.

O primeiro desejo não vai ser cumprido; infelizmente, simplificação não será possível.

Vamos ao segundo princípio que, eventualmente, essa reforma teria que cumprir. Ela insere o Brasil numa economia globalizada? Os tributos passam a ser mais uniformes com os tributos estrangeiros? Também não. A proposta do Mussa Demes, com o ICMS compartilhado ou tripartite – parte da União, parte dos Estados

e parte dos municípios – vai criar uma confusão maior. Imagine para a Argentina entender esse ICMS; imagine o Uruguai; imagine você entrando no Alca, em 2005, para explicar o ICMS tripartite.

Não estou analisando a questão sob o ponto de vista não-técnico. Só estou dizendo que, se o Brasil faz parte de uma economia, de grupos econômicos, não seria factível tentar a introdução aqui do imposto sobre o consumo atípico, que é o IVA?

Talvez se gaste mais tempo, talvez não se consiga a aprovação imediata na mídia, mas seria mais coerente sob o ponto de vista técnico. Não sou contra o que está sendo feito agora; só estou dizendo que não atende a um dos requisitos que vimos.

No resto, o Brasil tem Imposto de Renda; tem o IOF, um imposto que não existe no mundo; temos a CPMF, uma coisa esdrúxula no mundo; temos também o Cofins e o PIS, impostos sob cascata. Nos Estados Unidos, não têm esses tributos. Pode-se falar que o povo de lá não é como o daqui, mas não estou aqui para analisar a questão sociológica, mas sim a questão tributária.

A questão sociológica fica para a pessoa adequada; em matéria tributária, esses tributos são um ser estranho. O ICMS tripartite do Mussa Demes, ainda com toda a intenção, é uma coisa esdrúxula dentro de um processo de globalização. Não desanimem, porque tem um que eles cumprem.

Terceiro princípio, redução de carga. Creio que posso passar. Do nosso bolso, não deixará de sair um centavo, e, no bolso dos Estados, da União e dos municípios, não deixará de entrar nada. Talvez, São Paulo mude, como disse a Dra. Bety. As unidades federadas poderão perder um pouco, imediatamente, mas, talvez, por repartição de receita tributária, recebam muito mais.

O quarto princípio, que seria a transferência da tributação da produção para o consumo, a nossa *mea culpa*. Ou seja, o sistema, de uma certa forma, viabiliza isso, pelo ICMS tripartite e também pela criação do IVV, que vai incidir no final e na tributação do destino.

Portanto, não dá para falar tão mal. Pelo menos, de quatro, um deles estão obedecendo à área técnica. Não que a área técnica sempre esteja certa, mas, normalmente, tem sido assim no mundo como um todo.

Para finalizar e não ser tão pessimista, o que se vê de bom no país em termos de reforma tributária? Deve-se dar a mão à palmatória em alguns sistemas simplificados de tributação e alguns elogios, sempre que posso faço público, ao Dr. Everardo Maciel, independente de ser muito afoito na arrecadação, mesmo ao Estado de São Paulo, à Secretaria da Fazenda, a que estou mais ligado, assim como o Paraná. Ou seja, esqueçam reforma constitucional, que é o que o Deputado Temer e todo mundo estão falando.

Nós podemos melhorar muito na chamada legislação infraconstitucional, nas leis ordinárias, nas leis aprovadas por esta Casa Legislativa, na Câmara dos vereadores; podemos simplificar as coisas; podemos tentar globalizar os tributos; podemos transferir produção para consumo; podemos conseguir uma redução de carga, sem precisar de uma reforma constitucional.

Exemplo típico é o sistema simples; com todos os seus defeitos ou não, hoje, as pessoas aderem a esse tipo de sistema simplificado, em que pagam vários tributos no mesmo DARF, na mesma arrecadação; o simples caipira; o Refis caipira, que vem aí, onde os Estados assinaram um convênio para redução, anistia, simplificação do sistema.

Essa sistemática instituída pelos governadores, pela administração tributária federal, de simplificação do sistema, com união de pagamento dos tributos num mesmo, foi fundamental e é muito bom.

Qual é o raciocínio que se tem de ter? Quanto custa uma nota fiscal? Um sonegador, quando quer sonegar, compra. Qual é a clássica sonegação? Comprar uma nota fiscal. Se perguntar para o pessoal na rua quanto custa uma nota fiscal, a resposta será 8%, 10%.

O que é o simples? O que é o presumido? Você paga hoje 10%, 5%, 12%. Quando a carga fiscal é factível, mensurável, para a pessoa se questionar se

sonega ou paga, se arrisca ou não, ninguém arrisca. Todos pagam. Mas, quando você tem um tributação de 34% na pessoa jurídica, mais 3% de Cofins, mais 0,65% de PIS, mais 5% de ISS, mais contribuições previdenciárias, fica insuportável.

Infelizmente, às vezes, o não-pagamento de tributo – nem digo sonegação – é a forma de a empresa se financiar para pagar seus funcionários. Não é um discurso demagógico; é uma realidade. Às vezes, a carga fiscal inviabiliza a operação da companhia, da empresa, daí por que, quando se fala uma máxima “queremos redução de carga”, não é uma ilusão; é uma realidade fática. Basta perguntar para qualquer pessoa que vamos ter a resposta.

A minha visão de reforma tributária, com relação à do Mussa Demes, é muito céptica, muito pessimista. Penso que os agentes econômicos, os agentes empresariais, os agentes da cidadania deveriam envolver-se na discussão. Sei que é muito difícil, mas devemos nos envolver e tentar, de certa forma, alterar o que está aí.

A minha opinião é que, ainda, não vai ser dessa vez. É óbvio que o que vai ser aprovado melhora, mas não consegue atingir os objetivos pretendidos. Talvez, ainda não seja o momento. Talvez, não estejamos totalmente habilitados para fazer a reforma que queremos, e sim a que pudermos, ou seja, justamente, essa que eles estão pretendendo. Como advogado, que trabalha com empresas, com pessoas físicas, não gostaria disso; o desejo seria outro, mas convém colocar esse ponto de reflexão.

Agradeço mais uma vez ao Deputado, ao Manuel da Sebrae que me convidou, e coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Antes das perguntas, quero passar a palavra ao próximo debatedor, professor Miguel Salomão, Secretário de Planejamento do Estado do Paraná. A Assembléia Legislativa agradece a sua presença.

SR. MIGUEL SALOMÃO – Agradeço a oportunidade de estar aqui em São Paulo, e espero que continue essa generosidade paulista. Fui convidado a participar do Fórum do Vale do Ribeira, do qual Paraná também é parte, com toda a equipe do governador Mário Covas, e espero que sempre me convidem.

O tempo é curto e, em vez de usar discurso sobre lógica, vou contar casos. Isso, às vezes, fala mais alto que a teoria.

Assumi a Secretaria da Fazenda do Paraná em janeiro de 1995. Era consultor do FMI e estava ajudando a montar o Banco Central em Angola, depois de me aposentar pelo Banco Central, onde trabalhei por 30 anos, quando o governador Lerner chamou-me para ser seu Secretário da Fazenda.

Embora especialista em política monetária e cambial, sem experiência em política fiscal, aceitei para melhorar o meu currículo, até para voltar a trabalhar no FMI no Departamento Fiscal. Disse ao governador que aceitaria, porque queria ser testemunha da reforma tributária no Brasil, que naquele momento se anunciava.

Havia sido professor de Política Econômica, Durante 20 anos, em Curitiba e sonhava com a reforma tributária, dentro de uma reforma fiscal mais abrangente, conforme Dr. Quiroga me ensinou.

Fiquei dois anos e meio na Fazenda e estou há três na Secretaria do Planejamento. O meu primeiro ato na Secretaria da Fazenda foi um ofício, reduzindo, de 17% para 12%, o ICMS do automóvel no Paraná. A alíquota interestadual era 12%.

O Paraná não produzia automóvel e todos os carros vinham de São Paulo ou de Minas com 12; vendíamos por 17 e cobrávamos 5. Isso dava 150 milhões de receita por ano para o Estado. A nossa frota de automóvel é composta de 2,5 milhões de veículos, renovada a uma taxa de 1/8 ao ano.

Pelos meus cálculos, ao assinar aquele ofício ao governador, estávamos abrindo mão de 150 milhões de arrecadação. Como aprendiz – não entendia de política fiscal, porque o meu ramo era a política cambial –, chamei todos os técnicos do Confaz e disse que não iria assinar aquele ofício. Aí, eles me disseram que, se

não assinasse, todas as revendedoras de veículos do Paraná iriam quebrar, porque São Paulo havia baixado sua alíquota interna de 17% para 12%.

Indaguei por que São Paulo havia baixado sua alíquota e fui informado que havia uma crise no ABC; assim, a CUT, CGT, governo e empresários entenderam que, para manter o emprego em São Paulo, seria necessária essa atitude. Isso foi um acordo feito anteriormente e era para se extinguir agora, mas, como os outros Estados se recusaram a renovar, São Paulo baixou unilateralmente.

Perguntei como isso havia sido feito. Disseram-me que ele havia baixado a base de cálculo, um mecanismo que o Confaz permite. “O que é reduzir base de cálculo?” “Finge-se que o preço do Fusca, em vez de 10 mil, é 7,5 mil, e aplica-se a mesma alíquota de 17% sobre 7,5 mil. Isso acaba dando 12% sobre 10 mil.”

Dra. Bety, desculpe-me falar com essa objetividade, mas o tempo é curto e a senhora precisa saber dessa história. Estou com 61 anos e, daqui a pouco, me aposento. Conto isso nos meus livros e está tudo em um *site* na Internet, Fórum Federativo da Secretaria de Planejamento, www.pr.gov.br/sepl/forum.

Convenci-me de que a única maneira de manter a rede de revendedores de veículos do Paraná, as oficinas, os empregos – eram 30 mil empregos ameaçados – era assinar aquele ofício. E assim fiz. Assinei, levei ao governador Lerner, dizendo não haver alternativa.

Ele assinou e passamos a vender os carros com 12%, desembolsados por todos os paranaenses que comprassem automóveis. Esses 12% vinham, graças a Deus, para o cofre do Mário Covas, de quem sou um grande admirador.

Fui militante de esquerda e nunca aceitei os políticos que, na época da ditadura, aderiram a um partido autoritário. Por isso, Mário Covas é meu ídolo político. Estou dizendo isso para explicar por que estou aqui e o espírito que estou aqui.

A partir daquele momento passei a estudar o ICMS e descobri uma coisa terrível, através da Emenda Serra ao art. 155 da Constituição. A Constituição, em 1988, tirou o ICMS na origem de dois produtos: petróleo e energia elétrica. Por

acaso, dois produtos que o Paraná é exportador líquido; ele produz no seu território 113 mil gigawatts/ano de energia e só consome 12% disso, porque não tem indústria para gastar energia elétrica. Então, 88% da energia que brotam dos rios – Usinas do Paranapanema, Itaipu – servem à industrialização dos outros Estados.

Procurei saber em que condições essa energia era vendida. Constatei que por preços fixados pelo então Denai, hoje Aneel, a 30 reais por megawatt/hora. E o preço de revenda no Estado destino é quatro vezes mais, 120 reais por megawatt/hora; o imposto cobrado no destino é 31,25%, sendo 25 na tarifa e 25 na conta. Como é por dentro, acaba dando uma tributação de 31,25% para o Estado que consome energia elétrica, que tem indústria para fazê-lo, e é arrecadado no Estado destino.

O governo Requião levou um calote terrível; fazia dois anos que o Paraná não recebia os *royalties* de Itaipu. Requião abriu um “Disque Quércia”, e o governo de São Paulo – Quércia e Fleury – resolveu não pagar as faturas de energia elétrica de Itaipu. São Paulo devia um bilhão de dólares para a Itaipu e ela não pagava o *royalty* para o governo do Estado do Paraná; o *royalty* é um componente da tarifa que está na conta. Isso somava 130 milhões de dólares, em 1995.

Vim a São Paulo procurar David Zilberstein, Secretário de Energia, Andrea Matarazzo, presidente da Empresa de Energia Elétrica, para saber. David me disse que o governador Covas havia mandado retomar os pagamentos, e, daquela data em diante, a fatura de energia seria paga mensalmente, mas pediu paciência para os atrasados, pois eles estavam negociando um empréstimo com o Banco do Brasil.

De fato, quando Euclides Scalco, um grande companheiro de Covas, tomou posse em Itaipu, ele tomou como ponto de honra pagar, a cada mês, dois meses de royalties; o royalty é metade do município e metade do Estado. Assim, recebemos, graças ao Mário Covas e ao Euclides Scalco, o ressarcimento do calote de energia elétrica tomado no governo anterior.

Aí, escrevi um artigo que o governador não me deixou publicar. Fui jornalista da “Última Hora”, de Samuel Wainer, antes de 64, e gosto de escrever, como

também de participar do processo de fazer o Brasil avançar, de acabar com a miséria. Não abri mão do meu projeto socialista de uma sociedade mais justa, embora hoje, como macroeconomista, seja monetarista puro; não acredito que haja milagre. Mas a política social tem de ser objetivo dos governos; acabar com a miséria tem de ser objetivo dos governos.

Escrevi um artigo, “Paraná, o Otário da Federação”, e levei para o governador Lerner, que me pediu para não publicá-lo. Nele, dizia que perdíamos com a energia elétrica gerada no nosso território, mandada por um preço subsidiado para outros Estados, 600 milhões de dólares, considerando o valor agregado e o ICMS.

Ao comprar essa mesma energia sob a forma de automóveis, pagávamos todo o preço “a” com as margens, 120 reais, e mais o ICMS recolhido no Estado de origem. Na primeira reunião do Confaz da qual participei, perguntei por que não se adotava o que é adotado nos Estados Unidos, ou seja, o princípio do destino. Uma pessoa que mora no Texas e compra um automóvel produzido em Michigan não vai pagar imposto de consumo para o governo de Michigan; paga para o Estado onde ele vive, Texas, porque é lá que ele quer o imposto de volta, sob a forma de estrada, polícia de trânsito, etc.

Os advogados são importantes, mas, no momento em que se define o imposto, pensa-se muito na questão jurídica da cobrança. Naquela época, todos os Secretários da Fazenda do Brasil acreditavam que o princípio correto era o da origem. Tomei um susto.

Levantei a questão no Confaz, no GT 47, Grupo da Reforma Tributária, na época, presidido pelo Rodolfo Tourinho Neto, Secretário da Fazenda da Bahia, hoje, Ministro de Minas e Energia, e tivemos a sorte – o FMI e o governo federal – de promover um seminário em Washington.

Levaram todos os Secretários da Fazenda do Brasil para lá – o Macano, o Pazzarini, o Odair Luceno, esses três grandes técnicos da área tributária – e lá em Washington nos deram um banho de informação sobre imposto de consumo no

mundo. A União Européia esteve presente e mostrou o seu projeto; o imposto final ficava no país onde mora o consumidor final, não no país de origem.

No modelo americano, todos os técnicos do sistema federal da Receita dos Estados Unidos fizeram palestras; a Argentina, o Chile estavam lá. Nós tomamos uma imersão enorme e, no final do encontro, foi feita uma votação para saber quem era a favor do princípio do destino e da origem.

Estava sentado ao lado de Nakano e tive a alegria de vê-lo dizer que concordava que o princípio do destino era o correto; ele ficou dois anos dizendo isso, de 1995 a 1997. Somos amigos e nos respeitamos; inclusive, admiro-o muito.

São Paulo perderia cerca de 17% da sua arrecadação, e o princípio do destino não poderia ser adotado sem levar em conta o que aconteceria com a economia brasileira, a partir da devassa do governo paulista, que vinha fazendo um admirável trabalho de saneamento das contas públicas.

Devo dizer, como admirador do Dr. Mário Covas, que um dos extraordinários serviços que ele prestou ao país foi mostrar que um governador pode ser reeleito, mesmo fazendo uma política de austeridade fiscal e de ajuste das contas públicas. Essa firmeza de posição, o governador Mário Covas deve, em grande parte, ao Nakano.

Quando, no final do seminário em Washington, houve o consenso dos Secretários da Fazenda de que o princípio do destino era o correto, fiquei muito animado. Voltei ao Brasil, procurei o Mussa Demes, apresentei seis emendas ao seu projeto e ele acolheu três ou quatro. Mas, pobre Mussa Demes, foi atropelado pela Lei Kandir, que veio em 1996.

Quando vi o primeiro projeto da Lei Kandir, descobri que não existia federação no Brasil. O então Deputado Kandir, na melhor das intenções, disse: “O Brasil tem que exportar.” Para exportar, precisa tirar a carga tributária da exportação de primários e semi-elaborados. Industrializados, já haviam tirado em 1989, dando uma compensação ao Estado de São Paulo, como grande exportador de industrializado, que era uma mesada fixa vinda de 5% da arrecadação do IPI.

Diria o bom-senso que, se vou tirar, agora, o ICMS de primários e semi-elaborados – e o Paraná é um grande exportador –, também se tirasse do IPI uma parte e se fizesse uma compensação fixa. Não.

A primeira versão do projeto do Deputado Kandir dizia que os Estados seriam compensados com títulos federais, vencidos em 20 anos, mas só poderiam ser usados para pagar dívidas ao governo federal; os Estados ficariam obrigados a entregar parte para os municípios, 25%, em dinheiro. É uma loucura. O Paraná perdia 400 milhões de ICMS.

Conversamos com o governador Lerner, mobilizamos uma bancada parlamentar do Sul, fomos ao Congresso, e, junto com o Deputado Nelson Marchesan, líder da bancada do Sul, fizemos o maior barulho. O então ministro do Planejamento, Kandir, foi muito democrático, recebeu-nos, discutimos; foram inúmeras negociações e a lei saiu como saiu. Ainda não saiu igual ao dos industrializados, uma mesada fixa; saiu um seguro-receita.

Se o Estado conseguir arrecadar mais do que seus próprios meios, não precisa mais indenizar. É um tratamento não-isonômico em relação ao que se fez com os industrializados. A partir daí, implantaram, no comércio exterior, para o ICMS, a modernidade.

Só que há uma coisa curiosa. São Paulo exporta U\$ 17 bilhões por ano, mas importa U\$ 27 bilhões por ano; São Paulo produz um déficit na balança comercial do país de U\$ 10 bilhões por ano. Sei que isso gera emprego; não estou questionando o déficit da balança comercial.

O Paraná, ao contrário, exporta mais do que importa, só que a importação é base para ICMS; a exportação não é. Se São Paulo importa U\$ 27 bilhões e, sobre isso, cobra ICMS, vem uma desvalorização cambial, como ocorreu, após o câmbio flutuante, de 1,10 para 1,80. Você tem um aumento de 60% na base tributária do ICMS em São Paulo só na importação.

Um Estado que exporta e não importa acaba tendo efeito contrário; a exportação está isenta, pelo seguro-receita, acabou a compensação da Lei Kandir. Não adianta o Paraná dobrar a exportação de soja.

Fomos novamente, através da Conferência Nacional dos Governadores, reclamar, e o Ministro Parente aceitou rever a Lei Kandir; há um projeto no Congresso para transformá-la numa mesada, como é a mesada de compensação da exportação de produtos industrializados que São Paulo recebe.

Perdoem-me falar com essa franqueza, mas não viria aqui para mentir e nem para chocá-los. A Federação tem um papel a desempenhar, que é preservar o legado dos antepassados. Quem lutou para que este país ficasse um só deve ser contra qualquer espécie de divisionismo.

Só que, do jeito que está a coisa hoje, perdoe-me a Dra. Bety quando diz que a guerra fiscal está liquidada, ela não está liquidada. Enquanto o ICMS do automóvel pertencer 100% ao Estado de origem, e São Paulo for o grande produtor e o resto do país o grande comprador, o mínimo que se pode esperar dos Estados que não são produtores de automóveis é que utilizem todos os meios possíveis para terem indústrias de automóveis.

Aí, vem aquela questão. Se os empresários que estão aqui se sentem submetidos a uma concorrência desleal, isso é ótimo porque foi o fator que levou, hoje, a termos São Paulo como nosso aliado pelo princípio do destino.

Sempre quisemos a tributação no destino; São Paulo, ao contrário, nunca quis. Hoje, pelo fato de o empresariado que está instalado aqui se sentir em condições desvantajosas para competir com aqueles que estão lá com maior prazo para pagar o ICMS, mudou a posição política de São Paulo.

Então, já conseguimos alguma coisa do ponto de vista da Federação; conseguimos alguma coisa do ponto de vista da reforma tributária. Mas não acabou para nós. A iniquidade da energia elétrica não acabou; continuamos sendo o grande produtor da energia elétrica e grandes compradores de automóveis, máquinas e equipamentos. A Lei Kandir não conseguiu isentar os bens de capital.

Todos os Estados brasileiros queriam aliviar a produção de impostos; bens de capital não devem ter impostos. Mas não se conseguiu. São Paulo é o maior produtor do país de bens de capital, desde que o governo Geisel, para enfrentar o choque do petróleo, implantou aqui uma indústria de base – foi bom para o país que tivesse feito isso – com dinheiro do BNDES, sem juros e correção de apenas 60% da ORTN.

Hoje, todos os Estados que compram bens de capital aqui compram com 11%, só que são obrigados a reconhecer esse crédito tributário lá nos seus cofres. Se montar no Paraná uma fábrica e tiver que comprar máquinas em São Paulo, elas virão para mim, empresário, com 11%, mas, na hora que produzo e vou cobrar ICMS da minha produção, ao recolher o produto final que gerei para o governo do Paraná, desconto os 11% de ICMS que recolhi em São Paulo sobre máquina e equipamento.

A federação brasileira precisa de um modelo tributário que o Dr. Quiroga defendeu muito bem. É o *sales tax* dos Estados Unidos, é o imposto do consumo puro. É loucura adotar numa federação aquela invenção dos franceses, o Imposto sobre Valor Agregado, IVA, que funciona muito bem num Estado único, mas muito mal numa federação do tamanho do Brasil. E o Brasil, por meio de Roberto Campos, no governo Castelo Branco, foi o primeiro país do mundo a adotá-lo.

Imagino os americanos sendo chamados para pensar na hipótese de adotarem o IVA em vez do imposto do consumo. Eles jamais aceitariam; iriam rir de uma proposta dessa, porque lá existe a autonomia dos Estados, e isso não faria sentido.

Há um mês, participei em Brasília de um Fórum Federativo mundial e fiz um levantamento.

SRA. BETY – Com licença. Tenho um compromisso inadiável e, realmente, preciso sair. Gostaria muito de polemizar com o senhor.

SR. MIGUEL SALOMÃO – Quem sabe a senhora me convida para esse Fórum que está organizando.

SRA. BETY – Mandarei o convite ao senhor. Vou aproveitar para divulgar que a Secretaria de Ciência e Tecnologia vai promover nos dias 29 e 30 deste mês uma discussão sobre pacto federativo e guerra fiscal. Pretendemos que esse assunto saia do universo político e entre no universo acadêmico e institucional. Convido a todos e, particularmente, o professor Salomão. Será um prazer polemizar com o senhor com mais calma.

Peço desculpas a todos, ao Deputado Caruso, mas, realmente, o compromisso é inadiável. Muito obrigada.

SR. MIGUEL SALOMÃO – Continuando, quais são as regras do federalismo no mundo inteiro? Tenho quatro frases extraídas de um texto do presidente do Fórum Federativo Mundial, Stephan Dion, que diz o seguinte: “Federalismo e Democracia, esse par de conceitos conduz a outro par de conceitos: autonomia e solidariedade.”

É impossível o federalismo comungar com a democracia se a autonomia não se faz acompanhar de solidariedade. Federalismo é pura solidariedade; é dentro da democracia que o federalismo acha o seu verdadeiro sentido. É impossível manter a democracia se o federalismo também não tem a característica de solidariedade.

Devemos estar inspirados por esses dois grandes princípios do sistema federativo, autonomia e solidariedade, na democracia. Nós fazemos solidariedade no Brasil pela repartição do PIB; há uma política de que Estados que produzem um PIB mais alto transfiram parte desse PIB para as regiões mais pobres. Isso é feito com o Fundo de Participação dos Estados, onde o Imposto de Renda e o IPI são divididos na razão direta da população e na razão inversa do PIB.

No caso do ICMS, Dr. Quiroga, a lei tratou de torná-lo também um imposto com vocação para repartição social. A região rica, sul e sudeste, manda suas

mercadorias para as regiões pobres – nordeste, norte e centro-oeste – com uma carga de ICMS menor, 7%.

Essas regiões mais pobres mandam suas mercadorias para a região sul e sudeste, não com 7% de ICMS, mas com 12%. Isso para que, no próprio consumo de mercadoria, os brasileiros distribuam parte da sua renda; os brasileiros ricos pagando mais ICMS para os brasileiros pobres, e os brasileiros pobres cobrando mais ICMS dos brasileiros ricos. Essa é a regra do ICMS.

Dei-me ao trabalho de levantar o percentual de cada região brasileira no PIB e no ICMS. Por essa regra do Senado, fica muito claro que, se a região pobre manda mercadoria com mais ICMS e recebe com menos, ela acaba tendo uma fatia do ICMS nacional maior do que sua fatia no PIB.

De fato, a Região Norte tem 4,42% do PIB, mas tem 4,5% do ICMS nacional; a Região Nordeste tem 13,08% do PIB, e 13,15% do ICMS nacional; a Região Centro-Oeste tem 6,24% do PIB e 6,95% do ICMS; a Região Sul cumpre o seu papel, gera 17% de PIB e só fica com 14% do ICMS.

Na Região Sudeste, ocorre um fenômeno curioso. Segundo dados do IBGE e do Ministério da Fazenda, a Região Sudeste tem 58,5% do PIB e deveria ter uma fatia menor do ICMS, no entanto tem a fatia maior do ICMS nacional, 60,5%.

Procurei dentro dos quatro Estados da Região Sudeste – Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo – e constatei que Minas Gerais tem um PIB maior e uma participação menor no ICMS; Rio de Janeiro produz 11% do PIB, mas como petróleo, seu grande produto, não gera ICMS na origem, ele só tem 8,8% do ICMS.

O Espírito Santo tem um pequeno ganho no ICMS, porque resolveu importar pelo Porto de Vitória todos os automóveis que vinham para o Brasil. Então, o Espírito Santo tem 1,86% do PIB e 2,75% do ICMS.

Agora, São Paulo. Aqui assustei-me bastante. São Paulo tem 35,48% do PIB e 39,49% do ICMS nacional. Por quê? Primeiro, porque aqui está concentrada a maior parte da atividade econômica do país. Segundo, muito maior do que sua

parcela no PIB é a parcela no ICMS, porque tudo que São Paulo produz – automóveis, bens de capital – gera um ICMS na origem, e a alíquota interestadual é a mesma alíquota final; não fica nada para o Estado destino.

São Paulo é grande produtor de energia elétrica, mas também é o maior consumidor; tem o petróleo. Isso soma uma base de preço muito maior do que o preço interestadual. Citei o caso de energia, porque o Paraná manda 30 reais por megawatt e é revendido por 130; os 130, que é a base tributável, para o destino.

São Paulo paga um preço enorme por isso. O afluxo de pessoas que não conseguem empregos em outras regiões do país – quantos aqui não somos oriundos de outros Estados? – são obrigados a vir para São Paulo, porque aqui está o maior poder do setor público em investimentos que tornam o ambiente econômico propício para o investimento privado.

Isso cria um problema social muito grave. No Fórum do Vale do Ribeira, parecia que era o Paraná conversando com São Paulo. Eles diziam ser a região mais pobre de São Paulo e não era possível que não fosse nem um pouco do dinheiro para lá.

O governo Mário Covas prometeu dar a metade do leilão de privatização do setor de gás da região do norte, Ribeirão Preto. O preço mínimo era 90 milhões e 45 estava garantido. Ouvi do caro Chiarato a boa notícia de que o ágio foi excelente, pois rendeu 400 milhões.

São Paulo tem pago um preço enorme, pelo fato de o poder de geração de emprego estar muito concentrado no país, como fruto da política fiscal, e, dentro dela, o ICMS. Isso é uma coisa terrível. Na balança comercial, o ICMS incide na importação, mas não na exportação, e São Paulo importa U\$ 10 bilhões a mais do que exporta.

Dra. Bety falou que agora não era mais o problema de arrecadação que estava incomodando São Paulo. De fato, o trabalho de saneamento das contas foi magnífico e também o efeito da desvalorização cambial, no aumento da base tributária do ICMS aqui em São Paulo na importação.

Segundo ela, o problema é que os empresários estão-se sentindo em desigualdade competitiva. O Nakano, certa vez, disse-me que ainda podíamos dar incentivos para uma montadora, porque estávamos recebendo a primeira; se ele desse incentivo para a nova que se estava instalando, teria de dar para todas as outras já instaladas.

Assim, ele me falou para não dar incentivo para uma montadora, porque ele não poderia dar para a sétima, oitava ou décima em São Paulo. A federação não pode ser olhada com esses olhos. Faço um apelo aos paulistas, nossos irmãos.

O Paraná foi a quinta comarca de São Paulo; o norte do Paraná foi colonizado por paulistas e mineiros; como o sudeste, por gaúchos. O Paraná não tem um povo próprio. Somos a terra de todas as gentes. Sou filho de libaneses que migraram e sou paranaense porque meus pais foram morar no Paraná.

O Paraná é o Brasil em miniatura; terra de todas as gentes, e queremos a integração, queremos que se faça a reforma tributária para valer, que a federação brasileira não tenha no imposto um motivo de separação.

Há uma divergência jurídica com São Paulo, pois entendemos que a lei do Confaz, Lei Complementar nº 21, não proíbe a dilação de prazos, se você cobrar com correção monetária. Ela é clara quanto a caracterizar renúncia: é reduzir o valor do imposto ou perdoá-lo. Nós nem reduzimos nem perdoamos.

Em vez de dar 40 dias para recolher sem correção, damos 48 meses para recolher com correção; geramos, assim, um ICMS novo e conseguimos escapar dessa armadilha de “Estado otário”, que estamos hoje.

Nós produzimos energia elétrica e mandamos para fora, por preço baixo e sem imposto; somos grandes exportadores de soja, só que, agora, a exportação não tem mais ICMS. E ficamos com a nossa base tributária muito menor do que a contribuição para o PIB ou para o balanço de pagamento do país.

A federação tem de ser um pouco mais justa com esses Estados. Penso que o debate tem de ser mantido e a reforma tributária tem de vir. Concordo com o Dr.

Quiroga, pois não é possível IVA neste país; tem de ser um imposto na ponta do consumo.

A desculpa de que ninguém pede nota fiscal e haverá evasão é balela. Nos países onde foi implantado, a cobrança do imposto é por estimativa. Vi isso na Nova Zelândia.

Você vai ao estabelecimento da pessoa, pergunta o número de funcionários, quanto gasta de salário, de luz, quanto paga de fornecedores. Se está com a porta aberta é porque está vendendo por um valor maior do que todo o custo que teve. “Não mando mais fiscal aqui se você recolher o imposto de consumo sobre esse volume de vendas.” Ninguém na Nova Zelândia se preocupa com nota fiscal.

Creio que, quando implantaram na Argentina, no Peru, disseram que o comerciante que deixasse o cliente sair sem a nota fiscal teria a loja fechada por três dias, e, na reincidência, por 30. Não precisa todo esse ritual administrativo, defesa, Conselho de Contribuinte, Justiça, etc.

O juro de mora era 1%, quando o do mercado financeiro era 5%, 6%. Era uma questão de racionalidade econômica sonegar ou, pelo menos, inadimplir. A pessoa não pagava imposto, ficava dez anos discutindo na Justiça; quando ia pagar o juro, ele era menor do que tudo que ganhou do mercado financeiro. Foi nesse mundo que encontrei a Secretaria da Fazenda do Paraná. Tentei implantar o juro de mora, consegui, mas já derrubaram de novo.

Quero dizer que a reforma tributária tem de vir de tal modo que o imposto preencha quatro requisitos, que ouvi do Gonçalo Sanches Losada, que se tornou Presidente da Bolívia, mas antes foi Ministro da Fazenda e acabou com a hiperinflação lá em 1985.

Ele disse que imposto bom é imposto módico, que todos podem pagar; segundo, que é pago por todos; terceiro, que todos considerem justo, que seja fácil de arrecadar, e que, se não for pago, cai o mundo na cabeça da pessoa. Ou seja, a relação entre a punição por não pagar e o tamanho do imposto é o fator de equilíbrio.

Com um imposto tão barato, vou madrugar na fila da Receita Federal, porque se não pagar esse imposto, vou perder, vou para a cadeia. Acaba a sonegação.

No Brasil, ocorre o contrário. A carga tributária nominal é elevadíssima e, se você não pagar, não acontece nada. Ou, quando acontece, dez anos depois, com enorme lucro para quem aplicou o dinheiro no mercado financeiro.

Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Aqui do meu lado direito está o Deputado José Rezende, Relator do Grupo Temático Indústria.

Agora, abro a palavra para os convidados que queiram se manifestar.

SR. EDUARDO MARTINS CARDOSO – Deputado Jorge Caruso, membros da Mesa, sou presidente do Conselho de Entidades Comunitárias do Estado de São Paulo.

Dr. Quiroga disse que pedem “por favor” para pagarmos tributos. Se me pedissem “por favor”, para pagar o IPTU, diria que não, porque ele cobra 15% da minha aposentadoria. Trabalhei 15 anos e pago 15% de IPTU. E por aí afora, todos os outros impostos.

Gostaria de sugerir ao meu amigo Jorge, Deputado estadual de São Paulo, que fosse feita alguma coisa para esses aposentados. O senhor disse que é chato viver na Suécia; gostaria de dizer também que é chato viver no Brasil se eu tivesse saúde para me atender, se eu tivesse escola para atender aos nossos filhos e aos nossos netos; que os hospitais tivessem remédios para distribuir às pessoas aposentadas e àqueles que têm menos salários.

Os tributos são de fato uma necessidade para o governo, mas gostaria que essa distribuição tributária fosse em maior número para aqueles que têm melhores condições de pagar; e que aqueles que não as têm fossem aliviados desses encargos.

Reparem que uma pessoa depois de ter trabalhado 40, 50 anos, sofre toda a tributação como qualquer outra pessoa, como qualquer industrial, como qualquer comerciante, que têm rendas bem grandes. E, quando nos aposentamos, normalmente, cortam de 15% a 25% da nossa aposentadoria.

Obrigado e desculpem a intervenção.

SR. JOSÉ REZENDE – Nobre Deputado Jorge Caruso, coordenador do Grupo da Indústria Fórum São Paulo Século 21, que tem presidido todas as nossas reuniões, quero cumprimentar o professor Miguel pela exposição – foi a que acompanhei – e a todos os presentes. Esta é a nossa última reunião e espero que todos tenhamos um ótimo proveito.

Apesar de não haver participado de maneira constante, quero-me colocar à disposição e agradecer ao Deputado Jorge Caruso, que tem não só presidido as reuniões deste grupo, mas também feito as minhas vezes de Relator quando não pude estar presente, em função de uma tarefa árdua que tivemos na CPI dos Pedágios, concluída na semana passada. Hoje, na conclusão desses trabalhos, tenho certeza de que o Estado de São Paulo trilhará novos rumos.

Gostaria de fazer um comentário a respeito da exposição do professor Miguel, sobre a necessidade imperiosa de fazermos a reforma tributária neste país. É preciso uma reforma tributária justa, uma reforma tributária que, realmente, coloque os tributos em patamares razoáveis e possíveis, não só para um segmento produtivo, um segmento consumista do país, mas para todos. Só assim poderíamos acabar com a pobreza, com a fome, com a miséria no Brasil e dar condições de saúde e, principalmente, segurança para todos.

Obrigado.

SRA. – Na minha opinião, o que está sendo proposto para a reforma tributária está funcionando como uma Aspirina, ou seja, age na dor de cabeça, mas não vê a origem do problema. Como não temos condições de fazer como os outros países,

punindo de forma severa, como fechar lojas, sugiro que seja incentivado o pedido da nota fiscal na compra.

Poderia ser feito um posto de recolhimento dessas notas fiscais, com ajuda de crianças. Uma criança se predispõe a fazer esse tipo de serviço, que é importante, até por uma bala. Assim, por meio do recolhimento das notas fiscais, poderia ser feito o controle do que foi vendido, para não haver sonegação. É uma idéia simples, inclusive, a criança acaba policiando os pais, e, na prática, poderia funcionar.

SR. JORGE CARUSO – Vamos agora ouvir a pergunta do Dr. Fausto Sestari da Fiesp.

SR. FAUSTO SESTARI – Na verdade, quero tentar juntar uns pontos em função do objetivo do Fórum do Século 21. Iniciamos o trabalho com o Grupo da Indústria preocupados, porque sentávamos nesta mesa inicial com diversas facções e representações.

A preocupação era para onde iríamos, pois todos tinham reivindicações setoriais, específicas, e, certamente, não construiríamos nada se mantivéssemos essa linha de interesse próprio. Tínhamos de nos unir por meio de alguma coisa que fosse um norte para todos.

Assim, entendemos que o Grupo da Indústria deveria trabalhar a questão da competitividade da indústria, um assunto comum a todos os segmentos, porque todos se beneficiariam de uma indústria competitiva, e que os resultados dessa competitividade se traduzissem na melhoria das condições sociais.

O que observamos, pelas diversas falas, é que, apesar de evoluirmos, sempre acabamos colocando à mesa as injustiças ou as divergências. Dessa forma, debruçamo-nos muito pouco na elaboração de uma base de pensamento comum sobre a qual todos teríamos possibilidade de construir.

Dra. Bety – infelizmente, ela não está presente – disse que governo e empresa hoje são uma única unidade, à medida em que a competitividade do Estado, somada à competitividade da empresa, permitirá que nos mantenhamos disputando, em condições satisfatórias, um espaço nesse mercado global. É um discurso verdadeiro, mas, na prática, isso está longe de acontecer.

De acordo com a fala do professor Miguel, a federação cuida das suas necessidades básicas, o Estado cuida das suas necessidades básicas, o cidadão e a empresa tentam sobreviver diante desse cenário. E não vemos nenhum canal para construir essa visão de futuro, ou seja, governo, Estado, empresa e cidadão de uma maneira geral, trilhando, apesar das dificuldades de curto prazo, um caminho de convergência.

Quanto à pesquisa, Dra. Bety citou o Genoma, inegavelmente, um exemplo positivo, mas, no último domingo, a “Folha de S. Paulo” mostrou que temos competência para produzir a proposta do Genoma, mas incompetência para viabilizá-lo na prática, e estamos transferindo essa tecnologia para outros países que têm possibilidade de levar à frente e tirar, disso, o retorno efetivo.

Da arrecadação, 10,5% são voltados à pesquisa de nível universitário, e sabemos da pouca consequência que esse investimento tem em relação ao retorno imediato. O descolamento hoje da universidade, da empresa, é uma coisa evidente; a pesquisa é para o pesquisador. A consequência da pesquisa, na verdade, é relativamente baixa.

Com relação à reforma tributária, concordamos plenamente com a Dra. Bety. Hoje, 85% das empresas filiadas à Fiesp são inadimplentes junto ao Cadin; não são sonegadas. As sonegadas, desconhecemos. Esse é o número mais importante para refletir a injustiça tributária.

Não adianta cobrar mais. Hoje, a empresa prioriza o pagamento do seu fornecedor, do seu funcionário e paga imposto quando tem possibilidade; quando não tem, não tem alternativa. Não adianta repassar um tributo que o governo resolve pôr, porque o mercado não absorve.

Para a empresa, mudamos o conceito de que lucro não é a soma de custo; não é um fator que e a empresa tem possibilidade de manipular; hoje, lucro é consequência da sua capacidade de produção, em relação àquilo que o mercado pretende pagar.

Infelizmente, a visão da proposta dos tributos, hoje, não tem o mesmo foco. Ou seja, tributa-se independente da capacidade de a população, de a empresa, poder contribuir. A única que resta nessa conta é o nível de inadimplência impossível.

Refis, inegavelmente, é uma proposta interessante. Tão interessante que a expectativa de adesão era cerca de 700 mil empresas e tivemos 85 mil. Certamente, dessas, não teremos 25 mil capazes de fechar. O modelo mostra que não temos um Fórum suficientemente isento de todas as partes para construir o Brasil que gostaríamos de ter.

O Fórum abre a oportunidade de não olharmos tanto para o passado, mas também de avaliarmos o que nos trouxe aqui, tentando fazer uma reflexão um pouco mais isenta de todos os aspectos que trazemos como representantes dos diversos setores, e pensarmos nas saídas.

Toda vez que temos oportunidade de ouvir um público tão diverso, percebemos que o cobertor é curto; quando se cobre o pé, a cabeça fica de fora, ou vice-versa. Temos de dar um jeito de nos ajustar ao tamanho do cobertor ou aumentá-lo. Essa é a preocupação fundamental.

Quero parabenizar todas as falas, mas precisamos discutir a nossa base de pensamento comum, aquilo que, efetivamente, afeta a todos. Se construirmos isso, por pouco que seja, estaremos colocando todas as nossas competências para que essa proposta evolua na direção que todos ansiamos.

Muito obrigado.

SR. MIGUEL SALOMÃO – A sua proposta foi a primeira que fiz ao governador quando assumi a Fazenda. Como os professores queriam aumento,

sugeri que os alunos recolhessem nota fiscal, levassem para os professores; a escola que tivesse maior desempenho ganharia computadores, e nos comprometeríamos em repassar metade do que aumento da arrecadação aos professores.

Foi criado um belo programa, “Cidadão Nota 10”, que funcionou em 1995, 1996, e, nesse período, tivemos 60% de aumento na arrecadação. Boa parte disso foi devido à estabilização do Plano Real e o governador conseguiu dar aumento aos professores.

Verificamos que a grande maioria da imensa quantidade de nota fiscal era emitida por empresas isentas, as chamadas microempresas que o governo anterior havia isentado totalmente e até proibido o fiscal de passar na frente. Quando se anuncia de público que a polícia não vai entrar no Parque do Ibirapuera, por exemplo, é lá o ladrão vai-se esconder.

Das 170 mil empresas cadastradas, 103 mil eram micro isentas. Fizemos um cruzamento entre o cadastro do IPVA e o de microempresários e descobrimos que vários deles tinham BMW, Mercedes, etc. Dessa forma, 10 mil microempresas foram excluídas da isenção pelo patrimônio do controlador.

Finalmente, veio a descoberta que a melhor maneira de sonegar ICMS não é deixar de emitir nota fiscal. Uma empresa pode emitir quantas notas quiser, pois, se colocar um número qualquer no crédito tributário, ou seja, naquilo que ela deve e já pagou lá atrás, o resíduo que resta para recolher é pequeno.

Portanto, o defeito está no tipo de imposto que adotamos, que é altamente sonegável. Se acabar o ICMS e vier o Imposto de Consumo, aí, sim, a nota fiscal é importante, assim como o modelo por estimativa que a Nova Zelândia adota.

Felicito-a pela idéia e, como já disse, foi a primeira que tive, quando da solicitação de aumento pelos professores. Inclusive, até hoje, ainda tem um efeito bom.

SR. ROBERTO QUIROGA MOSQUEIRO – Não tenho muito a acrescentar, pois todas as colocações foram importantes. Esse exemplo citado pela colega também foi feito em São Paulo, por meio do “Paulistinha”, quando se trocava nota fiscal por um álbum de figurinhas. Isso é muito bom, mas, com o tempo, há um desgaste. Apesar disso, são alternativas bastante relevantes.

Quanto à Suécia, não que a julgue monótona. Mas vejam como é o ser humano, não dá para entender, pois o sueco que tem tudo – saúde, escola – reclama que é sem-graça.

Dou aula de Direito Tributário na Getúlio Vargas e na PUC e, na primeira aula, sempre digo aos meus alunos que o ramo que esse Direito disciplina é a retirada de dinheiro do particular para o Estado. Ou seja, a norma tributária, infelizmente, só regula como o Estado pode, licitamente, tirar dinheiro do cidadão, sem que isso seja um estelionato, um furto, um roubo.

Vejam que despautério! Nós auferimos renda, suamos a nossa camisa e o governo vem e “me dá 27,5%”. Que direito tem o Estado, Dr. Eduardo, de fazer isso? O senhor compra o seu carro e ele manda dar tantos por cento. Ele não pede “por favor”. O Direito Tributário só regra essa conduta, ou seja, quando o Estado pode tirar dinheiro das pessoas e como fazê-lo.

Quis dar o exemplo de como a pessoa, apesar de viver em um dos países mais civilizados do mundo, onde tudo funciona bem, como o transporte, a saúde, cansa-se da rotina. Isso mostra a insatisfação do ser humano. O que a Suécia tem, gostaria que tivesse aqui. Foi só um exemplo que citei, obviamente, não é minha opinião particular. Assino embaixo tudo o que senhor disse.

Quero dizer ao colega da Fiesp que comungamos as mesmas idéias; realmente, o que se deseja, nessa atividade, é uma melhoria da política fiscal.

SR. MIGUEL SALOMÃO – Ainda sobre a nota fiscal, lembrei-me de um detalhe interessante. Qual era o critério: o valor da nota ou a quantidade de notas? Se alguém viesse com uma nota de um automóvel Omega, que, na época, custava

40 mil reais, ganharia computadores com uma única nota. Só que aquele Omega não tinha recolhido um tostão aos cofres do Paraná, porque era 12% na origem.

A nossa campanha de arrecadação de nota fiscal, enquanto o princípio do destino não fosse adotado, era, na verdade, uma campanha em favor de todos os Estados onde os bens eram produzidos. Por isso, resolveram optar pela quantidade de nota. Aí, a pessoa ia ao bar e, em vez de comprar uma coisa que custasse 5 reais, ia dez vezes para que fossem emitidas dez notas de 50 centavos. Houve esse problema.

Quanto à observação feita pelo representante da Federação das Indústrias, o grande problema é que a competitividade e a qualidade têm de chegar ao setor público. O que é um governo competitivo? É aquele que, cobrando menos impostos, dá mais assistência social, mais saúde e gera mais empregos; dá mais qualidade de vida.

Não dá para separar a qualidade de vida da geração de emprego. Portanto, dar qualidade de vida é ter água boa para beber, assistência médica, apoio à gestante, à criança, mas também gerar emprego para a juventude. Esse foi o dilema que enfrentamos no Paraná.

Hoje, a única razão de o Brasil estar dividido em Estados e sermos uma federação é cada Estado ter o governante mais competitivo, mais capaz, mais brilhante, mais criativo para dar qualidade de vida.

Essa competitividade entre os Estados é boa para o país; estamos brigando, duramente, na taxa de mortalidade infantil, para superar Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Paraná, sustentamos, com o dinheiro do Estado, cinco universidades que fazem vestibular para o Brasil inteiro ir estudar no Paraná. Podemos não chegar a ter uma USP, mas queremos ter as melhores universidades do país.

Essa competitividade se estende à geração de emprego. Assim, se posso pegar uma política tributária equivocada, que cobre ICMS na origem, e usar isso como uma vantagem para me tornar competitivo, vou usar. Ou então mudem a

política tributária e façam o que o mundo inteiro faz: quando o consumidor compra alguma coisa, o imposto que ele está pagando fica no governo mais próximo de onde ele vive, que é o governo que tem de lhe dar qualidade de vida.

SR. JORGE CARUSO – Vou suspender a reunião por cinco minutos para um rápido café.

SRA. DALETE – Gostaria de agradecer ao Dr. Salomão e ao Dr. Quiroga que procuraram usar uma linguagem mais popular, o que simplificou bastante o entendimento dessas questões, mas essa engrenagem de tributação fiscal é muito complicada para nós.

Segundo Dr. Quiroga, as mudanças que estão vindo aí, na verdade, não passam de um maquiamento do problema já existente. Esperamos que, através do meio acadêmico e dos senhores, cabeças pensantes, haja uma mudança bem breve, porque a população está sedenta. Realmente, todas as nossas ansiedades são aquelas que o Dr. Quiroga citou.

Como todos têm conhecimento disso, basta as cabeças, principalmente as do nível acadêmico, pensarem, para que as soluções concretas venham a acontecer.

Por falar em tributação, a sala é apropriada. A população brasileira é bastante religiosa, mas espero que não tenhamos de ficar só rezando para que essas mudanças aconteçam em breve e que não seja preciso passar mais um século esperando.

Agradeço a oportunidade, pois é uma proximidade bastante interessante, e as mudanças, apesar de lentas, estão acontecendo.

Muito obrigada.

SR. JORGE CARUSO – Vamos para o café e, no retorno, veremos outro tema.

SR. JORGE CARUSO – O segundo bloco fala de Aspectos de Investimento, Financiamento e Incentivo às Pequenas e Microempresas como Solução para o Problema da Informalidade.

A apresentação do Sistema Adequado à Pequena Empresa será feita pelo Dr. Manuel Nogueira Lois, diretor-financeiro do Sebrae, pelo Dr. Júlio César Durante, técnico do Sebrae e pelo Dr. André Melo também do Sebrae.

Temos ainda compondo a Mesa o amigo Francisco de Assis Chiaratto, representando o Secretário de Ciência e Tecnologia, Deputado José Aníbal.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. Manuel Nogueira Lois.

SR. MANUEL DE NOGUEIRA LOIS – Obrigado, Deputado. Quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos e, na sua pessoa, cumprimentar os demais integrantes da Mesa. Bom dia, senhoras e senhores.

Começo sempre falando um pouco do Sebrae antes da apresentação propriamente dita. O Sebrae é uma entidade privada que usa recursos públicos para apoiar as micro e pequenas empresas.

Na nossa visão e também na do governo é óbvio que a pequena e micro empresa são as geradoras de emprego e de renda. Assim, o Sebrae existe com o objetivo de apoiar esse segmento, para que o país seja beneficiado com o crescimento econômico auto-sustentável.

O Sebrae está instalado em 28 Estados, incluindo o Nacional, que exerce o papel de *hold* e dá um direcionamento estratégico ao sistema. Desde o ano passado, estamos atravessando uma fase muito positiva no Sebrae, quando iniciamos um processo de reinvenção, buscando uma qualidade maior nos resultados da entidade, nos trabalhos voltados às micro e pequenas empresas, passando também a atender milhões, em vez de milhares, no Brasil.

No caso de São Paulo, elegemos, ao longo deste ano, sete focos de atuação estratégica: o agronegócio, que, aliás, também é uma meta do governo estadual, o crédito, a educação e capacitação, a exportação, a tecnologia, turismo e artesanato,

e o programa Brasil Empreendedor, um programa de nível federal, que visa capacitar no Brasil mais de um milhão de pequenos empreendedores.

Temos uma meta, em São Paulo, de 310 mil capacitações e já atingimos 130 mil, mas o objetivo estratégico é passar de 400 mil.

Quanto ao crédito, ele se insere em um cenário onde temos uma estrutura de atendimento bancário voltada para o segmento que não necessita de crédito. Na verdade, os bancos fornecem crédito para quem não precisa dele.

Os bancos têm uma estrutura cara para isso e um modelo de atendimento bastante distinto, portanto, o segmento das micro e pequenas empresas está um pouco alijado do atendimento bancário tradicional.

Na verdade, temos de entender que esse sistema é quase como um triângulo. Embaixo, temos a necessidade maior das pequenas e microempresas, e vai seguindo nesse patamar até chegar ao topo da pirâmide onde encontramos os fundos de investimento.

No caso do microcrédito, que seria a base da pirâmide, temos, no Estado de São Paulo, três exemplos claros. Um deles é o Banco do Povo, mantido pelo governo do Estado, que está presente em mais de 40 municípios e tem uma carteira de 15 milhões de reais, com a taxa de juros a 1%.

O Banco do Povo é a melhor experiência do Estado de São Paulo nessa área, porém seu volume de atendimento é bastante reduzido, até porque seu período de atuação ainda é muito curto.

Outro exemplo de microcrédito é o Banco do Povo de Santo André, do qual também participamos, que tem uma taxa de juros de 4,5% e uma carteira de 2 milhões de reais.

O terceiro exemplo é o Seape, uma ONG que está começando, com uma taxa de juros de 5%.

A diferenciação que se estabelece nessas três modalidades, basicamente, é que o Banco do Povo de Santo André e o Seape são auto-sustentáveis, a taxa de juros dá condição de remunerar o capital investido e paga a estrutura de

atendimento da entidade; já o dinheiro do Banco do Povo de São Paulo é um dinheiro social que o governo do Estado decidiu fornecer, basicamente, para informais.

À medida em que o governo muda, não temos condição de sustentabilidade desse programa em longo prazo.

Comentei que tínhamos 17 milhões em São Paulo. É um volume bastante baixo dirigido para o setor informal, que dá uma taxa média de 2 mil a 5 mil reais por operação. Portanto, é aquele pipoqueiro, aquela costureira que precisa do equipamento para trabalhar, e esse segmento está fora do sistema bancário tradicional.

Com o Programa Brasil Empreendedor, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal entraram no programa, definindo uma linha de empréstimos para as micro e pequenas empresas. Em consequência do desenvolvimento do programa, a questão do crédito foi mais bem tratada por esses dois bancos, mas, ainda assim, é insuficiente pela demanda que existe por parte das micro e pequenas empresas.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, como são entidades que precisam dar lucros, têm um processo de avaliação de crédito bastante rigoroso. Às vezes, mesmo que o cliente tenha sido capacitado pelo Sebrae nos programas que oferecemos gratuitamente junto com os nossos parceiros espalhados pelo Estado de São Paulo, esse crédito não acontece de uma forma tão fácil como imaginávamos.

Temos o fundo de aval do Sebrae e do BNDES, cujo objetivo é apoiar as operações de crédito dadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal aos micro e pequenos empresários, em condições tais que boa parte da operação seja garantida pelo fundo de aval e tenha 20% do total do empréstimo requerido com garantias do próprio empresário, do próprio empreendedor.

Os fundos de aval do Sebrae e do BNDES se complementam com o objetivo de garantir, pelo menos, 80% do valor financiado aos pequenos e microempresários.

Estamos desenvolvendo, junto com o governo do Estado, com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, um fundo de aval em que o Sebrae entra com 50% e o Estado com 30%, com o objetivo de garantir 80%.

Na verdade, é mais uma alternativa de fundo de aval que o governo do Estado e o Sebrae estão colocando à disposição dos micro e pequenos empresários, para facilitar o acesso ao crédito.

Temos uma outra modalidade que busca premiar as melhores empresas, tanto no segmento de exportação como no de tecnologia. Estamos desenvolvendo, junto com alguns investidores, como a Fapesp, a Fiesp, alguns fundos de capital de risco, baseados numa legislação da CVM, que disciplina esse tipo de produto.

Esses fundos reúnem vários investidores que colocam recursos para serem administrados por uma determinada entidade, e o objetivo desses fundos é aplicar recursos em empresas de base tecnológica ou de exportação na condição de parceiros, de sócios. Assim, se a empresa vai bem, o fundo também vai bem; se a empresa vai mal, o fundo vai mal.

O objetivo é estimular o aparecimento de boas empresas, pois o que falta, muitas vezes, é um capital de investimento. O fundo poderia aportar recursos, sendo sócio nessa empresa, naturalmente, auferindo os benefícios ou os insucessos que possam ocorrer no futuro.

Entendo que, com essas coisas, estamos preenchendo todas as alternativas de financiamento que aparecem na pirâmide citada.

Temos propostas no sentido de melhorar o crédito para a pequena e microempresa. Essa é uma questão bastante complexa e se insere numa discussão muito mais ampla, que é a taxa da juros, a política monetária.

Aqui, os bancos, ao longo do tempo, montaram a estrutura com o objetivo de ganhar dinheiro. É óbvio que, se eles podem ganhar dinheiro fazendo grandes operações, não terão interesse em fazer pequenas, onde o nível de risco pode ser até maior.

No que se refere às propostas, temos, no microcrédito, uma proposta bastante interessante, que busca resgatar um pouco a experiência daquele banco paquistanês que começou essa discussão há alguns anos.

Na verdade, a dimensão de São Paulo é bastante grande e, hoje, temos uma carteira de 17 milhões, como já comentei anteriormente. O objetivo é que essa carteira seja cada vez maior. Para que o microcrédito se espalhe pelo Estado de São Paulo todo de maneira rápida, devemos usar o que já está instalado na sociedade.

Temos a proposta de usar as Associações de Bairro no sentido de que esse pessoal controle os agentes na concessão de microcrédito para suas comunidades. Nesse caso, naturalmente, usa-se o aval solidário, para evitar, inclusive, a inadimplência. Como, nas Associações de Bairro, o pessoal se conhece entre si, a questão da inadimplência pode prejudicar seu vizinho, porque ele não poderá ter acesso ao microcrédito.

Essa proposta ainda está sendo detalhada e deve fazer com que o microcrédito tenha um crescimento bastante rápido no Estado de São Paulo, para apoiar, basicamente, um público bastante numeroso, que está fora do sistema bancário tradicional, que é o empreendedor informal.

Não temos no Estado de São Paulo um banco de fomento. Tínhamos o Badesp, mas agora não há mais um banco com a finalidade de investir em projetos, produção, etc. Existe uma proposta de criar um banco de fomento no Estado de São Paulo; a Nossa Caixa Nosso Banco poderá ser esse agente se houver uma disposição, por parte do governo do Estado, de chegar a fazer essa mudança.

Uma outra alternativa, buscando fazer com que o acesso ao crédito seja cada vez mais democrático e amplo – e já incorporando algumas colocações do Bogus da Fiesp –, é a cadeia de produção. Na verdade, temos sempre uma série de pequenas empresas gravitando em torno de algumas grandes empresas, e a subcontratação prevê esse tipo de modelo.

Uma grande empresa é quase como uma avalista, uma financiadora, das micro e pequenas empresas que atendem a determinados projetos ou a determinadas circunstâncias. Dessa forma, cria-se um vínculo bastante importante entre a micro e a pequena empresa com uma grande, que é a que dá condições para a existência dessa cadeia de produção ao seu redor.

Temos a questão do Sebrae como órgão certificador. O Sebrae tem uma série de projetos, de cursos, de atendimentos especiais à micro e pequena empresa, e o nosso objetivo é usá-lo como órgão certificador dessas empresas. Seria feita uma avaliação do empreendedor e do seu plano de negócio.

Se esse empreendedor passar por uma série de cursos de capacitação no Sebrae e mostrar que tem condições de levar à frente o seu negócio, poderá ser certificado pelo Sebrae.

A partir daí, junto com o fundo de aval, receberia automaticamente o financiamento de uma instituição bancária credenciada, que poderia ser a própria Nossa Caixa ou outra instituição qualquer. Essa empresa, já que passou pelo do Sebrae, não precisaria ser avaliada, posteriormente, pelo banco para a concessão de crédito; o crédito seria quase que automático, naturalmente, usando o fundo de aval do Sebrae.

Uma outra experiência bastante importante, que pode ser uma luz no fim do túnel na facilitação do crédito para a micro e pequena empresa, é um projeto pioneiro que estamos fazendo com o Bradesco em duas cidades – Curitiba e Recife –, envolvendo o *score credit*; ou seja, é uma forma facilitada de se avaliar a micro e pequena empresa para conceder o crédito de uma forma mais rápida.

O Bradesco quer ter uma idéia de como será o desempenho dessa linha para poder avaliar a extensão do programa para outras capitais.

Rapidamente, era o que tinha a dizer sobre crédito. Se houver oportunidade, poderei responder perguntas sobre fundo de aval.

Agora, passo a palavra ao colega Júlio César Durante, que fará alguns comentários sobre a tributação para as pequenas empresas e fornecer algumas propostas aos senhores.

SR. JÚLIO CÉSAR DURANTE – Bom dia, Deputado Jorge Caruso, membros da Mesa, senhoras e senhores. Gostaria, primeiramente, de agradecer a oportunidade de participar deste momento de debate muito importante. Porém o mais importante é que tornemos essas discussões e propostas em coisas possíveis de serem realizadas, que possamos partir para a prática.

Pensando São Paulo, percebemos que é um momento de reflexão. Até 1999, quando falávamos do século 21, o novo século, parecia algo muito distante, mas, daqui a seis meses, estaremos no século 21. Portanto, devemos realmente trabalhar para tornar essas propostas em algo prático que atinja ou ofereça a retomada do crescimento, tanto em nível empresarial e econômico quanto em nível social. Isso é muito importante, porque todos somos cidadãos.

Concordo com a senhora quando diz da responsabilidade do Legislativo e Executivo, mas todos somos seres pensantes e devemos oferecer alguma proposta, mesmo que não seja técnica, para poder realizar algo de útil, porque o benefício, inegavelmente, atingirá a todos.

Vamos conversar sobre o Simples, porque, tratando do crescimento da economia paulista, obrigatoriamente, passamos pelas microempresas e empresas de pequeno porte. Não podemos descartar o auxílio que elas oferecem ao crescimento da economia como um todo.

Dos 4 milhões de microempresas que temos no país, 2 milhões estão em São Paulo. Elas, com certeza, são grandes geradoras de mão-de-obra, de empregos, oferecem sua contribuição na produção e buscam alternativas para oferecer muito mais.

Pensando nisso, é que, na nossa própria Constituição, existe uma garantia da simplificação ou do benefício oferecido às microempresas quanto aos aspectos tributários e jurídicos. Portanto, é uma garantia constitucional.

Dr. Quiroga comentou que poderíamos, com leis ordinárias – no caso, a lei do Simples é ordinária –, oferecer benefícios. Realmente, não precisaríamos alternar nada no texto constitucional; bastaria olhar melhor a legislação que hoje existe e esses benefícios poderão ser oferecidos.

Passando para a questão do que foi oferecido, temos a Lei do Simples. Em dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.317 que oferece tratamento simplificado às micro e empresas de pequeno porte, nos aspectos tributários.

Essa lei trouxe a essas empresas uma simplificação na forma de arrecadação, o primeiro item colocado pelo Dr. Quiroga. Pega-se toda aquela gama de tributos federais e unifica-se num recolhimento único. Isso facilita muito o trabalho do empresário, inclusive, no entendimento daquilo que ele está recolhendo aos cofres federais. Assim, a Lei do Simples federal atinge e beneficia às micro e empresas de pequeno porte só nos aspectos tributários.

Analisando o Simples federal, onde existe a possibilidade de convênios entre Estados e municípios, estendendo esse benefício no recolhimento do ICMS e do ISS, o Estado de São Paulo ponderou sobre dois aspectos principais.

Primeiro, o Estado de São Paulo já oferecia às microempresas um benefício de isenção completa do ICMS; segundo, sendo a arrecadação feita pela esfera federal, o receio de como esse valor seria repassado ao Estado posteriormente.

Com esses dois pontos principais, o Estado de São Paulo decidiu oferecer uma legislação própria, que é o Simples paulista, o Simples caipira, através da Lei nº 10.086 de 1998, com seus defeitos, com suas qualidades e benefícios.

Em outubro de 1999, foi sancionada a Lei nº 9.841, que é o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Os benefícios oferecidos por esse Estatuto não são tributários, mas sociais, e atingem a legislação trabalhista, o incentivo à exportação, oferecendo crédito às microempresas.

Mais uma vez, o legislador procurou levar em conta aquele preceito constitucional de atendimento simplificado e benéfico às microempresas. Mas isso provoca uma certa confusão, pois temos três legislações, e as três possuem definições e enquadramentos diferentes.

A Lei do Simples traz limites diferenciados de faturamento, assim como o Simples Paulista e o Estatuto. Isso provoca uma certa confusão na cabeça do empresário, que entende muito bem do seu negócio, mas, quando chegam essas questões técnicas, ele se sente um pouco perdido. Aí que entra o papel do Sebrae e as nossas propostas, buscando uniformizar esses limites e facilitar a vida do empresário.

Quando falamos em propostas, temos de analisar dois cenários possíveis. A situação que temos hoje, sem mudança nenhuma ocasionada pela reforma tributária, de apuração e recolhimento dos tributos. Nossas propostas visam atender ao cenário que temos hoje.

Posteriormente, discutiremos sobre possíveis propostas de uma mudança de cenário, com a aprovação da reforma tributária. Mas, pelo que se tem conversado, essa reforma não sai este ano. E, mesmo que saia, como foi dito aqui, não atenderá às necessidades básicas daquilo que o contribuinte deseja de uma reforma simples que respeite a capacidade contributiva do cidadão, que elimine as diferenças.

Com o cenário sem modificações, a primeira proposta que temos é em relação aos limites de enquadramento, como dissemos anteriormente. Temos, no Simples federal, uma microempresa que fatura até 120 mil reais; temos, no Simples paulista, uma microempresa que tem faturamento de até 83,7 mil ao ano; e temos um Estatuto definindo que microempresa e aquela que tem um faturamento de até 244 mil reais por ano. Realmente, causa uma certa confusão.

A primeira proposta que apresentamos foi a unificação desses valores; que tenhamos um valor único de definição de microempresas e de empresa de pequeno porte. Esse limite de 244 mil é um valor tímido para a economia paulista; o ideal é atingirmos o limite do Mercosul.

Se estamos falando de um mercado globalizado e se estamos falando em atingir esses mercados, os limites deveriam ser os mesmos do Mercosul. Mas vamos com calma. Vamos procurar atingir a um patamar e, posteriormente, atingiremos outros degraus.

Primeira proposta: que todas essas três legislações que buscam oferecer benefícios às microempresas tenham um limite único de enquadramento, ou seja, 244 mil reais.

Quanto às faixas de recolhimento, pensando na capacidade contributiva – um dos pontos básicos que deve influenciar o texto da reforma tributária – hoje, quando uma empresa de pequeno porte enquadrada no Simples passa do limite de 1,2 milhão de reais, por um período, ainda se beneficia de alíquotas reduzidas. Mas por que não criarmos escalas em que o empresário de pequena empresa não tenha um baque no próximo exercício já tendo de recolher pelo lucro presumido ou real, atingindo de 1,2 milhão ao ano a 2 milhões?

Gradativamente, com alíquotas maiores, ele irá se adequando à nova forma de tributação que terá de escolher – ou presumido ou real. A questão das faixas é muito importante e vem atender a exigência de respeito à capacidade contributiva.

Outro aspecto é o incentivo às exportações. Todos sabemos que, para o equilíbrio da nossa balança, as exportações são importantes, necessárias. Percebe-se isso ao incentivo oferecido a todas as empresas não optantes pelo Simples, como, por exemplo, isenção de ICMS, do PIS e da Cofins, que são tributos federais. Por que as microempresas optantes do Simples também não recebem um benefício quando exportam seus produtos?

O exemplo da Itália é forte em relação a isso com os consórcios de exportação. Grande parte dos produtos exportados pela Itália são fruto do trabalho realizado pelas microempresas. Por que também nós, na nossa legislação, não oferecemos esses benefícios às microempresas?

De que forma poderíamos oferecer esses benefícios? Que as receitas não sejam tributadas, quando a empresa realizar a exportação; já que as grandes

empresas recebem esse benefício, que as microempresas também não sejam tributadas. Quando ela realizasse a comercialização do seu produto, a prestação do seu serviço, dentro do próprio território, que fosse tributada normalmente.

Fica a proposta da isenção da receita, fruto da exportação. Isso também atende a uma exigência de redução das diferenças entre a nossa tributação e a existente em outros países.

Há também o crédito tributário, um direito constitucional, oferecido a todas as empresas; os impostos não-cumulativos geram um crédito que é compensado na saída dos produtos. Obviamente, o Simples já é um benefício oferecido às microempresas.

A redução de alíquota provoca uma economia tributária muito grande às empresas; não poderíamos exigir, por exemplo, 100% do crédito na aquisição de um produto de uma outra empresa, mas poderíamos pensar em 50% do crédito.

As empresas que adquirem, por exemplo, produtos de indústria fornecidos por microempresas enquadradas no Simples não têm direito ao crédito do IPI. Isso faz com que as grandes empresas não busquem os produtos fornecidos por essas microempresas, criando, portanto, um problema sério de distribuição de renda. Ela recebe o incentivo e, ao mesmo tempo, não pode fornecer o seu produto à grande empresa.

Que fosse criado, da mesma forma que é na exportação, um crédito presumido na aquisição de produtos das indústrias das microempresas.

Data e forma de pagamento. Hoje, as empresas que recolhem seus impostos pelo lucro presumido ou real, normalmente, fazem-no trimestralmente. Elas apuram o imposto de três em três meses e recolhem 30 dias depois, ou no último dia útil do mês subsequente.

As empresas optantes pelo Simples devem recolher o seu tributo no dia 10 do mês seguinte. Se ele vende um produto com 30 dias, não há uma folga. Isso acaba prejudicando a microempresa também.

Por que não alterarmos a data de vencimento do pagamento dos impostos recolhidos pelo sistema Simples? Por que não passarmos esses vencimentos para o dia 30 do mês subsequente? O empresário da microempresa teria 30 dias, ou seja, uma folga maior para fazer o recolhimento dos seus tributos.

Vedações à opção. Essa é uma das maiores injustiças que temos no Simples. A isonomia tributária não foi respeitada, porque temos atividades que estão impedidas de optar pelo Simples, principalmente as desempenhadas por profissionais que têm qualificação, como por exemplo, um contabilista, um médico, um advogado, etc. As pessoas com profissões regulamentadas não podem optar pelo Simples.

Isso ocorre pelo receio da sonegação, mas, se permitirmos a opção a esses profissionais, com certeza, eles sairão da informalidade, engrossarão o universo de contribuintes e não haverá perda de receita. Muito pelo contrário. É óbvio que ninguém quer pagar 30% de impostos, mas uma faixa de 2% a 3% é muito mais aceita.

Vejamos agora o Simples Paulista. O Simples Paulista também necessita de algumas alterações para se tornar um tipo de benefício que traga vantagens às microempresas dentro do Estado de São Paulo.

Primeiro, enquadramento. Que os limites saiam dos tímidos 83,7 mil reais ao ano e que as vedações existentes sejam eliminadas. O único critério deve ser o faturamento. Hoje, dentro do Estado de São Paulo, simplesmente, os bares, os restaurantes, as pizzarias, as lojas que vendem roupa para o consumidor final recebem esse benefício como incentivo. É óbvio que merecem esse benefício, mas as pequenas indústrias também necessitam disso.

A legislação anterior, nesse aspecto, era mais adequada. Por exemplo, uma pequena indústria poderia ter a isenção do ICMS. Aquelas pequenas indústrias que estão no elo da cadeia produtiva foram prejudicadas. Hoje, elas não podem optar pelo Simples Paulista e não têm direito à isenção do ICMS. Isso num cenário sem modificações, ainda mantendo o ICMS como um tributo estadual.

O crédito tributário, em relação ao ICMS, é um direito constitucional. Por que não estendê-lo a essas empresas de uma forma justa? Uma coisa precisa ficar bem clara, o empresário de microempresa não quer privilégio, mas sim condições para que possa gerar emprego, para que possa ter a remuneração do seu trabalho, da venda do seu produto, e contribuir com o crescimento do Estado.

Os convênios. Volto a citar o Estado de São Paulo, em função das duas análises que fez em relação ao Simples federal, da isenção que já existia, oferecida às microempresas do Estado, e da questão do recolhimento sendo feito de uma forma centralizada pelo governo federal e, depois, repassado. O Estado não se sentiu confortável em relação a isso e buscou uma legislação própria.

Entendemos que a unificação do recolhimento também seria uma forma adequada de facilitar a vida do empresário da microempresa. Num único documento, em uma única data, todos os tributos estariam sendo recolhidos de forma adequada.

Proposta do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Os limites de enquadramento. Aqui, pensando já na questão do Mercosul, pois o próprio texto do estatuto aprovado em outubro de 1999, em um dos artigos, oferece benefícios de exportação às empresas que se enquadram nos limites do Mercosul.

Ou seja, o legislador entende que, hoje, devemos pensar no mercado como uma coisa globalizada, não só no nosso “mundinho”. Falava-se muito no futuro; agora, o futuro chegou e temos que correr atrás das alternativas.

Costumava-se dizer que o Brasil é o país do futuro, do Século 21. Agora, que estamos prestes a adentrar nesse novo milênio, estamos correndo atrás das soluções. Se outros Fóruns tivessem sido realizados com propostas e ações, com certeza, estaríamos falando sobre outras coisa hoje.

Propostas que não se relacionam diretamente ao Simples Federal e ao Simples Paulista. O colega André sugeriu, em reuniões que fizemos, o *drawback* interno. Hoje, o *drawback*, é uma forma que as indústrias do país encontraram de

baratear os custos importando produtos, industrializando-os no nosso parque e exportando-os. Toda essa transação é isenta de impostos.

Por que não criarmos, dentro da nossa legislação, no mercado interno, um *drawback*, um sistema semelhante? De que maneira? Temos pequenas indústrias que poderiam estar recebendo matéria-prima de grandes indústrias e estariam na cadeia produtiva visando a exportação desses produtos.

Hoje, essa pequena indústria, enquadrada como micro, recolhe todos os tributos, mesmo que esteja na cadeia produtiva de um produto que será, futuramente, exportado. Então, seria bom a criação dessa sistemática também internamente, onde, montada a cadeia de produção, a micro que fizesse parte dela também recebesse a isenção dos impostos, desde que estivesse enquadrada naquele sistema, ou seja, recebesse a matéria, passasse por uma outra transformação e esse produto fosse futuramente exportado. Isso também fica como uma sugestão muito importante.

Há também a questão do recolhimento do IPI, que está embutido, dentro do Simples Federal, na alíquota recolhida mensalmente. Que as demais empresas enquadradas num certo limite, dos 2 milhões, por exemplo, pudessem recolher o IPI não em uma alíquota única.

Houve uma alteração em nossa organização, em função da inflação, e o IPI é apurado e recolhido de dez em dez dias. A microempresa enquadrada na antiga lei faz o recolhimento mensal.

SR. JÚLIO CÉSAR DURANTE – Essas questões são mais técnicas. O IPI, por exemplo, poderia ser recolhido não mensalmente, mas, dentro de um limite de recolhimento do imposto, de três em três meses, como é recolhido o Imposto de Renda, desde que ultrapasse 2 mil reais. Pelo lucro presumido, 2 mil reais de imposto são recolhidos em três parcelas.

O IPI também poderia ser recolhido dessa forma e seria uma maneira de o Estado estar financiando também a pequena indústria. Isso ajudaria muito a tirar a microempresa daquele sufoco que é recolher os tributos.

Se a reforma tributária fosse aprovada, estaríamos aqui divagando, porque as alternativas apresentadas não são muito adequadas e a microempresa e a empresa de pequeno porte não estão contempladas na reforma. No texto da reforma tributária não existe algo específico tratando dessas empresas, que merecem tratamento diferenciado.

Encerrando, volto a repetir, os empresários da microempresa não esperam privilégios, mas sim benefícios que lhes permitam o crescimento. Temos, no Estado de São Paulo, 2 milhões de microempresas; se forem oferecidos benefícios a elas que possibilitem a criação de mão-de-obra, de empregos, 2 milhões de pessoas, com certeza, seriam contratadas.

Agradeço ao Deputado, mais uma vez, a oportunidade, à senhorita Gildásia, que tornaram esse evento possível, passando das propostas à ação.

Muito obrigado.

SR. ANDRÉ MELO – Cumprimento o Deputado Jorge Caruso, coordenador dos trabalhos, Deputado José Rezende, Relator, Dr. Francisco Chiaratto, assessor da Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Dr. Manuel Lois, diretor no Sebrae e meu colega consultor Júlio César Durante.

Agradeço essa oportunidade, pois poderemos colocar o assunto da exportação, que é tão importante atualmente, cada vez mais em pauta.

Dividi a minha apresentação em quatro grandes tópicos: o cenário atual da exportação, as linhas de projetos que temos para que a pequena empresa se insira no esforço exportador, as parcerias que estão sendo desenvolvidas e que precisam ser consolidadas, e uma proposta final.

Todos sabem que a exportação hoje é fator de desenvolvimento econômico e geração de empregos, fundamental para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Quando falamos de pequeno empresário, precisamos trazer esse conceito para mostrar que a exportação é uma atividade lucrativa, e também desmitificar a noção de que há uma burocracia imensa e que a pequena empresa não consegue se aventurar lá fora.

É claro que, se pensarmos na pequena empresa sozinha, de forma isolada, é extremamente difícil, extremamente caro. A principal função do Sebrae é, através das linhas de projeto, mostrar que, de forma associativa, de forma consorciada, cooperativada, as pequenas empresas têm competitividade lá fora e já temos vários exemplos mostrando o sucesso das linhas de projeto que estamos adotando. É fundamental que o empresário saiba que a exportação é uma atividade lucrativa.

Podemos conseguir um equilíbrio melhor das exportações brasileiras, através de dois pontos principais: o aumento do número de empresas que exportam e a inserção de outros setores na pauta de exportação brasileira.

Quanto ao número de empresas, tivemos um avanço extremamente interessante desde o ano de 1990, quando tínhamos 8 mil empresas exportadoras no Brasil; no ano de 1999, esse número ultrapassou a 15 mil empresas exportadoras. Pode-se pensar que é um número bastante significativo, mas não é, se comparado a outros países que estão em nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, como o México, que tem mais de 30 mil empresas exportadoras freqüentes.

Devemos motivar, principalmente, aqueles setores que apresentam produtos com valor agregado, com mais manufatura, o produto mais acabado, além das *commodities*. De janeiro a março de 2000, totalizamos exportações na ordem de U\$ 12 bilhões, sendo que 61% foram de manufaturados e 39% de *commodities*. Isso significa que a nossa indústria está conseguindo, cada vez mais, ter competitividade lá fora.

Os principais manufaturados, na pauta de exportação, foram material de transporte, máquinas, calçados, suco de laranja, produtos químicos, papel e cartão, plásticos, borrachas e madeiras.

Este quadro é bastante preocupante, considerando que apresenta uma extrema concentração das exportações brasileiras. Vinte e cinco produtos brasileiros representam 60% das nossas exportações; sete países-destino compram 56% das nossas exportações; 37 empresas brasileiras representam 32% das exportações. Os Estados do Sul e Sudeste respondem por 83% das exportações. Essa é uma simetria extremamente prejudicial sob todos os aspectos.

Este outro quadro é a distribuição de empresas pelo valor de manufaturados exportados. Aqui observamos grandes distorções. Como falei, das quinze mil e poucas empresas brasileiras que exportam, 14 mil são produtoras de manufaturados.

Uma empresa, a Embraer, responde sozinha por 6,3% da exportação brasileira. São dados de 1999. Temos 11.829 empresas que respondem por 5,6% da exportação brasileira. Na faixa intermediária, 450 empresas respondem por 73% da exportação brasileira.

Portanto, temos um longo caminho a trilhar no sentido de inserir, cada vez mais, empresas de todos os portes no esforço exportador e ampliar os setores com competitividade para exportação. Essa concentração é extremamente danosa.

Fizemos uma pesquisa, em conjunto com a Fiesp, perguntando às pequenas empresas quais as principais dificuldades que elas enfrentavam quando desejavam exportar. A nossa impressão era que elas responderiam que não tinham qualidade, não tinham preço, não tinham o produto adequado. Se observamos aqui neste quadro, a qualidade dos produtos fabricados ficou em último lugar, com somente 5% das empresas preocupadas. Isso mostra que, hoje, temos produtos competitivos para o mercado externo.

As indústrias brasileiras evoluíram significativamente nos últimos anos e a qualidade dos produtos e dos processos deixaram de ser uma das preocupações principais dos empresários.

O que observamos neste quadro é a falta de conhecimento ou a falta de acesso à informação sobre o mercado alvo que se está querendo atingir. Esse

conhecimento se subdivide em aspectos culturais do povo para o qual se está querendo exportar, aspectos climáticos da região. São dados importantes para a empresa quando ela pretende atingir o mercado alvo.

Falamos que o quadro de concentração não é bom, que o Brasil exporta pouco, etc. Sem dúvida, isso é ruim, mas, nem sempre significa falta de competitividade das nossas empresas. O Brasil é extremamente grande, se pensarmos em extensão geográfica, temos um mercado interno muito grande, principalmente se considerarmos que o PIB do bairro de Santo Amaro é maior do que o PIB do Uruguai.

O mercado interno tem condição de absorver a capacidade produtiva dos produtos. Isso, pensando em termos comerciais. Pensando em termos de exportação, obviamente, desejamos, cada vez mais, que a nossa indústria se desenvolva, amplie suas linhas de produção, para que aumentemos nossas exportações.

Represento a Agência de Promoção de Exportação, uma subsidiária integral do Sebrae, o órgão do governo federal que coordena toda a política de promoção comercial para exportações. Estamos tentando desenvolver o conceito ampliado de promoção comercial.

Antes de se participar de uma feira, é necessário que sigamos vários passos para que a empresa esteja preparada para isso. É preciso prospecção de produtos no mercado, detalhamento do mercado, etc. Não é saber se o americano compra calçados, se podemos exportar calçados para os Estados Unidos. É óbvio que sim. Os Estados Unidos devem ser o maior consumidor de calçados do mundo. É preciso saber o tipo de calçado feminino que as senhoras do sul do Estado da Georgia gostariam de ter, e que a nossa indústria poderá suprir essa demanda específica.

Cito um caso que descobrimos, por meio de um programa nosso em conjunto com a Abicalçados – Associação Brasileira da Indústria de Calçados –, uma demanda de sapatilha de balé em Nova Iorque. A indústria fez uma sapatilha melhor

do que a que era vendida lá com preço competitivo e hoje tem um fornecimento anual de 50 mil sapatilhas para um distribuidor em Nova Iorque. É o exemplo de uma pequena indústria da região de Franca.

Também é necessário fazermos sensibilização, conscientização e mobilização, e este Fórum é extremamente importante no sentido de passarmos esses conceitos, de desmitificar as dificuldades da exportação e de colocar à disposição dos empresários, principalmente os de pequeno porte, as ferramentas de que já dispomos para ajudá-los a se promover no exterior.

É importante também fazermos missões no exterior, para conhecermos, fazendo visitas a importadores, distribuidores, pontos de venda, participando de feiras não só como expositores, mas também como observadores, tentando capturar o máximo de informações possível.

Temos várias parcerias formadas para adequação de processos produtivos e adequação de produtos. Uma das grandes parcerias que temos é com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, IPT, com vários programas de adequação tecnológica, tanto de produto como de processo para exportação.

Temos o treinamento e a capacitação em comércio exterior, em gestão empresarial, em tecnologia. O Consórcio de Exportação agrega um departamento de Comércio Exterior à Pequena Empresa, que se consorcia com outras empresas de atividades semelhantes.

Há o marketing à publicidade, a participação em feiras, exposições e rodadas de negócio, que são reuniões agendadas, o comércio eletrônico. Um dos principais focos do Sebrae hoje é a inserção das pequenas empresas, tanto no mercado interno como externo, por meio do comércio eletrônico que, atualmente, é uma realidade e daqui a pouco tempo será uma coisa essencial ao pequeno negócio.

Aqui falamos do B to B, relacionamento empresa a empresa; o B to C, que é o relacionamento empresa a consumidor diretamente; o C to B, que é o consumidor dizer para a empresa o que ele quer. O exemplo disso é aquele *site* de passagem aérea onde você entra, diz que quer ir para Recife e pergunta o preço; o cliente diz

para a empresa o ele quer. Tem o C to C, que é o consumidor a consumidor. O exemplo clássico disso são os *sites* de leilões, onde um consumidor vende para outro através de um sistema eletrônico na Internet.

Acredito que o comércio eletrônico vá ser um alavancador das exportações brasileiras de pequenas empresas.

Falando da ferramentas de que dispomos, que são as linhas de projetos em que atuamos, e para isso temos o apoio financeiro do Sebrae . Numa linha de projeto, num setor, temos o maior número de empresas moveleiras atuando como exportadoras. A segunda linha de projeto, é o projeto horizontal, que chamamos, um projeto regional que visa ações integradas envolvendo mais de um setor. Comércio Eletrônico, um foco e uma região. Por exemplo, se estamos atuando hoje na região de Águas de Lindóia, Socorro, no sentido de identificar potenciais setores exportadores e atuar pensando no foco regional como potencial exportador. Terceira linha de projeto, é o projeto isolado, que é o que não incentivamos, que é a participação pura e simples numa feira, um abraço e até logo. Não existe um trabalho anterior e nem posterior que é extremamente importante para que a empresa não se torne uma exportadora intermitente. Exporta hoje, amanhã não exporta, exporta hoje, daqui a três meses, depois não quero mais brincar de exportar. É importante que a exportação esteja dentro do planejamento estratégico da empresa e que ela passo a passo e de forma constante mantenha a sua marca lá fora, mantenha o seu produto lá fora. Porque senão cada vez que ela recomeça o esforço de dar a partida no carro é muito maior do que as vezes mantê-lo ligado durante um ou dois minutos. A imagem que faço é essa. Então, é extremamente importante que esteja dentro do planejamento estratégico da empresa, o esforço dela exportador. As parcerias são extremamente importantes e necessárias, principalmente entre os poderes públicos e a iniciativa privada, porque os senhores viram aqui anteriormente, foram as dificuldades estruturais que temos, como país, para que possamos agilizar e facilitar a vida das nossas empresas. Divido em três grandes blocos essas dificuldades: são normas tributárias; o acesso ao

financiamento, ao crédito; e depois o terceiro, que é a grande palavra chave na exportação, que é a logística. A logística é a palavra chave na exportação. Pode-se ter o produto bonito, lindo, maravilhoso aqui, com preço, com processo etc., mas se não se consegue colocar ele na Sibéria que é o seu mercado alvo, não adianta nada todo esse esforço anterior. Então, é extremamente importante o apoio dos legisladores e esse Fórum mais uma vez demonstra a abertura que temos para trazer aos senhores deputados aqui, informações e os pleitos das empresas. A CAMEX, que é a Câmara de Exportação do Governo Federal, o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério das Relações Exteriores, o Banco Central, a Receita Federal, o Sistema Sebrae, APEX que como o Dr. Manuel Lóis citou anteriormente, está espalhado em todos os Estados brasileiros, aqui em São Paulo especificamente, neste Estado, temos 38 agências, geograficamente distribuídas e prontas para atender a nossa empresas, o Banco do Brasil, o BNDES, os Centros Tecnológicos, as parcerias são extremamente importantes para que se possa suprir todas aquelas dificuldades que falei anteriormente, que é como transferimos as informações, orientamos as empresas tanto na sua gestão, no seu produto e no seu processo, que são também três linhas de atuação básicas, para que ela possa vender para o exterior, que no fundo, guardadas as proporções, é uma venda comum para um novo mercado, que precisamos cada vez mais disseminar esse conceito e desmistificar aquele bicho de sete cabeças. E a proposta que apresentamos aqui neste Fórum, é uma proposta dos membros do nosso grupo de trabalho, que seria a criação da Agência de Promoção de Exportações de São Paulo. Essa agência, pretenderia alavancar a regionalização da nossa promoção comercial, a exemplo do que outros países apresentam e desenvolvem. A exemplo da Itália, que tem as suas agências de promoção regionais, que são extremamente bem-sucedidas, como Milão, a região de Emília Romana, e outras, a Espanha também é um modelo para nós, é um exemplo de agências de promoções regionais muito bem-sucedidas e essa agência coordenaria as estratégias para o comércio exterior do Estado de São Paulo, atuando em sintonia com o Governo Federal.

através da CAMES – Câmara de Exportação do Governo Federal e com as prefeituras e agências de desenvolvimento regionais do Estado, que estão pipocando cada vez mais, as agência de desenvolvimento e que têm que ser motivadas. Esse esforço tem que ser unificado como Estado na nossa concepção.

Mais uma vez agradeço a paciência e a presença de todos. Muito obrigado, Deputado Jorge Caruso, pela oportunidade de estar aqui.

SR. JORGE CARUSO – Solicito aos presentes, se alguém tem alguma pergunta a dirigir a algum membro da Mesa? (Pausa)

SR. – André, realmente a idéia da Agência é uma idéia sensacional e certamente já estamos com o esforço todo dispersado com relação às ações de exportação. Falamos exportação, exportação, mas, ainda não descemos no detalhe. Temos recebido com freqüência, por exemplo, a visita de empresários ou industriais ou comerciantes de outros países que estão pautados numa linha de financiamento, por exemplo do Mercado Comum Europeu, que forçaram a América do Sul, como sendo um dos pontos interessantes de investimento. E um deles me trouxe o projeto com que eles estimulam a exportação ou a ação desses industriais italianos, franceses ou europeus, sujeitos ao Mercado Comum Europeu, de como abordar a América do Sul. Eles dividem em 4 estágios. Lembro-me, não de todos com detalhes, mas o primeiro estágio seria o da prospecção. Então, eles viriam fazendo contato com alguma empresa, teriam – não sei se conhecem, mas talvez par ao público – um contato preliminar de conhecimento, eventualmente, das característica do mercado. O segundo, seria o da manifestação de interesse e a possibilidade da contrapartida dessa empresa inicialmente visitada com algum retorno ao país de origem. O terceiro, seria o desenvolvimento do projeto e o quarto a implantação. As primeiras duas partes do projeto, o Mercado Comum Europeu financia isso a fundo perdido. Ou seja, ele banca a fase inicial de prospecção de maneira a fazer com que o grande medo que as empresas têm pela desinformação, que foi o resultado

daquela pesquisa que você apresentou, hoje me coloco na condição de industrial, se tiver que financiar o risco de alguma coisa que não tenho certeza, eventualmente, de que tenha possibilidade de evoluir e enfrentar isso de forma solitária, não tenham dúvida nenhuma de que revejo a minha proposta de investimento e procurarei fazer isso de uma maneira mais segura, talvez seja atendendo ao mercado interno que é uma coisa que domino que tenho mais nas mãos. Então, a mudança de paradigma em relação ao financiamento da exportação é que é uma questão fundamental. Hoje se cria um ambiente favorável à exportação, mas o risco de empreender a exportação ainda está posto exclusivamente naquele indivíduo que tem a ação empreendedora. Se a exportação efetivamente traz um benefício que é muito mais amplo do que aquele indivíduo, deveríamos tentar romper com os paradigmas e participar de alguma maneira nesta fase inicial. Então, é muito interessante porque o pessoal vem e vem, diria, não com as regras tão bem definidas, porque se percebe que há até um desperdício da forma como vem. Às vezes vem travestindo turismo, vem fazendo uma série de coisas. Não digo que esse seja o exemplo positivo, mas o positivo é que existe aí toda uma disposição da sociedade europeia em estimular ou minimizar o risco do empreendedor nas primeiras fases que é a obtenção da informação, que é onde ele normalmente se inibe em dar o primeiro passo. Então, acho que a proposta da Agência, na hora em que se juntam os esforços, juntam-se as competências regionais e trata-se isso de uma forma, não mais como um objetivo vago, que é vamos exportar, mas como uma política efetivamente bem construída, os agentes financeiros, os agentes financiadores, o governo e os próprios empreendedores vão reduzir o seu receio do risco e certamente vão colocar um recurso mais adequado à disposição para poder dar esses primeiros passos. Isso que queria reforçar e acho que a idéia da Agência é excepcional, iniciamos esse projeto no ABC, com a Agência regional, ainda tem muito discurso, por que? Porque, se organizar regionalmente não basta. Continua-se, na verdade, um grão de areia nesse processo todo e que fica sem ser inserido numa política. Mesmo que se faça um

esforço grande de se organizar no plano regional, chega uma hora que não se consegue alçar vô além daquilo. Mas, inegavelmente é o primeiro caminho. Então, queria dar o reforço a essa proposta porque acho excepcional. Agora, o paradigma de financiamento é que precisamos romper.

SR. ANDRÉ – Deixe-me só tentar fazer algumas considerações em cima disso, quando analisamos uma ação como essa, temos que analisar tanto pelos aspectos macro, como pelos aspectos micro. Então é aquela história do cidadão estar com a cabeça no forno de microondas e com o pé na geladeira, a temperatura média dele está 37 graus. Temos as ações macro que são desenvolvidas junto às entidades representativas de setor, junto às associações e sindicatos, por exemplo, o Sindicato Calçadista de Jaú, onde temos uma ação já para formação de um grupo. E temos aquelas ações micro que envolve um grupo pequeno de empresas também observando os seus interesses específicos, as suas características regionais, isso tudo respeitado. Então, temos já ferramentas, tanto para atuar na ação macro, quanto para atuar no nível micro das empresas. Quanto ao financiamento, não seria nem tanto um financiamento. E nós do Sebrae, por orientação da nossa diretoria, partimos de um dogma de que tudo que é dado de graça não é valorizado. Então, no fundo o que estou falando aqui e quando falei em 50% de apoio financeiro, outros 35% de recursos econômicos podem ser agregados a esse total. O recurso é, vamos supor que o Sindicato Calçadista de Jaú, nos ceda uma sala, computador, o pessoal, isso pode ser considerado como recurso econômico e 15% tem que ser a contrapartida das empresas. Então, no fundo o que estamos fazendo é estabelecer uma linha de projeto que envolva todas as ações necessárias, desde prospecção de informação, a capacitação tecnológica até a participação em feiras, em que a empresa participa com 15% somente do valor total de projeto. Acho extremamente importante que ela entre, tenha que entrar com a parcela, para que ela tenha também uma parcela de responsabilidade sobre a decisão que está tomando, principalmente, porque aqui no caso, estamos falando de dinheiro público. Mas,

temos atuado, principalmente junto à Fiesp e à CIESP, Centro de Indústria de São Paulo e junto às Agências de Desenvolvimento do Grande ABC. Agora está se formando a Agência de Desenvolvimento de Guarulhos que estamos auxiliando também o seu início. Mas, acredito que essa idéia da Agência de Promoção é extremamente preponderante para que se tenha a alavancagem do produto aqui do Estado de São Paulo, que é extremamente importante.

SR. – Desculpe-me, não fiz a defesa do recurso a fundo perdido. Só quis dizer que é contra isso que estamos competindo. Na verdade, o modelo europeu é um modelo extremamente agressivo no sentido de ganhar mercado. Mas, de qualquer forma, parabéns pela proposta.

SRA. – Aos membros do Sebrae, só tenho mais é que agradecer a participação perante toda a sociedade, dizer que já teve um avanço muito grande, através do Sr. Júlio César que apresentou vários projetos, realmente é uma cabeça pensante. Mas isso não impede que a população esteja pensando. Mas, para realizar realmente as idéias, são aquelas pessoas que elegemos e colocamos em cima mesmo. Isso não significa que não estejamos pensando, isso é bem claro, porque foi repetido várias vezes. Uma amostra disso é que estou aqui observando suas idéias e continuo pensando. Então, gostaria de agradecer ao Sebrae, a participação perante toda sociedade, essa proximidade às comunidades, o que é muito importante e não poderia desejar ao contrário a não ser sucesso, brilhantismo, porque dependemos de vocês.

SR. JORGE CARUSO – Muito obrigado pela manifestação aos membros do Sebrae. E damos continuidade, ao Fórum Século 21 – Indústria, essa tarde do segundo dia de trabalhos. Vamos dar início às palestras. Antes, porém, vamos receber dois convidados que vou chamar à Mesa: Deputado Arnaldo Jardim, relator geral do Fórum Século 21 e também o nobre Presidente da Fiesp, Horácio Lafer

Piva, a quem peço, tome assento à Mesa. Antes de chamar os expositores, passo a palavra aos convidados para reabrirem os trabalhos desta tarde. Primeiramente o Deputado Arnaldo Jardim.

SR. ARNALDO JARDIM – Boa tarde a todos, senhoras e senhores aqui presentes, que participam deste seminário, quero cumprimentar de uma forma destacada o Deputado Jorge Caruso, que está enfrentando com muita disponibilidade, com muito empenho essa tarefa que a Assembléia lhe designou para exatamente coordenar o Setor da Indústria dentro do Fórum São Paulo Século 21. Sabemos o quão estratégico é o Setor Industrial para o Estado de São Paulo. Todos sabemos que a locomotiva do país precisa redefinir as suas forma relativas de ação junto ao conjunto da Federação, o peso relativo de cada um dos setores da nossa economia. Mas, sem dúvida, os grandes desafios de reestruturação industrial que vive o país, o fato do processo de evolução científica, tecnológica em busca de produtividade ter gerado um avanço que causa já os efeitos do desemprego estrutural no Estado de São Paulo, de uma forma muito mais aguda do que em qualquer outra unidade da Federação, torna essa questão da reconceituação do papel relativo da indústria, na identificação de que setores industriais terão mais dinamismo aqui no Estado, uma questão, sem dúvida, estratégica para o desenvolvimento. Não só definir as linhas gerais no que diz respeito ao Estado, mas definirmos todo cenário que isto envolve. Ou seja, hoje o diferencial da competitividade industrial, não está certamente no terreno subsidiado que o município pode oferecer. São outros insumos, são outros condicionantes que acabam pesando na decisão daqueles setores industriais localizarem-se no Estado de São Paulo ou em cada um dos nossos municípios. Refletir sobre isso é o que tem sido feito pelo grupo. Parabenizo muito o Deputado Jorge Caruso. Destaco também que toda interface do setor privado como setor público, que é necessário ser pensada, torna-se mais aguda ainda na questão da indústria, quando falamos da interação desse setor com os organismos de pesquisa oficiais, de que forma todo

processo do sistema educacional público pode ser orientado e concatenado com os desafios do desenvolvimento industrial. Então, é falando sobre isso, que os senhores estão fazendo, é falar sobre isso que entendemos definir a função estratégica da questão da indústria no contexto nacional.

Quero, para finalizar, destacar o meu entusiasmo e o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ao papel, Dr. Horário, que vem sendo desempenhado pela Fiesp, aqui, no contexto do Fórum São Paulo Século 21. Não nos tem faltado a presença ativa da Fiesp, quer seja neste instante pelo seu Presidente, quer seja sistematicamente por sua determinação em cada um dos grupos de trabalho. Então, por obviedade, estão aqui hoje, a Fiesp representada pelo seu Presidente, pelos seus conselheiros, pela sua equipe de trabalho. Mas, também a Fiesp tem participado do Grupo de Habitação e tem participado de grupos de forte conteúdo social, como o Grupo da Educação, o Grupo da Saúde, o próprio Grupo que redefine a questão da cidadania e que tem uma representação, coisa que saúdo e destaco que isso é uma compreensão muito mais ampla de uma entidade que não fica nos marcos da sua corporação, mas que tem uma visão abrangente da função social que desempenha. Parabéns e muito obrigado por essa compreensão. (Palmas)

SR. JORGE CARUSO – Passo agora a palavra ao Presidente da Fiesp, esclarecendo aos presentes, que todos os senhores conselheiros deste Fórum, deste Grupo específico da Indústria, buscam uma coisa única, que vimos pregando ao longo do tempo, que é o bom senso. Acho que no dia em que houver o bom senso de todas as partes, cada um reconhecer os seus erros, as suas falhas, e sentar realmente numa mesa de negociação, as coisas vão ficar realmente mais fáceis, não só para o industrial, para o operário, mas para toda uma sociedade. Então, seja bem vindo a esta Casa, muito obrigado pela sua presença, está com a palavra.

R. HORÁCIO LAFER PIVA – Muito obrigado, queria cumprimentar a todos, cumprimentar o Deputado Arnaldo Jardim, que tem sido um companheiro já antigo na luta pela produção deste país e está aqui com uma posição importante nesse Fórum, cumprimentar o Deputado Jorge Caruso, que é sem dúvida nenhuma, daqueles que mais está levando a sério esse exercício de formulação democrática que tem sido esse Fórum São Paulo Século 21, e cumprimentar a todos os que estão aqui hoje, porque na verdade são as pessoas que compreendem a dimensão dessa discussão. Tenho sempre dito que vivemos num país, numa sociedade de eventos em que tudo termina em palanque e precisamos viver cada vez mais numa sociedade de resultados. Há um processo de responsabilidades difusas nesse mundo novo em que estamos vivendo. E manifestações dessa natureza, elas de alguma forma aproveitam o fato de que estamos passando por um processo de fortalecimento da sociedade civil e pegam entidades como a Fiesp, pegam entidades como a Assembléia, pegam pessoas físicas, pegam academias, enfim, todos os interessados no assunto e tentam descobrir um foco que tenha como objetivo resultado de fato. De maneira que aceitei com muito prazer dar um pulo aqui, quando o Deputado Caruso me convidou e estou aqui falando em nome da Federação, estou aqui, o vice-presidente Fausto Cestari que tem acompanhado muito de perto todos os trabalhos aqui do Fórum. Acho que estamos vivendo um momento muito importante, e acho que exatamente por isso é oportuno esse tipo de discussão. Tivemos, não poucos problemas, os senhores sabem que viemos de uma fase bastante difícil para a indústria, a soma de uma abertura das nossas fronteiras com uma das taxas de juros mais altas do mundo, com problema tributário extraordinário, conquistamos a estabilidade que sem dúvida nenhuma foi um grande marco. Mas, muitas empresas ficaram no caminho, muito do segmento industrial, muito do tecido industrial ficou muito esgarçado. Tecido industrial esse que é importantíssimo num país de dimensões continentais como o Brasil. Exatamente pelo fato de agora estarmos vivendo uma situação um pouco melhor, os índices estarem um pouco menores é que se coloca bastante bem a questão do que é que

vai acontecer com essa indústria, se o Brasil é efetivamente um país com vocação industrial, se aquela decisão que tomamos há 70 anos de não continuarmos a ser uma grande fazenda e construirmos uma área forte de produção, ensinando, inclusive, o restante da América Latina a ser industrial, a construir uma indústria genérica é a decisão certa ou não. Coloco muito dessa questão, porque ainda temos dúvida com relação à sustentabilidade desses índices que estão sendo apresentados: índices melhores de emprego, índices melhores de crescimento. Mas, como todos devem saber, estamos crescendo muito em cima de capacidade ociosa das indústrias. E alguns setores já estão batendo no teto da capacidade instalada e a partir de agora teriam de entrar numa nova fase de investimento. Se não houver crédito, se não houver taxa de juros em nível competitivo, se não houver uma situação de apoio ao empreendedor, de organização desse crescimento, desse desenvolvimento que é crescimento com justiça social, vamos continuar perpetuando aqui no Brasil, isso que chamamos de política de *stop and go* essa volatilidade de um país que cresce e cai, cresce e cai, cresce e cai. Temos incorporado nessa discussão temas que são muito importantes e que estão passando também aqui pelo Fórum São Paulo Século 21, temas como exportação, de que forma vamos trazer mais simplificação, de que forma vamos encontrar financiamento, de que forma vamos fazer promoção comercial e valorização de marcas, para que possamos resolver esse problema de estrangulamento na nossa balança comercial, de que forma vamos capitalizar mais as nossas empresas e ter acesso a crédito, de que forma vamos fazer uma reforma tributária, que tira a comutatividade dos produtos brasileiros e de a eles competitividade e nível mundial, de que forma efetivamente vamos construir um política industrial para o país.

Presidente, que honra, muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Gostaria de anunciar rapidamente e agradecer a presença neste momento na Mesa do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Vanderlei Macris.

SR. HORÁRIO LAFER PIVA – Muito obrigado, Deputado Macris. E essa questão da política industrial é absolutamente fundamental. É claro que não é aquela política industrial de há 30 anos, uma política de substituição de importação, que definia, que tinha os setores vencedores, os setores perdedores. Mas, é uma política que olhe para frente, uma política industrial que englobe uma política tecnológica, uma política comercial, que trate das cadeias produtivas, do adensamento das cadeias produtiva, que possa fazer com que o Brasil se livre dessa ditadura econômica que tem sido uma constante aqui, feito com que muitas vezes os empresários sejam, na verdade, ilhas cercadas de governo e aí não estou me referindo ao Legislativo, mas estou me referindo principalmente ao Executivo, estou me referindo principalmente a essa ditadura de carimbo que temos ainda aqui no Brasil. E como é que vamos resolver isso? Na minha opinião, vamos resolver isso em primeiro lugar com articulação, construindo o que sempre costumo chamar de esforços cooperativos, de que forma podemos articular vários segmentos da sociedade para que se construa alguma coisa significativa; vamos resolver isso, a partir do momento em que nos convenceremos de que temos de ser mais aliados do que concorrentes – estava conversando isso com a professora Maria Carolina – e vamos resolver isso com um envolvimento de gente como a Assembléia, de gente como a Fiesp, de gente como os trabalhadores, enfim, gente que efetivamente está comprometida em construir um projeto de desenvolvimento social e sustentado equânime, em que a sociedade efetivamente faça a construção desse projeto. Somos, infelizmente, no Brasil ainda um país em busca de um projeto. Esse é o grande problema. Qual é o projeto de Brasil? É isso que na verdade estamos patinando e buscando há muitos anos. E esse espaço aqui da Assembléia Legislativa é muito importante, está passando por vários temas, educação, distribuição de renda, aumento de poder de compra e afinal de contas a Assembléia Legislativa representa 34 milhões de habitantes, representa 645 municípios, representa o Estado mais industrializado da Federação Brasileira, tem um papel extraordinariamente importante na indução e na coordenação desse processo de

discussão que se iniciou com esse projeto magnífico que é o Fórum São Paulo Século 21. Lamento, pessoalmente, que isso ainda não tenha sido entendido na dimensão que deveria. Mas, como diz o Fausto sempre, tem que ser um pouco na base do: “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura” leva algum tempo. Porque, a possibilidade de discutir, legislação, com operação, com consumidores, seja lá o que for, é único. Na verdade essa é a forma correta de construir a nossa sociedade.

Então, queria cumprimentar o Caruso por essa obstinação em fazer isso aqui acontecer, queria dizer que a Fiesp está sim, envolvida, não só nesse painel, mas em todos os outros, se não me engano, só não estamos em um deles, não sei bem porque razão. Acho que por aqui pode passar desde o tema de curto prazo, como juros, o tema de médio prazo como cooperação e o tema de longo prazo como o saber, educação que na verdade junto com tecnologia são os grandes eixos de diferenciação das economias desenvolvidas do futuro. De maneira que me sinto muito à vontade de vir aqui, e infelizmente, abrir rapidamente, mas de dizer para os senhores que estávamos e estamos e continuaremos envolvidos na construção desse projeto. Tive a oportunidade de receber a visita do Deputado Macris a semana passada, conversamos um pouco a respeito disso, conversamos um pouco a respeito dessa agregação maior que temos que fazer entre o Legislativo Estadual e as entidades da produção e acho que, certamente, não obstante todas as dificuldades, esse aqui é um bom combate, Deputado Jorge, vamos em frente, vamos fazer acontecer.

Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Finalizando essa introdução aqui desse novo bloco, passo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

SR. VANDERLEI MACRIS – Gostaria, primeiro de saudar, com muito entusiasmo a presença do Dr. Horácio Lafer Piva, Presidente da Fiesp, que tem sido

um grande parceiro na construção desse projeto estratégico de desenvolvimento que queremos para São Paulo. Sem dúvida nenhuma, o Fórum São Paulo Século 21, que tem se esmerado em debates e discussões, não só aqui no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, mas nos espaço universitários, também no interior do Estado, junto a cidades do interior que representam regiões economicamente muito importantes para o Estado, ele tem se delineado como um grande instrumento de parceria do Legislativo com o Estado de São Paulo, para que possamos realmente fazer aquilo que é a função primordial, é uma das funções importantes do Legislativo de São Paulo. Quero dizer, que clubes de serviços, entidades religiosas, as universidades, enfim, todo segmento organizado da sociedade tem estado presente conosco, na discussão e no debate dessa proposta. Estamos conseguindo filtrar, em cada um dos 16 temas que temos como trabalho, essas opiniões importantes para a construção dessa proposta. Temos a parceria do SEADE também que é uma parceria fundamental, porque vamos construir o IDH Paulista, o Índice de desenvolvimento Humano de São Paulo. A partir daí priorizando e dando a dimensão daquilo que poderá ser o caminho dos grandes investimentos de São Paulo, em vários setores, para que possamos ter uma boa qualidade de vida para o Estado. Enfim, esse é um projeto que não é do Legislativo de São Paulo, é um projeto da sociedade. Temos as três vertentes importantes do Legislativo, uma delas é a fiscalização da ação do Executivo, dos órgãos do Estado, a outra vertente é a vertente Legislativa, ou seja, a Assembléia discutindo e propondo emendas aos projetos, debatendo leis, mas essa é a fundamental, aquela que propõe o debate das idéias, aquilo que queremos como rumo, como caminho, como norte para São Paulo. Essa é disposição desse que é o Fórum São Paulo Século 21. Portanto, a contribuição do Horácio Lafer Piva como representante de uma das instituições mais importantes que temos em São Paulo, é fundamental para que possamos concluir um projeto como esse arrojado, difícil, ambicioso, mas plenamente possível de ser buscado que é o Fórum São Paulo Século 21, que deverá terminar os seus trabalhos logo no mês de dezembro próximo. Portanto,

muito obrigado, Dr. Horácio pela participação, pela parceria, pelo entusiasmo da Fiesp também para com esse projeto e sem dúvida nenhuma a preocupação maior de podermos chegar lá e termos uma proposta que represente a vontade da sociedade paulista.

Muito obrigado pela oportunidade.

Queria, antes de mais nada, cumprimentar, o Deputado Jorge Caruso, que é o coordenador dessa nossa proposta, nessa área, que tem feito um trabalho importante e aqui a presença do relator do Fórum São Paulo Século 21, o Deputado Arnaldo Jardim, que é sem dúvida, uma pessoa fundamental na construção dessa proposta.

Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Esta Presidência, atendendo ao pedido do Dr. Horácio que tem agendamento e o Presidente também, suspende os trabalhos por dois minutos para recompor a Mesa e na seqüência vamos iniciar com os expositores.

(Suspensa a sessão por dois minutos.)

SR. JORGE CARUSO – Chamo agora, para compor a Mesa conosco também o Dr. Fausto Cestari, coordenador do CIESP, por gentileza tomar assento à Mesa. Chamo também a professora Dra. Silvia Celingarde Sampaio, do Departamento de Geografia da UNESP. (Pausa) Dando início à exposição específica agora do período da tarde, o tema abordado “Contexto atual da Indústria no Estado de São Paulo” “Aspectos de competitividade”, “Aspectos de Conjuntura Econômica”, “Aspectos Geográficos”, “Infra-estrutura”, cuja exposição inicial será apresentada pela Dra. Silvia. Chamo também para compor a Mesa, a professora Maria Carolina de Souza da UNICAMP, que será a expositora na seqüência, que

pedimos para que fique conosco aqui na Mesa. Tem a palavra a professora Silvia Celingarde Sampaio.

SRA. SILVIA CELINGARDE SAMPAIO – Boa tarde a todos. Boa tarde a todos os componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembléia, é uma grande honra, uma grande satisfação, e também uma enorme responsabilidade fazer parte deste Fórum, e poder tentar contribuir para todo esse trabalho de pensar e repensar São Paulo. Estamos também repensando as suas diretrizes, as suas trajetórias de desenvolvimento e ver no que podemos incentivar os aspectos positivos e talvez mudar ou dar algum outro encaminhamento aquelas potencialidades negativas. Sou geógrafa, então vou me ater ao espaço e vou fazer um resumo tão breve quanto possível, da organização da indústria no espaço paulista. Entendemos o espaço como um objeto, como um sistema de objetos e um sistema de idéias, de atos, de ações humanas e esse conjunto ele está insolúvelmente associado. Então, numa natureza primitiva, onde havia objetos físicos, rios, planaltos etc. o homem foi aos poucos colocando os seus objetos, os seus fixos, fruto da sua cultura, criando um meio técnico através das suas potencialidades e da sua evolução tecnológica. Então, temos hoje os espaços arranjados, segundo esta disposição dos objetos naturais e dos objetos criados pelo homem. E no espaço paulista, inclusive o Sr. Horácio da Fiesp já até fez uma exposição sobre a conjuntura brasileira, e sobre a conjuntura paulista, temos aqui no Estado de São Paulo um espaço que tem se caracterizado por uma ação da sociedade, por uma ação do homem paulista, muito ativa, que transformou o Estado no mais desenvolvido do país, no mais industrializado, no que tem uma rede de transportes que tem alguns problemas atualmente, vamos falar, mas que é ainda, são os melhores do país, principalmente a rodoviária. Então, neste espaço físico que a natureza proporcionou e que tem muitos aspectos positivos, não vamos poder ver todos, porque não há tempo, poder-se-ia pintar um quadro de todas as potencialidades físicas, mas apenas resumimos dizendo que não houve nenhum

aspecto, ou clima, ou vegetação, ou hidrografia, ou relevo que tivesse impedido o povoamento e a colonização e o desenvolvimento do Estado de São Paulo. Hoje temos o Estado com cerca de 35% do PIB nacional, é uma taxa que está caindo, mas ainda é bastante elevada, cerca de 1/3 da produção nacional, temos a indústria mais desenvolvida de estrutura mais complexa e diversificada do país, mas a sua participação também está caindo, a participação da indústria paulista no PIB brasileiro caiu de 51,58% em 85, para 43,96% em 1996. Então, é uma atividade que está apresentando uma queda relativa. São Paulo perde empregos, perde indústrias, mas os outros também estão crescendo, os outros Estados. Então, realmente, é uma posição muito relativa. Mas, então, vem a pergunta: por que perde? Por que estamos perdendo e como podemos reverter este quadro? Acredito que os trabalhos do Fórum sejam realmente da mais significativa importância para que possamos contribuir para pensar, repensar e ver que caminhos podemos indicar para que essa participação relativa do Estado de São Paulo, no conjunto brasileiro não continue a decrescer. Somos, inclusive, quanto ao IDH da ONU, o Estado de São Paulo ocupa o 3º lugar. Então, vejam bem, é o primeiro quanto à participação no PIB, quanto à geração de riqueza, mas não tem aquele desenvolvimento social, ficando em 3º lugar atrás do Rio Grande do Sul e de Brasília. Então, temos, realmente, muita coisa para melhorar em termos de desenvolvimento social. Então, como dizia, aqueles objetos culturais e aqueles conjuntos sistemas de objetos culturais que o homem foi colocando no espaço, ao longo da evolução do Estado Paulista, resultou numa série de redes e numa série de sistemas. E a própria população, que hoje é de 34 milhões de habitantes, é um objeto cultural. E podemos ver pelo mapa que ela não está distribuída de uma maneira homogênea. E vamos ver que essa assimetria das distribuições geográficas é um fato constante em relação a muitos aspectos econômicos. Então, vemos aí que a população se concentra principalmente na região metropolitana, no sudeste, na parte oriental do Estado, havendo um vazio maior demográfico na parte ocidental ou no oeste e no norte e noroeste. O homem criou uma rede urbana, que

também segue mais ou menos a mesma configuração, sendo concentrada no Sul, no Leste e bem menos densa a Oeste. Criou uma rede de transportes viários, rodovias e ferrovias que têm uma configuração radial, São Paulo foi sempre o pólo difusor das ferrovias na época do café e das rodovias a partir, principalmente, de 1950 quando o Brasil faz uma opção pelo padrão rodoviário de desenvolvimento no sistema de transportes. E vemos aí que essas são as principais rodovias, os macro eixos que da capital paulistana se dirigem para o interior até às fronteiras e a as cidades se alinhando ao longo desses macro eixos. As ferrovias, com a ênfase muito grande nas rodovias, elas foram ficando de lado, foram sofrendo uma obsolescência técnica, principalmente, e de não renovação da frota. Então, temos hoje no Estado de São Paulo, um quadro em que eram ferrovias estatais, hoje há três concessionárias privadas, mas apenas 19% das cargas andam, se movimentam por ferrovia. Então é muito pequeno para 63 das rodovias. Isso é fato bastante oneroso para a indústria, porque sabemos que a ferrovia é um meio de transporte mais viável para trajetos médios e longos, e para mercadorias que não tenham pressa de chegar e que sejam relativamente baratas por unidade de peso. Então, as nossas ferrovias estão bastante problemáticas e para um desenvolvimento industrial realmente eficiente seria preciso que elas fossem remodeladas e reestruturadas tecnicamente. As rodovias têm uma qualidade muito melhor, mas já se sabe, já se percebe também que elas estão chegando num ponto de saturação. São de excelente qualidade, algumas com 4 pistas, mas o tráfego é muito grande, temos 13 milhões de veículos correndo, se movimentando no Estado de São Paulo, a frota é a maior frota no nacional e principalmente de caminhões. Então, é natural que o peso desse tráfego faça com que o desgaste das estradas seja muito mais rápido. Também, então, é uma rede rodoviária que está necessitando de investimentos. 12% dessas rodovias foram privatizadas, mas é preciso que novos eixos continuem a serem criados para que o desenvolvimento da nossa frota se estender. A navegação fluvial tem uma importância histórica, serviu para que os primeiros colonizadores adentrassem para o interior, não há uma tradição nas áreas mais

desenvolvidas economicamente no Brasil de se usar o transporte fluvial, que seria o mais barato para cargas pesadas. Mas, atualmente está se viabilizando o aproveitamento da hidrovia Tietê/Paraná, que como vemos o Tietê nasce aqui perto de São Paulo, no Planalto Cristalino, atravessa todo Estado de São Paulo, na direção noroeste até desaguar no Rio Paraná. Então, uma série de eclusas e de barragens, aproveitamento para energia hidrelétrica foram feitas ao longo do rio e esta hidrovia, esta sim, deve se transformar no Século 21, em um dos eixos de desenvolvimento do Estado Paulista. Então, será, uma feição diferente do que tem acontecido até hoje. Até agora foram, principalmente as ferrovias, e depois as rodovias que se constituíram nos eixos de desenvolvimento, de penetração do povoamento e a hidrovia do Tietê/Paraná, se tudo correr de acordo como se espera, cerca de 37 pólos de desenvolvimento estão sendo planejados ao longo do rio e essa hidrovia vai fazer então, a ligação do Estado de São Paulo, pelo Rio Paraná com o Mar da Prata, e se integrar, então, a transações comerciais do Mercosul. As redes de energia, também estão chegando numa situação de saturação. Porque tivemos grandes investimentos nos anos 60/70 e depois usinas menores aqui no Estado de São Paulo. A energia elétrica é distribuída através de um sistema interligado, as grandes usinas se interligam para abastecer praticamente a maior parte do país e seria preciso que novos investimentos fossem feitos. Os senhores devem ter lido, há pouco nos jornais, dia 21 de junho o Brasil começou a importar energia elétrica da Argentina e até o fim do ano deverá importar da Venezuela, do Uruguai e acho que, da Bolívia, se não me engano. É um quadro, que num país com tanta água, um dispositivo hidráulico tão grande, nós, por talvez uma falta de providência há 20, ou 30 anos, isso esteja acontecendo no momento. Então, também é um setor que tem de ser muito bem pensado, e muito bem planejado para que não haja estrangulamentos do desenvolvimento industrial para frente, para daqui a 20, ou 30 anos, em função deste problema de infra-estrutura. Temos 16,6% da energia paulista que é de energia hidroelétrica. Mas também estão sendo viabilizadas, cerca de 15 termoelétricas, que vão utilizar o gás natural. Há um

gasoduto, esse é um projeto de distribuição, que está trazendo gás natural da Bolívia e que vai até São Paulo, com uma ramificação em direção ao Paraná. Apesar de apenas 3% da energia de todo Estado ser originada no gás natural, espera-se que, a partir desse projeto as indústrias passem a utilizar muito mais esse tipo de energia. E um outro aspecto da infra-estrutura é também o sistema de comunicações, que é o melhor que existe aqui no país, é o sistema de comunicações do Estado de São Paulo. Temos um sistema de telefonia, correios, telégrafos e transmissão de dados que é o melhor do país, mas que ainda tem bastante para melhorar. Apenas para dar um exemplo, aqui no Estado de São Paulo, o conceito de serviço universal ainda não pode ser utilizado, no Estado mais desenvolvido da nação, ainda não existe o serviço universal, porque apenas 50% dos domicílios têm acesso a telefone. Um aspecto que quero destacar aqui é que mesmo no interior do Estado mais rico e desenvolvido do país, temos desigualdades regionais muito importantes. Alguém falou aqui de manhã e eu ia falar aqui, o município mais pobre do país, do IDH mais baixo do país é aqui paulista, não é nordestino, sergipano, é aqui, é o do Vale do Ribeira, bem no Sul, estamos vendo a área de Registro, é naquela região administrativa. Então, isto é um fato, é um dado para que se pare também para pensar. É preciso desenvolver, mas é preciso equalizar o desenvolvimento e não deixar que as áreas onde já existe uma concentração muito grande, esse crescimento, essa expansão seja, cada vez mais aprofundada e que esse desenvolvimento não chegue para outras áreas. Esse é um aspecto que quero destacar ao longo desta minha intervenção. Mas, estava falando também no sistema de comunicação dos correios, telégrafos e telefonia e um aspecto muito importante aqui no Estado de São Paulo é a criação da Internet 2. Já temos a rede da Internet 1 e agora em dezembro de 99, foi criada a Internet 2, que é uma infovia que liga várias universidades paulista, vários órgão governamentais, institutos de pesquisa numa outra rede fora da Internet convencional e que isso também passa a constituir uma nova forma de comunicação ao longo dos macro eixos de desenvolvimento que existem e que já vamos falar daqui a pouco. Neste

conjunto, neste quadro, da natureza sendo transformada pelo homem através de um meio técnico, que é cada vez mais técnico e científico e informacional. Chegamos no fim do século XX a um nível de desenvolvimento jamais igualado e jamais sequer imaginado pelo homem. Então, o maior geógrafo brasileiro, Milton Santos, ele diz que criou-se um meio técnico científico informacional, em que a tecnologia extremamente ligada à ciência e também à informação. Então, é preciso que todas as pessoas que planejam a atividade industrial tenham isso também em mente. Não há, não pode haver um desenvolvimento hoje, sem que as empresas, as pessoas, os empresários tenham acesso a informação. Esse se transformou num insumo fundamental, tanto quanto matéria prima, ou transporte, ou energia, ou qualquer outro insumo. Então, neste espaço, o homem foi edificando e construindo os seus sistemas de objetos concretos, os chamados fixos e a indústria é, talvez, um dos mais importantes desses objetos. Porque ao incidir sobre o espaço ela cria uma série de relações com outras atividades, ela interage em outras atividades econômicas, ela cria fluxos que vão agir naquela configuração territorial criada pelos objetos sociais e pelos objetos físicos e ela desencadeia toda uma série de efeitos cumulativos sobre o território. Então, é fácil entender porque São Paulo sofreu ao longo da evolução econômica do Século XVIII para cá, o mais importante processo de industrialização do país. Ele manteve isso através das economias de aglomeração, principalmente, e chegou a esse ponto ainda como o Parque Fabril mais importante. Mas, ele tem problemas. Temos crises que não são apenas locais ou setoriais, temos crises que vão além, estamos inseridos num contexto, São Paulo não é uma porção de espaço solta no planeta, está interligada por laços fundamentais ao Brasil, que por sua vez se insere no contexto internacional das nações. A ação humana e tudo o que é feito no espaço sofre a influência destas relações. Vivemos num mundo globalizado, caracterizado por intensas mudanças, caracterizado pela competitividade, pelas redes, pela flexibilização. Então é este contexto que tem de fazer com que as regiões sejam adequadas e que se inter-relacionem com estas influências que vêm de fora. A dialética local global nunca foi

tão importante. E é o que mais se discute hoje em muitas disciplinas sociais. O que é local? Talvez não exista mais nada que seja apenas local. Porque sempre tem alguma influência do mundo, alguma influência global chegando. E o que é global também é algo que acontece no mundo todo, mas que acontece nos lugares. É um conjunto de lugares que tendo toda a ação humana e todos os objetos sendo criados e todas as relações sendo estabelecidas que formam o contexto global. Então é uma interação e uma dialética que realmente tem que ser levada em conta. E esta crise que dizia, estes problemas que aparecem na indústria de São Paulo, eles vão se localizar ou se fazer sentir, principalmente na metrópole paulistana. É claro, onde mais existe um fenômeno, qualquer problema com este fenômeno aquele lugar é o que mais sente. Então como era a área mais industrializada do Estado de São Paulo, é lógico que a crise industrial afeta mais do que outras áreas. E não é apenas uma crise conjuntural. Mas é um pouco pior, porque é uma crise estrutural. Mas, tem um lado muito bom também. Se existem pessoas hoje que estão desempregadas, porque a indústria fez uma reengenharia industrial, reestruturou o seu sistema produtivo ou seus regimes de trabalho, é sinal de que, vamos dizer assim, está havendo uma modernização. Sinal de há uma consciência, de há um novo paradigma tecnológico existindo no mundo e que é preciso acompanhá-lo para não ficar cada vez mais para trás. Agora, o que é preciso também é que ao se desempregar pessoas ou operários que foram treinados para fazer uma única tarefa específica, a economia tenha condições de absorvê-los em outros setores, através de reciclagem ou de quaisquer outras políticas. O que não pode é haver o desemprego estrutural e essas pessoas não acharem uma outra sobrevivência. Os processos econômico espaciais que resultaram na atividade industrial que São Paulo tem hoje, foram três: concentração, uma concentração que vem desde a época do café e que foi responsável por essa concentração no Estado de São Paulo e especificamente na metrópole paulistana. Não cabe aqui rastrear todos os motivos, mas foi principalmente acumulação capitalista do café e depois as economias de aglomeração que fizeram que, por volta de 1970, o Estado de São

Paulo tivesse 57% do valor da transformação industrial do Brasil e 48,3% do emprego industrial. São Paulo, a região metropolitana, São Paulo já se transformando num pólo nacional e a região metropolitana de São Paulo sendo responsável por 55% dos estabelecimentos do Estado e por 60% do emprego industrial. Então, uma concentração muito grande na metrópole. Esse é um processo econômico espacial fundamental. A partir de um determinado momento, que é mais ou menos por volta, entre 65 e 70, começa a ocorrer a desconcentração. É uma desconcentração causada por uma série de motivos também, poderíamos dar um curso sobre os motivos da desconcentração industrial no Estado de São Paulo, mas que foi basicamente gerada, primeiro por um transbordamento econômico, porque a vitalidade econômica de São Paulo era muito grande. Então, não foi só por problemas de São Paulo, pelas famosas deseconomias de aglomeração. Mas foi também porque a vitalidade era tão grande que começa a transbordar. E o professor Azone que virá agora na Mesa das 18 horas, chamou esse processo de um espraiamento, de uma desconcentração concentrada. A indústria passa a transbordar da metrópole, a ir para o entorno metropolitano, mas de uma forma bastante seletiva também, são as principais cidades que são escolhidas. Então, por exemplo, a indústria não saiu daqui para ir para Franco da Rocha ou para qualquer outro município perto de São Paulo, mas longe dos macro eixos, principalmente da rodovia Anhangüera, da Castelo Branco e da Dutra. Então, são esses eixos que alinham o desenvolvimento industrial no Estado de São Paulo. E, é claro, quando há o transbordamento que alguns outros chamam de reversão de polarização. Mas não é bem assim, fico com tese do Azone da criação de um campo cumulativo e desse espraiamento da indústria por áreas que vão sendo contíguas a São Paulo e chegando principalmente num raio de até 200 e até 300 quilômetros. Fizemos uma pesquisa em Araraquara e havia lá uma indústria da Villares, um estabelecimento da Villares se instalando e várias outras indústrias, principalmente ligadas ao complexo agroindustrial se instalando, transferidas de São Paulo. Então, as vezes, esse transbordamento foi até um pouco maior. E chega o

momento em que também esse transbordamento ultrapassa as fronteiras. Aí então, representa perda, perda para o Estado. É claro que se a indústria se dirigiu da Capital para o interior, ela definiu um outro processo. Havia concentração, houve a desconcentração e se definiu a interiorização da indústria. Então, ela caminha no espaço, em direção ao interior, seguindo os macro eixos e não foi só porque a metrópole repelia ou não podia conter fisicamente a expansão industrial, mas foi também porque o interior atraiu. Juntaram-se as duas forças, centrífugas e centrípetas para fazer com que essa indústria fosse para o interior. O interior estava formando, modernizando a sua base agrícola, uma indústria voltada para a agricultura e fazendo as duas pontas do complexo agroindustrial, a indústria da agricultura e para a agricultura estava em pleno desenvolvimento, havia uma grande movimentação de exportação, através de laranja, suco de laranja, o proálcool também do Governo Federal deu um incentivo muito grande para a cana. Então o interior tem uma tomada de investimentos e de desenvolvimento bem grande. E, obviamente ele vai subir a sua participação no conjunto do PIB paulista o que faz também com que o PIB paulistano tenha uma queda. Então, apenas para ter uma noção, a participação do interior paulista no VTI brasileiro era de 14% em 1970 e sobe para quase 20% em 1980. E no VTI do Estado, a participação do interior sobe de 25% para 39,6% em 1996. Então, de 70, 1976 há uma elevação muito grande da participação do interior. Estes processos não acabaram. Não é dizer, houve a concentração em São Paulo e hoje acabou; houve a desconcentração e acabou ou a interiorização e acabou. Eles não começaram simultaneamente, mas todos eles convivem até hoje. Existe concentração, desconcentração, interiorização e muitas vezes eles aparecem combinados, concentração com desconcentração, havendo setoriais nesse caso e também existe a concentração e a interiorização. E, para encerrar, vou chegar aos mapas. Esse mapa foi fornecido pelo CEAD, quando começamos o Grupo da Indústria e fiz algumas modificações porque estava muito genérico, mas continua ainda, o problema é que ele é baseado na média da participação de cada região. Então, vemos, São Paulo aparece como a região de

maior representatividade industrial. Em 1996 tinha 56,9% das unidades locais, 56,8% do pessoal ocupado e 60,4% do valor adicionado. Então, apesar da perda, apesar do crescimento do interior, a região da metrópole continua sendo a maior concentração industrial do Estado de São Paulo. Depois se destacam as regiões de Campinas, que é a segunda em importância, depois Sorocaba e São José dos Campos com índices inferiores e depois todas aquelas regiões do Centro, do Norte e do Oeste: Presidente Prudente, Marília etc. que são regiões com representatividade industrial fraca, porque têm índices de 3,2% a 4%. E como a região de mais fraca intensidade industrial aparece a região de Registro, que falei que é a área mais pobre, 0,4% apenas das unidades locais. Então, vemos, o mapa mostra, apesar de generalizar por região, porque por exemplo, uma região como Campinas, municípios tão industrializados como Sumaré, Hortolândia, Jaguariúna, eles ficam mascarados no conjunto por municípios como por exemplo, Bom Jesus dos Perdões, Santo Antônio da Posse, Santo Antônio do Jardim, que não têm industrialização, mas que são mapeados como se tivessem o mesmo índice, neste método. Para tentar contornar este problema da representação através de médias percentuais, ainda estou trabalhando nesse mapa, ele é apenas um esquema provisório. Já tinha trabalhado para outros anos e estamos, então, fazendo o seguinte, mapeando por município e vemos então, como a diferença se evidencia. Também não muda, é na Grande São Paulo que é a maior concentração, depois a região de Campinas, a região da Anhanguera, as duas regiões do entorno Sorocaba e a região da Dutra, do eixo São Paulo/ Rio e depois centros e pólos isolados. Então mapeei aqui os pólos petroquímicos em Cubatão e Campinas, os pólos automobilísticos em São Paulo, ABC, Campinas e São José dos Campos, o pólo siderúrgico em Cubatão e os pólos tecnológicos que são formas novas de espaços industriais que acontecem no mundo e no Brasil também, principalmente o Estado de São Paulo tem, que é também mais um indicador do seu desenvolvimento, pólos tecnológicos em Campinas, baseados na informática, em São Carlos na resistência de materiais e em São José dos Campos na indústria e na pesquisa aeronáutica.

Também coloquei neste mapa alguns tipos de aglomerações, que são formas novas também ou renovadas de desenvolvimento industrial que têm sido muito divulgadas pela literatura e que em seguida a professora Maria Carolina vai falar especificamente sobre eles. Então, temos pólo têxtil, como por exemplo em Americana, temos pólos calçadistas como em Franca, Jaú, temos pólos moveleiros como Votuporanga, Mirassol, Itatiba e São Bernardo. E depois foram representadas ainda aquelas cidades que são centros regionais, como Bauru, Marília, Araçatuba, Presidente Prudente que se constituem nas cidades mais importantes das suas regiões, mas que não têm assim tanta importância industrial dentro do conjunto do Estado.

Chegamos, então, às nossas conclusões. A conclusão mais importante que acho e que já adiantei um pouco, é que olhemos no espaço a assimetria das ocorrências humanas, seja a distribuição da população, seja a rede urbana, seja a atividade industrial. Então, é preciso que para política de desenvolvimento, para o planejamento do futuro, pensemos, não fiquemos tão preocupados porque Minas está crescendo mais do que São Paulo, ou porque o Paraná, ou porque a Bahia está levando uma montadora. Acho que não é bem por aí. Acho que temos de nos preocupar com o contexto, com o interior. Não interessa São Paulo ter, por exemplo, ele tem 1/3 hoje do PIB brasileiro, não interessa que ele tenha a metade e que essa riqueza continue sendo concentrada da maneira que está. Ainda há pouco divulgada a distribuição de renda deste ano 1% da população detém quase 15% da riqueza. É uma concentração muito grande, enorme. Então, é preciso que as políticas olhem esses aspectos, o aspecto social, coisa que não tem havido preocupação nos últimos anos. Então, enquanto tiver um paulista analfabeto, miserável morando em favela, não vejo como uma política de desenvolvimento industrial que vá trazer talvez um PIB muito mais elevado, possa ser considerada humana. Este é o meu ponto de vista. E, esta assimetria que foi vista, também mostrou uma outra coisa, que a industrialização se fez ao longo dos macro eixos rodoviários. Então, temos um padrão de industrialização que é alongado, ele vai ao longo dos eixos. E se

aconteceu assim, ao longo de mais de 100 anos de desenvolvimento, não impede que novos eixos sejam pensados, a hidrovía Tietê/Paraná é um caso desse e que pensemos que estas áreas do interior que estão tão afastadas do desenvolvimento, elas têm que ser integradas e são as vias de transporte que integram. Sejam as ferrovias, que no caso brasileiros é difícil de acontecer, aqui vai ser por rodovia mesmo. Então, enquanto não houver essa integração, enquanto não houve acesso fácil, acesso as essas regiões mais subdesenvolvidas, ficará bastante difícil. E, apenas como último aspecto quero destacar que é preciso que se atente também para as novas formas de atividade industrial ou de agrupamentos industriais. É preciso que não se pense apenas no que se vai produzir, mas como se vai produzir estas associações, as cooperativas. Existem formas associativas hoje de produção industrial que beneficiam as pequenas e médias empresas e que podem fazer com que uma região tenha um desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável é esse, que uma área ou um país consiga se sustentar, dar uma vida digna para os seus habitantes sem destruir a sua natureza e o seu meio ambiente, porque senão, não será sustentável. É o que estavam querendo fazer há pouco na Amazônia. Não pode. Isso é absolutamente inviável. A terra que usamos, esse espaço que o homem ocupa e no qual ele coloca as suas marcas, imprime os seus objetos, esta terra herdamos dos antepassados e temos que passá-la da melhor maneira possível e menos destruída e tocada possível para os nossos filhos e netos. Ela não é nossa. Nós a usamos. Mas é preciso que tenhamos consciência de que é uma herança que recebemos e que temos de passar intacta para os nossos descendentes.

Muito obrigada.

SR. JORGE CARUSO – Teremos na seqüência mais uma exposição e posteriormente abriremos para perguntas e debates pertinentes às duas exposições. O próximo tema é: “Conceito e morfologia das aglomerações industriais, *clusters*, distritos industriais. Sistemas locais, inovação, aglomeração de

pequenas empresas, outras formas de aglomeração. Apresentação da professora Maria Carolina de Souza da UNICAMP.

SRA. MARIA CAROLINA DE SOUZA – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite, particularmente gostaria de agradecer ao Sr. Fausto Cestari pelo estímulo ao desenvolvimento deste trabalho. Confesso que fiquei com um tema um pouco ingrato no sentido de que é um tema muito comentado, fala-se muito hoje sobre *clusters*, mas, na verdade, nem todas as pessoas entendem o significado de *clusters*. Então, a primeira observação, é que como sempre no Brasil, se peca pelo hábito de usar as palavras estrangeiras, modificando-lhes o sentido. Então, *clusters* de uma maneira geral é simplesmente aglomeração. Então, qualquer tipo de aglomeração, aglutinação, é um *clusters*. Esse é o primeiro ponto. Então, quando se busca falar vamos formar *clusters*, vamos formar o que? Aglomerações. E pensar que isso por si só vai resolver os problemas de desenvolvimento, alguns dos problemas, dos quais a professora Silvia levantou, também e chega até um alguns casos há uma certa ingenuidade. Como o termo é esse, *clusters*, vou usar o termo mas tentando explicitar um pouco mais, particularmente levantando os casos notórios hoje da Itália, que se tornaram reconhecidos mundialmente. Particularmente a partir da década de 70, quando o mundo viveu uma crise e a Itália conseguiu de alguma maneira, por meio de pequenas empresas aglutinadas em determinados setores, ter uma inserção bastante positiva na economia europeia e na economia mundial. Então, em primeiro lugar, conceito. O que é de uma maneira geral um *clusters*. Como comentei uma aglomeração setorial e regional. Basta isso? Não. As empresas têm de ter uma forte identidade com o local. O que significa dizer o seguinte, que atrair uma série de empresas para um determinado local, mesmo que sejam de um mesmo setor, mas se essas empresas não gerarem, não tiverem de alguma maneira uma identidade com o local, o fato de elas estarem compartilhando um espaço físico, não caracteriza o que se chama de *clusters*, ou pelo menos o que se chama de *clusters* virtuoso, que pode levar a um

desenvolvimento, inclusive, a um desenvolvimento mais sustentável. Portanto não adianta juntar empresas. A questão é, qual é a identidade delas, qual é a aderência delas com o local. Outra questão importante é a forma como é essa organização. As empresas são pouco verticalizadas. No entanto no interior desse espaço, no interior dessa rede ou desse conjunto de empresas, deve haver uma forte divisão de trabalho. Por que? Porque senão houver essa forte divisão de trabalho, ou seja, se tiverem “n” empresas compartilhando o mesmo espaço, mas todas fazendo a mesma coisa, certamente a concorrência vai se impor sobre qualquer ação de cooperação. Esse também é um ponto importante. Existe um caso, vou comentar um pouco mais a frente, mas acho que é importante neste momento dizer, caso típico na Dinamarca, onde um conjunto de empresas se reuniu para oferecer ao mundo, ao mercado mundial uniformes. Mas, que tipo de uniformes? Não são todas as empresas fazendo uniformes. Um grupo de empresas faz casacos, outros grupo de empresas faz o cinto, outro grupo de empresas faz o sapato, de maneira tal que no conjunto elas conseguem vender para o mundo o pacote uniforme. Esse é o ponto. Aí dá para se pensar: tem complementaridade? Tem. Onde há complementaridade, há cooperação. Onde há. Onde não há complementaridade, todos fazendo a mesma coisa, não há divisão de trabalho, como é que se pode esperar a cooperação entre empresas? Particularmente entre as pequenas empresas que mal e mal conseguem pensar no dia de amanhã. A pequena empresa tem de se preocupar: vou sobreviver até amanhã? Se ela não consegue resolver como vai sobreviver até amanhã, como é que se vai exigir dela, cooperem, coopere que aí está a solução. Então, há de se criar meios para que essa cooperação vingue. E *clusters* no sentido mais virtuoso é isso. ele tem nesse espaço, nesse conjunto de empresa, de alguma maneira, cooperação e concorrência tem de ser equacionada. Na verdade, é se resolver esse binômio cooperação/concorrência. Significa que as empresas não vão mais concorrer? Não. Elas continuarão concorrendo, mas elas cooperarão. Na verdade é cooperar para concorrer. O caso dessas empresas da Dinamarca é isso, elas não passaram a cooperar porque elas

são boazinhas, é porque tem uma racionalidade econômica. A cooperação representa uma maneira de chegar ao lucro. Essa é a constatação que tem de ser levada às empresas e só dessa maneira elas irão cooperar. A cooperação por si só não estimula as empresas a se aglutinarem. Um outro aspecto importante é que os *clusters* não são todos iguais. Esse é um outro aspecto muito importante. Há os *clusters* que surgem naturalmente, inclusive, por determinadas vantagens locacionais e há os *clusters* como foi o caso da Dinamarca, que os *clusters* são formados a partir de estímulos governamentais, a partir de políticas governamentais e políticas governamentais em alguns casos, muito fortes. Particularmente as políticas locais, no caso da Dinamarca nem foram política locais, foram políticas nacionais, porque o Ministro do Planejamento se envolveu diretamente. Também setores de alta tecnologia, como foi comentado, na região de Campinas, a região do Vale do Paraíba, a região de São Carlos, mais voltadas para setores de tecnologia de ponta e setores mais tradicionais como o têxtil, calçados, móveis. Então, não é se pensar também, que *clusters* é sinônimo de alta tecnologia, de tecnologia de ponta. O que também, por outro lado, não significa dizer o seguinte, que se as empresas têxteis não se modernizarem, não adotarem novas tecnologias, elas continuarão sobrevivendo apenas por estarem lá concentradas e um determinado espaço geográfico. Americana é um caso típico a esse respeito. Quando a economia entrou em crise, Americana sofreu número muito grande de empresas que desapareceram simplesmente. Por que? Porque alguma empresas não conseguiram se atualizar tecnologicamente. O resultado, é uma Americana mais moderna, também como a professora comentou, porém, com um nível elevado de desemprego. Aí entra outra questão, que são as políticas locais também para equacionar o desemprego resultante da necessidade de modernização tecnológica com esse desafio inevitável dessa modernização tecnológica. Então, de novo, cabe às políticas locais equacionar isso de uma certa maneira. Um aspecto importante também quanto a essas políticas locais. Na Dinamarca, estou citando esse exemplo, porque ele é forte, foram concedidos estímulos diretos as empresas para

que elas passassem a se reunir. Na Dinamarca, inclusive, é importante que se comente, que foram concedidos o que eles chamam de micro donativos. Gosto de citar isso, porque vemos como somos pobres e como eles são ricos, ou vice-versa, porque os micro donativos eram de 10 mil dólares, simplesmente para que três ou mais empresas se reunissem e pensassem de alguma maneira a viabilidade de desenvolver determinadas ações conjuntas. Só para contrapor um pouco, o Brasil empreendedor as empresas podem pedir no máximo 50 mil e é empréstimo. Lá são micro donativos de 10 mil dólares. Não se pode pensar: vamos copiar o modelo. Na Itália também, na Itália o crédito é concedido. Na Emília Romana, que é um dos principais *clusters*, um dos mais comentados, mas também teve a atuação do governo local, concedendo crédito, particularmente ou prioritariamente às empresas aglutinadas. Então, prioriza-se esse tipo de crédito. Empresa isolada tem mais dificuldade de acesso, inclusive, ao crédito. Então, não é só espontaneidade e também não é só copiar e também não é só trazer as pessoas da Itália, da Dinamarca ou dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos também há um número muito grande de *clusters*. O que é feito lá, vamos copiar. Ok, o que é feito lá. Mas tem uma parte que é isso, de apoio decisivo, são políticas dirigidas para isso, inclusive com capital. Dentro desses *clusters*, dessas aglomerações, o caso de distritos industriais, é um caso bastante difundido. Quero só comentar um pouco só sobre os distritos, porque algumas pessoas, várias vezes já ouvi, dizer o seguinte, o distrito industrial de Campinas. Mas o que é o distrito industrial de Campinas? Distrito industrial, ou distrito marchalhano, não é um local que as prefeituras abrem para instalar ali as empresas. É verdade, Campinas tem um distrito industrial, próximo do aeroporto de Viracopos. Mas aquilo não constitui um *clusters* nesse sentido de distrito industrial italiano. Ou seja, não é a prefeitura dizer: vou abrir ali um espaço para as empresas irem ali se instalar. Isso, por si só não constitui um distrito. Porque as vezes as empresas sequer são do mesmo setor, sequer têm qualquer tipo de articulação. Então, não basta, não é só o espaço físico. Esses distritos, que se chamam de distrito, são simplesmente locais reservados para

instalação de empresas, as vezes com determinados estímulos. Mais recentemente – esses distritos marchalhanos, são do século passado, não são coisas novas – os distritos industriais passaram a ter importância e passaram a ser reconhecidos internacionalmente, exatamente pelo caso da Itália, daí o título dos distritos industriais italianos e daí as vezes até uma certa urgência em trazer gente da Itália: o que eles fazem lá? Como é? Mas, tem algumas condições históricas também, que precisam estar presentes. Entre elas a constituição, os elementos de uma sociedade mais cívica, que esteja disposta de fato a cooperar. Há diferenças na Itália também. A Itália não é um conjunto de *clusters*. Os *clusters* estão mais localizados no Centro-Norte da Itália, no Centro-Sul, particularmente no Sul não há *clusters* industriais. Por que? Porque também não tem tanto essa cultura cooperativa, essa cultura associativa. Então, as associações são de outra natureza, são associações mais hierarquizadas, mais assimétricas, com diferenças de poder e às vezes chegando até ao clientelismo. No Norte da Itália, esses *clusters* mais cooperativos prosperaram, porque a sociedade em si, é mais cooperativa. Mede-se isso, inclusive, pelo número de jornais, de associações, todo tipo de associação, Associação de Golfe, Associação disso, Associação daquilo, é uma cultura mais cooperativa. É o que se chama em economia, temos o: segredo da indústria está no ar. O que é esse ar? A atmosfera, essa atmosfera mais propicia, mais voltada à cooperação. Isso não se cria da noite para o dia. Não é porque se vai convidar um especialista, não porque estamos falando aqui agora, que a amanhã: vamos todos cooperar. É cultura, essa cultura, essa atmosfera exige tempo. Então, recorrendo às palavras do Sr. Fausto Cestari no começo, tem de haver perseverança. Hoje conseguimos falar para cinco pessoas, ótimo, cinco pessoas ouviram. É assim que funciona. Temos no Brasil a urgência, a epidemia da urgência, queremos copiar e somos, aliás, muito bons nisso, devo dizer, mas só que para criar essa atmosfera de cooperação, não é uma coisa de copiar, é uma coisa de construir. E tudo que é construção exige tempo. O mesmo vale para vantagem competitiva. Então tem de se criar essa atmosfera, juntar as empresas, as empresas têm de aprender a ver a

racionalidade econômica de ações cooperativas e além disso, aprender a transformar essa cooperação em vantagem competitiva também. Porque também não vai adiantar nada, cooperar, desenvolver uma série de ações coletivas se não houver a competência para transformar isso de alguma maneira em vantagem competitiva. Foi o que a Itália fez, foi o que a Dinamarca fez, tendo inclusive saldo positivo no comércio com a Alemanha, foi o que os Estados Unidos fizeram e é o que poderemos fazer, porque temos vários dos elementos necessários para criar esses *clusters* virtuosos. Outro tipo de *clusters*, as “*cornet works*”. O que significa? Esse tipo também é importante, que é uma empresa grande, normalmente no centro e as empresas pequenas que são chamadas as vezes de satélites, só que são satélites alguns com vida própria. Isso também constitui uma rede, constitui um tipo de aglomeração, empresas pequenas orbitando em uma grande empresa. Há relações assimétricas neste caso? Sim. A empresa grande normalmente tem mais poder do que as empresas pequenas? Obviamente, sim. Porém, isso não significa necessariamente uma relação apenas de subordinação. Há casos de empresas pequenas que conseguem se relacionar de uma maneira menos assimétrica com grandes empresas. Por que? Porque elas são empresas de pequeno porte, mas com determinada especialização que complemente as competências da grande empresa. E, voltamos à palavra chave novamente, a complementaridade. A complementaridade é a palavra chave. Para que? Para levar a interações, para levar às articulações. Na ausência de complementaridade, tem-se a concorrência pura e simples, que pode chegar a uma concorrência predatória, que é o caso de se concorrer em preços. Aí, não há distrito industrial que resolva, não há política industrial que resolva, porque as empresas vão se matar umas as outras. Isso é particularmente importante para as pequenas empresas, que até hoje não aprenderam ao menos isso, com as grandes empresas, que é aprender a sentar à mesa e definir algumas políticas, algumas ações coletivas. Não precisa cooperar em tudo. Porém, um centro de design em alguns casos. Por que cada empresa precisa ter o seu centro de *design*? Vai se dizer: mas o design é que vai dar o diferencial

para a empresa. Mas quando o design é importante para o conjunto de empresas. Aí passa a ser importante. E, pesquisa e desenvolvimento, e os métodos modernos, os *cad*, os *can*. Será que nem para isso dá para cooperar? E até escritórios de contabilidade. Isso é uma neurose que temos. Não posso abrir os meus dados. Então não posso ter contador comum. O que é isso? Qual é o grande segredo na contabilidade de uma empresa? Hoje, particularmente, que há uma difusão de informações, há um número de informações muito grande na Internet e que com um pouquinho de pesquisa se consegue chegar à estrutura de custos de um determinado setor. Então, qual o grande segredo? Quando uma empresa acha que o seu segredo está na contabilidade, acho que ela deveria até se repensar. E esse é um dos grandes problemas das empresa, particularmente as pequenas de se articularem. Elas têm medo: o que vão fazer com essas informações? Vai se fazer nada. A vantagem competitiva de uma empresa jamais vai estar na contabilidade. Até porque a contabilidade é simplesmente uma expressão do que ocorre na empresa. Não é aí que está a vantagem competitiva. E ao não se articularem perdem oportunidades que elevaria, por exemplo, a receita da empresa, reduziria os custos, aumentaria a produtividade daquela coletividade de empresas e de cada empresa até individualmente e com isso aumentaria a lucratividade do conjunto. Essa é uma racionalidade econômica. É difícil? É lógico, já falei, exige tempo. Mas que tem de se fazer algo nesse sentido, tem, porque senão, não vai ter 10 mil dólares de pequeno donativo que faça com que as pequenas empresas concorram efetivamente. É muito triste vermos, por exemplo, em casos como Americana, que ficamos lá pouco mais de um ano, chegamos na década de 80 já, não é novo, chegamos a montar um consórcio para exportação e quando saímos, as empresas: a, mas será que ele não vai copiar o que estou fazendo? Será que ele não vai pisar em cima de mim? Bom, se cada um ficar pensando que o outro vai pisar, ao invés de ter a cooperação, tem o que se chama o dilema dos prisioneiros: um delata o outro para reduzir a pena. Só que se nenhum delatasse o outro, o ganho seria maior e dividido pelos dois cada um acabaria ganhando mais. Esse é um ponto. De novo a

racionalidade econômica é importante. Porque empresário só trabalha com racionalidade econômica, o que é óbvio. Finalmente, os sistemas locais de inovação. Esses sistemas locais de inovação, dentro ainda da morfologia de *clusters*, o que significam? Normalmente os sistemas locais de inovação são de tecnologia de ponta. Então, Campinas é um sistema local de inovação? Está muito próximo de ser. Vale do Paraíba, constitui um sistema local de inovação? Está muito próximo de ser. São Carlos constitui um pólo local de inovação? Diria até que mais do que Campinas. Por que? Porque em São Carlos, de fato são geradas novas tecnologias. Campinas tem um número muito grande e tem filiais das principais empresas de alta tecnologia, particularmente de telecomunicações e informática. Mas o que são essas empresas? Elas são montadoras, elas são tão montadoras quanto as montadoras da indústria automobilística. Cabe, ao governo, aos governos que recebem essas empresas as articulações para que, a partir da sua instalação possa de fato criar uma autonomia, ou um desdobramento mínimo da presença dessas empresas, para dar às localidades uma certa capacidade de inovar, de criar e não apenas ficar orbitando, e aí seriam mesmo só satélites orbitando em torno dessas filiais de multinacionais. Até porque, parte desses satélites que orbitam nas empresas multinacionais também são empresas multinacionais. E, em alguns casos, em Campinas, é muito claro a esse respeito, a chegada dessas empresas acabou expulsando alguns fornecedores tradicionais, que não tiveram condições, ou por capital, até por vocação de se atualizar tecnologicamente. E quando se conversa com os executivos das empresas multinacionais de Campinas, o que eles nos dizem: as empresas nacionais até têm condições de fornecer com um nível adequado de qualidade. O que elas não têm? As empresas nacionais não sabem negociar com empresa multinacionais, particularmente a questão dos prazos. Há empresas em Campinas que estão perdendo espaços nessas montadoras de telecomunicações, de informática, simplesmente porque não conseguem racionalizar o sistema produtivo, de maneira a entregar no prazo. Tratam as relações com as multinacionais de informática como as antigas confecções tratavam

as relações com seus clientes. Um liga: preciso da camisa vermelha. Então vamos juntar a camisa vermelha, a xadrezinha fica lá no meio. E aquele monte de pano, de produtos por acabar na empresa. E algumas fornecedoras fazem isso. Qualidade elas têm? Até teriam. Competência técnica elas têm? Até teriam, só que tem algo que vai um pouco além disso, que é a racionalização dos próprios processos e até a questão da logística interna da empresa. Muito bem. Como é que se compatibiliza decisões descentralizadas e autônomas? Essa é a grande questão. E, a Dinamarca, por exemplo, enfrentou bastante esse problema, porque os pequenos empresários, e lá são preponderantemente pequenos empresários, como carro também, eles são aferrados às suas empresas. O que não é novidade, as pessoas criam as empresas e são aferradas as ela, têm uma certa resistência em se desvencilhar dessas empresas. Como é que se faz isso? Como é que se pode chegar no pequeno empresário e falar: junte-se com o seu concorrente, que isso é bom para você. Ele dirá: mas, vou perder a autonomia da minha empresa. Esse é um ponto. Essa é uma questão. Essa busca de interação. Estávamos discutindo hoje, inclusive, como é que se faz para empresários participarem, por exemplo, de eventos como este. Será que se eu pedir para levantar a mão, empresários, quantos empresário tem aqui nessa platéia? As vezes gosto de fazer essa pergunta. Será que há algum? Um, dois. Outro dia, numa platéia de 300 pessoas eu perguntei, 10 levantaram a mão. É pouco ainda. Com é que se faz isso? Então, a minha questão é, deve haver alguma coisa, tem alguma coisa que não foi resolvida. Esse, acho que é um ponto que deveríamos continuar a discutir daqui para frente. O que é que falta? Porque não estamos aqui falando de nós para nós. Estamos falando de algo, de uma questão que envolve diretamente as empresas e os seus empresários. E se eles não estão presentes, se eles não têm tempo de ouvir, se não conseguimos trazê-los para ouvir, qual é o problema? Acho que tem de ser colocada essa questão. Hoje se fala tanto de ouvir o cliente em primeiro lugar e as empresas estão impondo isso com maestria. Quem são os clientes de algo como isso que está sendo feito? Quem são os clientes da Assembléia Legislativa que está tocando, até acho que com

coragem e com ousadia, um projeto desse tipo. Quem se quer que ouça? E como se vai fazer com que esse cliente ouça? Acho que esse é um ponto que tem de ser discutido. Será que precisamos fazer como na Emília Romano, ou então ser irônicos como nos Estados Unidos, que as pessoas não se reuniam de jeito nenhum e por outro lado os governo também não queriam desembolsar os dólares? Então, o que se fez? Falaram: façam o seguinte: juntem três empresários para almoçar e o governo local paga a conta. Isso vai dar 15 dólares, 20 dólares, sai baratinho, multiplica isso por 100. Está bom assim, Sr. Governador? Foi isso que foi feito, para uma governador que não queria, achou um absurdo o que a Dinamarca gastou. Porque os Estados Unidos se inspiraram bastante no modelo da Dinamarca que por sua vez se inspirou no modelo italiano. E se chegou ao ponto, de: junta as pessoas. Dá para pegar a conta do almoço, pelo menos? E essas pessoas vão se reunir e pelo menos começar a pensar conjuntamente. Muito bem. Quais são os cenários diante disso? Ou se caminha para uma articulação de fato, ou se tem esse cenário. Costumo repetir esse cenário, propositalmente, em todo lado que vou. Acho que ele tem de ser repetido até que ele desapareça nesses dois lados. De um lado, empresas independentes atuando ali individualmente. Isso leva a concorrência elevada e, em alguns casos a uma rivalidade predatória, ao desaparecimento de empresas. Significa o que? Menor participação no mercado. Isso vale para empresas pequenas, vale para os *clusters*, vale para as aglomerações, vale para os sistemas locais de inovação. Do outro lado, ações setoriais, visando o que? Buscar as sinergias, buscando essa cooperação, essa cooperação com racionalidade econômica, essa sinergia, essa cooperação que leve a uma soma que, dividida dê mais para cada participante do que ele teria individualmente. Ou se mostra isso para os empresários ou não irá se desenvolver essa tal atmosfera cooperativa. No caso de pequenas empresas, dessa maneira, se terá as redes de empresas articuladas. As vantagens de diversificação, diferenciação, não é um conjunto de empresas todas fazendo a mesma coisa. E, finalmente, maior participação no mercado. É isso que ocorre na Itália. Quando se fala das empresas de Prato, se fala das empresas

têxteis de Prato. Não se fala da empresa do senhor fulano, do senhor Beltrano. Se fala: tecidos de Prato. Nós sequer conseguimos ainda falar: café do Brasil. Isso não é possível. E temos todos, ou muito dos elementos para caminhar nesse sentido. Então, gostaria de terminar com essa interrogação. O que falta? Trabalhando há muito tempo com isso, quanto mais trabalho, quanto mais visito alguns *clusters*, e quanto mais leio, mais chego nessa questão. Conseguir avançar nela, não consegui muito também. Mas, acho que o caminho é centrar esforços e, inclusive, perguntar para os próprios consumidores ou os clientes: será que eles estão querendo, por exemplo, alguma coisa desse tipo? O que eles querem? Talvez seja o caso de se perguntar: o que vocês querem? O que o cliente quer? Fazer uma pesquisa grande: o que o empresário nacional quer? E, de início proponho o seguinte, que não se elimine de início o crédito. As questões de crédito, porque aí não se avança também. Porque essa resposta já sabemos todos que em grande parte vai haver. Então, o que? O que é preciso? O que se quer? E o que é necessário para chegar a isso? Bom, forte concorrência no setor, mais a falta dos empresários, divisão das vantagens dessas relações de complementaridade, são o que? Obstáculos, à constituição de um sistema local e a construção e aproveitamento de eficiência coletivas. Gostaria só de colocar alguns exemplos, para os senhores verem como tem potencialidades no Estado de São Paulo. Começando com a Indústria Têxtil em Americana, é algo que se aproxima muito, é uma formação, arranjo organizacional que se aproxima muito dos distritos industriais italianos. O que não tem? Relações de cooperação. Franca, idem com calçados, Jaú, com calçados, Birigui, com calçados, Ibitinga, com bordados, Itu, com cerâmica, Tambaú, com cerâmica, Pedreira, com Cerâmica, Porto Ferreira, com cerâmica, Mineiros do Tietê, não sei os senhores sabiam, mas Mineiros do Tietê e Bocaina, considerada a capital nacional das luvas de raspas de couro, tem mais de 70 empresas de luvas de raspas de couro. Ou isso é um “*cluster*” ou é potencialmente um “*cluster*”. Então temos. Se escrevemos isso e mandamos para fora, as pessoas de fora vão falar: “Poxa, o Estado de São Paulo, é um Estado caracterizado por um número muito

grande de *clusters*.” Porque tem raspas de couro numa cidade pequena. É um *cluster*. O que falta? Santa Gertrudes, cerâmica. É um número muito grande de aglutinações setoriais regionais, O que não tem? O que não tem em todas essas aglomerações, em todas essas aglutinações setoriais regionais? Não tem exatamente essas relações de cooperação. E por que? Porque não são exploradas essas vantagens da complementaridade. Ou seja, não há a dita atmosfera. E se é verdade que o segredo da indústria está no ar, está na atmosfera, então, não temos exatamente essa atmosfera. Temos de criá-la. Como? Ainda acho que para criar uma determinada atmosfera, temos de ouvir as ditas bases. E no caso, as bases são os envolvidos. Quem são esses produtores de luvas de raspas de couro? Porque eles estão lá? Sabemos claramente porque estão lá. Porque tem grandes plantações de cana. Então, são os principais clientes, por exemplo. Mas acho que essas questões articuladas que deveriam servir, pelo menos, termino até aqui com uma questão, mas ao mesmo tempo uma questão e imagino que seja um fio condutor. Porque senão vamos ficar sempre reproduzindo casos, casos, casos, convidando as pessoas de fora e convidamos tanto as pessoas de fora que nos esquecemos de ir olhar os locais, os pequenos locais, as pequenas aglomerações, que são potencialmente *clusters* nesse sentido. Aglomerações setoriais regionais, mais relações, mais articulações estreitas entre as empresas.

Acho que falei o básico para não me alongar muito. Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Seguindo a programação, o próximo convidado já está presente, professor Dr. Armando de Castro, da Secretaria de Ciência e Tecnologia. E ao invés de abrimos agora às perguntas, como o professor irá falar após o café, *coffee break*, e falará também das experiências dos *clusters* na visão do Governo do Estado de São Paulo, convido a todos agora para um rápido café e na seqüência voltamos com o expositor e abrindo às perguntas sobre o tema ora debatido. (Pausa)

SR. JORGE CARUSO – Retornado, tem a palavra o professor Dr. Armando de Castro.

SR. ARMANDO DE CASTRO – Boa tarde, em primeiro lugar gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, para trocar idéias, debater um pouco essa questão. Como todos sabemos e já vimos até pela condução dos trabalhos aqui, isso é um tema muito vasto que daria para explorarmos durante muito tempo e muitas vezes. Então, vou preferir, até fazer, talvez, alguns pontos como se fosse mais para provocação, para trocarmos idéias, porque o que me transmitiu a Mesa, a idéia é abrir mesmo o debate logo depois. A professora Maria Carolina que é uma especialista de longa data nesse problema, fez uma exposição absolutamente rica e interessante, vou começar invertendo um pouco o roteiro que fiz e retomar alguns pontos que têm que ver com o que ela se referiu. Em primeiro lugar ela colocou no centro com absoluta razão, a questão da cooperação e da competição. Parece-me, sou de formação economista, e isso não está claro. Temos a constatação do fato. Mas, por que no ambiente do relacionamento interempresarial, tivemos nos últimos anos uma mudança profunda, em que a competição *stricto sensu* não funciona mais, até onde conheço, os economistas ainda não sabem exatamente explicar essa questão. Por que de repente? Até há 10 ou 30 anos, se imaginava que competir é competir, o outro empresário é inimigo meu ou algo parecido. De repente começou a ver que na verdade eles têm que cooperar entre eles. Obviamente também não tenho uma resposta, vou apenas lançar alguns aspectos em termos de provocação como me referi. Uma delas é o seguinte: com a globalização e com o avanço tecnológico na velocidade que tem se dado, como não poderia deixar de ser, a velocidade do sucateamento, equipamento produtivo que fica condenado economicamente é de uma rapidez que não se podia prever há 10 ou 20 anos. Entre outras coisas significa o seguinte: o padrão de formação oligopólica, o padrão de formação de integração vertical, típico dos anos 50, 60 e mesmo anos 70, não serve mais, porque é uma empresa integrada. Aí, tenho o exemplo de uma

oportunidade que tive de lidar com a Cosipa, que resume qualquer veleidade ou não, mais teórica. Era o seguinte, numa assessoria, coisa de há 15 anos ou 10 anos, discutindo com os engenheiros e economistas da Cosipa, haveria uma demanda por um determinado tipo de aço que a Alemanha importaria a um determinado preço. Então, no fundo o que perguntei para os economistas e engenheiros era isso: a Cosipa produz esse aço? Disseram: sim. Esse preço é bom? Disseram: é ótimo para nós. E a Cosipa está exportando para a Alemanha? Disseram: não. Claro a explicação veio em seguida. O nível de detalhe da especificação técnica era tão grande e demandaria um tipo de aparelho de raio x que a Cosipa não tinha. Disse-lhes: sim, mas por que a Cosipa não tem? Porque a Cosipa é integrante da Siderbrás. Então ela precisava mandar, ela já tinha mandado uma solicitação para comprar da Siderbrás, ia depender de uma reunião na Siderbrás. Ou seja, o prazo era um ano ou mais de um ano. Então fica claro para todos, quando viesse a resposta positiva, na verdade, o equipamento já era outro. Então, não tem jeito. E vejam bem, esse exemplo para mim, não pensem que é porque citei a Cosipa por conta de que é uma experiência pessoal minha e do setor público. Isso é igualmente verdade para o setor privado. O tempo que estudei economia e exerci a profissão etc., pensava-se como é que é essa estrutura oligopólio? Como é que se faz a integração vertical? Isso mudou. E ninguém está entendendo exatamente como? Coisas do seguinte tipo. A Ford montadora, entre outras coisas quando ela estava na Bahia, ela não queria ter nem o terreno dela mesmo, não queria ter equipamento, não queria nada. Só queria vender o nome da Ford e ter o controle de qualidade. Mudou o padrão de relação. Dei o exemplo da Ford, que para mim também é muito sintomático. No início do século a Ford montou na Amazônia plantação de borracha, ou seja, ela se preocupava com a integração vertical. Uma grande empresa, uma empresa lucrativa, ela era tão mais lucrativa quanto ela fosse uma verdadeira pirâmide. Então, a idéia de formar uma pirâmide não funciona mais. Não funciona no setor privado e não funciona no setor público. Aliás, no meu juízo isso foi pouco discutido, foi um dos vetores que levou à

privatização. E depois a outras formas de desmanche. O desmanche das grandes empresas por si, a meu juízo não é nem bom e nem mau. Porque os conglomerados tendem a desaparecer de alguns anos para cá. Qual vai ser a nova configuração? A nova configuração do tecido industrial, pelo menos os economistas até onde sei, não se sabe exatamente como é. Vou aproveitar aqui para fazer um outro gancho que tem a ver, que está nessa esteira de questionamentos, com a questão da cooperação e da relação que a professora estava colocando entre o pequeno e o grande, a pequena e a grande empresa. Desde os distritos marchalhanos a que ela se referiu, na verdade, o que predominou no mundo era uma relação predatória e antagônica entre o grande e o pequeno. O grande estava sempre na postura de explorar ao máximo o pequeno. Tanto que tinham duas tendências fundamentais em relação ao destino e ao futuro dos pequenos. Ou eles eram muito bons e acabavam sendo incorporados ao patrimônio da grande, ou não eram tão bons e eram eliminados da concorrência. Veja bem, ou adere ou morre, ou adere ou morre. Esse era o destino geralmente dos pequenos. Isso mudou profundamente. Hoje as principais formações, inclusive, de “*cluster*” aqui no Brasil, no ABC, o que eles fazem, eles protegem, eles lidam com as pequenas empresas. Na cadeia automotiva, por exemplo, sabemos hoje, o pessoal de uma determinada empresa de porte médio etc. ela dá prêmio, dá prêmio de produtividade etc., preço etc. para aquele que produz com alta qualidade. Ele não quer de maneira nenhuma explorar a todo custo o pequeno. Porque senão ele sabe que na hora da qualidade no final do produto ele sai perdendo. Então, mudou o padrão de relação. E isso é uma novidade. Esse é o exemplo de um vetor de cooperação dentro do tecido industrial, que há poucos anos não se conhecia. Mas, recolocando a questão, a relação entre o pequeno e o grande mudou de natureza. O grande não ganha mais quando ele explora mais o pequeno. O pequeno vai entregar uma mercadoria, seja matéria prima, ou um componente de má qualidade para ele. Quem vai perder no mercado é o grande. Então, ele é obrigado, por razões econômicas, não é por qualquer caráter que tenha a ver com caridade, não é isso. É um novo padrão. Então vejam, estamos

vendo a velocidade das mudanças tecnológicas, conseqüentemente do sucateamento, é indutor da não integração vertical e de dividir as empresas. A relação entre pequena e a grande mudou substancialmente. E acho que o pano de fundo mais importante, não diria talvez o mais importante, mas fundamental para tudo isso, e que nos traz a perplexidade de que acho que todos estamos tomados, é que até há alguns anos, especialmente um país feito o Brasil, sabíamos que tinha um Governo Federal que tinha força econômica e alguma força política, fosse com um caráter mais rígido – não estou a fim de me deter na questão política, mas um governo autoritário, militar – o fato é que o Governo Federal, tinha força, o Juscelino, por exemplo, que não tinha nada a ver com isso, tinha uma ascendência muito grande e fonte de recurso que ele podia usar, inclusive porque a inflação era um imposto inflacionário. Se a sociedade não conseguia resolver a reforma tributária, como não resolve agora, o Governo simplesmente emitia mais. Pronto, todo mundo pagava, dava dinheiro para o governo e vinha imposto inflacionário. Só que o padrão de relações das economias em geral e do Brasil com o restante do mundo, não permite mais ter um processo inflacionário desse tipo. Então, o Governo Federal não tem mais essa condição. Por isso essa confusão em torno da reforma tributária. Então, é um outro parâmetro. E o Governo Federal, já se discute, a Argentina já entrou nisso, outros países do mundo têm entrado, se um Estado que não esteja na Europa, não esteja no Euro etc. e se não for os Estados Unidos se não é melhor abolir a sua moeda? O que quero lembrar com isso? Fragilizou-se o significado e o estatuto do Estado Nacional de uma maneira absolutamente profunda. É por isso que estamos aqui discutindo. Todos mesmo que percebendo que estamos em água turva, estamos procurando entender novos vínculos, novos canais de comunicação e de entendimento, seja entre empresário, empresário e trabalhador, pequeno e médio empresário, e foi referido aqui também, um grau muito variado de associações. Que se multipliquem as associações de todos os níveis e de todas as formas. O tecido social, foi esgarçado e foi destruído de uma maneira absolutamente imprevisível há muito pouco tempo. Com relação a esses

pontos comentados, estava comentando rapidamente com o Fausto Cestari, nessa discussão de modernização, e aí voltando um pouco para a questão do “cluster”, queria lançar uma coisa que mais tem me preocupado e que até onde ouvi falar, o Japão estaria preocupado. Que seria o seguinte, que eles estão igualmente, eles japoneses, o governo japonês, na questão do *finance and sunset and sunrise*, desculpe a pronuncia, seria alguma coisa. O governo tem de estar preocupado, o BNDES do Japão, algo parecido, em financiar, tanto as empresas que estão na liderança do processo tecnológico, como as que estão sendo sucateadas por causa daquela velocidade. Se isso não for feito de alguma maneira, se isso não demandar e não tiver o respaldo de recursos públicos, vira uma guerra de todos contra todos. Quanto mais se avançar tecnologicamente num “cluster”, porque ele é muito avançado e porque ele consegue incorporar as últimas tecnologias é que ele rapidamente sucateia uma parcela da estrutura produtiva. Se isso não for apoiado com recurso público, em grande medida a fundo perdido, o empresário que está para perder, ele primeiro para de pagar imposto, segundo ele começa a descartar da mão de obra que paga mais caro etc. Isso, chama-se competição espúria. Isso leva a guerra de todos. E os mais modernos não vão conseguir se estabelecer. Aliás, nesse sentido, até onde estive trocando idéias com o pessoal da Fiesp que trabalha nisso, conhecem profundamente isso, foi colocado, se em parte o problema que Franca andou tendo nos últimos tempos não era isso? Eles, justamente, porque se modernizaram muito rapidamente, mas não souberam lidar com a questão de como é que eles consideram a necessidade de um sucateamento muito rápido de uma parcela da capacidade produtiva. Se isso não for feito, volto a insistir, vira a guerra de todos contra todos. Então, agora, aqui estamos colocando em outros termos. Da competição pura que se estabeleceu há alguns anos, agora se tem um novo meio de interação. Ou se entende como é que se coopera dentro desse contexto ou todos perdem. E nessa guerra que faz parte desse momento que estamos vivendo, até também comentava no intervalo a questão da guerra fiscal, e passaria para uma outra. Reforma tributária. Qual é o problema atual da reforma

tributária? O Governo, com razão, desconfia dos empresários, porque tem muitos que não pagam impostos há muito tempo ou não querem pagar. E os empresários, com absoluta razão, desconfiam do Governo, que sempre aperta, cobra mais impostos e eleva a carga tributária e não sabe se eles contribuem. Agora, é claro que o Governo também que tem de responder para o sistema financeiro internacional e mostrar que ele está fazendo a lição de casa. Senão, inclusive, o capital privado não vem para cá. Com isso, só quero dizer, que não temos uma receita. A única coisa, se é para se Ter certeza, é que é preciso ter um novo pacto social. E vou repetir o que coloquei há pouco, um novo pacto de empresário com empresário, de empresário com trabalhador, sociedade, de contribuinte do fisco com o próprio governo. Até a Alemanha, todos sabemos e a Itália que é sempre lembrada aqui, qual é uma das explicações do milagre italiano? Uma das explicações do milagre italiano é que a economia submersa italiana, ou seja, os italianos, os empresários, há muito tempo não pagavam impostos porque não confiavam no governo e tinham razão para não confiar no governo. Só que isso levava a todos a falência. A Itália, curiosamente, devem lembrar, entre outras coisas, depois que foi dando certo, era chamada: o besouro que voa, porque de tal maneira nada na economia italiana indicava que ela viesse a crescer, que se dizia que isso era impossível. De repente ela voou e surpreendeu a todos. Surpreendeu, e entre outras coisas, porque os empresários entenderam que aquilo era uma guerra suja. O que era uma guerra suja? Eles não podem, eles têm que se entender. E estou enfatizando isso, porque acho absolutamente atual isso para o Brasil. Governo e empresário. E não adianta jogar a culpa para trás. Não é esse o problema. Tem que entender que o futuro vai depender da cooperação, da mesma maneira que a cooperação entre os empresários. Mas, isso falamos e até mais uma vez ficamos até um pouco perplexos, porque ainda não entendemos as raízes direito desse processo todo e não sabemos exatamente onde isso tudo vai parar. Sobre a questão do desenvolvimento regional, só vou fazer rápidos comentários mesmo. Primeiro, especialmente trabalhei mais tive mais contato etc., o Celso

Furtado que estava aqui recentemente comentando, é o grande, ilustre economista que levou isso adiante, tínhamos na SUDENE o exemplo fundamental. O Brasil foi se industrializando e tinha uma área extremamente atrasada. Então, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, arquitetura da concepção teórica, metodológica, etc. dela foi da turma que trabalhava com o Celso Furtado e era uma idéia brilhante de se tentar reduzir os desequilíbrios regionais. Só quero lembrar o seguinte, esse padrão de desequilíbrio regional, entre outras coisas, pressupunha uma capacidade de intervenção do governo, especialmente Federal muito grande. Esse já está fora, esse fez o que era possível fazer e fez o erro que também, talvez não devesse ter feito, esse padrão não é. O regionalismo que estamos nos referindo agora, que constitui em torno de cadeias produtivas ou de *clusters* é de outra natureza. Não é que o outro era grande e ele é pequeno. Por que ele é entre outras coisas de outra natureza? O outro, o tipo da Sudene, ainda poder-se-ia ter uma forte delimitação de nível espacial geográfico. Esse não é. Pode-se ter uma cadeia que ela se complementa, uma parte na Suíça, uma parte no caçado de Franca, e outros. Ela é muita mais difusa e ao mesmo tempo ela tem uma expressão espacial. Mas, não entendemos concretamente o que amarra. Se é para elencar alguma, seguramente ela está na capacidade de cooperação e aliança dos empresários do que na homogeneidade territorial. Isso, não tenho dúvida. Agora, não elimina a questão do espaço. Comecei a falar dos economistas, isso tudo para nós, para os economistas em geral, procuro chamar a atenção, está num momento em que é preciso ter muita humildade, humildade no seguinte sentido: o arcabouço, as teorias, os conceitos muito importantes que usávamos até muito recentemente, eles não servem, não dão mais conta. Por exemplo, economia de escala. A economia de escala foi nos anos 50, 60 absolutamente decisiva para quase todos os setores de atividade econômica. Ela ainda mantém a sua importância, mas de longe. Hoje até se fala em economia de escopo, que estaria presente na organização de *clusters* etc. Seria muito mais importante. Então, essa ferramenta, o economista, ou seja a economia de escala, tem que usar com muito cuidado. A

própria idéia de que macro economia e micro economia era inteiramente separadas, não preciso dizer, como é que ela é agora, não casaram a micro com a macro, mas que também não são campos separados, não são. Se não houver um novo padrão de sintonia entre isso aí, não vai dar certo. A questão da integração vertical, já me referi, não é mais essa integração vertical o que garante economias efetivas. Mais um, vantagens comparativas. O que conhecemos de vantagens comparativas, aqui no caso do Brasil, o café seria sempre São Paulo. Mesmo com o Paraná, lembro-me dessa discussão no anos 50, 60, que o Paraná por conta da geada seria bobagem pensar que um dia ia passar São Paulo, que a terra roxa, que isso e aquilo, eram condições que não adianta. Café é São Paulo, São Paulo é café, café é São Paulo. Hoje o grande surto de produção de café é no Mato Grosso, é em serrado, coisa impensável há muito pouco tempo. Então, com isso só quis mostrar o quanto temos de tomar muito cuidado para avaliar as coisas e simultaneamente sabe o quanto esses desafios são urgentes. Então, o quanto para mim é interessante estar participando desse debate, ter acompanhado, tive condições de acompanhar, estou me referindo especificamente a iniciativa da Assembléia de montar o Fórum São Paulo Século 21, para tentar exatamente isso. Na verdade, o propósito é unir os documentos que deram origem, etc. era tentar entender a partir de discussões regionalizadas, a partir de reuniões e debates, tanto empresários como trabalhadores, etc. que volto a insistir, iniciativas desse tipo, seguramente os organizadores sabem, longe de estar esgotada, mas, como a professora também colocou, o importante é sabermos que começamos o primeiro passo de uma longa caminhada. Chegar ao final, possivelmente não sabemos, isso aí é uma questão de tempo, não sabemos nem quando, nem quantos vão participar disso. O problema é saber que temos uma longa caminhada pela frente.

Esses são os comentários que queria fazer. Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Vamos agora abrir para perguntas das pessoas aqui presentes. Só que vou passar o microfone par ao Fausto e até para já comandar

esta Mesa, que quer discutir bastante a questão dos *clusters*, e comanda a partir de agora e viro um aprendiz aqui.

SR. FAUSTO CESTARI – Vamos abrir às questões para as duas apresentações que foram feitas inicialmente. Se alguém tiver alguma dúvida ou alguma consideração a fazer, para que isso pudesse começar a aquecer o debate inicial.

SRA. SOLANGE MACHADO – Sou do IPT, estava programada para falar junto com Carolina, mas aí Carolina apresentou a coisa de forma tão detalhada e completa que ficou por conta dela. Mas, queria colocar três pontos: primeiro, a questão da cooperação, como já até falei par ao Fausto, é uma questão que a Fiesp ela tem grande responsabilidade em puxar essa cultura da cooperação entre os empresários no Estado de São Paulo. Porque, outros Estados, infelizmente o Salomão não está mais aí, como o Paraná, eles têm grande tradição no cooperativismo e o Estado de São Paulo tem uma certa dificuldade para isso. Temos casos de cooperativas, como a CAC, que teve problemas e o empresário paulista tem medo até de falar em cooperação. Uma outra questão muito importante, que a Carolina também fala, que é a questão do cumulativo, do conhecimento cumulativo que tem de ter no “*cluster*”, que tem que ter na concentração de empresas. Não adianta de uma hora para outra, acharmos que vai se estabelecer um “*cluster*” da noite para o dia. Ele passa por processos, passa por fases e um exemplo muito citado na literatura internacional que é o do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que é couro calçadista, ele passou por várias fases. Passou por uma fase de menor cooperação e agora voltou a uma fase de grande cooperação. Em que sentido que é essa cooperação. A cooperação para atender o cliente. Aí entro, num terceiro ponto que o Renato Corona apresentou, ela não está aqui também, que é esses *clusters* estarem voltados para o cliente, orientados ao cliente. O que aconteceu no Vale dos Sinos? Hoje eles conseguiram se recuperar

porque a questão do prazo, eles conseguiram equacionar um fornecimento que os clientes Norte Americanos estão satisfeitos. Então, eles passaram de uma fase inicial que era baseada na demanda interna, para uma fase depois de exportação, que teve menor cooperação e menor competição. Agora com essa nova tendência produtiva, de *just in time*, de prazo menores, eles tiveram que novamente se reorganizar, para se voltar para o consumidor, para o cliente, no caso os distribuidores americanos e atender essa questão do prazo. Então, são três pontos fundamentais à cooperação e aí a Fiesp, como disse, tem um papel fundamental. Inclusive uma questão que se colocou ontem, como as pequenas empresas conseguem demandar às universidades e às instituições de pesquisa as suas necessidades? Como elas se organizariam para estar demandando? Por exemplo, o “cluster” de Franca, como que as pequenas empresas se organizariam para estar demandando o IPT de Franca? Então, é a cooperação, o conhecimento cumulativo, não é de hoje para amanhã que vamos montar *clusters*, temos que ter políticas de médio e longo prazo e por fim, estar analisando localmente quais são os clientes, quais são as necessidades desses clientes e como é que as empresas vão se organizar cooperativamente para estar atendendo a essas necessidades.

SR. FAUSTO CESTARI – Com relação ao espírito de cooperação, eu talvez não seja a pessoa mais adequada para falar em nome do empresariado, do industrial tradicional. Porque tenho uma formação humana, particularmente, e consigo compreender isso com muita clareza e também entender as deficiências hoje do setor industrial. Sou médico por formação e fui para a indústria por uma obra do acaso. Hoje consigo entender claramente isso que se está colocando. Agora, por que efetivamente isso não existe? Qual é a nossa cultura? Primeiro, a crise ela é um fator de aglutinação e de predisposição para a cooperação. Então, se formos ver na verdade, em todos os movimentos que surgiram com algum salto de qualidade, eles tiveram algum fator que nivelou a todos e que eles emergiram com um salto de qualidade a partir desse fator originador determinante. Então, em algum

momento a crise fez com que todos tivessem que se sentir individualmente insuficientes para buscar um espaço de cooperação. Isso não quer dizer que este momento não seja, pelo contrário, este momento pode ser extremamente importante para que o utilizemos e reflitamos sobre isso. A outra coisa é o perfil do empreendedor. Está suficientemente teorizado, o empreendedor é um indivíduo que acredita nele acima de tudo, acha que ele é capaz de superar todas as dificuldades. O empreendedor não é mantenedor de empresa. Vou fazer um corte muito claro aqui, que é um perfil, um traço de personalidade muito próprio. O indivíduo sai do zero com toda a sua disposição de luta e ele traça, supera uma série de dificuldades e isto efetivamente é o que alavanca uma boa parte da empresa, particularmente as pequenas empresas. Depois disso, muda a necessidade e se ele não conseguir perceber a necessidade de mudança de comportamento à frente da empresa, ela realmente tem a sobrevivência da sua capacidade de empreender. Ela não se perpetua. Lidamos com frequência com esse perfil. Então, ele não é um indivíduo afeito ao coletivo. Ele é um indivíduo que acredita fundamentalmente nele. Outro aspecto importante, diria, que é a cultura do brasileiro, do brasileiro, a nossa cultura, que é o custo da desconfiança. Acho que Maria Carolina colocou muito bem, vou dar um nome diferente, que ela chamou a necessidade da cooperação, a cultura da cooperação, e vou travestir isso por custo desconfiança. O que é isso? São todas as ações que efetivamente colocamos ou todo o valor, as energias que colocamos à disposição de proteger uma proposta, seja ela qual for, individual, empresarial, no relacionamento com a própria esposa, que despende uma energia brutal e não leva a absolutamente nada. Isto é absolutamente arraigado no cotidiano. Se tivéssemos esse desprendimento para uma série de questões, seríamos, certamente muito mais conseqüentes e teríamos objetividade com relação aos resultados. Tenho um exemplo pessoal, como empresário, que acho que vale a pena colocar aqui, já que a maioria não é. Em 94, assumi a empresa em 90, uma pequena empresa de autopeças em 94, perdemos o controle da situação e fui obrigado a requerer uma

concordata. É uma situação de crise em que se revisa todas as suas situações para poder emergir numa situação nova.

Interrompo um pouco para comunicar a presença do Dr. Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Procurador Chefe, da Procuradoria de Trabalho da 15ª. Região. Por favor tome assento à Mesa. Seja bem vindo.

Então, a partir dessa dificuldade, conseguimos superar inicialmente com os esforços internos. Analisava o horizonte e via que não tinha a mínima perspectiva no estado em que estava, de conseguir evoluir, na medida em que o horizonte era sombrio. Precisa melhorar o meu equipamento interno, precisava qualificar o meu pessoal, precisava de investimento fundamentalmente e não tinha. Estava absolutamente desprovido e não tinha meios fora, em função da própria concordata para obter isso. Aí chamei, na verdade, para uma conversa, quatro outros industriais que tinham o mesmo porte de empresa, no mesmo ramo, para que nós, em função do cenário que acreditava, e propus que buscássemos um trabalho de interação, porque era a única possibilidade que via como concreta. Isso foi em 95, em que as fusões, começava a se mostrar possíveis. E as fusões viriam para empresas que tinham o faturamento mensal acima de 2 milhões de reais mês, aproximadamente. A minha idéia era que se nos constituíssemos agrupando empresas de atividades afins, num perfil com essas características, teríamos possibilidades de sermos salvos pelos interesses internacionais que se aproximavam. E a resposta que ouvi de todos eles é a seguinte: fiz a minha empresa para a minha família e não tenho nenhum interesse, na verdade, em integrar. Porque naquele momento eu era o único que estava em situação financeira aguda. Os outros não se encontravam e viam perspectivas, aquelas perspectivas que eles tinha traçado, na verdade, há já muito anos. De qualquer forma continuei perseguindo o objetivo, porque não tinha outra alternativa e o momento seguinte foi que alguns fornecedores meus começaram a Ter dificuldade financeira. Aí tive a possibilidade então, de oferecer a integração à minha planta física, para poder salvar a proposta desse pessoal. Levei dois anos costurando, não me comportei durante esses dois anos como empresário,

comportei-me na verdade, como político fundamentalmente que articulou as relações e que tinha que vender só uma coisa: credibilidade. O que tinha na mente não dava para transmitir. Ou seja, tinha cinco mil perguntas para responder e não conseguia responder mais do que mil, de como tornar uma coisa que eu enxergava concreta e não conseguia transmitir a eles a mesma segurança. O que permitiu que eles aceitassem a proposta? Foi a absoluta impossibilidade deles darem qualquer passo, sobrevivência absoluta e por sorte a credibilidade que consegui transmitir. Essas empresas hoje, as três, certamente não teriam sobrevivido. Estamos hoje no mesmo espaço físico dentro da cidade de Mauá, dobramos o faturamento, considerando que hoje somos uma única empresa num período de crise. Tínhamos 240 funcionários naquela época, da soma, hoje somos pouco mais de 120. Racionalizamos todos os custos fixos, tivemos a possibilidade de desfrutar de um mercado que antigamente eu pagava para participar desse mercado, só com os meus produtos. Na verdade, tivemos possibilidade de aumentar o volume de exportação, porque aumentamos o número de produtos oferecidos, melhoramos o grau de relacionamento com os representantes, porque antes ele carregava uma pasta só, passou a carregar três pastas e tinha uma possibilidade de venda muito maior. Ou seja, a quantidade de benefícios e não gastamos absolutamente nenhum dinheiro de fora que não fosse aquele que estava já envolvido no capital de giro das três empresas. E o que resultou hoje? Hoje temos participação acionária distinta dentro dessa nova empresa, que se fizermos o percentual do que cada um tem sobre o faturamento, ele tem exatamente a mesma empresa que ele tinha no passado, só que com perspectiva. Quando comecei esse processo, era um processo considerado lúdico, em que a visão pragmática do empreendedor jamais permitiria que isso caminhasse. Tive que buscar alguém estivesse em situação de sobrevivência para poder aceitar a proposta. Agora, a situação de sobrevivência impõe custos para poder chegar rapidamente ao processo que são muito mais desgastantes do que se estivéssemos em condições economicamente saudáveis e tivéssemos feito um planejamento mais satisfatório, com uma condição de

investimento mais satisfatória. Teríamos dado um saldo de qualidade muito superior. Então, não tenho dúvida nenhuma que esse modelo, é um modelo, até por vivência própria altamente motivador. Agora, como é que transferimos isso para essa massa de empreendedores que acreditam naquilo de que são capazes de fazer individualmente e que têm como referencial de sucesso o seu esforço de luta do passado. Esse acho que é um ponto para respondermos. O segundo é o custo desconfiança. Temos que passar, na verdade, a tirar o desprendimento. Acho que o Armando colocou muito bem a questão hoje da política com que o Governo Federal está tratando a reforma tributária, ele cede homeopaticamente na direção da sociedade, ele solta e testa, se não deu resultado satisfatório, solta e testa, se não deu, solta e testa. Quando terminarmos de fazer isso, estaremos precisando reformar de novo. Por que está faltando? Está faltando efetivamente entender que todos temos o mesmo interesse, que é construir um país decente e assumirmos compromissos de todos os lados na direção desse pacto. E o terceiro, são políticas públicas que estimulem a cooperação. Não sei se existe ainda, mas até outro dia não existia legislação para fazer cooperativas de pessoas jurídicas. Só tínhamos legislação para fazer cooperativa de pessoa física. Então, como é que queremos criar um ambiente de cooperação, se efetivamente a maioria das políticas públicas te direciona para a ação individualizada. E não tenho dúvida que todo processo de cooperação, alguém vai liderar. Ou é o mercado, ou é a ação de alguns industriais que tiveram a sensibilidade para perceber isso, ou é a política pública que vai liderar. E também não dá para ter uma receita de bolo. Vamos ter que ter o ambiente que a Ana Carolina colocou com uma competência impressionante, é a disposição de cooperar e a percepção de quais são os estímulos, e a receptividade, na verdade, aos estímulos que são desencadeantes desse processo e o fortalecimento deles. Então, queria responder isso, estou aqui exatamente com esse propósito, não é o primeiro Fórum que participo, estamos há 5 anos no ABC, construímos o Fórum da Cidadania que resultou na Câmara Regional, que resultou na Agência de Desenvolvimento. Mas, ainda tem uma crítica, ainda não saímos da

sociedade de eventos completamente, para a sociedade de resultados. Então, hoje a presença do Horácio aqui, acho que é uma demonstração clara de que a Fiesp está muito interessada na reversão dessa expectativa. Estamos discutindo “*cluster*” lá, sim, não com o conceito que ela colocou. Hoje, sinto-me obrigado a levar a Ana Carolina e a professora Silvia, para dentro da Fiesp, para poder no mínimo dar a visão delas, para que possamos refletir com mais abrangência.

Muito obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Antes de mais nada, gostaria de agradecer a presença do Dr. Ricardo Tadeu, que ontem fez uma exposição para todos no primeiro dia do seminário, falando sobre as cooperativas. Muito obrigado, novamente, por sua cooperação. Agradecer neste momento e citar a presença do professor Wilson Cano, que passa a fazer parte integrante desta Mesa, lembrando que estamos no finalzinho das discussões de *clusters* que foi uma das últimas palestras e já começando a discutir a construção de cenários possíveis para a indústria do Estado de São Paulo. Queria aproveitar e fazer uma pergunta à professora Silvia, no seguinte sentido, de manhã o pessoal do Sebrae fez uma colocação com relação à exportação e uma proposta no sentido de se criar uma agência para análise constante do mercado, que possibilitasse às empresas divulgar, acima de tudo, os seu produtos. Agora a tarde observamos a questão dos *clusters*, que ainda não ouvi ninguém dizer é bom ou ruim. A tese fundamental em cima dele é a seguinte, há uma desarmonia entre as empresas. Pergunto, pela disposição geográfica do Estado de São Paulo, e em havendo harmonia, como gerenciar isso? É bom ou não é para o Estado de São Paulo, em função, em primeiro lugar pela disposição geográfica? Segundo, como harmonizar isso? Será que a criação, por exemplo, de uma agência específica, com esse intuito, uma agência que observasse os movimentos constantes de mercado, em todos os níveis poderia facilitar essa harmonia? Essa é a questão que faço neste momento.

SRA. SILVIA CELENGARDE SAMPAIO – Acredito que sim. Acho que essa proposta de formação dessa agência, desde que bem viabilizada, desde que com os seus objetivos muito bem colocados, acho que poderia ser um instrumento de melhoria, de aumento das exportações e também de levar ao conhecimento dos empresários, os mecanismos da exportação. Porque os que trabalham com as indústrias, que vão às indústrias e aplicam formulários e fazem entrevistas, percebemos muito isso. As vezes médios empresários e pequenos, muitas vezes, eles não têm conhecimento de como se faz para exportar. Falta esse tipo de informação para eles. E, através do SISCOMEX, do Banco do Brasil, há toda uma regulamentação, um material informativo sobre isso, mas é difícil para o empresário. Muitas vezes ele não tem a informação. O que faço? Aonde vou para me informar. Então acho que uma agência dessa teria importância no sentido de viabilizar aos pequenos e médios empresários um arsenal de informações para que ele pudesse, então, conhecer a sua potencialidade, ver se é viável a exportação. Agora, quanto a disposição geográfica do Estado de São Paulo, vimos que as rodovias acabam sendo os grandes eixos de circulação, que vêm de todas as áreas do Estado, concentrando em São Paulo e no caso da exportação, indo principalmente para o Porto de Santos. Agora, o Porto de Santos tem sérios problemas, quanto a armazenagem, quanto ao custo, é um custo muito elevado. O custo do serviços de carga e descarga no Porto de Santos é muito elevado em relação a alguns portos mais eficientes do mundo. Então, seria preciso também que houvesse todo um reaparelhamento e toda uma infra-estrutura, neste caso, nos terminais de carga, em todo sistema de exportação para que isso pudesse acontecer. Mas, não há na realidade, nada que impeça do ponto de vista geográfico que essa exportação seja feita. Como disse, o sistema de transporte rodoviário ele está assim num ponto máximo de uso da capacidade e seria preciso, então, que novos investimentos fossem feitos, além da conservação e do aproveitamento eficiente daquilo que existe, já que 63% das cargas são deslocadas através desse modo, para que isso possa se fazer de uma maneira eficiente. É lógico que a navegação fluvial e as

ferrovias seriam vias importantíssimas para materiais pesados. Mas, infelizmente, aí é toda uma reestruturação que é difícil e nesse caso, os rios, como vimos, eles se dirigem para o Oeste, fazem parte os principais da Bacia do Rio Paraná eles têm uma orientação para o interior. E então, é através da via do Rio Paraná, que vai desembocar lá no Rio da Prata que essa integração e essa exportação poderia ser feita para os países do Mercosul. Agora, para a Europa e para outros lugares, realmente acaba sendo o Porto de Santos a principal porta de saída e também de entrada.

SR. JORGE CARUSO – Neste momento, convido a sentar-se à Mesa, o Sr. professor Luciano Coutinho da Unicamp, que peço que tome assento e passarei a palavra ao Fausto, que vai fazer um apanhado dos principais tópicos desses dois dias e iniciar e presidir a Mesa de debates entre os convidados.

SR. FAUSTO CESTARI – Vou mudar um pouco a seqüência em função das pessoas, Luciano, Wilson Cano e o Ricardo que chegaram e dar uma retrospectiva na verdade, da justificativa ao convite e o que avançamos aqui em relação ao trabalho desse grupo. Nós nos constituímos acerca de três meses, para trabalhar sobre o tema da indústria, um dos temas que o Fórum São Paulo Século 21 adotou como uma maneira de pensar São Paulo para os próximos anos. Nos constituímos num grupo por coordenação do Deputado Caruso, temos a participação como conselho desse grupo de um número bastante grande de entidades, são cerca de 20 conselheiros, uma participação plural, com setores da universidade, indústria, trabalhadores, e nos dividimos em 4 temas, e um dos temas era exatamente o trabalho que estamos fazendo hoje que são os aspectos relativos a organização, os aspectos de conjuntura, infra-estrutura do Estado, os aspectos relativos às vocações e organizações regionais. E, a partir daqui o seminário previa um debate com esta Mesa, trabalhando quais são os cenários prováveis que a indústria efetivamente enfrenta nos próximos anos e quais seriam as metas que poderíamos

iniciar ou desenhar para que pudéssemos efetivamente estarmos posicionados de maneira satisfatória diante desses cenários. Então, para que inseríssemos os senhores a esse debate, o que vou pedir é que cada um se manifeste e na seqüência, abrimos a sessão de perguntas para que possamos trocar as idéias em relação ao que já foi posto e o que será posto pelos senhores. Posso começar, pela ordem de chegada, Dr. Ricardo, por favor.

SR. RICARDO TADEU – Cumprimento a todos novamente, é uma alegria estar aqui, inclusive, participando de um evento dessa magnitude. Considero de grande magnitude, porque estamos enfrentando um momento decisivo. É a hora da nossa Nação, do Estado optar em termos do seu posicionamento no mundo. A mim cabe falar especificamente sobre a área das relações entre capital e trabalho. Porque é este o meu “métier”, pertenço ao Ministério Público do Trabalho, incumbeme a todos do Ministério Público do Trabalho, fazer cumprir a legislação trabalhista. É evidente que a posição do Ministério Público do Trabalho não é uma posição acrítica. Temos, evidentemente, uma visão crítica sobre a legislação trabalhista, que em nossa modesta opinião deve ser revista em muitos pontos, principalmente no que diz respeito às relações inter-sindicais. Porque o modelo brasileiro ainda traz em seu bojo um forte ranço corporativista, um forte ranço da “Carta de trabalho”, que era a carta da legislação de trabalho da Itália fascista, que, aliás a abandonou tão logo caiu o regime fascista. Então, o que me parece importante dizer, enquanto operador do direito do trabalho, aos industriais ou quem vá trabalhar com as indústrias do Estado de São Paulo. A primeira coisa que dizia já ontem e reitero, não adianta se imaginar alternativas simplesmente de redução de custo, com redução de salários, ou de vagas, postos de trabalho, porque isso vai gerar necessariamente quebra do mercado interno de consumo. Não me parece correta a visão daqueles que defendem que os direitos sociais se revelam como custos. Na minha opinião os direitos sociais, são direitos distributivos de renda. E é verdade que o Brasil opera mal essa questão, tanto que somos a 8a. economia do mundo e

somos um país que está em cerca de 60º lugar no mundo em termos de distribuição de renda. Estamos no ranking entre os países industrializados, entre os piores em distribuição de renda. Portanto, não conseguimos ainda no Brasil, fazer um processo competente de distribuição de riqueza. O que nos coloca muito à mercê e totalmente à mercê das diretrizes do mercado externo, tanto no que diz respeito aos capitais de especulação, a especulação mesmo financeira, quanto a nossa indústria, que fica completamente mobilizada em razão do mercado externo. E acho que temos de rever isso. Porque, as questões sociais se agudizam no Brasil. A violência que cada vez se torna mais exacerbada, só é resultado, na minha opinião, talvez de uma política de segurança equivocada, mas também e principalmente do problema da concentração de renda. Precisamos pensar na possibilidade de rever isso. Os países europeus adotaram políticas interessantes nesse sentido e acho que eles devem ser utilizados como referência. Não me parece que o modelo americano nos seja o mais familiar, porque são eles herdeiros de uma cultura histórica completamente diferente da nossa. Eles, por exemplo, adotam nas relações entre capital e trabalho, uma relação altamente negociada, não há quase leis trabalhistas e há negociações permanentemente entre empresas e sindicatos. Todavia, o que ocorre nos Estados Unidos é que a origem histórica deles é a da chamada *common law* e que não é só o direito do trabalho que deixa de ser legislado, mas todo direito. Os tribunais americanos julgam basicamente por precedentes da jurisprudência. Há uma limitação de leis. E sabemos, todavia, que por outro lado, há um conjunto de leis bastante fortes no sentido de proteger as indústrias americanas. Os subsídios, as políticas de proteção, inclusive, contra os nossos produtos, aço, laranja etc. são bastante intensos. Então, não é verdade também dizer que nos Estados Unidos não há leis de regulação de mercado, porque há e em grande quantidade. O que disse é que há uma redução de leis na relação entre capital e trabalho, porque lá eles são herdeiros de uma cultura negocial que não é o nosso caso. Tentamos aqui no Brasil importar o modelo de arbitragem, não pegou e não vai pegar, porque não é essa a nossa cultura. Com relação às relações entre capital e trabalho, parece-me que

devemos estimular sim a negociação coletiva, processo de negociação entre sindicatos e empresas. Mas, digo isso sem abdicar de um patamar mínimo de leis de proteção. Bom, mas 57% das pessoas estão na informalidade, as leis não são aplicadas, etc. etc. Essa questão é outra. O que houve aqui, com relação à informalização do mercado, é: primeiro, quebra do aparelho de fiscalização. O Ministério do Trabalho reduziu seus quadros, o Ministério Público do Trabalho conta com pouquíssimos procuradores. Por outro lado há uma incidência de tributos sobre a folha de pagamentos que é super onerada, em detrimento, inclusive, dos trabalhadores, são tributos que sequer revertem em favor dos trabalhadores, mas incidem sobre a folha onerando o custo da produção sem Ter um benefício direto, tanto para empresários quanto para trabalhadores. Então acho que isso que tinha de ser revisto e não se cogitar, por exemplo, em se acabar com férias, 13^o e coisas do gênero, porque todos sabemos também, que o próprio 13^o é um fator de consumo muito importante. Quem é do comércio aqui sabe muito bem disso. As férias são importantes também para não ter acidente de trabalho em excesso, como já temos. Imaginem se acabar com as férias, o índice de acidente do trabalho vai aumentar. São dados da OIT. Os acidentes de trabalho acontecem durante as horas extras e em países em que as férias efetivamente não se dão, os trabalhadores não descansam, cai a produção, cai o resultado do trabalho. Outra questão que me parece dava ser cogitada e isso, por coincidência, hoje é uma bandeira sindical no Brasil e não estou falando por isso, estou falando em razão de uma visão técnica mesmo, é a possibilidade sim de redução de jornada. Redução de jornada para todo mundo, porque se vai possibilitar com isso, mais espaço no mercado de trabalho e também criação de novos setores no mercado de trabalho, setores de serviços. Dizia, Márcio Pockme, que é professor de Economia da Unicamp, colega do professor que me ladeia, que o Brasil realmente hoje é um dos países, em artigo publicado na Folha e no *Estadão*, tanto em um como no outro ele escreveu um artigo, que são diferentes, mas o conteúdo é igual, com maior número de desemprego, é o 3^o país em desemprego no mundo enquanto questões numéricas,

considerando que somos a 8a. praça industrial do mundo, 8a. ou 9a. oscila entre 8a. e 10a., somos, por isso mesmo, o Parque industrial com maior índice de desemprego. Mas, ele colocava o seguinte, o que está acontecendo no Brasil é que estamos importando do 1º mundo, os bens de produção que, na verdade, é um setor hoje que vai desempregar, porque a automação está incidindo com maior intensidade nesse setor. Então, temos que começar a pensar, no que diz respeito as relações entre capital e trabalho, na redução da jornada, porque se vai precisar incrementar o setor de serviços. Esse, sim, é o setor que vai abarcar mais mão de obra. O trabalhador que trabalha menos vai consumir lazer, cultura, educação, esporte etc. e vai precisar ter um mercado de consumo mais voltado para a área de serviços. Então, precisamos que trabalhar nesse aspecto também. E outro aspecto que deve ser incentivado, parece-me, é a pequena empresa. Uma idéia que surgiu, vou dar um exemplo, que não é bem do setor industrial, mas que pode ser aplicado no setor industrial, os senhores viram ontem, passei aquele problema das falsas cooperativas de mão-de-obra que foram um equívoco, um absurdo que aconteceu no interior, não está só no interior, não, aquilo está acontecendo aqui na capital também, está acontecendo nas cidades, não é só na área rural, na área urbana isso ocorre também, as pessoas estão desempregando e recontratando por meio de falsas cooperativas, o que é um ledo engano, porque vai gerar um passivo trabalhista assustador para essas pessoas. Isso é inevitável. Mas, de qualquer forma, estamos tentando reverter isso com a revogação daquele dispositivo legal equivocado. A Faesp, Federação da Agricultura do Estado, fez uma sugestão interessante, que é a idéia do consórcio de empregadores. Como é que funciona isso e isso acabou sendo mobilizado politicamente por uma ação do Ministério do Trabalho e da Previdência também. A idéia é ter na área rural, por enquanto, pequenos produtores rurais agrupados como uma unidade empregadora. Eles contratariam um número de pessoas, pegar-se-ia, por exemplo, 5 produtores rurais, que contratariam uma turma. Esta unidade de cinco produtores rurais, seria ela mesma a empregadora. Ela dividiria os custos da mão-de-obra e pagaria cada um

dos componentes, na medida em que está usando. Com isso se garante contratos trabalhista formais, com realimentação do FAT, do FGTS, do próprio comércio etc. de consumo local e também garantiria para os empregadores uma redução de custos, com contratos formais de trabalho. Na verdade, essa experiência tem sido muito bem-sucedida em Minas já, aqui em São Paulo, vamos implantar um grande consórcio de empregadores na área da laranja agora, e creio que logo, logo, isso vai se generalizar no setor. E no Paraná também. O que temos apurado com as pessoas que adotaram a experiência do consórcio de empregadores, é que: pasmem! São palavras de produtores rurais mineiros, que em foram colocadas pelo Sr. Marcelo Campos, que é membro do Ministério do Trabalho em Brasília. Os produtores rurais que estavam antes adotando contratos informais, estavam tendo altos custos, porque havia grandes perdas de produtos, mão-de-obra desqualificada, rotatividade muito grande, etc. Com a adoção do Consórcio de Empregadores, os custos reduziram, apesar de estarem pagando agora todos os direitos trabalhistas, porque estão trabalhando com turmas mais treinadas e de forma mais racional. Então, é algo que vai mais ou menos na linha daquele senhor que falava, desculpe não lembro o nome dele, quando entrei, a idéia é unir unidades empregadoras para que, por meio de um contrato de solidariedade registrado em cartório, esta unidade plural seja ela empregadora. Racionaliza-se custos. Isto seria possível, na minha opinião, de forma muito tranqüila, por exemplo, na construção civil, em que se tem pequenos empreiteiros que trabalham normalmente na informalidade, poder-se-ia estar incentivando consórcios de empregadores na construção civil para que eles trabalhassem com equipes comuns, pedreiros, encanadores, etc. Isso poderia ser utilizado em qualquer outro setor. Então, para quem está olhando a questão trabalhista hoje, uma coisa está muito clara. Até hoje não vi entre os técnicos do direito do trabalho, ninguém que defendesse a desregulamentação total, a quebra total da legislação, porque isso geraria uma quebra maior ainda da distribuição de riqueza no Brasil. Outra coisa, a possibilidade, uma tese agora controversa que é a questão da redução da jornada, ela defendida

não só pelos sindicalistas brasileiros, a França adotou esse modelo, reduziu a jornada para 35 horas e a economia francesa que estava em crise, está hoje com pleno emprego e é vanguarda. A Alemanha também reduziu jornada. Quem defende isso na literatura hoje bastante divulgada é um sociólogo do trabalho italiano chamado Domenico Di Mazzi. Di Mazzi defende de fato que a jornada de 8 horas era uma jornada compatível com o modelo de produção mecânico. E que, as linhas de produção eram compostas com muitos trabalhadores com movimentos intensos, intervindo diretamente no processo. Ele diz que agora, com a automação, a redução da jornada se impõe, para que se possam distribuir vagas de trabalho e para que se possam criar demandas no setor de serviços. Porque a sociedade, segundo ele, hoje é conhecida como sociedade pós industrial, em que o trabalho industrial vai ser um trabalho muito mais crítico, o operário não vai ser aquele cidadão que intervém mecanicamente, mas criticamente na produção, ele vai operar computadores, que vão operar os robôs, etc. Então, vai-se precisar desenvolver tecnologia de ponta. Parece-me que uma questão que deveria ser vista aqui no Brasil também com urgência, além da redução da jornada, é o investimento na área de pesquisas. Porque as indústrias de consumo hoje, são indústrias desempregadoras. Os Estados Unidos não tem desemprego hoje, por uma série de questões, inclusive, protecionismo interno etc., mas também porque está investindo em tecnologia de ponta. Esta, sim, hoje empregadora. Então, precisamos pensar no investimento, no incremento à pesquisa, para que o Brasil saia da importação de modelos desempregadores, para ele mesmo gerar tecnologia de emprego.

Acho que eram essas as considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

SR. FAUSTO CESTARI – Agradeço ao Ricardo, por enquanto, pela sua fala e gostaria que pudesse se pronunciar, o professor Wilson Cano, com relação ao tema abordado. Está com a palavra.

SR. WILSON CANO – Inicialmente, agradeço o convite e acedi a ela justamente pela importância que esta temática se reveste, não só para o Estado de São Paulo, mas para todo Brasil e diria, para todos os países periféricos. Só lamento o curto espaço de tempo que esta Mesa tem para discutir o tema, cuja profundidade, evidentemente ultrapassa, não apenas de uma hora, mas ultrapassa várias horas. É um tema extremamente complexo. E lamento, por que a Assembléia Legislativa, na verdade, não inverteu a temática desse seminário. Inverteria e perguntaria, o seguinte: é possível fazer cenários? Ou ainda: que cenários são possíveis de se fazer? Dada as condições de submissão, em termos de soberania de política econômica, em que o país foi colocado. Pergunto: como é que a política pode hoje manejar a taxa de câmbio, pode manejar a taxa de juros, o crédito a longo prazo a tarifa e que poderes em termos de negociação temos hoje? Então, temos que, um primeiro passo, é termos consciência de que estes problemas, na verdade, praticamente impedem a construção de qualquer cenário. Se me fosse encomendado pelo setor privado a construir um cenário, sinceramente, pediria desculpas, e diria: sinto muito, mas é impossível se formular um cenário diante da incerteza crescente que a economia brasileira, não só a economia brasileira, mas toda a economia latino americana tem tomado em função dessa questão. Mesmo por que, a quem hoje estão afetas a decisões de investir. Tivemos, no passado, um Estado estruturante, que era responsável diretamente por 50% da formação de capital, ele por sua vez, induzia quase que a metade, pelo menos, do investimento privado, arrastava esse investimento privado, ou seja, as ações diretas da política econômica e portanto elas movimentavam 75% da taxa de formação bruta de capital do país. Isto agora foi por água abaixo. Ou seja, na verdade, as decisões de investimento na economia brasileira, hoje pertencem às empresas transnacionais, que vieram para cá e compraram as estatais ou que desnacionalizaram uma quantidade apreciável de empresas brasileiras. Ouvi a temática aqui da expansão das exportações industriais. Mas, pergunto: com estas condições? E frente ao neoprotecionismo, e frente às perspectivas de uma desaceleração da economia

internacional? Vejam, falava-se que o câmbio é que era o único e grande culpado do problema da(falha na fita) ... sórdidos do planeta. Quando fala em encargos sociais, os encargos sociais na economia americana são muito mais altos, do que os encargos sociais praticados na economia brasileira. Então, a coisa não é por aí. O custo do Porto de Santos é caro, mas meu Deus do Céu, privatizamos estradas de ferro, privatizamos rodovias, mexemos na regulamentação da atividade do Porto, então, onde foi parar o custo Brasil? Não há mais bode expiatório para pegar. Essas coisas é que acho que temos de levantar, que colocar à Mesa, porque essas coisas, infelizmente elas estão sempre sendo submergidas e o que vêm à tona são notícias alvissareiras, de grandiosidades, que na verdade não estão acontecendo. Terminei de fazer uma pesquisa na América Latina e o constatei na maioria dos países analisados. Na verdade a taxa média de crescimento dos anos 90, foi ainda inferior, foi pior do que a taxa média de crescimento industrial dos anos 80, em que pese a desnacionalização, privatização e perda de autonomia em política econômica. Tivemos, na verdade, 10 anos de piora no trato da coisa da economia nacional, do que tivemos nos anos 80. A Carta de Lavoro, sem querer polemizar com o meu colega do lado, realmente ela veio do fascismo, mas diria o seguinte: perguntaria a esta Mesa, será que por acaso se o Vargas não tivesse concedido aquilo naqueles moldes em que foi concedido, será que a democracia representativa brasileira faria algo parecido? Será que já teríamos obtido férias, repouso semanal remunerado, seguro de acidente do trabalho, voto da mulher, voto do menor de 21 anos? Acho que não. Acho que não, porque mesmo tendo esse suporte da Carta de Lavoro, sendo corporativista, tendo um viés fascista, o pobre do Vargas teve um trabalho desgraçado para convencer os empresariados brasileiros de que efetivamente o salário mínimo, antes de quebrar os custos das empresas, de arrebentar com eles, pelo contrário

o salário mínimo viria dar uma maior organicidade capitalista ao mercado de trabalho. Infelizmente, neste país, estamos sendo constantemente bombardeados por um noticiário que é de se lamentar; antigamente tínhamos jornalistas

profissionais, hoje em dia temos escolas que pretensamente formam jornalista, mas lamentavelmente parece-me que a qualidade da imprensa, em termos analíticos, está muito pior do que estava há 20 anos. Muito obrigado.

SR. LUCIANO COUTINHO – Serei bastante breve porque acho que muito do que eu diria já deve ter sido dito aqui por Wilson, que colocou muita coisa que gostaria de colocar. Esse seminário, todo esse esforço que está sendo desenvolvido aqui pela Assembléia é positivo, embora pareça um tanto ou quanto tardio. Num certo sentido me surpreendeu muito que o Estado de São Paulo, em geral, suas forças empresariais, políticas, não tenham resistido de forma mais veemente, de forma mais firme a um verdadeiro processo de desmonte das estruturas industriais e empresariais do país. Num certo sentido, talvez pelo fato de que esse último movimento de retrocesso tenha seguido um longo período de crise, diria que a crise dos anos 80 foi uma crise que travou o desenvolvimento da estrutura capitalista e da estrutura industrial do país e de São Paulo, mas ela não chegou a desmontar essa mesma estrutura. A desorganização do Estado, das finanças públicas, a desorganização das finanças privadas provocada pela crise cambial de 1981 em diante, à qual se seguiu um longo período de penúria cambial, de grande incerteza cambial, de tendência à hiperinflação, de indexação instantânea de todos os processos e todos os ativos financeiros viciou a estrutura empresarial e a indústria em estratégia de sobrevivência financeirizadas. O nome do jogo, para quem podia, para as empresas e para os setores que tinham poder de mercado, era correr na frente da inflação, fazer um fluxo de caixa líquido, para ganhar na ciranda financeira. Quem não podia corria atrás desse processo tentando escapar do endividamento ou da falência. De alguma maneira essa estrutura foi-se defensivamente forçada a sobreviver buscando a sobrevivência e nos anos 90, a medida em que foi-se exacerbando o processo, as tentativas, especialmente o fracasso do Plano Collor levou ainda a uma exacerbação dessas tendências de inflação, a indexação ainda mais instantânea e quase que empurrando o sistema industrial para perto de uma

dolarização, de uma indexação muito sensível e, ao mesmo tempo, o início de um processo de abertura comercial que, junto com a recessão, caracterizou os anos de 90 ou 92, já representaram também um grande golpe contra o sistema empresarial industrial paulista. Havia entretanto, até então, uma grande insatisfação, uma tentativa de reagir e de se buscar alternativas, embora insatisfatoriamente articulada do ponto de vista político, ou seja, nunca a grande estrutura empresarial e as próprias forças políticas de São Paulo se mobilizaram de uma forma mais forte com relação a esse processo. Agora, o que surpreende, o que nos deixa perplexos é a experiência de estabilização do Plano Real ter, durante um período de quase cinco anos, promovido um processo de desconstrução da estrutura comercial e empresarial, sem que tenha se esboçado uma reação efetiva a esse processo. Imagino o seguinte: se alguém quisesse deliberadamente destruir uma estrutura industrial e empresarial, ele imaginaria maldades do tipo sustentar uma taxa de juro real de 20% ou mais durante cinco anos; imaginaria sobrevalorizar a taxa de câmbio durante cinco anos consecutivamente, imaginaria aprofundar o processo de abertura comercial ao longo desse movimento, imaginaria impedir os bancos oficiais de fomento de poderem emprestar compensatoriamente a esse setor, ou seja, fazer uma política de isolamento. Formulado dessa maneira, quer dizer, se alguém tivesse dito em sua consciência em meado dos anos 90: vamos destruir a estrutura empresarial brasileira e vamos adotar esta política, isto pareceria, a qualquer um, uma coisa absurdamente surrealista; não obstante foi isso que foi praticado sustentadamente, foi essa política que foi abafada no sentido de que todas as tentativas de crítica que partiram de alguns poucos pólos de oposição foram absolutamente amordaçadas no sentido não figurativo, mas no sentido efetivo, porque se foi interditando o debate crítico e isso produziu um enorme retrocesso. Este Seminário coloca, repensando práticas e superando desafios em direção ao desenvolvimento industrial, quer dizer, o próprio título do seminário coloca uma coisa que nos deixa um pouco perplexos também, é como se não tivéssemos assistido a um processo de forte retrocesso nesses campos. E aí creio o seguinte,

houve uma falha, uma omissão das forças políticas de São Paulo, do Governo de São Paulo, das forças políticas que dominaram o Estado de São Paulo, desta Assembléia Legislativa que não pode escapar da responsabilidade histórica, que só está agora, depois do prejuízo, começando a se manifestar, das próprias forças políticas do empresariado de São Paulo que foi assistindo de maneira omissa esse processo. Precisamos refletir sobre isso. O que é que resta? É possível pensar num processo de reconstrução, de recreação, sem fazer um diagnóstico daquilo que aconteceu, de como se poderia recomeçar? Como pensar em recomeçar se o país sequer tem autonomia para baixar uma taxa de juro que é de 18,5%, com a inflação que está caindo por causa da contenção da economia, quer dizer, um país que não tem capacidade para baixar uma taxa de juro reconhecidamente elevada em todos os quadrantes do mundo, todo mundo sabe que é uma taxa de juro insustentável, mas não obstante ela persiste; estamos com a taxa de juro que estávamos antes da crise asiática de 97; subimos essa taxa para 40, para 50, baixamos, mas ainda está num nível insustentável. Como é que vamos pensar em remontar estratégias industriais começando com essa situação onde os custos de capital são absurdos, em que, obviamente, a desvalorização do câmbio sozinha não dá conta de solucionar todos os problemas. Na verdade o que criamos aqui, além do retrocesso, porque nesses últimos anos as cadeias industriais mais complexas por causa do câmbio valorizado e do juro de substituir importações, quer dizer, substituir a produção nacional por produto importado e desindustrializou uma série de cadeias importantes, desmontou o pouco que existia de indústria de base eletrônica, desmontou o setor de bem de capital inteiro, fez estragos muito fortes em várias outras cadeias industriais, pólos importantes de exportação que definharam em indústrias tradicionais e assim por diante, depois de todo esse processo não vai ser uma simples valorização de câmbio, que na verdade voltou o câmbio para o nível de 1992, quando o Brasil ainda tinha uma proteção tarifária razoável e ainda tinha algum resto de estímulos de incentivo à exportação, que nos dava um superávit. Hoje, com esse câmbio, não iremos longe porque os outros países concorrentes

fizeram avanços muito mais agressivos do que o Brasil, os países asiáticos estruturaram programas de investimento extremamente agressivos, então um quadro competitivo muito mais inóspito para o Brasil poder pensar que simplesmente a desvalorização cambial resolveu o problema. Ao contrário, a desvalorização cambial é uma condição, tal, tudo bem, mas nessa circunstância em que não há uma mobilização, não há uma mudança na política de juro, não há uma política industrial, não há uma política de desenvolvimento minimamente ainda que defensiva, ou minimamente organizada, essa desvalorização até acelerou, porque ela combinada com o juro alto acelerou para a empresa estrangeira a possibilidade de comprar as empresas brasileiras até mais barato. O processo de desnacionalização, de retrocesso em vários setores de empresas importantíssimas no Estado de São Paulo, quer dizer, não é brincadeira formar uma empresa que vem dos anos 50, e que de geração em geração vai acumular capacitação, esqueçamos a figura “a”, “b” ou “c” com seus vícios ou virtudes dos empresários “x”, “y” e “z”, mas vamos pensar nas empresas enquanto instituições; empresas são instituições extremamente valiosas para qualquer sistema. E você ou as destrói ou então as aliena. E isso não é, evidentemente, um processo que pode passar batido, sem conseqüências, porque tem conseqüências. Houve então um retrocesso muito forte, é preciso então reconhecer tudo isso. É um recomeçar de novo muito duro; ele exigiria uma mobilização e uma mudança profunda nas políticas simplesmente para começar a reconstruir. Para que o país pudesse se tornar minimamente autônomo, para ter uma taxa de juro minimamente reduzida, ele teria que controlar de novo importações, teria que controlar o processo de exportação, usar a força política do estado brasileiro para chamar as multinacionais para um esforço de exportação, por bem ou não; se não quiserem fazer por bem teriam que fazer não digo por decreto, mas de uma maneira mais induzida por medidas mais duras; teríamos que controlar fluxos especulativos de capitais, controlar remessas exageradas em determinados momentos que fragilizam o balanço de pagamento, enfim, uma tremenda mobilização para uma reconstrução de condições mínimas para poder pensar em

remontar uma estrutura industrial. Isso passaria, obviamente, por uma agenda muito complicada; não posso e nem teria tempo aqui para entrar numa agenda olhando o setor, bloco por bloco da indústria paulista, da indústria brasileira para poder imaginar, mas existem tarefas imensas pela frente, até porque a estrutura brasileira não só se desnacionalizou como a estrutura brasileira foi ficando cada vez menor, relativamente, a de outras economias em desenvolvimento. As empresas brasileiras foram ficando empresas nanicas no plano internacional. Estava vendo outro dia, por exemplo, a Aracruz Celulose, que era a quinta ou sexta empresa de celulose no mundo há algum tempo, hoje está caindo para a décima quinta, vigésima posição. Por quê? Porque processos muito acirrados de fusão e de concentração nos países desenvolvidos, e em países em desenvolvimento, agigantaram o porte das empresas e as empresas brasileiras ficaram empresas nanicas, pequenas. Seria preciso robustecer, fortalecer essas empresas, mas a que custo de capital, com que mecanismo de financiamento, como fazer isso, sem legitimidade pública e sem um processo transparente de discussão, de como fazer, e sem mecanismos de financiamento. Embora lamente tardio este debate acho que ele é oportuno, importante, é melhor tarde do que nunca e como o país tem uma eleição presidencial daqui a dois anos, uma eleição geral daqui a dois anos, é importante que se comece a decidir, a discutir desde já, antes que a eleição vire uma eleição de personalidades como a grande mídia quer e os grandes interesses conservadores querem transformar, a eleição não é eleição de personalidades, despolitizando a discussão da eleição, começamos a discutir o seguinte: o que queremos para o Brasil, o que o Estado de São Paulo quer para o Brasil; vamos continuar aceitando de braços cruzados um processo de destruição das forças produtivas da estrutura de um estado que foi o estado que transformou o Brasil numa sociedade industrial ou vamos lutar e reorganizar o debate em torno a novas propostas e começar de novo um processo que foi primeiro interrompido e, depois, desconstruído de desenvolvimento da indústria e da estrutura industrial. Peço desculpas, mas não sei se isso aqui não é uma discussão técnica, não faz sentido,

obviamente estarei à disposição para uma contribuição técnica, com dados, com números, etc. em outro momento, mas sinto que essa é uma iniciativa de natureza política e, portanto, tem que ser colocada dessa forma para que possa ganhar expressão e ser uma contribuição a essa reação tão necessária das formas de São Paulo a esse processo. Obrigado.

SR. TADEU AMARAL – Sou presidente de uma cooperativa habitacional e represento aqui a Central Autônoma dos Trabalhadores, a CAT. Infelizmente o professor Armando se retirou, mas ele falou que quanto maior o avanço da tecnologia maior é o sucateamento. Dr. Tadeu, meu xará, falou sobre a questão da redução do trabalho. Será que entre essas formas de financiamento desse sucateamento o financiamento dessa redução de trabalho, não seria ... ? Acho difícil porque conhecemos bem qual é o princípio social do projeto neoliberal, mas talvez, quem sabe, uma das formas de financiamento de sucateamento fosse possibilitar que houvesse uma redução da carga horária de trabalho como uma das metas para minimizar o desemprego com o avanço da tecnologia. Infelizmente ele não está presente, mas gostaria de colocar. O professor Fausto falou sobre a questão da cooperação, o que não é nada fácil, até porque a Lei 5764, que rege o cooperativismo, fala até da filiação de pessoas jurídicas, mas não define uma cooperativa de pessoas jurídicas. Talvez fosse uma proposta de se ter uma lei que consiga essa questão da possibilidade de criar verdadeiras cooperativas. Agora a maioria, o meu xará, ou não entendi bem, é possível, não que não tenha entendido bem, é que acompanhamos muito bem qual é a posição da Procuradoria do Trabalho em relação à cooperativa; não me refiro aqui às famosas “gatoperativas” do interior, que era uma empreitada onde se roubava o trabalhador na colheita da laranja, não estou falando sobre isso, mas sobre cooperativa, cooperativa baseada na Lei 5764, que é rigorosíssima. Ele fala aqui em equipes comum, não quero saber de equipe comum nenhuma, me desculpem a franqueza, mas existe a Lei do Cooperativismo, é uma experiência no mundo todo que deu certo, se não deu no

Brasil é por causa da falta de fiscalização da lei em cima do cooperativismo, que a OCB é uma grande fajuta, não fiscaliza coisa nenhuma de cooperativismo, e a Justiça do Trabalho é uma perseguidora do corporativismo no Brasil. Não importa que você seja bom, nem que esteja dentro da lei, mas falou que é cooperativa já é encarado como uma pessoa que quer burlar o direito trabalhista. Acredito que se não houver uma parceria entre Poder Público, iniciativa privada e a sociedade organizada através de cooperativa fica muito difícil fazer qualquer plano para que tenha sucesso no Século 21, que se possa pensar no processo com distribuição de renda e com justiça social. Cito um exemplo: temos orgulho de ter assentado bóias-frias numa cidade pequena, em Canitá, no interior de São Paulo, onde um lote registrado, com escritura registrada, com 200 metros quadrados, a 150 metros do centro da cidade por 30 pagamentos de R\$ 37,00 (trinta e sete reais). Se for sério, por isso é preciso uma fiscalização séria, se houver parceria, isso só foi possível porque teve parceria com a Prefeitura, se houver parceria com os órgãos públicos, com a iniciativa privada e seriedade na fiscalização, acho que é a saída. Peço desculpas, companheiro, mas tinha que colocar isso porque estou torcendo pelo dia em que a Justiça do Trabalho venha a ser um parceiro do trabalhador e não encobrir essas artimanhas que existem por aí para roubar o trabalhador.

SR. RICARDO TADEU – Quero deixar bem claro o seguinte, o Ministério Público, a Procuradoria não é contra a cooperativa. Não sei se o senhor estava aqui ontem, pois o senhor está fazendo um discurso que parte de pressupostos equivocados. Sou contrário à cooperativa de mão-de-obra, isso sou mesmo, quer dizer, usar a cooperativa, que é uma idéia libertária, da classe operária, para substituir mão-de-obra empregada é fraude. Isso é fraude, isso vamos combater sempre; espero que a Justiça do Trabalho continue a fazer isso, até porque, meu xará, isso gera um passivo trabalhista assustador para as empresas que caem nesse engodo. Temos então que combater isso mesmo, com veemência, até para não desvirtuar o cooperativismo no Brasil. Esse Parágrafo Único do Artigo 442 que

nasceu como uma tentativa de incentivar a cooperativa de assentados, que é essa que o senhor acabou de defender, na verdade gerou uma desapropriação do cooperativismo e exploração de trabalhadores por meio de cooperativa, e não é só no interior, tem muita empresa ingênua caindo nesse engodo aqui na Capital também. Isso vamos combater sempre. É o nosso trabalho. O que temos defendido é o cooperativismo autêntico, a cooperativa de produção e a cooperativa de serviços, que são coisas bem distintas. Estar lidando com trabalhadores autônomos é uma coisa, e lidar com trabalhador que cumpre horário, segue ordens, segue jornada por meio de cooperativa para reverter e transferir renda e capital para terceiros é fraude. Isso contraria o Artigo 4º da Lei 5764, que é a própria Lei de Cooperativa. Esse Artigo 4º diz que o trabalho cooperado deve ser realizado pelo cooperado e reverter em seu benefício e não para terceiros. Então esse Parágrafo Único é um equívoco; ele já foi objeto de um projeto de lei do Deputado Aloysio Nunes, que passou na Câmara para ser revogado e agora está no Senado e deve ser revogado. Deve ser revogado, porque houve uma audiência pública no dia 31 de maio, onde participei, houve também a participação de vários setores sindicais, todos defendendo a revogação, o Ministério do Trabalho defendendo a revogação, só a ACB não quer a revogação, apesar de saber que esse Parágrafo Único tem gerado só as tais “gatoperativas” que o senhor mencionou. Essas vamos combater mesmo, porque isso não é cooperativa. Agora, acho sim que não se pode cogitar, quero até esclarecer aqui: quando mencionei a “Carta de Trabalho”, não estava aqui combatendo os direitos mínimos que foram conquistados pelos trabalhadores; é importante ter essa dinâmica. O que o Getúlio fez foi consolidar na CLT as leis que tinham sido conquistadas pela classe trabalhadora. Getúlio não deu nada para ninguém, não, ele só consolidou conquistas que vieram da classe trabalhadora e do próprio setor industrial. O que critiquei foi a Organização Sindical da CLT, que é completamente atrasada, que impede uma negociação. Por exemplo, porque temos a idéia de que categoria é o único liame de associação sindical? Na Europa não é assim.; as pessoas se associam nos sindicatos em razão de várias opções,

inclusive ideológicas. Pode-se ter uma costureira e um metalúrgico no mesmo sindicato – por que não? Aqui no Brasil temos essa idéia atávica, que a categoria patronal e profissional é o único liame de aproximação, quando não é assim. A Alemanha, que tem liberdade sindical plena, tem quatro grandes centrais sindicais, com força. Aqui no Brasil, que temos unicidade sindical, imposto sindical, temos 16 mil sindicatos fracionados, fracos. O que criticamos, então, é a organização sindical; jamais diria que o direito do trabalho é custo, de forma nenhuma. O que defendemos, o consórcio de empregadores também é uma alternativa de cooperação entre empregadores. Queria dizer também que está tramitando no Senado agora um projeto de lei que vai mudar a Lei de Cooperativas e possibilitar, sim, a cooperativa de pessoas jurídicas, mas de forma mais regulamentada. Não estou lembrado do nome do Senador que é o relator, lamento. São vários projetos, tem um que é do Suplicy, um do Montoro, e esse relator que é o atual não me lembro, me desculpem; ele está juntando todos os projetos que estão tramitando lá, para uma reforma na Lei de Cooperativas, que de fato é uma lei de 71, precisa ser revista. A idéia de consórcio de empregadores é interessante, porque é uma idéia mais fácil de ter unidades empregadoras com mero acordo registrado em cartório e essas unidades empregadoras podem gerenciar a mão-de-obra de forma mais racional. Já está funcionando bem em Minas, no Paraná e aqui em São Paulo vai começar no interior. São idéias novas que devem implementadas. Só queria deixar bem claro que o que o Ministério Público do Trabalho defende é um combate aos contratos que precarizam a mão-de-obra mais do que ela já está. De fato a mão-de-obra brasileira é uma das mais baratas do mundo e tem sido sobre ela colocado o jogo da ineficiência econômica, que é no mínimo uma inverdade. Pregamos a preservação de direitos sociais, íntegros, uma reforma sindical que possa possibilitar uma relação intersindical mais democrática no Brasil, porque temos muitos sindicatos artificiais, que não têm representatividade real; isso precisa ser revisto. O que me cabe falar aqui é isso. Sou do setor trabalhista, não tenho visão econômica, não posso falar sobre isso, então era isso o que me caberia dizer.

SR. MIGUEL – Como disse o Luciano Coutinho, antes tarde do que nunca. Acho que o grande mérito desses seminários, desta iniciativa da Assembléia, foi mostrar o grau de diversidade que é essa indústria paulista. Quando não sabemos do que se trata a indústria paulista, quando não discutimos o que é a indústria paulista, muitas coisas são faladas e aceitas como verdadeiras, como por exemplo que a indústria toda está saindo de São Paulo, que é a pequena empresa que emprega mais do que todo mundo; alguns mitos começam a ser criados e na falta de melhor informação isso passa a ser aceito como um fato consumado. Vimos a grande diferenciação que tem a indústria de São Paulo por setor. Todos os setores da indústria são representados no Estado de São Paulo. É o único estado brasileiro onde todos os setores, de cima abaixo, onde a classificação nacional de atividade econômica é inteirinha representada. Temos desde a indústria do fumo, indústria extrativa, montadoras de veículos, reciclagem, toda “aquinae” do IBGE é representada no Estado de São Paulo e tem uma profunda diferenciação para cada setor de atividade. Uma outra diferenciação forte é por porte de empresa; a grande empresa é a grande empregadora e tem um grande diferencial de competitividade em relação às pequenas empresas, que se forem deixadas à sanha do mercado vão submergir ou vão ficar atreladas à grande empresa. Da mesma forma tem uma diferenciação regional enorme; 90% do valor adicionado pela indústria paulista está concentrado em quatro regiões administrativas: região metropolitana de São Paulo, região de São José dos Campos, Campinas e Sorocaba, sendo que isso é 90% da produção industrial do Estado de São Paulo. Um terço da produção industrial do Estado de São Paulo está no Município de São Paulo. Tem graus de concentração que são impressionantes; 75% do valor produzido pela indústria do vestuário está nas unidades que estão localizadas no Município de São Paulo, o que é inacreditável. Achamos que não, que indústria de confecção tem em tudo que é lugar. Em todos municípios tem uma confecção, só que 75% do valor adicionado dessa indústria está no Município da Capital. Esse grau de concentração é uma coisa muito grande. Com isso quero dizer que sem uma ação efetiva por parte do

Poder Público e sem uma ação efetiva por parte das associações, não vai se superar nenhum desses desequilíbrios, sejam eles setoriais, de porte ou regionais, não dá para abdicar de uma política industrial que focalize as cadeias produtivas; não dá para não ter nenhuma política para a pequena empresa, senão a pequena empresa desaparece ou vai ficar sempre atrelada à grande empresa e não dá para abrir mão de políticas de desenvolvimento regional, para que cada região resolva por si própria o que ela vai fazer. O Poder Público tem um papel que está se eximindo e deixando que o mercado resolva o que vai ser feito da indústria. Queria colocar um pouco essas questões para serem discutidas.

SR. – Vou aproveitar a colocação do Miguel. Não trabalhamos na macroeconomia, portanto o nosso dia não foi tão amargo quanto o que vocês dois pintaram. Na verdade trabalhamos já admitindo o estrago feito, que é o que temos para fazer daqui para a frente. Ele foi mais, diria, apesar de entendermos e estar claro para todos que participaram desses três meses da discussão que essas coisas foram indiscutíveis, queria que vocês tentassem focar um pouquinho mais a questão do estado com relação aos aspectos que temos conhecimento da distribuição geográfica, das potencialidades que estão sendo colocadas, da infra-estrutura, a questão da relação do Estado de São Paulo com os outros estados, ou seja, aqueles aspectos que teríamos possibilidade efetivamente, a exemplo do que hoje o companheiro da GV falou sobre reforma tributária, se não dá para mexer na questão lá em cima, dá para fazer um avanço brutal trabalhando com as questões infra-constitucionais; de certa forma é isso que estamos aceitando como pelo menos estando ao alcance de parte das nossas propostas. É óbvio que isso não prescinde a ação forte, a recuperação da competência e da força de luta pelos pontos que foram colocados por vocês das instituições ou de quem tem competência para fazer isso. Mas queria ouvi-los com relação a esse aspecto mais micro, mais regional, o que vocês pensam, particularmente o Wilson Cano e o Luciano Coutinho.

SR. WILSON CANO – Não é nem questão de constitucional ou subconstitucional. Afinal de contas esse Governo arrebitou com a Constituição; descosturou, emendou, remendou, fez o diabo, para poder fazer o que ele bem entendeu fazer. A questão não é essa, a questão é o voto, são os instrumentos básicos de política econômica que não se tem, ou seja, o poder regional é extremamente limitado; é claro que ele pode fazer uma série de coisas locais, agora, esse poder local é mais um mito que a ideologia da neoliberal jogou em cima da cabeça de todo mundo. O poder local é extremamente limitado, não faz política econômica, não faz juro, não faz financiamento, não faz crédito, não faz câmbio, não faz tarifa, não faz estrutura tributária, política salarial, é um poder extremamente limitado. O Estado de São Paulo é um *locus* privilegiado para investimento capitalista, porque evidentemente aqui está a nata do capitalismo brasileiro, está o que há de melhor em infra-estrutura econômica e social, então não é por aí também que temos que buscar. É claro, temos que manter parte da infra-estrutura que se desgastou durante esses 20 anos, temos sempre que aprimorá-la e mantê-la, digamos, a um nível condizente com o progresso da ciência e da tecnologia, só que nesse modelo é extremamente difícil fazer isso. A questão das regiões econômicas do Estado de São Paulo no capital se move em função da maximização dos seus lucros, da diminuição dos seus custos, enfim, onde o cálculo capitalista diz para ele o que é mais conveniente fazer. Isso nenhum economista precisa ensinar, eles sabem melhor do que nós. O que temos são as guerras fiscais, e a nacional, evidentemente, é o maior espantinho, e é ela que está distorcendo essa questão da locação. Não vejo, salvo nesse nesses destaques que levaram uma Ford porque deram Deus e o diabo para uma Ford ir para a Bahia, mas salvo esses casos escabrosos não se tem distorções em termos do que naturalmente se realizaria em termos de investimentos, ou seja, esse fenômeno que estamos vendo de uma reconcentração de investimentos, principalmente em setores *hightec*, em setores de ponta, eles eram perfeitamente previstos há mais de quase dez anos, quando os autores que trabalhavam nessa questão mostravam que com uma ausência de

política desenvolvimento regional, que ela está morta, não se tem como reorientar o desenvolvimento nacional; ele vai se orientar em função do mercado.

SR. LUCIANO COUTINHO – Raio de manobra, digamos, do estado propriamente na formulação de políticas é reduzido. O Estado de São Paulo, pensando nas suas organizações, o que acho que o Estado de São Paulo tem é uma força política que ele não tem utilizado na direção de obter políticas condizentes com os interesses mais profundos da própria estrutura econômica do Estado. Ele não tem feito isso. Agora, que obviamente tem a estrutura de São Paulo tem oportunidades ou de recuperação ou de reconstrução ou desenvolvimento, sem dúvida, tem. É evidente que São Paulo tem oportunidades. O próprio complexo automobilístico de São Paulo, automotriz, está em reestruturação, perdeu pedaços por causa da guerra fiscal, mas ele teria, digamos, uma agenda de rejuvenescimento a ser buscada. Se olharmos no setor de bens de capital de encomenda, por exemplo, onde São Paulo tem plantas de grande escala, de grandes internacionais, que dependem de financiamentos; se der financiamento são competitivas para fazer hidrelétricas, para fazer grandes peças de mecânica, indústria mecânica de grande porte, ela com um financiamento de exportação um pouco mais articulado, consegue se colocar internacionalmente de uma maneira mais agressiva, mais firme. Há o caso da Embraer, que é o único caso brilhante dentro desse quadro de retrocesso que até a prova, uma prova que apesar de todos os ventos em contrário, o caso da Embraer é a demonstração de que o investimento em ciência e tecnologia persistente, continuado, num determinado pólo, dá certo. O Brasil pode construir competência, o Estado de São Paulo também e sustentar essa competência. Quero até lembrar o seguinte: a Embraer esteve ameaçada simplesmente de ser extinta no Governo Itamar; só não foi porque o Governo Itamar mandou a PREVI botar dinheiro lá e entregou para uma gestão privada. A gestão privada foi bem-sucedida? Foi, mas foi porque tinha um produto que tinha sido desenvolvido com grande sacrifício e tinha um produto de alta qualidade saindo do

forno. Um produto que era o EMB135145 de alta qualidade, que custou investimentos durante três anos consecutivos, pronto, capitaliza a empresa e ela, com a capitalização feita pelos sócios, fundamentalmente, quem entrou com a grana mesmo foi a Previ, a Embraer conseguiu saltar. Por quê? Porque você capitalizou uma empresa por um meio não convencional. Se a Embraer fosse pegar dinheiro no BNDES, se fosse pegar dinheiro a juro caro ela não teria conseguida fazer nada. Mas é uma demonstração. Hoje é um imenso sucesso, tem uma carteira de quase 20 bilhões de encomendas, está construindo uma outra planta, houve tentativa de puxar essa segunda planta mas na verdade o Estado de São Paulo tem tantas vantagens locacionais que ela vai ficar mesmo em São Paulo, não no Vale do Paraíba mas dentro de São Paulo, e é uma demonstração de que a política industrial pode cometer erros, pode investir em determinadas opções que não dão certo, mas outras darão. Nenhum país faz política industrial sempre acertando em tudo. Acerta e erra. Assim como o mercado em condições desfavoráveis destrói tudo, mas em condições favoráveis o mercado pode levar a soluções boas ou ruins, a política industrial pode cometer erro, mas ela hoje, o grau de conhecimento que se tem e a depuração pela qual a indústria já passou, minimiza muitíssimo as chances de se errar em escolher áreas de competência. Então temos área de competência. Temos, por exemplo, um tremendo programa de substituição de importações a ser feito na área de telecomunicações e na área de eletrônica. Por que não faz? Porque não há vontade política, não há um projeto para fazer isso. Teria que pegar as multinacionais e padronizar determinadas soluções e obrigar essas soluções a serem feitas com um mínimo de agregação de valor no país. Discute-se agora, por exemplo, a escolha de uma faixa de banda para telefonia celular, banda “C”; não sei, a Anatel está inclinada a fazer uma escolha que me parece muito equivocada, de escolher uma banda que só os americanos usam, na contramão da tendência mundial, etc. Mas nem é essa a discussão; estamos importando uma banda “C” que é, digamos, um produto já velho e não estamos olhando para a próxima geração de telefonia celular, a terceira geração, e ao invés de ficar perdido numa discussão de

um produto velho, deveríamos estar pensando para a próxima geração de celulares, que são celulares de alta capacidade, e já deveríamos estar pensando como enganchar a estrutura industrial de telecomunicações que São Paulo tem, na nova geração. Por quê? Porque só antecipadamente é que se vai conseguir desenvolver os pacotes de “software” e os programas de produção no país de componentes que permitissem que nessa nova geração se pudesse agregar muito mais valor aqui. Mas isso requer uma política industrial de grande envergadura para o setor de telecomunicações. Evidentemente essa política industrial não pode ser feita pelo governo de São Paulo; quem escolhe os padrões é a Anatel, quem determina qual é a tarifa é o Ministério da Fazenda, enfim, quem determina tudo, quem determina se vai ou não emprestar, se vai ou não comprar produto nacional é o Governo Federal em várias das suas instâncias, mas precisa de uma política. Tem chance para fazer? Tem. Acho que o Estado de São Paulo poderia, portanto, recapturar valor industrial em várias áreas, dos setores de indústria tradicional. Isso pode. O Governo de São Paulo pode fazer pouco; talvez para setores de pequena indústria se possa fazer alguma coisa, mas é muito pouco, na ausência de um banco, na ausência de um sistema de fomento puramente sob controle do Estado de São Paulo, ou seja, oportunidades de desenvolvimento existem; vejam por exemplo uma outra área importantíssima para a qual o Estado de São Paulo poderia desenvolver-se extraordinariamente, na área petroquímica. Temos um pólo petroquímico velho, que é a Petroquímica União, em Capuava, que pode ser reestruturada, aprofundada e melhorada, pode até ser duplicada e até fortalecer a indústria química na região do ABC, mas ela tem limitações se olharmos para os próximos 10, 15 anos. O óbvio é montar um grande pólo petroquímico a gás, em Paulínea, senão em Paulínea, mas enfim, na região, porque vai ser o ponto de encontro de grandes gasodutos que trarão a matéria-prima nova para a petroquímica, que é o gás, e que permitiria, em cima do grande mercado consumidor, criar um grande pólo petroquímico, um projeto que está aí aventado; obviamente se exige uma coordenação com Petrobrás, exige uma coordenação de governo que está fora, ou seja, não faltariam oportunidades do

ponto de vista de encontrar novas alternativas de desenvolvimento, olhando do ponto de vista microeconômico. Não quero falar mais sobre isso porque se entrarmos de setor a setor, e posso entrar de setor a setor, podemos aventar aqui uma série de possibilidades mais ou menos difíceis, ou mais ou menos acessíveis, mas que sem dúvida elas existem; o que lamentamos é que as condições básicas, fundamentais de política industrial, de política tecnológica e de política de reestruturação do patrimonial da estrutura de empresas, uma política de reforma do próprio empresariado, porque também acontece o seguinte, temos uma estrutura empresarial que ficou muito congelada num patrimonialismo atrasado. Temos aqui empresas públicas aonde o acionista controlador, família controladora, abusa de maneira reiterada do acionista minoritário, quer dizer, os casos de desrespeito aos acionistas minoritários no Brasil é uma coisa! Como é que se pretende desenvolver um mercado de capitais? Agora virou moda, e o Banco Central diz que vai desenvolver o mercado de capitais como forma de financiar. Tudo bem, como é que vai desenvolver o mercado de capitais e induzir o poupador, a família ou os fundos a colocarem dinheiro num sistema de empresa aonde não tem transparência, aonde não tem possibilidade de participação, aonde se tem um sistema obsoleto de ação preferencial que não tem direito a voto, mas mesmo quem tem ação ordinária que em tese teria direito a voto, se estiver fora do acordo de acionista que controla a empresa, está fora, e é tungado. Quando não é a Telefônica que está fazendo a substituição de ações, está tirando uma empresa do mercado, quer dizer, haveria necessidade até de modernizar a própria estrutura de empresa para impor o mínimo respeito a normas de empresas de capital aberto, que são respeitadas em todos os países. O respeito mínimo a uma empresa que é pública, no sentido não de ser uma empresa de propriedade pública, mas a uma empresa que tem que prestar contas transparentemente aos seus acionistas. Então existe uma agenda de reformas mais profundas que pode ser empreendida. Acho que elas deveriam fazer parte de uma agenda de reflexão para o futuro; o momento, digamos, vamos ter uma oportunidade outra vez de discutir rumos do país em 2001 para 2002, é bom

começar já em 2000, antes que se personalizem as coisas, enfim, que as coisas caiam numa banalização do debate político, então acho que é oportuno e creio que poderíamos contribuir nessa direção.

SR. JORGE CARUSO – Finalizando agora com as questões e praticamente finalizando este segundo dia de debates, este primeiro semestre de trabalho dos senhores conselheiros do Fórum Indústria, antes do encerramento quero agradecer a participação de todos, com as considerações finais de cada um o mais rápido possível em função do horário, mas desde já agradecemos em nome dos conselheiros, que na verdade esse trabalho é feito na Assembléia Legislativa, por iniciativa da Assembléia, mas quem realmente está tocando o grupo e a discussão são os conselheiros dos mais diversos segmentos, a quem a Assembléia rende sempre as homenagens. Inicialmente passo a palavra a Dra. Sílvia para as suas considerações.

SRA. SÍLVIA – Como disse no início da minha intervenção, acho que é uma grande honra participar do grupo de conselheiros e também uma grande responsabilidade, porque somos chamados aqui dentro das competências de cada um a trazer a sua visão da realidade daquilo que acontece hoje no país e a tentar demonstrar com o exemplo daquilo que já passamos, que já aconteceu, de que forma podemos no presente lançar algumas bases e algumas direções para o futuro. Estava aqui ouvindo as observações do professor Wilson Cano, do professor Luciano Coutinho, acompanho sempre as produções e os artigos nos jornais, conheço o estilo contundente dos dois e partilho, vamos dizer, da maioria das idéias. Mas acho também que é preciso, neste momento, quer dizer, antes tarde do que nunca, acho muito importante que a denúncia seja feita, se bem que estamos vendo os exemplos todos os dias, seja através da mídia, seja através da realidade com a qual temos contato, é muito bom que tenhamos conhecimento de tudo que está acontecendo para que possamos também transmitir isso para os outros, a

importância da decisão da escolha política que se faz. Acredito que nessas alturas quem talvez tenha decidido pela escolha de volta ao poder ou de continuidade do poder do atual Presidente, talvez não fizesse isso se tivesse realmente uma consciência do que estava para acontecer. Quem teve não votou, mas parece que a maioria foi iludida por aquela âncora cambial que um pouquinho depois da eleição foi destruída. Acho então que temos que nos propor a repensar, a tentar achar novos caminhos; quando falaram aqui do financiamento, o BNDES financia a compra por grandes companhias multinacionais ou de capital internacional – financia, para que eles comprem as nossas estatais. O empresário brasileiro, a Nardine, de Americana, estava com greve dos empregados, com as portas fechando porque precisava de 750 mil reais para pagar os empregados e colocar as suas contas em dia, e para isso o BNDES realmente não empresta, e depois financia às empresas internacionais. Então realmente há um contra-senso e uma contradição muito grande, que é preciso que a sociedade tome conhecimento, é preciso que a denúncia seja feita, mas que vamos buscar dentro de nós um pouquinho de otimismo, de perseverança para achar que essas coisas podem mudar e que depende muito de nós, através das nossas escolhas políticas, através da nossa conscientização e através de passarmos também para as outras pessoas com as quais temos contato, passar um pouco dessa realidade e tentar dizer: há outros caminhos e cabe à sociedade escolhê-los. Nós escolhemos, foi uma escolha pelo menos da maioria da sociedade, todos pagam o preço, quem sabe depois dessa experiência o nível de consciência política seja melhorado e este país possa realmente voltar a crescer, já que não há realmente uma política de desenvolvimento, e São Paulo possa continuar, dentro de todas as potencialidades positivas que ele tem, que foram aqui sobejamente demonstradas, novamente retomar aquele caminho de desenvolvimento industrial que o caracterizou pelo menos na maior parte do século XX. É isso o que realmente desejo para o século 21. Agradeço a oportunidade de poder ter participado, estamos sempre à disposição para aquilo que for necessário. Muito obrigado.

SRA. MARIA CAROLINA – Agora fiquei um pouco mais confortável com as palavras da professora Sílvia, porque depois da apresentação do professor Wilson, particularmente do professor Luciano, compartilho muito, até porque foi meu primeiro professor, o meu primeiro dia de aula na Faculdade de Economia da Unicamp foi com o professor Wilson, lembro-me até hoje das suas palavras naquela época, ficaram guardadas, repito às vezes para os meus alunos. A profissão de economista, às vezes, nos deixa meio entristecidos. Fiquei triste desde o primeiro dia de aula, então compartilho muito das preocupações dele, porque ao longo de quase 30 anos só pude constatar que aquilo que ele nos disse, cada vez parece que fica mais verdadeiro. Respeito muito e compartilho, particularmente com um aspecto que me deixa muito preocupada, que mesmo em épocas mais duras de política econômica e de regimes de governo, parece que as pessoas se queixavam mais publicamente; concordo com essa questão dos jornais, parece que naquela época, talvez porque houvesse uma luta comum, então várias facções se juntavam em nome de um projeto alternativo, as reclamações eram mais contundentes. Vejo hoje os jornalistas, e mesmo na academia, uma resignação, e às vezes isso me deixa bastante preocupada. Tenho certo conforto porque como lido mais na área micro, quando fico muito preocupada com o macro, penso: vamos ver o que dá para fazer no nível micro, quer dizer, considerando-se que determinados fatos macroeconômicos são dados, o que se pode fazer? Senti-me pequena quando ouvi o professor Wilson e o professor Luciano, mal qual a importância de se discutir isso num quadro desses? De fato às vezes precisamos ter uma certa coragem, não sei bem se é ingenuidade ou o que, para abordar esses assuntos, entre aspas, “menores”, diante desse quadro macroeconômico bastante complicado. Agora, ao mesmo tempo aprendi com eles, ambos foram meus mestres, que não dá para aceitar resignação, mas também não dá para se parar de acreditar que ainda é possível um projeto. professor Wilson, é afinal ainda possível um projeto? Ainda acredito que seja possível um projeto; estávamos discutindo no intervalo a importância de ter um projeto para o país, porque se deixarmos de acreditar nisso

realmente vai ser só a resignação; ao invés de termos aquele norte lá da Itália com ações cooperativas, coletivas mais coesa, a tal sociedade cívica na qual é possível conviver greves, greves às vezes acirradas mas também que tem um determinado pacto social, então em vez de caminhar para esse lado vamos caminhar talvez para o sul da Itália, onde há resignação, e nessa resignação há um tipo de “cooperação”, entre aspas, mais hierarquizada, mais de submissão e mais de resignação. Considerando-se que ainda é possível um projeto, enquanto esse projeto não se consolida, o professor Luciano agora no final já delimitou alguns pontos que podem servir para uma agenda, particularmente para continuidade desse grupo, porque em um momento cheguei a falar: o grupo de alguma maneira pensou nessa mesa redonda para pensar cenários, para dar continuidade, para ter alguma coisa, alguns pontos comuns que permitissem a continuidade. Em algum momento pensei: bem, a coisa é acabar aqui. Mas agora no final, tanto do que o professor Wilson quanto do que professor Luciano disseram, há algumas coisas a fazer. Cabe à Casa, embora tardiamente, mas até por ser tardia deve ser elogiado, dar continuidade. Gostaria de perguntar ao professor Wilson, quando ele fosse encerrar, se dá ainda para acreditar nesse projeto ou desistimos de uma vez.

SR. RICARDO TADEU – Quero parabenizar os organizadores do evento, quero parabenizar a iniciativa que também concordo, seja tardia, mas de qualquer forma é uma iniciativa, e de mobilização de setores importantes; dizer também da minha alegria em estar aqui, poder trazer algumas palavras do setor trabalhista. Insisto mesmo, não acreditemos mais em algumas mentiras que por repercussão, que por repetição reiterada acabaram se tornando verdades, verdades todavia altamente questionáveis. No Brasil não há custo do trabalho exacerbado. Não há. Isso não é verdade mesmo, embora tenhamos que nos preocupar também com o mercado de exportação, se não olharmos para o mercado de consumo interno e o direito do trabalho, os direitos sociais propiciam distribuição de renda e, portanto, sustentabilidade do mercado interno, teremos um desagregamento total da

sociedade, que já vem vitimando inclusive Campinas; estamos morando em Campinas, estamos vendo o problema da corrupção na polícia, o problema da falta de moradia, falta de emprego, etc., estou morando há dez anos em Campinas, é impressionante ver como está Campinas. Esse é um fato que está ocorrendo em todo o Estado, em todo o Brasil. Ou cuidamos da distribuição de renda no Brasil, inegavelmente os direitos sociais são o meio de distribuição de renda, ou não teremos uma sociedade interna sequer para produzir qualquer coisa para poder exportar. É o que me cabia dizer. Obrigado.

SR. WILSON CANO – Rapidamente, não vamos todos para casa de quatro, afinal de contas este é um país continental, tem uma dotação de recursos naturais fantástica e é um dos poucos países do mundo que tem condições de fazer um enfrentamento, não um enfrentamento voluntarista, sozinho, isolado, mas tem condições sim para marchar para um projeto alternativo, só que esse projeto é extremamente complicado politicamente, porque o alternativo aí chama-se olhar a economia nacional, proteger o interesse nacional e cuidar do povo. É preciso perguntar se as elites estão dispostas a entregar algumas raspas dos seus anéis para financiar esse projeto, coisa que duvido, porque ao longo da história política social e econômica deste país só cuidaram de ter cada vez mais terra, mais dinheiro no banco, contas em Nova Iorque, etc. e tal, e para o povo, na verdade, nada. A pergunta que se faz não é um problema se temos capacidade para elaborar uma alternativa nacional, que cuide dos interesses nacionais, do povo nacional, é claro que há competência para isso. A questão reside, evidentemente, fundamentalmente, no problema político nacional.

SR. FAUSTO – Dois aspectos: sou um otimista por natureza, daqueles que faz canja com galinha magra para 12 grávidas. E outro, a ignorância frente a colocação deles me é confortante. A ignorância sempre foi confortadora, você não tem que aprofundar, não tem conhecimento suficiente para uma análise profunda, é

realmente confortadora. Mas de qualquer forma o que penso, sou industrial na prática, amanhã tenho que tocar a empresa com todo esse cenário, é de lá que tiro o meu sustento e é de lá que seguro 120 famílias hoje e que sou obrigado a construir meus cenários, gostando ou não, não tenho para quem vender, aliás se tiver candidato está à disposição. Estou transformando parte do meu dia em luta, luta na visão de tentar reverter a situação que aí está e tentar também me propor como alguém que está disposto, com a limitação do conhecimento, a construir alguma proposta, que mesmo que tardia venha a resultar, se não para nós, lá para a frente. Acho que a iniciativa do Fórum dá à Assembléia Legislativa uma legitimidade que ela não tem, acho que se o Fórum servir para a Assembléia Legislativa, quer dizer, se comportar como um indutor da sociedade, à discussão permanente e não periódica dos problemas mais relevantes, não estaríamos aqui fazendo as críticas até perdido o “time” adequado, tenho dito isso para o Caruso, acho que esta Assembléia perceber isso e empreender isso dessa forma já foi um ganho significativo que vamos passar a ter efetivamente uma ação mais representativa; se nós aqui que estamos participando desse processo conseguimos aumentar os parceiros, acho que conseguimos no sentido de identificar alguns pontos que estão ao nosso alcance, a intervenção, também acho que foi um resultado positivo e acho que vamos tentar desenhar, não vejo isso como um processo estanque, quer dizer, a Assembléia tem um cronograma, tem um prazo para acabar o seu trabalho, a própria evolução que fizemos hoje dos debates mostra que se não estivermos dispostos a mudar todo dia o que pensamos ontem vamos estar perdendo o bonde, então não dá para parar, tem que criar uma instância de reavaliação permanente de reposicionamento permanente. Por tudo isso é que penso não ter outra alternativa que não ser otimista. Pessoalmente, como empresário, a oportunidade de conviver com todos vocês me trouxe a chance de avaliar isso com muito mais clareza e profundidade. Gostaria de agradecer essa chance que vocês estão me dando de estar aqui representando, mas de qualquer forma participando desta Mesa. Obrigado.

SR. JORGE CARUSO – Tem a palavra o professor Luciano Coutinho.

SR. LUCIANO COUTINHO – Já havia manifestado antes, em duas ocasiões o ponto de vista, não gostaria de me estender mais. Creio que há um debate a ser feito, uma discussão a ser feita, uma alternativa a ser construída, mas é sempre importante lembrar que há essa alternativa, para poder romper com determinadas subordinações que o país tem hoje; quero começar dizendo, um país que ainda tem um déficit de conta corrente de 25 bilhões de dólares, que ainda tem que girar mais 30, 40 de dívida, ou seja, um país que depende de 60, 65 bilhões de dólares neste ano, no ano que vem mais, e que está, portanto, totalmente vulnerável aos grandes interesses da grande finança internacional, que tem um programa com fundo monetário duríssimo, é um país que não tem autonomia mínima para pensar no seu destino, para poder pensar na sustentação do seu desenvolvimento, de sequer para moldar um projeto para o seu desenvolvimento. Então é preciso reconhecer que sem uma transformação política de grande profundidade, que implique numa grande mobilização de baixo para cima, que possa, na verdade, dar legitimidade, dar sustentação a uma nova orientação de políticas que permita libertar o país de uma situação de subordinação para poder então iniciar um processo de crescimento, de desenvolvimento, não há como sonhar muito. Podemos sonhar num varejo de coisa, não que não sejam importantes essas alternativas, desenhar, olhar, pensar *clusters* regionais, são importantes, são possibilidades, mas o que temos que aqui colocar é a grande política, a grande política que faz jus aos projetos e às determinações que um estado como São Paulo, que sempre representou no desenvolvimento do Brasil no século XX, então isso implica em repensar profundamente todo esse processo e isso significa, em grande medida, uma ruptura com um processo que vem até aqui. O que fico realmente perplexo é quando vejo em determinados países em desenvolvimento, por via capitalista ou por via não capitalista, como China ou Coréia, depois de terem entrado num projeto neoliberal terem conseguido sair, no caso da Coréia, do projeto, porque tinha uma estrutura industrial e tem uma

capacidade de estado, de administrar não só as finanças internas como colocar o sistema bancário a serviço da acumulação produtiva de contar com a estrutura empresarial capaz de reagir e inverter uma conta de comércio que era negativa e se transforma numa conta superavitária, que dá autonomia para as políticas, que dá autonomia para ter uma taxa de juro de 5%, de 4,5%; a taxa de juro de longo prazo da China é de 4% a.a., a da Coreia é de 5%, são taxas que permitem de fato ao país pensar em processo de reestruturação, de crescimento, etc. A lição é muito simples, esses países conseguem fazer isso porque eles não dependem do mercado mundial de capitais e têm liberdade, autonomia para fixar uma política de juros. E você diz: tudo bem, mas vamos fazer um superávit comercial na escala necessária, na escala necessária hoje não é mais nenhum superávit comercial dos anos 80, mas teria que estar acima de 15, 16 bilhões de dólares para fazer face ao déficit. Como é que se vai fazer um superávit destes num prazo relativamente curto, não digo da noite para o dia, mas num prazo de um ano e meio, dois anos, sem uma profunda mudança na estrutura de política, na estrutura de poder para decidir. Acho que o professor Wilson tem razão em mostrar o seguinte, que sem uma reorientação política muito mais profunda, que precisamos discutir então como é que poderíamos restabelecer condições mínimas de desenvolvimento, de sustentabilidade do desenvolvimento de crescimento para uma economia como o Brasil, que tem um imenso potencial, tem sim, e que nos angustia exatamente porque tem um imenso potencial, mas esse potencial está tolhido, está subordinado, está lamentavelmente amesquinhado por uma situação, para uma armadilha à qual fomos colocados. Era uma armadilha de câmbio, virou uma armadilha de déficit em grande escala, em conta corrente, de passivo de grande escala, como é que escapamos dela, as conseqüências têm que ser tiradas do diagnóstico. Se o diagnóstico é esse, teríamos que ter uma mudança de igual profundidade no conjunto de política. Já falei demais, não quero repetir e nem abusar da paciência dos senhores. Desculpem, e que o Fórum seja um processo realmente profícuo de discussão nesse caminho.

SR. JORGE CARUSO – Para encerrar, só lembrando que alguns detalhes aqui ficaram marcados e características tal qual a desinformação, a falta de informação é muito grande no Estado de São Paulo das questões, a falta de interação dos organismos. Acho que é importante, como o professor Coutinho colocou, pensar macro. Só que acho que para arrumar uma Casa, se não vamos para por partes, se não conseguimos tomar conta do próprio quintal, como organizar uma casa inteira? A partir do momento que não temos uma interação no Estado de São Paulo, uma uniformidade de propósitos e pensamentos, fica difícil até corresponder a qualquer política do Governo Federal, porque o próprio Estado vai estar despreparado para qualquer política que seja em todos os níveis. Acho que hoje começamos a falar a mesma língua e daí a importância, a meu ver, de discutir uma política micro, até para que a própria Assembléia Legislativa, que como citado pelo professor Coutinho, a Assembléia Legislativa tem culpa da atual situação, e tem como todas as outras instituições tem, mas a partir do momento que repensamos uma política micro, que conseguimos uma uniformidade de pensamentos pelo menos em alguns pontos básicos, talvez a Assembléia seja um instrumento de pressão junto ao Governo Federal e também um instrumento de pressão para mostrar para o resto do país onde talvez estejam os caminhos a serem seguidos. Daí discordo só em parte, pois vejo que infelizmente chegamos talvez ao fundo do poço, e para reconstruir tem que reconstruir da base. Acho que é por esse mecanismo que vamos atingir o melhor não só para o Estado de São Paulo mas para o país.

Quero novamente agradecer a todos, dar por encerrado este ciclo de atividades, agradecendo a Deus, e contando sempre com a participação dos Srs. Conselheiros, que são os verdadeiros responsáveis por esse evento, bem como pela nossa Secretária Gil, que correu com tudo isso. Muito obrigado a todos.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim